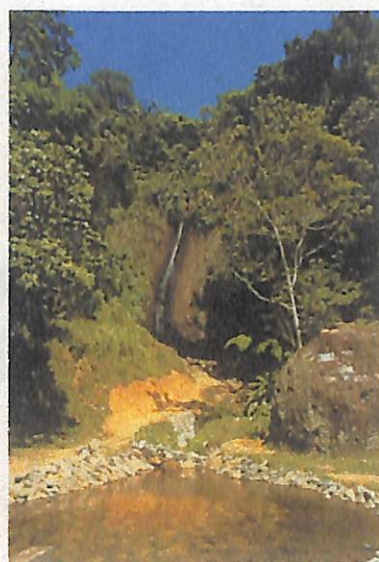
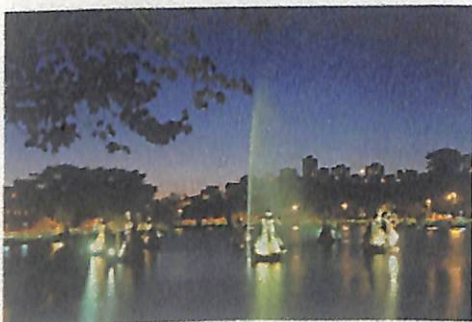
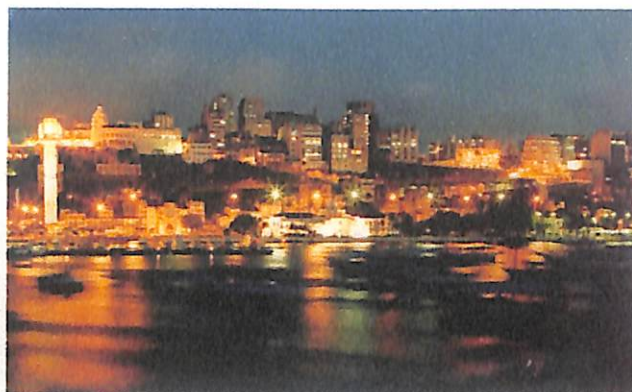
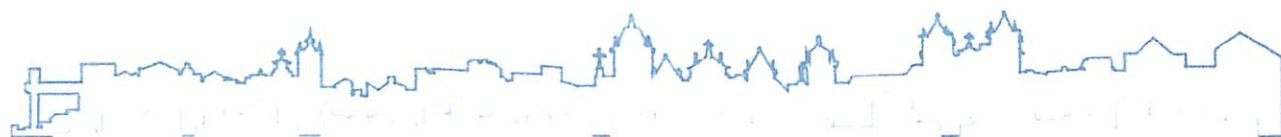




Cenários Sócioeconômicos para a Cidade de Salvador

ECO-266
ex.1
4494



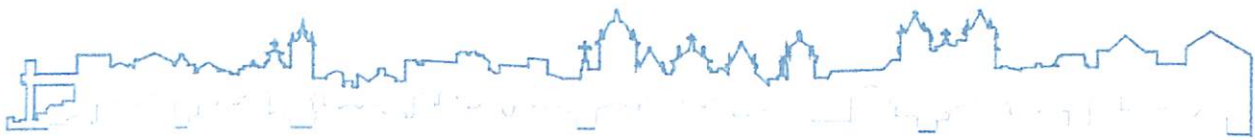
Prefeitura Municipal do Salvador
Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente
e Desenvolvimento Econômico
Coordenadoria Central de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Fundação Mário Leal Ferreira
AEP Consultoria Ltda.

Cenários Socioeconômicos para a Cidade de Salvador

Outubro /1999

ECO-266

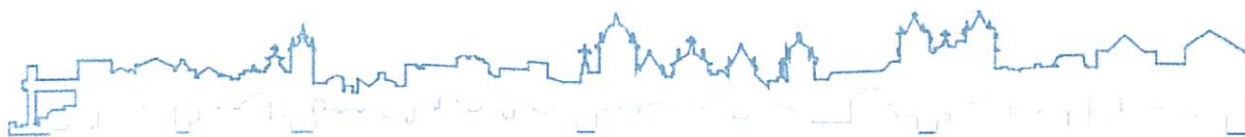
PMS	FMLF	BERIN
BIBLIOTECA		
4494	24.02.03	
Nº REG.	Data	



Prefeitura Municipal de Salvador
Antônio José Imbassahy da Silva
Prefeito

Secretaria Municipal do Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Secretário

Coordenadoria Central de Planejamento
e Desenvolvimento Urbano
Maria das Graças Torreão Ferreira
Coordenadora



Coordenação Geral

Maria das Graças Torreão Ferreira

Colegiado de Coordenadores do Plano

Fernando Sérgio Barbosa Teixeira

Heloísa Oliveira de Araújo

Ilce Maria Marques de Carvalho

Liana Sílvia de Viveiros e Oliveira

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Rosa Alba Sarno Braga

Núcleo de Geoprocessamento

Jandira Maria de Fátima França – *Coordenadora*

George Augusto Batista Câmara

Luciana de Carvalho Leite

Equipe de Acompanhamento do Estudo

Antônio Luiz de Carvalho Fernandes

Frederico Santana dos Reis

Marlene Araújo Hurst

Consultoria

Sérgio Zaratin

Centro Educacional de Tecnologia em Administração

Altamiro Castilho de Almeida Filho - *Diretor*

Equipe Técnica

Rossine Cerqueira da Cruz - *Coordenador*

Sérgio Menezes - *Pesquisador*

Programação Visual

Salles Assessoria e Consultoria Ltda.

Fotografias da Capa

Artur Ikishima / Arquivo Bahiatursa

Aristides Alves / Arquivo Bahiatursa

Frederico Mertens / Arquivo Bahiatursa

Tonny Bittencourt

Valter Pontes



Apresentação

O presente documento, referente aos Cenários Sócioeconômicos para a Cidade de Salvador, integra coletânea de estudos que se constituem, nos termos da lei de aprovação do PDDU Salvador 2000, em peças acessórias desse Plano, estando, nessa condição, sob custódia da unidade de planejamento da Prefeitura do Município, e à disposição dos cidadãos e associações representativas da população para consultas e verificações.

Os temas abordados nos estudos que compõem a coletânea tiveram por finalidade atualizar a compreensão a respeito de todos os assuntos que devem ser objeto de análise, projeções e proposições do Plano. Nessa condição, cobriram os aspectos sociais e econômicos da realidade local, os ligados à infra-estrutura e aos serviços e equipamentos sociais, aos quadros espacial e do meio ambiente, à habitação, à cultura, à organização administrativa municipal, e à gestão de todos os assuntos que cabem na esfera da competência do Município, ou que, sendo objeto da atuação de outros níveis de governo, dizem respeito diretamente ao desenvolvimento de Salvador.

Muito embora a finalidade imediata dos estudos seja a de prover os subsídios necessários à definição dos conteúdos do PDDU, os resultados obtidos transcendem essa finalidade, acabando por se constituírem num apanhado geral das condições do Município totalmente atualizado e explicitativo das transformações estruturais e conjunturais pelas quais vem passando Salvador. Dada essa qualificação, o uso dos estudos tende a ser o mais amplo possível, seja por parte da Administração, seja pelas forças econômicas atuantes no Município, seja por estudiosos da realidade soteropolitana, ou por qualquer outro setor da comunidade.

Por outro lado, ressalta do conjunto dos estudos a complexidade de que se reveste, hoje, a realidade de um Município como Salvador, complexidade essa que se revela tanto nas alterações incorridas nos paradigmas organizacionais e produtivos da atividade econômica, ligadas à inserção do País no ordenamento econômico/financeiro emergente no final do século, quanto nas mudanças e diversificação do perfil social da população do Município, como, também, nos diferentes sistemas técnicos e de gestão da infra-estrutura e dos serviços sociais e municipais instalados em Salvador.

Como resultado dessa complexidade ampliada, que faz avultarem os conflitos distributivos e as disputas entre demandas dos diferentes agentes e setores da comunidade pelos bens públicos e comuns, mais complexas, também, se tornam as questões ligadas ao território, ao assentamento urbano e não-urbano e ao meio ambiente, que conformam o suporte espacial e físico para o conjunto de processos sócio-econômicos em curso no Município. Nesse sentido, os estudos servirão também como referência para, praticamente, todas as políticas públicas definidas e operadas em Salvador, apontando às mesmas a necessidade de uma qualificação ampliada e inovada, e da superação dos velhos paradigmas da atuação isolacionista e segregada por setores de gestão, em favor de práticas caracterizadas pela cooperação inter-setorial.

Com toda a atualização de compreensão que permitem a respeito da realidade de Salvador, os estudos desta coletânea são todos estudos aplicados e direcionados para fins práticos de planejamento, não se confundindo com trabalhos de tipo acadêmico. Não obstante, grande parte dos mesmos foi elaborada com o concurso de professores universitários de Salvador e de centros de ensino superior e pesquisa do interior da Bahia, em demonstração clara do avanço que o conhecimento e a prática universitária vêm apresentando em pólos do Estado que não a Capital.

Da mesma forma, o concurso, para os estudos de consultorias contratadas externamente, se deu quase que por inteiro junto ao setor sediado no Estado da Bahia.

Assim, será possível afirmar-se que a presente coletânea, além das características anteriormente apontadas, de abrangência, atualidade e variedade de usos potenciais que reúne, constitui-se em um momento de afirmação da cultura e da capacidade científico-tecnológica baiana, no equacionamento das realidades do Estado e de sua Capital, assegurando ao planejamento de Salvador o respaldo de conhecimento compatível com os desafios que se colocam para o Município no limiar do terceiro milênio.

Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Secretário Municipal do Planejamento,
Meio Ambiente e Desenvolvimento
Econômico

SUMÁRIO

Apresentação	2
I – Caracterização geral e Evolução Recente da Economia Soteropolitana	5
1. Contexto Nacional e Regional	5
2. Contexto Estadual e Metropolitano	10
3. Complementaridade e Terceirização Metropolitana	17
4. Evolução da Estrutura Econômica	19
4.1. A Indústria Municipal	32
4.2. O Terciário Soteropolitano	38
4.2.1. As Atividades Turísticas em Salvador	43
5. A Economia de Salvador, sob a Ótica da Ocupação Formal dos Trabalhadores	52
II – Cenário, Perspectivas e Sugestões para Formulação de Estratégias Sociais	71
1. Perspectivas para o Produto Municipal de Salvador	71
1.1. Cenários para a Agricultura, Silvicultura e Pesca e para o Extrativo Mineral	71
1.2. Cenários para a Indústria de Transformação	86
1.3. Cenários para o Serviço de Utilidade Pública	92
1.4. Cenários para a Construção Civil	95
1.5. Cenários para a Atividade de Alojamento e Alimentação	97
1.6. Cenários para as Atividades Comerciais	100
1.7. Cenários para a atividade de transporte, Armazéns e Comunicações	105
1.8. Cenários para Atividade Financeira	108
1.9. Cenários para Atividades de Aluguel de Imóveis	111
1.10. Cenários para as Atividades de Serviços Prestados a Empresas	113
1.11. Cenários para a Administração Pública	115
1.12. Outros Serviços	118
1.13. Cenário para as atividades Turísticas em Salvador	119
2. Perspectivas para o Mercado Formal de Trabalho	121
III – Conclusão	128
IV – Anexos	132
V – Tabelas	133
VI – Gráficos	141
VII – Referência Bibliográfica	165

APRESENTAÇÃO

As políticas econômicas liberais empreendidas pelo governo federal nos anos 90, têm provocado redução da atividade produtiva nacional, com reflexos negativos sobre o emprego e as finanças públicas. Rearticulam-se, reorganizam-se e reduzem-se as estruturas do serviço público, com a redução do papel do Estado na economia. E, com isso, deterioram-se os aparelhos nacional, estaduais e municipais, produtores de informações econômicas - o que dificulta formulações de diagnósticos corretos sobre as distintas realidades sócio-econômicas locais e regionais neste país.

A Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador e a Fundação Mário Leal Ferreira contrataram uma consultoria para elaboração de cenários sócio-econômicos para a cidade, com o objetivo de identificar os principais agentes, processos e características do desenvolvimento local, a partir de indicadores selecionados e do mapeamento de linhas de ação dos vários agentes públicos municipais, devidamente sintonizadas com os cenários propostos.

O presente trabalho objetiva discutir os efeitos da evolução recente da economia mundial, brasileira, nordestina e baiana, sobre a cidade de Salvador, com vistas a contribuir para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Considerando a fragmentação e dispersão das informações disponíveis sobre a dinâmica econômica recente, bem como da realidade da infra-estrutura social e logística no Nordeste e na Bahia, este trabalho estará certamente contribuindo não só para a implementação de uma política urbana para o município, como para o melhor entendimento desta realidade, pelo esforço de sistematização realizado. Muito embora a preocupação central seja o município de Salvador, sempre que possível a análise contemplará agregados territoriais mais complexos, mostrando suas inter-relações econômicas. Assim, a maioria dos fenômenos contemplará, também, referências aos espaços da região metropolitana e do estado da Bahia.

O período de análise estará limitado à disponibilidade das informações secundárias utilizadas sendo, para a maioria dos fatos e variáveis, o de 1986 a 1998. Tal procedimento decorre do fato de algumas variáveis padecerem de informações anteriores

àquele período, razão pela qual se torna impossível uniformizá-las temporalmente. Mesmo assim, quando possível e necessário, estimaram-se valores para a constituição de uma série, como no caso do Produto Municipal.

Para tanto foram identificadas e utilizadas estatísticas econômicas e sociais e construídos indicadores a partir de diferentes bancos de dados, de modo a cobrir o conhecimento dos dois aspectos levantados, ou seja, a dinâmica recente da base econômica e tendências em perspectiva, assim como sobre o quadro geral das características funcionais dos diversos extratos da hierarquia urbana e das condições de vida no município, no contexto metropolitano e baiano. Tal diversidade de fontes e de metodologia utilizada implica, obviamente, necessidade de maior atenção crítica quando da utilização da informação.

O presente documento apresenta informações da dinâmica da economia municipal. Concentrou-se atenção nas informações derivadas dos seguintes indicadores: histórico de arrecadação do ICMS municipal, metropolitano e estadual, desagregado por níveis de atividade; evolução do consumo e do número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo; comportamento das variáveis cruciais do turismo, como níveis de ocupação nos equipamentos de hospedagem, fluxos nacionais e internacionais, receitas geradas, etc; histórico da ocupação formal de mão-de-obra, por setores, níveis de escolaridade, etc; série evolutiva do PIB baiano e indicadores de produção física para a Bahia. Vale salientar que os problemas identificados na base de dados do Valor Adicionado Fiscal impedem uma completa utilização para a análise, motivo pelo qual a pesquisa teve que se valer de algumas aproximações, devidamente justificadas.

Acrescida de informações qualitativas, obtidas junto à diversos órgãos acadêmicos e de planejamento, pode-se fundamentar a montagem do quadro econômico da capital baiana. Este quadro geral fornece uma visão geral da importância do município no sub-sistemas de cidades que polariza, assim como nas chamadas novas territorialidades definidas a partir da análise das tendências econômicas recentes.

Este texto tentará discutir essas questões, organizando sua elaboração em duas partes:

- I. “Caracterização Geral e Evolução Recente da Economia Soteropolitana”, que contempla aspectos gerais da sócio-economia local. Nas subseções, serão analisadas: a) as transformações estruturais da indústria no período 1986-97, suas características e as principais modificações da estrutura produtiva; b) a evolução recente do seu setor terciário, particularmente das atividades relacionadas ao turismo, embora, neste caso, padecendo de informações censitárias mais atualizadas e tentando, a partir de um conjunto de diferentes fontes e informações, parciais e mesmo incompletas, analisar as trajetórias recentes desse importante setor; e c) a situação do emprego formal, nas atividades econômicas locais.
- II. “Cenários, Perspectivas e Sugestões para a Formulação de Estratégias Locais”, escrito a luz das transformações recentes e das trajetórias possíveis da economia brasileira, baiana e local, tenta mostrar cenários para a economia local. O cenário “básico”, parte das trajetórias específicas de crescimento das atividades, de acordo com o comportamento da economia local no período 1986-1998. Na medida do possível, serão consideradas intenções de investimento ou projetos já iniciados, que poderão trazer impactos setoriais na economia local. Todavia, o cenário “básico” será mantido, até porque há necessidade de uma referência menos inconsistente do que aquela que se pode derivar de simples “intenções” ou propaganda oficial.

Feitas as projeções, contudo, advertir-se-á o leitor para os perigos de uma desestruturação produtiva nacional e de crescimento da crise social no ambiente urbano. Como contraposição - porém limitada - apontar-se-á algumas ações e atitudes defensivas e estimulantes, para o fomento às atividades econômicas, como forma de absorção de excedentes sociais atualmente desassistidos ou excluídos.

I. CARACTERIZAÇÃO GERAL E EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA SOTEROPOLITANA

1. O Contexto Nacional e Regional

A amplitude temporal e espacial da crise dos anos 80 foi fator importante para a redução do ritmo de crescimento das economias estaduais nordestinas. Além de ações cada vez mais tímidas no âmbito das políticas sociais, do “desmonte” da estrutura executiva do Estado e da ausência de políticas industriais e regionais, a crise econômica e fiscal provocaria redução dos investimentos diretos do setor público em infra-estrutura. A sucessiva eliminação dos incentivos fiscais regionais e setoriais, existentes na década de 70, deixaria de atrair investimentos para a periferia nacional¹. E, além do mais, o governo de São Paulo passaria a conferir maior incentivo ao crescimento industrial no interior, restando atividades econômicas nos seus limites territoriais.

A crise dos anos 80 provocou mudanças nas políticas exercidas até então pelo Estado nacional, que refletiram no processo de **desconcentração econômica**. É bom que se frise que o país havia passado por um período de excepcionais taxas de crescimento (salvo alguns períodos curtos de crise, mais do que compensados pela retomada posterior do crescimento), superiores à maioria dos países capitalistas, tendo alcançado a posição de "oitava economia do planeta".

A variável-chave dos anos anteriores, isto é o investimento público sofreria considerável retração. A generalização da crise da dívida, no *front* externo, e o arrefecimento do processo inflacionário potencializaria a incerteza quanto ao futuro de longo e curto prazos, com riscos crescentes, altos juros, redução e corte do financiamento externo e retração do crédito interno, que se tornou caro e escasso. Com essa conjuntura

¹ - Refere-se a periferia do capital, isto é àqueles espaços regionais onde o capital instalado não tem poder decisório, estratégico.

adversa, cairia o investimento privado, principalmente aquele que poderia ser destinado à periferia nacional, (exceto em alguns setores com possibilidades de inserção internacional competitiva, como foi o caso da celulose na Bahia). Nos termos de Celso Furtado, interrompeu-se a construção do desenvolvimento brasileiro, repercutindo significativamente sobre o Nordeste, região mais atrasada e dependente da ação do Estado.

Desarticulava-se o padrão de crescimento vigente desde os anos 50, sem que houvesse fortes vínculos que possibilitassem a construção imediata de novas fontes de dinamismo. O elevado grau de instabilidade macroeconômica ficou expresso em ciclos de crescimento ou retração de curta duração e arrefecimento do processo inflacionário. Fragilizaram-se as relações intersetoriais e multiplicaram-se os impasses decorrentes da rápida obsolescência da indústria de bens de capital, em geral implantada sob o paradigma da 2ª Revolução Industrial, num momento em que já começavam a se tornar necessárias as novas tecnologias disponíveis nos países centrais.

Diversos fatores viriam contribuir para uma redução no ritmo de crescimento da produção periférica a partir de então. De um modo geral, a política comercial do país, com valorização cambial e extremada abertura terminaram impondo pesados ajustes nas atividades industriais, implicando crescimento da produtividade porém com acréscimo de desemprego e crise em regiões/cidades onde a base industrial era pouco competitiva (p.ex., na indústria de calçados, em Franca (SP) ou no Vale dos Sinos (RS); ou na atividade têxtil, na região de Americana (SP)). A reestruturação produtiva e organizacional não aconteceria mais na base de estratégias defensivas, como na década anterior. As intenções de privatizar, as propostas de reformas administrativa e previdenciária, de flexibilização do mercado de trabalho, entre outras, aliadas a estabilidade mundial dos preços, funcionavam como garantias governamentais para aumentar as intenções privadas de investimentos.

À falta de iniciativa do Estado nacional, no que concerne a indução do investimento em áreas menos desenvolvidas ou carentes do país, a iniciativa privada respondeu com movimentos de desconcentração de atividades menos exigentes em tecnologia. Observou-se a realocação de empreendimentos da indústria têxtil, do vestuário, de calçados, alimentos e bebidas, que passaram a instalar-se na região Nordeste. Por se tratar de atividades de características trabalho intensivas, encontraram na região um "porto seguro"

para viabilizar seus lucros, perante um mercado globalizado que exige maior competitividade. E esta competitividade seria “conseguida” na medida em que reduziam-se custos privados de produção, seja pela “guerra fiscal”, pela inexistência ou incipiência de sindicatos locais combativos ou pelos baixíssimos salários que poderiam impor – fatores essenciais de uma *competitividade espúria*, na ausência de investimentos privados e estatais em tecnologia ou de outras políticas públicas (re)estruturantes. Por outro lado, os novos investimentos em atividades mais intensivas em conteúdo tecnológico passaram a procurar o estado de São Paulo e, em menor escala, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Neste contexto, as plantas industriais instaladas previamente na periferia nordestina tiveram que passar por processos de reestruturação, adaptando-se aos novos parâmetros de competitividade internacional, competindo com produtos importados na disputa pelo mercado interno localizado no centro dinâmico do país. Política industrial passou a ser tratada como coisa de um passado intervencionista e o Estado delegava à iniciativa privada o poder da iniciativa do desenvolvimento regional, saindo à reboque das decisões privadas de investimento. A intensificação da “guerra fiscal” ficou patente a partir de 1995, quando unidades da federação e municípios passaram a oferecer vantagens as mais diversas, para além daquelas oferecidas pela União (p.ex. reduções, créditos e/ou isenções fiscais, empréstimos a juros baixos, doações, etc) visando atrair investimentos de montadoras de veículos.

Tabela 01
Brasil: Estrutura Regional do PIB e por Unidades Selecionadas da Federação

Região / Estado	1985	1988	1990	1995	1996	1997	1998
NORTE	4,1%	4,2%	4,9%	4,8%	4,7%	4,8%	4,9%
NORDESTE	13,5%	13,0%	13,1%	12,5%	12,4%	12,3%	12,7%
MA	0,9%	1,1%	1,1%	1,0%	1,0%	0,9%	1,0%
PI	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
CE	1,6%	1,4%	1,6%	1,7%	1,7%	1,8%	1,8%
RN	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%
PB	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%
PE	2,5%	2,4%	2,5%	2,3%	2,3%	2,3%	2,3%
AL	0,7%	0,9%	1,0%	0,8%	0,8%	0,7%	0,8%
SE	0,7%	0,5%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
BA	5,1%	4,6%	4,2%	4,1%	4,1%	4,0%	4,1%
SUDESTE	59,1%	60,2%	58,2%	58,9%	59,9%	60,0%	59,4%
MG	9,45%	10,00%	9,51%	9,91%	9,77%	9,92%	9,83%
ES	1,69%	1,82%	1,48%	1,55%	1,55%	1,47%	1,51%
RJ	11,68%	10,53%	12,41%	10,33%	10,96%	10,96%	11,07%
SP	36,3%	37,9%	34,9%	37,1%	37,6%	37,7%	37,0%
SUL	17,7%	16,9%	16,8%	16,7%	15,9%	15,8%	15,9%
CENTRO OESTE	5,6%	5,7%	6,9%	7,2%	7,0%	7,1%	7,2%
BRASIL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IPEA. SILVA e MÉRIDA (1999).

É claro que este tipo de atitude autofágica dos estados e municípios só poderia redundar em aumento da fragilidade daquelas economias mais débeis ou ainda carentes de políticas regionais ativas. Neste contexto, a região Nordeste passou a ter seu ritmo de crescimento, principalmente industrial, reduzido, quando comparado àquele registrado em décadas anteriores. E isto já se pode verificar nas estimativas do IPEA para os anos oito anos da década de 90. O PIB continuou concentrado na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo (vide Tabela 01). Observa-se um aparente estancamento do processo de desconcentração econômica que vinha acontecendo no país até 1985. Todavia, os resultados estaduais das regiões Norte e Centro-Oeste fizeram com que estas regiões aumentassem suas participações, enquanto Nordeste e Sul perdem importância no contexto nacional.

A economia nordestina passou de 13,5% para 12,7% do PIB do país. Com exceção da agropecuária e de algumas atividades do setor terciário, como comércio e outros serviços, que observaram baixo acréscimo de participação, as demais atividades econômicas nordestinas perderam participação nos respectivos PIB's setoriais do país (ver Tabela 02).

Ainda que inexistam estatísticas mais refinadas, pode-se ver os efeitos sobre a estrutura econômica regional. Apesar do crescimento industrial, este setor vem perdendo participação na geração do PIB nordestino ao tempo em que as atividades agropecuárias passaram de quase 17%, em 1985, para quase 19% em 1995. Com isto, o conjunto das atividades do setor terciário aumentou sua participação no PIB, passando de quase 51% para 54,5% entre 1990 e 1995.

Tabela 02

Nordeste: Participação Regional no PIB Setorial e no PIB Total do Brasil (%)
(1985-1998)

PIB Setorial	1985	1990	1995	1998
Agropecuária	17,2	19,6	16,8	16,4
Indústria	12,1	10,2	9,8	11,4
Construção Civil	17,5	15,0	14,9	17,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13,6	13,4	12,6	15,5
Terciário	13,6	13,2	13,1	12,6
Comércio	16,8	17,0	17,2	17,4
Transportes	9,0	9,3	8,6	9,1
Comunicações	12,3	11,9	12,5	12,6
Instituições Financeiras	12,1	10,2	10,1	10,3
Administrações Públicas	16,8	15,8	14,9	14,8
Aluguéis	12,8	12,1	10,6	9,5
Outros Serviços	12,6	12,7	13,0	13,2
Total	13,5	13,1	12,5	12,7

Fonte: IPEA. SILVA e MÉRIDA (1999)

Observação: PIB a Custo de Fatores. Percentuais obtidos com a inclusão de imputação financeira;

Em 1998, a economia nordestina mostrava sinais de recuperação da crise do período 1992-1993, mas insuficiente para recuperar sua participação no PIB nacional, observada em 1985. Tal desempenho poderia estar relacionado, em parte, ao melhor desempenho da economia paulista, que voltou a comandar a demanda de parcela considerável dos produtos gerados na região. Observa-se, por outro lado, no período pós-1995, um movimento de instalação de plantas industriais mais intensivas em utilização de mão-de-obra, em busca de competitividade (espúria). Entretanto, o processo de desconcentração econômica, ainda que de forma mais lenta e qualitativamente diferente, parece ter sofrido inflexão nos anos 90. O afastamento do Estado da condução do processo de desenvolvimento regional e as estratégias empresariais das grandes corporações tem contribuído para estreitar os laços da economia regional com o mercado internacional de produtos industrializados de consumo intermediário – o que dá alguma sobrevida aos grandes projetos aqui instalados.

A adoção de estratégias competitivas empresariais, estimuladas pela (falta de) política industrial ou regional pós-Real, possivelmente terá contribuído para reforçar processos de reconcentração em setores intensivos em tecnologia. Enquanto grandes projetos, como o da petroquímica baiana, enfrentam momentos de redefinição tecnológica, para adequação aos novos requisitos da demanda internacional (e mesmo nacional) por novos insumos.

2. O Contexto Estadual e Metropolitano

Um fenômeno que se observa nos anos 90, é a desconcentração intra-regional em pequenas proporções. Os dados do IPEA confirmam a Bahia como a maior economia estadual da região. Todavia, desde 1985, na divisão intra-regional do PIB, a Bahia passou a contribuir relativamente menos (de 37,8% do produto regional em 1985, reduziu sua participação para 32,3%, em 1998). Nos anos 90, a desconcentração intra-regional nordestina se mantém, mas verifica-se também a constituição de dinâmica associada à geografia da reestruturação da indústria brasileira pós-abertura, refletida no crescimento da

participação do estado do Ceará e, em menor escala, do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. A descoberta de novas bacias petrolíferas neste estado fez crescer sua participação na produção industrial nordestina.

Diversas empresas têm se deslocado para a região, com destaque para o estado do Ceará, menos em decorrência dos incentivos regionais, e mais em vista de incentivos estaduais, da ‘guerra fiscal’, e da busca de redução de custos operacionais e ampliação de mercados. O Ceará era responsável por cerca de 18,5% do pessoal ocupado e 18,1% da remuneração regional, em 1994, se aproximando daquelas registradas para o estado de Pernambuco (cf. IPEA/IBGE/UNICAMP, 1999). Está acima deste no caso do número de estabelecimentos, o que deve traduzir um perfil de empresas de menor porte que as pernambucanas. Já o estado da Bahia mantém seu perfil pós-*nova indústria* de economia de maior intensidade de capital, ao apresentar uma proporção inferior de pessoal ocupado em relação à sua proporção de estabelecimentos e do valor das remunerações nos totais regionais, acima de 1/3.

Em síntese, pode-se afirmar que entre 1985 e 1998, o processo de desconcentração intra-regional nordestino foi de pequenas proporções. A intensificação da inflação e da crise econômica e política, que impactou o país na primeira metade dos anos 90, contribuiu certamente para a redução deste processo, que mesmo em períodos anteriores apresentava-se tímido.

Vários estados nordestinos conseguiram ter desempenho superior ao da Bahia – mesmo porque tais índices foram alcançados a partir de bases econômicas pequenas². Ao longo dos anos 80, a economia baiana manteve índices de crescimento econômico acima da média nacional.

Este comportamento específico decorreria não só do complexo competitivo da petroquímica, localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), mas também da siderurgia do cobre, da produção de madeira, papel e celulose, da agroindústria de

² A Bahia, que alcançara taxas de crescimento acima da média regional nos anos 50 e 60, e elevado ritmo nos anos 70, partia de uma base produtiva relativamente maior nos anos 80. Em 1985, o PIB baiano correspondia a 5,7 vezes o do Rio Grande do Norte, por exemplo. Mesmo perdendo participação, sua economia correspondia a 2,3 vezes a cearense e a 4,5 vezes a potiguar, em 1998.

alimentos (inclusive decorrente de projetos de irrigação) e, mais recentemente os investimentos em turismo. A indústria de transformação cresceu até responder por quase $\frac{1}{4}$ do PIB estadual, com a petroquímica passando a contribuir com mais de 50% do produto industrial baiano.

As pesadas inversões de capitais privados e estatais, principalmente nos setores petroquímico e de metalurgia do cobre, contribuiriam para manter crescente até 1987 a participação da indústria de transformação no PIB estadual, em níveis superiores aos da agropecuária. A indústria de transformação cresceu até responder por quase $\frac{1}{4}$ do PIB estadual, com a petroquímica passando a contribuir com mais de 50% do produto industrial, mostrando o caráter setorialmente concentrado do processo de desconcentração econômica do país. Mas a persistência da crise econômica nacional dos anos 80, mormente no pós-Plano Cruzado, a indústria baiana diminuiu seu ritmo de crescimento e, consequentemente, sua participação no PIB estadual.

Deve-se ressaltar o desempenho da indústria da construção civil. A atividade que vinha perdendo participação no PIB estadual, começou a crescer a partir de 1989 e, até 1998, o setor conseguiria mais do que duplicar sua participação. Tal desempenho poderia ser em parte explicado pela relativa queda na atividade industrial e comercial, aliada ao próprio crescimento da atividade turística, com a ampliação de hotéis, revitalização do Pelourinho, obras de infra-estrutura rodoviária no Litoral Norte, e empreendimentos imobiliários destinados ao consumo da classe média, tais como apartamentos, shoppings e equipamentos de lazer. Além do mais, o perfil demográfico de Salvador e dos grandes centros urbanos vem se modificando: a faixa de idade de maior frequência é aquela que tende a demandar mais habitação; por outro lado, é cada vez mais frequente o número de famílias menores, de solteiros que moram sozinhos, etc. (vide estudo sobre demografia).

O conjunto das atividades terciárias de cresceu em importância, na construção do Produto baiano. Aluguéis de Imóveis, Serviços Prestados às Empresas e Administração Pública, foram as atividades que mais aumentaram suas participações. Em que pese o crescimento do terciário, o Comércio manteve trajetória de perda de participação no PIB, principalmente a partir da recessão de 1992, com a recessão econômica, e depois agravada pelo crescimento do desemprego, provocado pela política de estabilização

macroeconômica, a partir de 1996.

No “balanço” intra-estadual baiano, houve mudança de pesos relativos das atividades ao longo do período 1975-1998, com a participação da indústria de transformação ultrapassando a da agricultura (Tabela 03). A taxa média de crescimento da economia baiana (3,7% entre 1975 e 1998, segundo a SEI³) continuou relativamente menor do que as dos demais estados nordestinos. O auge do ciclo de expansão da economia baiana, particularmente de sua indústria, foi alcançado entre 1984 e 1986, quando o estado era responsável pela produção industrial de quase 44% do Nordeste e mais de 5% do país.

Tabela 03
BAHIA: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES
E PREÇOS CONSTANTES SEGUNDO CLASSES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
1975-1998

Classe de Atividade \ Ano	1975	1980	1985	1988	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuária	25,5	16,5	17,5	12,5	8,6	9,1	7,4	7,0	10,8	10,0	9,3	9,6	8,3
Indústria Extrativa Mineral	8,8	4,5	6,0	3,0	2,2	2,0	2,3	2,4	2,1	1,7	1,4	1,2	1,2
Indústria de Transformação	13,7	21,6	23,9	24,7	21,5	21,1	21,9	21,3	22,6	21,5	20,8	19,7	20,8
Serviços Ind. de Utilidade Pública	2,0	3,6	3,5	4,9	3,6	3,5	3,3	3,4	4,1	3,1	3,1	3,2	3,5
Construção	3,9	5,5	6,2	4,3	6,7	6,6	6,0	6,2	6,7	8,3	9,0	10,5	11,3
Alojamento e Alimentação			2,1	1,9	2,8	2,8	2,2	2,5	2,4	3,0	2,7	3,3	3,3
Comércio *	18,0	20,5	11,2	13,1	12,6	13,0	10,3	9,2	10,5	9,9	10,2	9,3	8,7
Transporte, Armaz. e Comunicações	4,0	4,5	3,2	4,2	4,6	5,1	4,7	4,1	4,8	6,3	7,1	6,8	6,4
Instituições Financeiras			6,3	7,8	9,2	7,4	12,5	13,1	8,2	4,4	3,9	4,3	4,3
Aluguel de Imóveis **	13,8	14,0	9,3	8,4	9,8	11,1	11,4	10,7	12,3	12,9	13,3	12,7	12,8
Serviços Prestados às Empresas			1,8	2,2	2,7	3,1	2,8	2,8	2,8	3,1	3,4	3,8	3,8
Administração Pública ***	10,3	9,3	6,4	7,7	8,2	6,7	5,8	7,0	7,7	8,8	8,8	8,7	8,8
Outros Serviços			2,6	5,3	7,6	8,6	9,3	10,3	5,0	7,2	7,0	6,9	6,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI

Observações: * - Nos anos de 1975 e 1980, além do comércio, serviços de alojamento e alimentação;

** - Nos anos de 1975 e 1980, inclui serviços de instituições financeiras;

*** - Nos anos de 1975 e 1980, inclui serviços prestados às empresas e outros serviços.

A indústria baiana sofreria os efeitos da desaceleração econômica nacional, porém

³ - Aliás, de acordo com a SEI, as taxas anuais de crescimento do PIB baiano para os períodos 1980-1990 e 1990-1998 são, respectivamente, 2,5% e 1,86%. Vale ressaltar que os números da SEI não coincidem com os do IBGE e do IPEA, no que se refere à estrutura do PIB estadual, conforme pode se ver, comparando-se os dados com os da Tabela A.1 (ANEXOS).

com certa defasagem temporal e em menor intensidade, por conta dos *linkages* nacionais de seus principais ramos e do crescimento de suas exportações: a) entre 1986 e 1988, não haveria crescimento do produto industrial; e b) entre 1990 e 1992, quando o índice industrial seria reduzido em 8 pontos, para logo voltar a recuperar-se em 1993.

A RMS é responsável por mais da metade da produção baiana e concentra mais de 80% da indústria de transformação do estado. A concentração industrial no espaço metropolitano fez com que grandes contingentes populacionais fossem consolidados, provocando extensas manchas urbanas, de espaços conurbados, principalmente entre o centro, Salvador, e a Ilha de Itaparica, Lauro de Freitas e o litoral de Camaçari.

Tabela 04

Relação PIB *Per Capita* Regional ou Estadual / PIB Brasil a Custo de Fatores
1985-1998

Regiões e Estados	1985	1988	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998
NORTE	66,3%	63,6%	73,0%	67,3%	68,0%	67,1%	66,0%	65,6%	66,4%
NORDESTE	46,5%	44,7%	45,3%	42,3%	41,4%	43,7%	43,7%	43,4%	44,8%
MA	27,2%	34,0%	33,1%	25,0%	25,4%	29,0%	28,7%	27,0%	29,7%
PI	23,6%	23,2%	29,3%	23,7%	24,1%	28,9%	28,6%	28,6%	28,9%
CE	35,8%	33,0%	36,7%	38,5%	36,3%	40,1%	39,7%	40,8%	42,1%
RN	53,2%	51,8%	50,2%	46,2%	42,8%	46,9%	47,9%	50,0%	54,1%
PB	30,6%	33,3%	37,3%	33,3%	33,8%	35,7%	36,3%	35,9%	36,1%
PE	49,7%	48,9%	50,6%	49,7%	46,6%	47,8%	49,2%	49,5%	49,8%
AL	43,7%	52,9%	57,5%	49,7%	41,8%	48,9%	47,1%	44,1%	46,1%
SE	70,1%	45,7%	59,4%	55,3%	48,8%	53,1%	52,2%	52,0%	52,2%
BA	64,2%	57,4%	51,9%	49,7%	52,0%	51,7%	51,2%	50,6%	52,1%
SUDESTE	137,2%	140,4%	136,1%	139,8%	139,1%	138,1%	140,4%	140,7%	139,4%
MG	86,1%	92,3%	88,3%	91,9%	94,6%	93,2%	92,1%	93,7%	93,0%
ES	97,2%	103,5%	83,6%	86,4%	84,5%	87,0%	86,9%	82,2%	84,2%
RJ	128,4%	118,3%	141,2%	130,5%	125,5%	120,6%	128,5%	129,0%	130,9%
SP	170,5%	177,0%	162,3%	171,6%	171,0%	171,2%	173,1%	173,0%	169,7%
SUL	114,0%	110,7%	110,9%	111,1%	115,8%	111,2%	106,1%	106,0%	106,4%
CENTRO OESTE	91,4%	91,7%	109,0%	103,8%	100,7%	107,7%	105,1%	104,7%	105,3%
DF	159,0%	183,8%	254,8%	222,3%	225,6%	230,9%	220,4%	225,3%	229,5%
BRASIL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IPEA. SILVA e MÉRIDA (1999).

Apesar de possuir o maior PIB do Nordeste e o 6º do país, a Bahia ainda ostenta uma baixa distribuição dessa riqueza: seu PIB *per capita* correspondia a 52,1% da média nacional e, na região Nordeste, era superado pelos estados de Sergipe (52,2%) e Rio Grande do Norte (54,12%) (vide Tabela 04). Como “consolo”, resta constatar que, no período 1985-1998, a Bahia teve uma redução no PIB *per capita* ligeiramente menor do que a ocorrida no agregado total.

De acordo com estudos da SEI (A Bahia no MERCOSUL), a aglomeração metropolitana tem uma arrecadação de ICMS que corresponde a mais de 70% de todo o

imposto arrecadado pelo estado e um índice de renda municipal que ultrapassa 60% do total baiano. O consumo metropolitano de energia elétrica por área territorial (MwH/Km²) é 50 vezes o consumo médio da Bahia.

A cidade de Salvador e seu entorno metropolitano concentram a maior parte da circulação monetária do estado, sendo a principal praça financeira, comercial e de serviços. Salvador concentra a sede das grandes empresas, assim como centraliza a burocracia estatal, atraindo serviços e grandes volumes de depósitos bancários. Dados do Banco Central mostram que a capital (79,5%), Simões Filho (0,4%), Lauro de Freitas (0,3%), Candeias (0,2%) e Camaçari (1,27%) eram responsáveis por mais 80% dos depósitos bancários do estado, em 1996. Tais participações não refletem os resultados das atividades produtivas nos seus respectivos espaços urbanos. Se isto ocorresse, a produção de Camaçari, por exemplo, justificaria o maior volume de depósitos nas agências bancárias ali localizadas. Acontece que em Salvador se concentra a maioria das atividades terciárias do estado que, por meio do comércio ou da prestação de serviços ou via pagamentos da burocracia estatal, movimenta e atrai recursos das diversas regiões produtivas do estado. Ao mesmo tempo, a automação do sistema financeiro facilita a concentração e movimentação de recursos *on line*, favorecendo praças mais sofisticadas onde ocorre a maioria dos grandes fluxos monetários. Por outro lado, tais números mostram a fragilidade das cidades da RMS – principalmente pela falta de infra-estrutura urbana, pelo baixo dinamismo comercial e pela insuficiente ou inadequada oferta de serviços modernos – uma vez que não conseguem reter recursos nelas gerados, sofrendo os efeitos da esmagadora concorrência que vem desde Salvador.

A RMS abriga uma zona portuária e aeroportuária de integração entre a produção industrial do COPEC, CIA, CIS (Centro Industrial do Subaé, em Feira de Santana) e de outros municípios, com outras regiões do país e do mundo. Esta facilidade de acesso aos fluxos comerciais extra-regionais fazem com que a RMS responda por cerca de 65% do total das exportações do estado e por 90% das exportações baianas que se destinam ao Mercosul (isto corresponde, em média, no período 1990-1995, a mais de 60% dos fluxos de exportação nordestinos, com destino ao conjunto dos países do Mercosul), principalmente de produtos petroquímicos.

De acordo com estudos realizados pela SEI (Cidades da Bahia, 1997:25) apenas quatro dos seus municípios (Salvador, com 37%, Camaçari, São Francisco do Conde e Simões Filho), concorrem com mais de 55% da produção estadual. Os demais municípios da RMS se apresentam ou como “reservas territoriais” para futuros investimentos industriais de porte, ou como áreas de expansão da conurbação.

A consolidação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) modificou a estrutura urbana da Região Metropolitana de Salvador, e de diversas cidades de pequeno porte no interior do estado. O crescimento industrial concentrado fez surgir diversas atividades terciárias. O crescimento, principalmente de atividades industriais – mas também do turismo – criou opções e atraiu novos investimentos extra-regionais, muitos deles ligados às correntes internacionais de capital, fazendo com que os capitais baianos, formados na agricultura, na especulação fundiária rural e urbana, nas empreiteiras e em outros setores, se convertessem em capital articulado no mercado financeiro internacional.

Este desempenho repercutiu na estrutura urbana estadual, mantendo fortes atrativos para o aglomerado metropolitano, concentrando infra-estrutura e serviços especializados, para além das já tradicionais funções de porto exportador e de sede político-administrativa do estado.

3. Complementaridade e Terciarização Metropolitana

O distanciamento populacional e econômico de Salvador, quando comparado ao restante da rede urbana estadual, é gritante. Uma primeira explicação estaria relacionada à presença crescente de investimentos que inserem relações tipicamente capitalistas, via complexos industriais e atividades modernas – o que não tem impedido a proliferação, em menor escala, de relações de produção não-capitalistas. Esta constatação seria complementada pela observação da concentração de elementos infra-estruturais, tais como redes de saneamento, de distribuição de água, de estradas e ruas adequadas, a concentração

de meios de comunicação (emissoras de rádio, de televisão, jornais etc), assim como a concentração de organismos financeiros, de instituições de ensino e pesquisa.

A complementaridade entre os núcleos de atividade existentes nos subespaços metropolitanos (Camaçari, Simões Filho, São Francisco do Conde, com alta concentração industrial; Lauro de Freitas, como área residencial e comercial conurbana; litoral de Camaçari e Ilha de Itaparica, com crescentes fluxos de turistas e de investimentos derivados) contribui para o crescimento populacional e economicamente “desigual e, ao mesmo tempo, combinado”.

A partir dos anos pós-1980, Salvador vem sendo crescentemente demandada para atender ao turismo de negócios – derivado do crescimento do COPEC, CIA e das novas atividades no interior do estado (Barreiras, Juazeiro, Porto Seguro etc). Mas o aproveitamento das belezas naturais e do patrimônio histórico e cultural da cidade fez com que se consolidasse, também, o turismo voltado para o lazer. Com isto, a atividade turística passou a canalizar grandes volumes de capitais privados e estatais, que promoveram uma autêntica “reforma urbana” em Salvador.

Aliás, desde os anos 70, o Estado investira na construção de amplas avenidas de vale, na implantação de um novo centro administrativo. A partir dos anos 80, os incentivos estatais para a ampliação de empreendimentos voltados para o turismo dão novo impulso principalmente no que diz respeito ao surgimento e ampliação de hotéis de alto padrão, voltados para o turismo internacional. Nos anos 90, foi revitalizada a área do Pelourinho, considerada patrimônio da humanidade. A mídia local e nacional “descobriu” e passou a incentivar fortemente os artistas locais e as manifestações populares – principalmente o carnaval –, instalando estúdios e financiando eventos e bandas de “*axé music*”, forró, etc.

Na direção do Litoral Norte, ampliaram-se as condições de tráfego para acesso às praias, beneficiando o litoral de Camaçari. Investiu-se na infra-estrutura de *ferry boat*, intensificando o fluxos comerciais, de turistas e de trabalhadores, entre o continente e a Ilha de Itaparica. Complementarmente, floresceram investimentos imobiliários destinados ao consumo da classe média, *shoppings*, *villages* e equipamentos de lazer.

Com todos estes predicados, Salvador estende seu leque de relações econômicas e

culturais com outras localidades do estado e do país. O IBGE, por meio do REGIC, detectou, em 1993, ampla interação com (e centralidade espacial sobre) todos os importantes aglomerados urbanos e centros regionais baianos, bem como sobre as aglomerações urbanas próximas a Aracaju e outras cidades do estado sergipano. Por outro lado, decisões econômicas importantes, adotadas no espaço metropolitano, são cada vez mais emanadas de outros centros do país, mormente São Paulo, ou mesmo do exterior (IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP, 1999).

Salvador concentra a maioria dos serviços especializados em educação de nível superior e de apoio científico e tecnológico da Bahia. Abriga duas universidades públicas (uma federal, a UFBA, e o principal campus de uma estadual, da UNEB) e duas privadas (Universidade Católica do Salvador e a UNIFACS); diversas faculdades isoladas (Visconde de Cairu, Ruy Barbosa, Baiana de Medicina, FTE, entre outras) e centros de ensino superior (Unyahna, Faculdades Integradas da Bahia etc.); e instituições de ensino técnico e de fomento à pesquisa científica e tecnológica, mantidos tanto com recursos públicos quanto pela iniciativa privada. Esta concentração – cuja oferta cresceu por necessidade dos capitais modernos que se instalaram na região –, contudo, está aquém das efetivas necessidades sociais e culturais da população, muito menos para criar condições favoráveis à atração de capitais que utilizem novas tecnologias.

4. Evolução da Estrutura Econômica de Salvador

Em momento de desmonte do aparato estatístico estatal, a precariedade das estatísticas setorial e geograficamente desagregadas é um fator que inibe estudos mais aprofundados, de medição dos fluxos econômicos que perpassam os municípios brasileiros. A análise regional e urbana vale-se de indicadores esparsos, sem contornos claramente definidos, reunidos para aproximar a “lente” do pesquisador à realidade analisada. Salvador não foge à regra geral. A evolução econômica recente deste município só pode ser acompanhada através de indicadores indiretos.

Estimativas podem ser feitas, partindo-se de indicadores tais como arrecadação do ICMS (a partir das Guias de Informação e Apuração – GIA's), da utilização de energia elétrica – importante insumo nas atividades econômicas – ou do número de empregados utilizados nas diversas atividades formalmente registradas, a partir dos registros dos Relatórios Anuais de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS). Uma opção mais refinada seria a utilização de matrizes de relações intersetoriais que, apesar de disponíveis para a Bahia até 1991, utilizam coeficientes estimados com base na tecnologia observada no censo econômico de 1985.

Esforços têm sido realizados no sentido de encontrar-se uma medida mais adequada à análise do desempenho econômico local. A SEI, por exemplo, em publicação de 1998 (Classificação dos Municípios Baianos), estimou que a participação soteropolitana na produção estadual de 1996 era de 37,9%. Em outra publicação (Cidades da Bahia, 1997:25) mostrou que Salvador possuía um Índice de Produção Municipal⁴ correspondente a 37, 13% da produção estadual do ano de 1994.

No presente estudo, para a maioria das estimativas setoriais do PIB municipal de Salvador, adotou-se procedimento semelhante. Entretanto, a insuficiência de informações mais desagregadas tornou necessárias hipóteses sobre os comportamentos setoriais da economia local, conforme será visto no decorrer da análise. Genericamente, o Produto municipal (Ω) será estimado de acordo com a seguinte expressão:

$$\Omega_{X_{SSA}} \cong \frac{Y_{SSA}^X}{Y_{BA}^X} \times PIB_{BA}^X . \quad [\text{Relação 4.1}]$$

Onde X refere-se à atividade econômica considerada (agropecuária, construção civil, comércio, etc); Y refere-se ou ao ICMS arrecadado ou à quantidade de pessoal ocupado na atividade; conforme o caso, e os subscritos SSA e BA correspondem, respectivamente, aos respectivos resultados econômicos de Salvador e do estado da Bahia.

⁴ - Trata-se de um Índice construído a partir da indicadores da produção agropecuária municipal, das GIA's da SEFAZ e da RAIS, conforme explicitado em BAHIA, SEI (1997:23).

Para o conjunto das atividades agropecuárias, levou-se em consideração o estoque de emprego na atividade, através da relação entre o emprego municipal e o estadual. Tomou-se como pressuposto a hipótese de que tal relação refletiria, como *proxi*, a relação entre os respectivos PIB's, municipal e estadual. Este coeficiente foi multiplicado pelo PIB agropecuário estadual, resultando no valor do Produto Municipal da atividade Agropecuária. A série, com base nesse procedimento, foi construída a partir de dados disponíveis para o período de 1986 a 1997. As extrapolações, até 2010, foram conseguidas com a análise de regressão da série original.

Para as indústrias extrativa mineral e de transformação, o procedimento foi distinto. Utilizou-se como base as informações contidas nas GIA's da Secretaria da Fazenda, relativas a arrecadação do ICMS. Primeiro, calculou-se a relação entre o ICMS pago pela atividade no município e o pago pela mesma atividade em todo o estado. O coeficiente encontrado foi multiplicado pelo valor do PIB estadual da respectiva atividade. Os produtos foram tomados como aproximações aceitáveis dos respectivos Produtos Municipais. Mas as informações disponíveis só abrangiam os anos de 1994 a 1996 e foi preciso adotar-se mais outro artifício: considerou-se a hipótese de semelhança entre as taxas de crescimento setorial do PIB estadual e as do Produto Municipal, extrapolando-se seus resultados até 1986 e 1997. Para completar a série até 2010, utilizou-se o método da análise de regressão. Idêntico procedimento foi adotado para encontrar-se o Produto Municipal das atividades de Alojamento e Alimentação e Aluguel de Imóveis.

As séries das demais atividades foram construídas com procedimentos semelhantes àquele utilizado para a Agropecuária: adotou-se como *proxi* a participação do emprego formal setorial no correspondente emprego total do estado.

A participação da arrecadação do ICMS seria um indicador mais apropriado para a medição do Produto. Todavia, não se dispõe de uma série adequada que possa servir como base para projeções. Daí porque se partiu para a utilização dos dados da RAIS. Para extrapolação das séries setoriais específicas, procedeu-se a análise de regressão, determinando-se coeficientes lineares e angulares das equações de curvas de tendência. Dos índices, obteve-se os logaritmos neperianos e da série destes, as taxas setoriais anuais de crescimento para o período 1986-1998 ou subperíodos considerados.

A adoção de tais aproximações requer o estabelecimento de pressupostos fortes, todos eles passíveis de críticas e aperfeiçoamentos. Todavia a análise deve ser pautada em algum tipo de mensuração, fazendo-se as devidas ressalvas quando outros tipos de informações qualitativas exijam tratamento diferenciado. A primeira crítica que se pode apresentar é quanto aos fluxos setoriais de arrecadação do ICMS – escapam aos registros a sonegação, o subfaturamento, e outras práticas que implicam redução da arrecadação. Por outro lado, podem ser considerados pagamentos realizados por conta de débitos acumulados, arrecadados num determinado ano. A relação entre os números do município e da Bahia, nesse sentido, pode não refletir, necessariamente, os coeficientes técnicos intersetoriais efetivamente observados na produção de cada atividade.

Depois, ao considerar os dados da RAIS, assume-se que os registros refletem o valor da produção das atividades econômicas locais e que o mercado de trabalho formal está proporcionalmente distribuído entre os espaços regionais e atividades. Todavia, como se sabe, os registros são centralizados nas sedes das empresas, em geral localizadas em Salvador – o que pode implicar números superestimados para a capital do estado.

Uma alternativa poderia ser utilizar-se uma série correspondente ao crescimento do uso de energia elétrica. Acontece que as informações estão disponíveis de forma agregada em poucas categorias de consumo e não em atividades produtivas/econômicas – o que poderia gerar deformações nas estimativas. Por outro lado, ao considerar o comportamento do consumo de energia como indicador do desempenho industrial, comercial ou de serviços, poderia estar desconsiderando-se os resultados das transformações tecnológicas, administrativas e organizacionais que se desenrolaram e intensificaram ao longo dos últimos 15 anos, principalmente nos anos 90. As novas tecnologias e processos são cada vez mais economizadores de energia. Como Salvador é o centro da economia baiana e, por isso, deve estar concentrando mais intensamente o uso de tais tecnologias ou de tais procedimentos administrativos (seu perfil organizacional acompanha o desempenho das grandes cidades e metrópoles do país e do mundo), os resultados poderiam subestimar o real comportamento setorial do Produto Municipal.

Mesmo com todo o risco da crítica e restrições metodológicas, foi possível construir uma série desagregada por atividades, compatíveis com aquelas divulgadas para o

PIB baiano. Este exercício resultou nas tabelas e gráficos que apresentam a estrutura do Produto municipal e sua participação no PIB baiano. O exercício de “aproximação” aqui realizado mostra que a economia de Salvador vem aumentando sua participação no estado da Bahia. Seja por conta do seu próprio crescimento econômico – representado pela pujança da sua estrutura terciária – seja pela relativa redução do ritmo de crescimento das economias localizadas no interior do estado, ao longo do período 1986-1998.

A Tabela 05 mostra os valores e os índices encontrados para o Produto Municipal de Salvador entre os anos de 1986 e 1998. De acordo com as estimativas apresentadas, a economia soteropolitana tem acompanhado as oscilações cíclicas das economias baiana e brasileira, tanto nos momentos de crescimento quanto nos de desaceleração (1987 e 1991-1992). Esse comportamento cíclico, todavia, correspondeu a movimentos de crescimento maiores e de queda menores do que os verificados na economia brasileira ou baiana.

Entre 1975-1980, a economia brasileira havia crescido quase 42%, ao passo que a economia baiana observava uma fase de crescimento em torno de 59%. Durante os anos 80 – a “década perdida” – a economia brasileira teve uma taxa de crescimento bastante pequena, quando comparada aos anos 70 e 60. O PIB brasileiro cresceu apenas 16%, em decorrência de uma forte crise que se abateu sobre o setor produtor de bens de capital e de bens de consumo duráveis, em geral sediados em São Paulo. Naquele momento, todavia, o Nordeste e particularmente a Bahia observavam elevado crescimento, com a maturação dos projetos idealizados pelo II PND. Apesar da crise do centro capitalista nacional, nos anos 80 a Bahia crescerá 28,5% e a economia de Salvador crescerá quase 42%.

Tabela 05

SALVADOR: INDICES E VALORES ^(*), DO PRODUTO MUNICIPAL SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS (1986-1998)

(Valores em R\$1 milhão, de 1998 - Ano Base 1996 = 100)

Anos	PIB Brasil		PIB Bahia		"Produto" Municipal de Salvador			Agricultura, Silvicultura e Pesca		Extrativa Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais de Utilidade Pública		Construção	
	Índice	Valor (R\$ bilhão)	Índice	Valor	Índice	Valor	Relação SSA/BA	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor
1986	81,9	862.052,77	91,7	34.095,06	78,2	10.760,65	31,56%	406,1	632,96	158,3	9,21	97,9	384,21	144,8	820,46	117,4	2.132,08
1987	84,9	862.486,83	86,2	32.049,36	73,3	10.094,62	31,50%	201,8	314,57	155,7	9,06	98,9	388,08	177,1	1.003,85	58,1	1.054,80
1988	84,8	862.920,90	91,6	34.039,62	77,9	10.731,32	31,53%	193,4	301,51	155,7	9,06	97,5	382,78	187,2	1.061,06	54,7	992,90
1989	87,4	863.354,96	92,7	34.458,31	86,1	11.848,58	34,39%	181,8	283,44	155,1	9,02	98,7	387,41	130,4	739,06	67,2	1.219,93
1990	83,6	863.789,03	91,1	33.858,74	86,2	11.865,66	35,04%	166,8	259,94	148,0	8,61	95,3	374,00	138,8	786,45	82,8	1.503,97
1991	84,5	864.223,09	90,5	33.631,88	85,1	11.721,50	34,85%	257,9	401,92	137,1	7,98	91,6	359,63	129,3	732,98	67,6	1.226,92
1992	84,0	864.657,15	91,4	33.988,38	80,2	11.043,33	32,49%	194,4	303,07	142,9	8,31	94,7	371,72	127,5	722,35	60,9	1.105,73
1993	88,2	865.091,22	93,6	34.814,30	85,8	11.813,13	33,93%	81,3	126,70	149,5	8,70	101,6	398,68	136,7	774,73	70,5	1.279,76
1994	93,3	865.525,28	96,9	36.025,83	87,5	12.050,70	33,45%	195,4	304,63	145,3	8,46	105,3	413,26	149,8	849,22	69,3	1.257,94
1995	97,3	865.959,35	98,2	36.494,17	99,4	13.683,29	37,49%	108,2	168,72	119,2	6,93	101,5	398,26	125,9	713,41	92,9	1.686,45
1996	100,0	866.393,41	100,0	37.180,26	100,0	13.769,12	37,03%	100,0	155,87	100,0	5,82	100,0	392,54	100,0	566,77	100,0	1.815,92
1997	103,6	866.827,48	107,3	39.894,42	108,6	14.950,73	37,48%	104,4	162,66	94,1	5,48	102,3	401,68	133,1	754,40	108,1	1.962,80
1998	103,8	867.261,54	107,6	40.022,08	109,3	15.053,44	37,61%	90,3	140,69	93,1	5,41	108,1	424,46	146,6	831,13	116,8	2.121,39

Fontes: SEFAZ - GIA's; Relatórios e Boletins diversos. SEI - Estimativas do PIB baiano; MTb - RAIS/CAGED;

Observação: (*) A base de cálculo foi o PIB baiano, a Custo de Fatores e Preços Constantes, Segundo Classes de Atividade Econômica, estimado pela SEI.

Sobre a metodologia utilizada, ver texto.

Continua na Página Seguinte

Tabela 05 (Conclusão)

SALVADOR: INDICES E VALORES ^(*), DO PRODUTO MUNICIPAL SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS (1986-1998)

(Valores em R\$1 milhão, de 1998 - Ano Base 1996 = 100)

Anos	Alojamento e Alimentação		Comércio		Transportes Armazens e Comunicações		Estabelecimentos Financeiros		Aluguel de Imóveis		Serviços Prestados a Empresas		Adm.Pública		Outros Serviços	
	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor
1986	56,7	198,10	89,8	1.745,40	44,2	695,70	38,3	660,01	68,2	1.044,23	65	440,91	81,3	1.630,48	35,6	366,90
1987	61,4	214,43	89,9	1.746,44	51,9	817,03	39,8	685,27	72,9	1.116,92	72	490,42	82,2	1.647,95	58,8	605,79
1988	67,7	236,32	89,9	1.747,59	54,8	861,65	42,2	727,10	74,4	1.140,03	77	523,38	82,3	1.649,85	106,6	1.098,08
1989	93,2	325,44	90,0	1.748,73	70,6	1.111,04	63,0	1.084,35	77,7	1.190,15	102	688,64	84,5	1.694,52	132,7	1.366,86
1990	85,8	299,54	90,0	1.749,83	59,3	933,09	49,6	854,54	78,4	1.201,28	94	638,25	87,5	1.754,02	145,8	1.502,14
1991	83,4	291,22	90,1	1.750,93	62,4	981,58	62,4	1.075,19	82,3	1.260,22	101	682,26	68,5	1.374,03	153,0	1.576,65
1992	80,0	279,37	90,1	1.751,79	58,2	915,34	48,7	839,32	86,8	1.329,24	90	609,88	54,1	1.084,15	167,3	1.723,06
1993	79,9	278,86	90,2	1.752,53	55,0	865,87	46,6	803,17	85,9	1.316,31	94	638,97	70,7	1.416,97	208,9	2.151,89
1994	86,1	300,78	97,4	1.893,92	66,1	1.039,72	60,5	1.041,53	89,6	1.372,41	97	656,86	88,2	1.768,95	111,0	1.143,02
1995	109,1	380,87	96,9	1.883,63	87,2	1.372,34	78,9	1.358,27	95,2	1.458,07	99	670,85	100,3	2.010,26	152,9	1.575,23
1996	100,0	349,23	100,0	1.943,69	100,0	1.572,92	100,0	1.722,36	100,0	1.531,54	100	677,17	100,0	2.005,12	100,0	1.030,18
1997	126,8	442,93	100,0	1.944,56	103,9	1.634,97	100,6	1.732,33	103,2	1.581,17	125	849,83	110,0	2.206,03	123,5	1.271,88
1998	126,7	442,49	93,7	1.820,89	98,8	1.554,20	100,9	1.737,88	104,1	1.593,66	125	848,38	111,8	2.240,89	125,4	1.291,97

Fontes: SEFAZ - GIA's; Relatórios e Boletins diversos. SEI - Estimativas do PIB baiano; MTb - RAIS/CAGED;

Observação: (*) A base de cálculo foi o PIB baiano, a Custo de Fatores e Preços Constantes, Segundo Classes de Atividade Econômica, estimado pela SEI.
Sobre a metodologia utilizada, ver texto.

A importância de Salvador no contexto econômico estadual pode ser atestada pela crescente participação na arrecadação do ICMS. De 30% do ICMS arrecadado em 1983, o município passaria a 32,8% ao final da década e alcançaria quase 36% da arrecadação baiana em 1997 (ver Tabela 06)

Tabela 06
Salvador: Participação Municipal⁽¹⁾ na Arrecadação do ICMS
Estadual - 1983-97

Ano ⁽²⁾	Valores Correntes Anuais		Salvador / Bahia
	Salvador	Total do Estado	
1983	0,03	0,10	30,00%
1984	0,10	0,38	26,32%
1985	0,39	1,39	28,06%
1986	1,25	3,99	31,33%
1987	3,35	10,59	31,63%
1988	19,99	70,46	28,37%
1989	370,91	1.131,41	32,78%
1990	13.846,99	38.836,19	35,65%
1991	64.665,70	167.450,16	38,62%
1992	674.600,00	1.881.700,00	35,85%
1993	13.146.900,00	39.490.600,00	33,29%
1994	377.182.400,00	1.157.475.800,00	32,59%
1995	725.238.200,00	2.098.971.400,00	34,55%
1996	980.649.500,00	2.528.302.900,00	38,79%
1997	918.589.500,00	2.562.687.700,00	35,84%

Fonte: SEFAZ/ASPLAN. *Apud SEI*, via <http://www.sei.ba.gov.br>

Notas: (1) Arrecadação da Delegacia da Receita (DEREF) de Salvador.

(2) De 1992 a 1996 dados retificados pela SEFAZ.

A crise econômica nacional se estendeu até 1992, quando a recessão atingiu praticamente todo o território nacional. Mas a recuperação a partir de 1994, trouxe nova fase de crescimento, ainda que tímido, provocada pela estabilização macroeconômica e pelo amadurecimento dos processos reestruturantes das empresas, iniciados ao final dos anos 80, assim como pelo ingresso de novos capitais na economia brasileira, interessados pela política dos juros altos. Destarte, a economia brasileira cresceria 24%, entre 1990 e 1998. A recuperação econômica, todavia, foi maior no centro do que na periferia. Como

resultado disto, a Bahia cresceria apenas 18% no mesmo período. Em decorrência da desaceleração econômica, de empreendimentos localizados no interior do estado e maior dinamismo relativo do seu terciário, Salvador aumentou sua participação média na arrecadação estadual do ICMS, quando comparados os anos 90 aos 80 (Tabela 06).

Na Bahia, o centro econômico, financeiro e administrativo, Salvador, comandaria o crescimento estadual e metropolitano nos anos 90, mantendo ritmo ainda superior à média estadual e brasileira: quase 41% entre 1990 e 1998. O desempenho das atividades terciárias, particularmente aquelas relacionadas aos serviços, faria com que a capital baiana obtivesse taxas de crescimento relativamente maiores do que a média estadual e brasileira.

As atividades de Agricultura, Silvicultura e Pesca, como seria de esperar, tiveram comportamento decrescente durante o período 1986-1998 (vide Tabela 05). Com o crescimento das funções administrativas e dos serviços, aliados com o processo de ocupação do solo urbano, provocado pela urbanização da capital, o Produto dessas atividades passou, em 1998, a 22% do valor observado em 1986.

A indústria extrativa mineral, também insignificante, do ponto de vista de sua participação no Produto Municipal (conforme pode se constatar na Tabela 07), teve comportamento oscilante durante o período considerado, mas com baixos índices de crescimento ou queda na produção. Essa trajetória deve-se ao fato de esgotarem-se as possibilidades de exploração de jazidas no território soteropolitano e a expansão da fronteira mineral para o interior do estado.

Já a indústria de transformação instalada na capital do estado quase duplicou seu Produto, no período 1986-1998 (Tabela 05). Esse crescimento deve-se, principalmente, a instalação de plantas industriais de pequeno porte que, estimuladas pelo crescimento da demanda derivada do processo de estabilização macroeconômica, foram atraídas para o entorno da capital e para a RMS. Os Serviços Industriais de Utilidade Pública mantiveram-se em patamar semelhante àquele observado no início da década do período.

A Construção Civil, cujo auge histórico aconteceu entre 1978 e 1982, passaria, desde então, por momentos de forte retração até 1994. No seu pior momento, 1988, a atividade alcançaria um índice correspondente a pouco menos da metade do Produto

realizado em 1986 (ver Tabela 05). A partir de então, a atividade passaria por franco processo de recuperação, exceto na crise de 1992.

Os serviços de Alojamento e Alimentação e de Transportes, Armazéns e Comunicações tiveram trajetórias ascendentes durante o período 1986-1998, conforme / pode ser também observado na Tabela 05. Ambas as atividades cresceram mais do que o dobro durante esse período. As demais atividades de serviços tiveram desempenho semelhante.

O Comércio, teve desempenho crescente, porém modesto em relação às demais atividades do terciário municipal. Salvador, principal centro comercial e de serviços do estado, teve um Produto da atividade comercial que oscilou, no período 1986-1998, de forma decrescente entre 16% e 12%, do Produto Municipal (conforme Tabela 07). O comércio atacadista representava, entre 1994 e 1996, aproximadamente 30% do volume arrecadado de ICMS em todo o estado. Por outro lado, o comércio varejista local contribuía com mais de 40% da arrecadação setorial do ICMS baiano, no mesmo período.

Tabela 07

SALVADOR: ESTRUTURA DO PRODUTO MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL BAIANO (1986-1998)

Ano	Estrutura Setorial do Produto Municipal						
	Total Salvador	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais de Utilid. Pública	Construção	Alojamento e Alimentação
1986	100,0%	5,9%	0,1%	3,6%	7,6%	19,8%	1,8%
1987	100,0%	3,1%	0,1%	3,8%	9,9%	10,4%	2,1%
1988	100,0%	2,8%	0,1%	3,6%	9,9%	9,3%	2,2%
1989	100,0%	2,4%	0,1%	3,3%	6,2%	10,3%	2,7%
1990	100,0%	2,2%	0,1%	3,2%	6,6%	12,7%	2,5%
1991	100,0%	3,4%	0,1%	3,1%	6,3%	10,5%	2,5%
1992	100,0%	2,7%	0,1%	3,4%	6,5%	10,0%	2,5%
1993	100,0%	1,1%	0,1%	3,4%	6,6%	10,8%	2,4%
1994	100,0%	2,5%	0,1%	3,4%	7,0%	10,4%	2,5%
1995	100,0%	1,2%	0,1%	2,9%	5,2%	12,3%	2,8%
1996	100,0%	1,1%	0,0%	2,9%	4,1%	13,2%	2,5%
1997	100,0%	1,1%	0,0%	2,7%	5,0%	13,1%	3,0%
1998	100,0%	0,9%	0,0%	2,8%	5,5%	14,1%	2,9%

Ano	Estrutura Setorial do Produto Municipal						
	Comércio	Transportes Armazens e Comunicações	Estabelecimentos Financeiros	Aluguel de Imóveis	Serviços Prestados a Empresas	Administração Pública	Outros Serviços
1986	16,2%	6,5%	6,1%	9,7%	4,1%	15,2%	3,4%
1987	17,3%	8,1%	6,8%	11,1%	4,9%	16,3%	6,0%
1988	16,3%	8,0%	6,8%	10,6%	4,9%	15,4%	10,2%
1989	14,8%	9,4%	9,2%	10,0%	5,8%	14,3%	11,5%
1990	14,7%	7,9%	7,2%	10,1%	5,4%	14,8%	12,7%
1991	14,9%	8,4%	9,2%	10,8%	5,8%	11,7%	13,5%
1992	15,9%	8,3%	7,6%	12,0%	5,5%	9,8%	15,6%
1993	14,8%	7,3%	6,8%	11,1%	5,4%	12,0%	18,2%
1994	15,7%	8,6%	8,6%	11,4%	5,5%	14,7%	9,5%
1995	13,8%	10,0%	9,9%	10,7%	4,9%	14,7%	11,5%
1996	14,1%	11,4%	12,5%	11,1%	4,9%	14,6%	7,5%
1997	13,0%	10,9%	11,6%	10,6%	5,7%	14,8%	8,5%
1998	12,1%	10,3%	11,5%	10,6%	5,6%	14,9%	8,6%

Fontes: SEFAZ - GIA's; Relatórios e Boletins diversos.
SEI - Estimativas do PIB baiano;
MTb - RAIS/CAGED;

Durante o período 1986-1998, o PIB baiano oscilou entre 4% e 4,6% do PIB nacional, sendo que já havia alcançado seu auge de participação entre 1983 e 1986, quando essa participação esteve em torno de 5%. O tamanho do Produto Municipal de Salvador manteve-se crescente nesse período, oscilando entre 32% e 38% do PIB estadual (conforme Tabela 07).

Em 1998, as atividades mais importantes, do ponto de vista da formação do Produto Municipal, eram as de Administração Pública (responsável por 14,9%), Construção Civil (14,1%), Comércio (que contribui com 12,1% do Produto) e Estabelecimentos Financeiros (11,5%). De acordo com os números da Tabela 07, somadas, as atividades econômicas do terciário local respondem por mais de 76% do Produto Municipal (se computados os serviços industriais de utilidade pública, essa participação alcançaria 82%).

No decorrer do período em análise, algumas atividades perderam a importância que possuíam e outras aumentaram sua participação na “produção” municipal. No primeiro conjunto de atividades, inclui-se a Construção Civil e as atividades primárias, da Agricultura, Silvicultura e Pesca, a Extrativa Mineral e a Indústria de Transformação. No segundo, estão as atividades de Transportes, Armazéns e Comunicações, de Estabelecimentos Financeiros e de Aluguel de Imóveis.

A “década perdida” foi um período no qual a produção nacional, em crise, pouco cresceu enquanto o produto *per capita* ficou quase estagnado: em 1990, o PIB *per capita* brasileiro correspondia a 96% do observado em 1980. E, nos anos 90, em que pese o período de estabilização macroeconômica, houve pouca melhoria na distribuição de renda brasileira. O estado da Bahia que havia obtido melhores índices do PIB nos anos 70 até meados dos 80, não conseguiria aumentar significativamente sua renda *per capita*. Entre 1986 e 1998, a Bahia aumentou em 4,5% seu PIB *per capita*, enquanto no Brasil houve aumento de 26,6% (vide Tabela 08). Salvador, cujo produto *per capita* em 1986 era 1,17 vezes superior ao do Brasil e 1,9 vezes o baiano, teria aumentado em quase 7% esse agregado, até 1998. Nesse ano, seu produto *per capita* cresceu relativamente ao nacional e estadual: 1,2 vezes o brasileiro e 2,1 vezes o agregado baiano.

Tabela 08
BRASIL, BAHIA E SALVADOR: ÍNDICES E VALORES DO PIB E DO PRODUTO MUNICIPAL *PER CAPITA* (1986-1998)

Anos	PIB Brasil				PIB Bahia				Produto Municipal de Salvador			
	Total (R\$milhão)	Índice	Per Capita (R\$mil)	Índice	Total (R\$milhão)	Índice	Per Capita (R\$mil)	Índice	Total (R\$milhão)	Índice	Per Capita (R\$mil)	Índice
1986	684.897.632	81,9	5.125	96,5	34.095	91,7	3.188	107,2	10.761	78,2	6.023	96,7
1987	709.881.319	84,9	5.213	98,1	32.049	86,2	2.935	98,8	10.095	73,3	5.484	88,1
1988	709.019.813	84,8	5.109	96,2	34.040	91,6	3.054	102,8	10.731	77,9	5.658	90,9
1989	731.418.980	87,4	5.173	97,4	34.458	92,7	3.029	101,9	11.849	86,1	6.064	97,4
1990	699.543.242	83,6	4.855	91,4	33.859	91,1	2.916	98,1	11.866	86,2	5.894	94,7
1991	706.748.537	84,5	4.827	90,9	33.632	90,5	2.834	95,3	11.721	85,1	5.648	90,7
1992	702.932.095	84,0	4.728	89,0	33.988	91,4	2.834	95,3	11.043	80,2	5.254	84,4
1993	737.516.354	88,2	4.886	92,0	34.814	93,6	2.872	96,6	11.813	85,8	5.549	89,1
1994	780.661.061	93,3	5.098	96,0	36.026	96,9	2.941	99,0	12.051	87,5	5.589	89,8
1995	813.604.957	97,3	5.238	98,6	36.494	98,2	2.948	99,2	13.683	99,4	6.266	100,6
1996	836.522.768	100,0	5.312	100,0	37.180	100,0	2.972	100,0	13.769	100,0	6.226	100,0
1997	866.827.479	103,6	5.430	102,2	39.894	107,3	3.156	106,2	14.951	108,6	6.576	105,6
1998	867.261.544	103,7	5.358	100,9	40.022	107,6	3.132	105,4	15.053	109,3	6.441	103,5

Fontes: SEI - Estimativas do PIB baiano; e Tabela 05. IBGE - Censos Demográficos, Contagem Populacional 1996.

Observação: Os PIB's estadual e nacional são aqueles divulgados pela SEI, via <http://www.sei.ba.gov.br/>, cujos valores não coincidem com os divulgados pelo IPEA, em virtude da metodologias utilizadas pelas duas instituições.

Estes números, relativamente favoráveis, não refletem necessariamente melhor distribuição de renda. Antes, resultam do crescimento econômico municipal, sem que tenha acontecido mudança proporcional para reduzir a concentração de renda ou as dificuldades da grande maioria de sua população, que continuou pobre e desassistida, sem acesso aos principais serviços públicos e privados.

Depois das transformações estruturais, pela ótica do seu Produto Municipal, examinam-se mais alguns detalhes da estrutura e do desempenho setoriais, nas seções seguintes. Inicialmente, pelas atividades industriais. Depois, o terciário, com ênfase nas atividades turísticas.

4.1. A Indústria Municipal

As Tabelas 09 e 10, apresentadas a seguir, mostram, respectivamente, os percentuais de participação de cada atividade industrial municipal no contexto estadual e a estrutura industrial de Salvador, vista sob a ótica da receita do ICMS. Originários dos fluxos anuais de arrecadação municipal e estadual do ICMS, os números das Tabelas 09 e 10, seguintes, devem ser vistos com reserva, em virtude das fortes oscilações que apresentam de ano para ano. É pouco provável que a economia local tenha sofrido oscilações tão fortes como as que, por exemplo, são observadas no comportamento da indústria química soteropolitana, nos anos de 1994 e 1996. Tais oscilações devem-se, provavelmente, mais a fatores contábeis/fiscais (por exemplo, arrecadação de dívidas relativas a exercícios anterior) do que ao acréscimo repentino de produção, em estabelecimentos já instalados ou em novas unidades industriais.

Nesse sentido, não se podem estabelecer conclusões seguras, definitivas, acerca dos comportamentos dos diversos gêneros industriais com estabelecimentos em Salvador. Apenas algumas observações, que podem servir de pistas, indicadores do desempenho e da participação de determinado tipo de produção ou de grupo de produtos, no contexto industrial do município ou do estado.

A implantação de grandes projetos industriais no âmbito da RMS, nos ramos de química, metalurgia e outros, no bojo do processo de desconcentração industrial dos anos 70 e 80, gerou estímulos interindustriais no âmbito regional, reforçando o processo de crescimento da atividade industrial instalada no núcleo metropolitano. O município começaria a sofrer pressões não só no que se refere à oferta de novas habitações e de serviços de infra-estrutura social e econômica, mas também de produtos industrializados para o atendimento dessa população e de parte das plantas instaladas em sua periferia metropolitana, a partir do momento em que tais municípios conseguissem atrair novas atividades industriais.

Tabela 09

**SALVADOR: PARTICIPAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE GÊNEROS DOS MUNICÍPIOS
NA RECEITA INDUSTRIAL DOS RESPECTIVOS GÊNEROS DO ESTADO DA BAHIA. (1994-1996)**

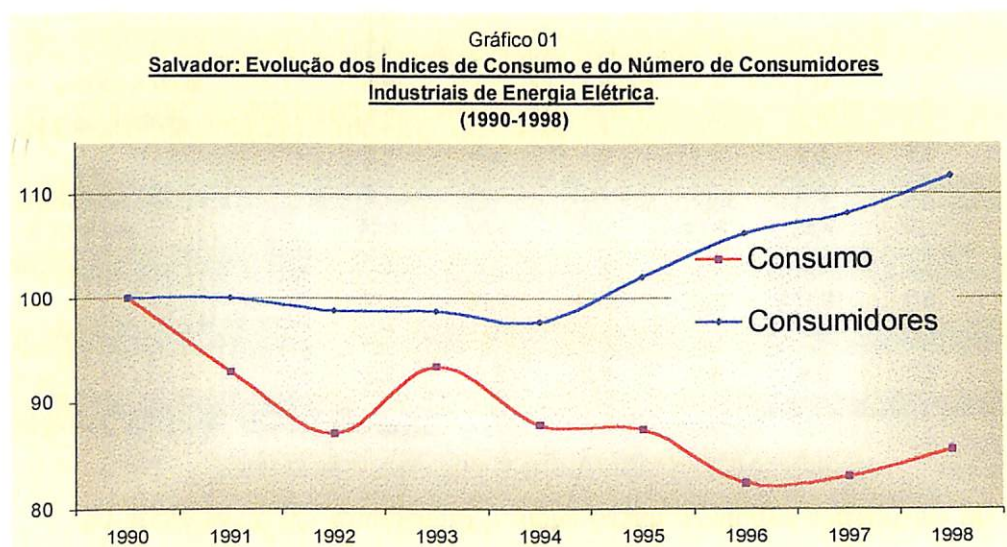
Atividade Econômica	1994	1995	1996
Extração de Minerais	1,2%	1,8%	2,6%
Total da Indústria de Transformação	9,3%	10,9%	15,8%
Transform. de Prod. Minerais Não-Metálicos	39,0%	37,2%	31,9%
Metalurgia	3,0%	1,5%	1,8%
Mecânica	20,0%	26,7%	27,0%
Material Elétrico e de Comunicação	84,2%	75,5%	62,1%
Material de Transporte	1,1%	0,8%	1,7%
Madeira	6,1%	8,9%	10,1%
Mobiliário	31,6%	26,6%	18,3%
Papel e Papelão	0,2%	0,4%	0,6%
Borracha	0,3%	11,7%	15,8%
Couros e Peles e Produtos Similares	4,4%	2,5%	0,4%
Química	2,6%	1,2%	10,6%
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,4%	0,0%	0,7%
Perfumaria, Sabões e Velas	46,4%	53,3%	23,0%
Produtos de Materiais Plásticas	0,9%	4,1%	3,9%
Têxtil	10,4%	5,6%	7,1%
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	65,9%	63,2%	59,1%
Produtos Alimentares	15,7%	13,3%	14,4%
Bebidas	3,6%	9,8%	8,6%
Fumo	2,7%	0,0%	0,5%
Editorial e Gráfica	47,1%	33,5%	44,2%
Diversos	16,0%	20,6%	15,7%
Construção Civil	87,5%	41,9%	47,0%

Fonte: SEFAZ - GIA's; Relatórios e Boletins Fazendários

Com efeito, a atividade industrial de Salvador também cresceu. A Indústria de Transformação em Salvador experimentou uma taxa média de crescimento de 0,7%, entre 1986 e 1998, sendo que estes números refletem um maior crescimento nos últimos 8 anos da série. Tal crescimento, entretanto, implicou perda de participação setorial no Produto Municipal.

A década “perdida” de 1980 não só apresentou momentos contraditórios, de criação e destruição, quando vários segmentos produtivos estagnavam ou quebravam, enquanto outros novos surgiam. O movimento geral de desconcentração industrial, que afetava sobretudo a capital de São Paulo, seguindo em direção a outras regiões do país, promovia intenso crescimento na RMS, principalmente com a instalação do pólo petroquímico, em Camaçari. E, neste contexto, Salvador parece ter se beneficiado das contradições do período.

Entre 1994 e 1996, a indústria soteropolitana respondeu por 9% a 16% da arrecadação industrial do ICMS baiano (vide Tabela 09). Com este crescimento absoluto, a consequência imediata foi o aumento da participação relativa da Indústria local tanto no contexto da indústria metropolitana quanto na indústria baiana. Este crescimento relativo deveu-se, provavelmente, ao desempenho de alguns setores com forte participação na estrutura industrial do município, como as de produtos alimentares, química e material elétrico. (vide Tabela 10). A observação do número de consumidores industriais de energia (Gráfico 01), revela que houve crescimento de mais de 10%, entre 1990 e 1998 – o que estaria de acordo com os números das Tabelas 05 e 09.



Fonte: COELBA.
Observação: 1990 = 100

Entretanto, no conjunto dos usuários de energia da Bahia, Salvador perderia participação – o que denota ter havido proporcionalmente maior ingresso de novas firmas

no interior do que na capital do estado. Salvador, que possuía 26% dos usuários industriais de energia do estado em 1990, passou a ter 23% em 1997 (ver Gráfico 02). Por outro lado, a redução de cerca de 13% no consumo industrial de energia do município, correspondeu a uma redução de 11% para 8% da participação municipal no consumo industrial baiano de energia. Ou seja, a racionalização nos processos industriais, quanto ao uso desse insumo, ocorreu mais intensamente em Salvador do que no conjunto dos demais municípios baianos. A utilização de tecnologia e processos relativamente mais avançados teria possibilitado à indústria local melhor performance nos últimos anos da série.

Tabela 10

SALVADOR: ESTRUTURA DA RECEITA INDUSTRIAL DO ICMS, SEGUNDO GÊNEROS SELECIONADOS

(Em %)

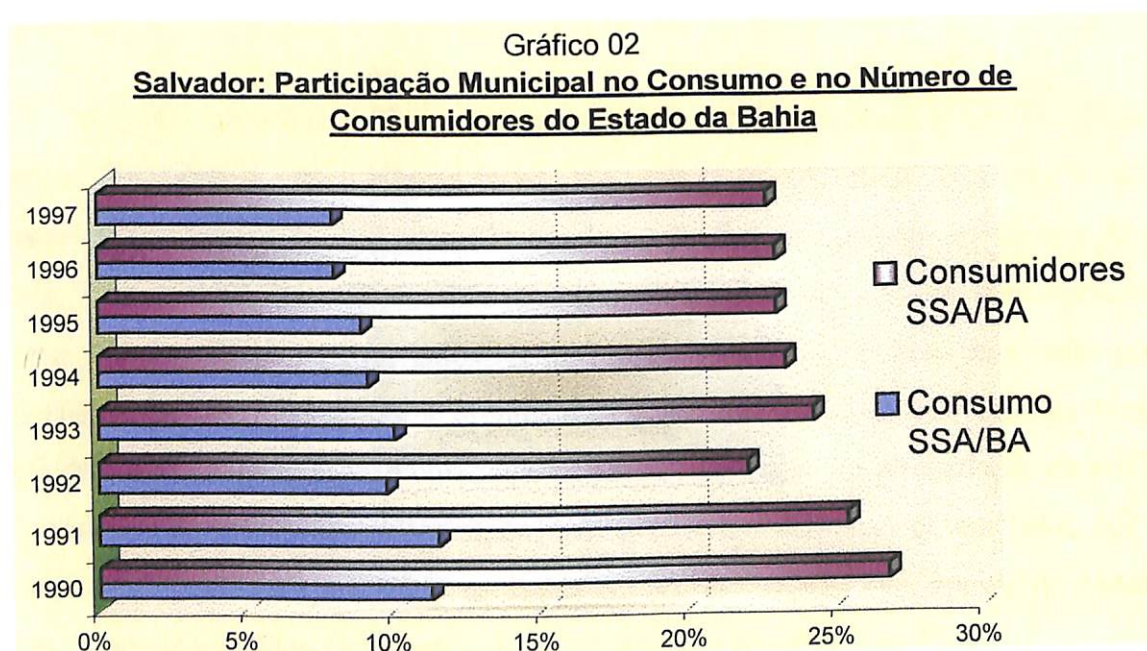
Nome	1987	1988	1989	1991	1992	1994	1995	1996
Total da Indústria	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Extração de minerais	0,0	0,0	0,0	1,6	3,2	0,3	0,7	0,4
Transf. prod.min.n-met.	9,4	10,9	10,8	6,0	5,6	5,1	6,5	3,2
Metalurgia	2,9	2,5	2,6	1,7	1,4	2,9	2,0	1,2
Mecânica	8,9	4,1	1,4	0,0	0,0	0,3	0,9	0,4
Mat. elét. comunicação	0,2	0,2	0,2	17,5	23,0	39,4	33,7	17,9
Madeira	1,1	1,2	1,1	0,0	0,0	0,2	0,6	0,2
Mobiliário	1,5	1,5	2,1	0,0	0,0	0,4	0,5	0,3
Papel e papelão	0,5	0,5	0,6	0,0	0,0	0,1	0,3	0,2
Química	7,0	7,2	10,0	5,1	4,4	25,7	9,7	53,8
Perfum., sabões e velas	0,8	1,2	1,0	1,2	2,0	1,7	3,2	0,5
Prod. de mat. plásticas	4,2	3,1	1,9	1,4	1,0	0,7	2,6	1,4
Têxtil	1,2	1,4	1,9	1,1	1,0	1,5	1,7	0,8
Vest., calç. e art. tecidos	2,7	1,5	2,1	1,0	0,8	2,9	4,5	1,9
Prod. alimentares	22,1	26,4	19,0	23,6	34,4	16,2	22,8	11,7
Bebidas	3,6	3,9	4,3	3,9	4,0	1,3	7,2	4,1
Fumo	32,6	32,7	40,3	33,5	17,2	0,0	0,0	0,0
Edit. e gráfica	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,7	0,7	0,7
Diversos	0,2	0,3	0,2	2,4	2,0	0,3	0,7	0,3

Fonte: Secretaria da Fazenda. Diversos documentos.

Na década de 90, ocorreram poucas transformações estruturais de monta, salvo a desativação da indústria do fumo, que fez sua participação reduzir-se de algo em torno dos 30%, até 1991, para zero no período 1994-1996. A crise dos anos 90, também ensejou maior surgimento de estabelecimentos informais e de reduzido tamanho, em consonância com o aumento do desemprego. Por outro lado, a expansão industrial, comercial e demográfica da década anterior, estimulou a expansão de alguns segmentos produtores de

bens de consumo não duráveis, que aumentam ligeiramente sua participação no total do produto industrial.

A possibilidade de instalação, nos próximos anos de um complexo industrial voltado para a produção do gênero “Material de Transporte” na RMS poderá provocar alguma alteração na estrutura produtiva municipal, incentivando segmentos ligados ao suprimento de bens de salário e do setor de material elétrico e de comunicações, como vem ocorrendo, compensando quedas mais pronunciadas na Indústria metalúrgica e na mecânica. Todavia, não se pode esperar expansão considerável daquelas atividades, sem que sejam adotadas medidas que diminuam os efeitos dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, cada vez mais próximos a zonas residenciais. Ao mesmo tempo, sabendo-se que as novas tecnologias aplicadas àqueles ramos produtivos são crescentemente economizadoras de mão-de-obra, pode-se esperar baixo impacto sobre o emprego em outros segmentos da indústria metropolitana e municipal.



Fonte: Coelba.

No período 1994-1996, sete gêneros dos considerados na Tabela 09, contribuíram com mais de 20% da arrecadação setorial do ICMS estadual. Os de maior participação foram “Material Elétrico e de Comunicação” (de 84% a 62% da produção baiana neste gênero), “Perfumaria, Sabões e Velas” (de 46% a 23%), “Vestuário, Calçados e Artefatos

de Tecidos” (de 66% a 59%), “Editorial e Gráfica” (de 47% a 44%), “Transformação de Produtos Minerais Não-Metálicos” (39% a 31%), além de “Mecânica” (de 20% para 27%) e “Mobiliário” (que reduziu sua participação de 32% para 18%).

Esta situação, genericamente, não se modificou ao longo das décadas do período considerado na Tabela 10. O grupo das indústrias produtoras de bens de consumo não-duráveis representa a maior parte do valor adicionado da indústria local. Neste grupo, destacam-se os gêneros produtores de Alimentos, de Bebidas e de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido. Juntos, estes gêneros foram responsáveis por quase 18% do Produto industrial local em 1996.

A produção de bens intermediários tem no gênero de transformação de Minerais Não-Metálicos e Química, duas importantes atividades, responsáveis por mais de 16% da produção industrial do município, em 1995. O tamanho do primeiro gênero industrial provavelmente decorre da demanda da Construção Civil em Salvador que, como mostrado na Tabela 09, corresponde a mais de 40% da atividade no estado.

O grupo produtor de bens de capital e de consumo duráveis tem no gênero de Materiais Elétricos e de Comunicações sua principal atividade: sua produção era responsável por quase 18% do valor adicionado ao produto setorial baiano no ano de 1996 (Tabela 10). Tal participação reflete o crescimento dos serviços de comunicação em Salvador e a localização dessa indústria na capital prende-se ao fato da cidade possuir condições sistêmicas adequadas à atividade – institutos de pesquisas, escolas técnicas, universidades, etc. Isto, aliás, é corroborado pela comparação da arrecadação da atividade em Salvador, *vis-a-vis* Bahia. Com efeito, esse gênero era responsável, em 1986, por 62% do valor adicionado pela atividade na Bahia (conforme Tabela 09), apesar da instalação recente de novas unidades da indústria de informática no município de Ilhéus.

4.2. O Terciário Soteropolitano

A crescente amplitude dos serviços modernos e a interpenetração de funções da tradicional divisão entre os setores primário, secundário e terciário, vem tornando cada vez mais difícil distinguir-se o “produto” das atividades econômicas: o que são produtos agropecuário ou industriais, os serviços agregados aos produtos de origem agropecuária ou industrial vem tornando confusa a divisão tradicional da economia em três setores.

Nessa divisão setorial, a “produção” terciária é a de maior complexidade analítica. Inicialmente, porque essa “produção” não é material e se compõe de atividades tão heterogêneas como as de serviços domésticos, de apoio à produção industrial, financeiros, de transporte ou de comércio, por exemplo. Por outro lado, a interconexão entre os serviços e as demais atividades econômicas torna cada vez mais difícil distinguir-se o *quantum* de serviços acrescentado à produção da agricultura ou da indústria. Depois, a crescente heterogeneidade e informalidade de suas atividades terminam por implicar profundas diferenças de “produtividade” dos seus diferentes tipos de trabalho humano e dos recursos à elas destinados.

Com tais características, a análise do terciário torna-se mais difícil, não só pela precariedade dos aparelhos informativos, mas também pelo atual distanciamento entre a evolução da economia real e a adequação dos instrumentos de coleta e tratamento estatísticos. Ademais, a diversidade dos determinantes principais de seu crescimento ainda está sendo objeto de teorização. No caso brasileiro isto ainda é pior, pois embora tivéssemos Censos Comercial e de Serviços até 1985, sua abrangência e desagregação setorial sempre foi muito limitada e não captava sua crescente informalidade. Por essas razões, a análise setorial do terciário deve ser vista com maior cuidado e o mais relevante deverá ser a análise de alguns indicadores qualitativos de mudança estrutural dessa produção e da expansão do emprego.

Esse anacronismo estatístico é causado por várias razões, das quais a principal sem dúvida é o fato de que nos últimos 15 anos aumentou o número dos estabelecimentos que passaram à informalidade e, conseqüentemente, à margem dos registros contábeis e fiscais, não arrecadando impostos (ICMS ou ISS) nem registrando produção (valor adicionado) e não participando de estatísticas de emprego formal. A facilidade para a

prática da evasão e da sonegação fiscal termina por diminuir artificialmente o “resultado produtivo” do terciário.

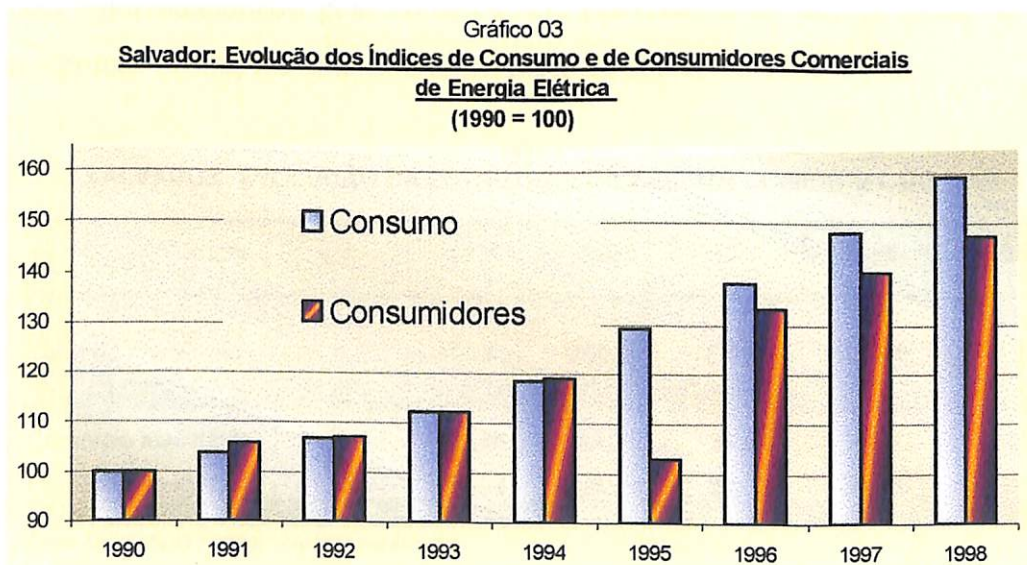
A expansão do Comércio e principalmente dos Serviços acompanha o crescimento urbano e da indústria instalada na RMS. Ademais, a expansão mais recente do comércio e de serviços informais, como demonstrado por ALMEIDA (1999), foi fortemente influenciada pela crise e desemprego que permearam nos últimos 15 anos a economia local, regional e nacional. No que concerne ao comércio, ocorreram baixas taxas de crescimento ao longo do período considerado. E isto se refletiu na sua participação no PIB estadual, conforme foi visto nas Tabelas 05 e 07.

As estimativas do crescimento real do setor Terciário carecem de indicadores mais consistentes, particularmente quando se referem aos anos 80 e 90. Por isso mesmo, quaisquer tentativas de mensuração se tornam arriscadas. Porém, se fosse possível calcular índices para medir seu desempenho, estes índices seriam bastante superiores aos do produto industrial e total do município. Ainda nesta linha de raciocínio, tudo indica que os índices do Comércio e dos Serviços tenham sido superiores aos estimados. O argumento se apoia na constatação de que o Produto Municipal cresceu em ritmo superior ao de sua produção industrial. Logo, sabendo-se do peso decrescente das atividades primárias no espaço rural do município, são as atividades terciárias que puxam os índices totais para cima. Então, é admissível tal hipótese, ainda mais quando ponderadas as razões acima com o fato de Salvador e algumas cidades da RMS terem sofrido adensamento demográfico e conurbação, aliado a um processo mais amplo de precarização do emprego nos anos pós-80.

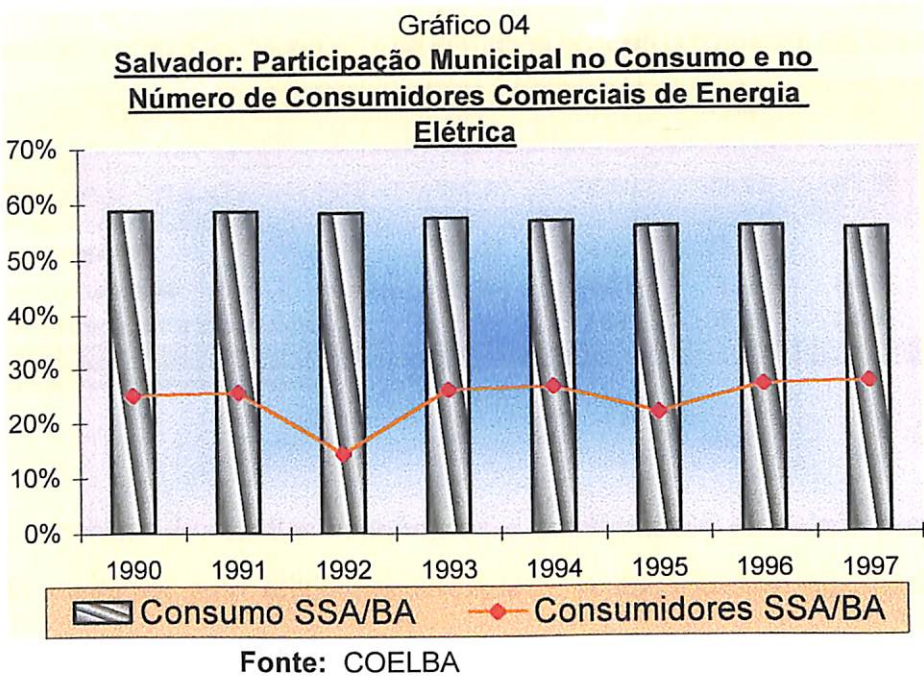
A expansão terciária de Salvador viu-se historicamente beneficiada pela baixa densidade econômica e pelo volume de população dos municípios vizinhos (não só os da RMS, mas também os do Recôncavo e outros distantes num raio de aproximadamente 100 Km). Isto porque sempre foi o maior e mais diversificado centro comercial e de serviços da Bahia, por ser a capital do estado e sediar a maior parte do aparelho administrativo burocrático estatal e por concentrar as atividades financeiras no estado. Por isso, conseguiu atrair segmentos mais sofisticados e de grandes redes do comércio e serviços, que certamente ampliaram muito sua produção terciária. Na verdade, esta vizinhança atrai consumidores metropolitanos e interioranos para Salvador, dada a relativa facilidade de

deslocamento em direção a esta cidade.

Um indicador comumente utilizado para estimar-se o desempenho do Terciário é a variação do consumo de energia elétrica e do número de consumidores. Apesar de ter aumentado em 60% o consumo de energia elétrica durante o período 1990-1998 (vide Gráfico 03), o Comércio de Salvador não viu crescer sua participação no consumo estadual (Gráfico 04). Todavia, sabe-se que grande parte da “produção” terciária depende menos do uso de tal insumo - daí a necessidade de outras variáveis para se obter uma avaliação mais pertinente. O crescimento, ainda que modesto, da produção industrial no município, contribuiu para a ampliação da demanda complementar (direta e indireta) de produtos do Comércio e de Serviços, principalmente da demanda de bens de salário, induzindo parte do crescimento do número de estabelecimentos e, conseqüentemente da alocação de mais mão-de-obra. Esta hipótese é apoiada também no fato de que houve, no mesmo período, um aumento do consumo residencial de energia elétrica, de 107%, e de consumidores, de 157%.



Fonte: COELBA



Os números da arrecadação municipal de ICMS dão conta de que o varejo é a atividade mais importante para a contribuição da “produção” comercial: em 1996, mais de 67% do seu valor adicionado pelo comércio era proveniente do varejo local. E esta tem sido, com algumas oscilações anuais, a regra geral no setor(ver Tabela 11).

Tabela 11

SALVADOR: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA RECEITA COMERCIAL DO ICMS
(Em %)

Nome	1991	1992	1994	1995	1996
Total do Comércio	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comércio atacadista	49,48	51,21	31,02	36,51	32,55
Comércio varejista	50,52	48,79	68,83	63,45	67,44

Fonte: Secretaria da Fazenda. Diversos documentos.

Não é demais se repetir: a precariedade das informações dificulta uma análise mais pormenorizada das atividades que compõem o setor Serviços. Todavia, pode-se afirmar, a partir da estrutura de arrecadação do ICMS apresentada na Tabela 10, que os serviços de comunicação respondem pela maior parte da arrecadação desse tributo, sendo seguido pelos serviços de hospedagem e alimentação e transportes.

Tabela 12
SALVADOR: ESTRUTURA DA RECEITA DE SERVIÇOS DO ICMS (ATIVIDADES SELECIONADAS)
(Em %)

Nome	1991	1992	1994	1995	1996
Total de Serviços	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Serviços de transportes	24,05	18,97	35,60	18,97	16,81
Serviços de Comunicação	50,94	59,21	7,32	44,63	50,62
Serviços de hospedagem e alimentação	5,39	3,89	33,96	24,30	16,89

Fonte: Secretaria da Fazenda. Diversos documentos.

A expansão dos limites econômicos e demográficos da cidade proporcionaram diversificação maior de suas atividades terciárias. A maioria dos seus estabelecimentos atende, para além da demanda local, a demanda metropolitana, parte da de Feira de Santana e de outras cidades, localizadas num raio aproximado de 100 Km. A incapacidade de outros municípios vizinhos atender as demandas de serviços como moradia, educação, saúde e lazer, por exemplo, fazem com que Salvador se mantenha como o grande “dormitório” da RMS. Assim, grande parte da renda gerada nos municípios da região metropolitana é consumida em Salvador.

Se considerarmos, especulativamente e a título de exercício, uma hipótese de que os estabelecimentos informais representam algo em torno de 40% do total terciário e que empregam entre 1 e 4 pessoas¹, fica caracterizada ainda mais a precariedade do emprego e das atividades terciárias. São atividades do comércio varejista, bares e lanchonetes e de serviços pessoais, consultorias e ensino, que absorvem um expressivo contingente de trabalhadores informais do município. Em geral, os segmentos do terciário constituem atividades absolutamente necessárias e, cada vez mais, dependem menos do nível de renda da população e mais da própria estrutura econômica produtiva local e nacional. As mudanças organizacionais e tecnológicas dos últimos anos têm reforçado a complementaridade entre os serviços prestados à Indústria, à agricultura e à pecuária (finanças, transportes, serviços técnicos, etc), e ao setor público (consultorias, projetos, estudos, etc).

¹ - Ver ALMEIDA (1999), cujo documento faz exaustiva discussão acerca do trabalho informal em Salvador.

Grande parte da “produção” terciária está vinculada ao turismo. Na Bahia, o crescimento das atividades turísticas, no sentido amplo (que extrapolam os serviços, em direção tanto ao comércio como também à própria indústria), vem consolidando a tendência de aproveitamento não só do seu vasto litoral, como também das suas chapadas e outras áreas igualmente belas. Salvador possui, além da beleza natural de suas praias, inestimável riqueza cultural e histórica, que retrata tanto os primórdios da colonização portuguesa nas Américas, como as origens da sociedade brasileira. E isto tem transformado a cidade e seu entorno (Recôncavo e RMS), num grande atrativo para os programas turísticos nacionais e internacionais. As festas populares, a arquitetura, os ritmos e a culinária garantem fluxos turísticos crescentes. Para além disto, o crescimento dos negócios e a realização de eventos (feiras, congressos, etc) apontam para a necessidade de melhoria da infra-estrutura, dos investimentos e dos serviços para a permanência desta atividade como um de seus principais suportes econômicos.

4.2.1. As Atividades Turísticas em Salvador

Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), dão conta de que o fluxo mundial do turismo chegou a um total de 613 milhões de turistas, gerando uma receita de US\$444 bilhões no ano de 1997. Naquele ano, a “indústria” do turismo era responsável, de acordo com OMT, por 10,7% do produto nacional bruto mundial – o equivalente a US\$ 3,6 trilhões – e pelo emprego de 10,6% da força de trabalho global. A participação do Brasil no contexto do turismo internacional correspondia a 3,2 milhões de turistas (0,5% do total mundial), enquanto a receita gerada atingia US\$ 2,7 bilhões (0,6% da receita total).

No ano de 1997, de acordo com informações da Bahiatursa, a Bahia respondeu por 7,3% do fluxo turístico brasileiro. Em 1998, quase metade (48,6%) dos turistas que visitaram a Bahia e 64,7% da receita gerada foram absorvidos pela atratividade de Salvador. Esta cidade conseguiu uma participação de aproximadamente de 67% a 77% respectivamente no fluxo e na receita obtida com o turismo internacional, no período de 1990-98.

A análise apresentada a seguir mostra o desempenho e importância econômica dessa atividade no Estado e particularmente em Salvador. Para tanto foram selecionados indicadores do fluxo turístico global, taxa de ocupação e fluxo de hóspedes dos meios de hospedagem (MHs) classificados e receita turística derivada. Esses indicadores são produzidos pela Bahiatursa, a partir dos resultados da “Pesquisa de Turismo Receptivo”, realizada anualmente em diversos períodos e contemplando diferentes estações climáticas, dos Boletins de Ocupação Hoteleira (BOHs) e da ocupação de Unidades Habitacionais (UHs).

Tendo em vista a importância econômica do turismo, o governo baiano, a partir do início dos anos 90, passou a incluí-lo nas estratégias de desenvolvimento do estado, tornando-o alvo de investimentos e ações por parte do poder público estadual.² Não obstante, em razão da crise fiscal ficou comprometida a atuação do poder público local nos programas e planos de investimentos destinados a expansão do turismo no município de Salvador. A parceria da prefeitura municipal com o governo do estado limitou-se ao apoio e execução dos projetos em infra-estrutura.

Os dados apresentados na Tabela 13 revelam, de um modo geral, o desenvolvimento da atividade turística em Salvador. A infra-estrutura hoteleira se expandiu ao longo do período 1980-1997, notadamente os meios de hospedagens e hotéis não classificados, com um crescimento de 4,7% ao ano. O fluxo turístico também cresceu impulsionado por fatores distintos. O aumento do número de hóspedes de origem nacional e internacional, durante a década de 1980, refletiu basicamente a política de desvalorização cambial adotada no país, que ao reduzir a renda interna estimulou o turismo de estrangeiros no país, ao tempo em que comprometeu o turismo nacional em direção ao exterior. Por outro lado, atribui-se aos investimentos em infra-estrutura e marketing na atividade turística feitos pelo estado, na primeira metade da década de 90, o aumento do número de turistas na cidade nos anos 90.

Ainda de acordo com a tabela 13, apresentada a seguir, verificou-se uma queda

² - Desde o final da década de 50, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) o turismo em Salvador passou a ser visto como uma atividade econômica. Em 1968, com a criação da Bahiatursa, o governo passou a desenvolver ações específicas de fomento a essa atividade. Em 1970, o governo da Bahia criaria o Plano de Turismo do Recôncavo, cuja finalidade era complementar o projeto de construção de hotéis, incluindo a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da atividade turística (HURST e QUEIROZ, 1999).

nas taxas de permanência média³ e de ocupação por unidades habitacionais do turista em Salvador, o que não significou, necessariamente, uma redução dessa atividade, haja vista o aumento do fluxo de turistas. A redução dessas taxas é consequência, de um lado, do maior aumento da oferta hoteleira, que cresceu cerca de 67%. Por outro, reflete a expansão e diversificação das atividades do mercado informal, incluindo serviços de aluguel de casas e quartos para o turismo temporário. Além disso, os pacotes turísticos incluem incursões por outras regiões do Estado, distribuindo espacialmente o fluxo de visitantes.

A análise derivada da pesquisa de turismo receptivo realizada pela Bahiatursa, informa que, embora essa seja uma tendência decrescente, ainda é bastante elevado o número de turistas que se hospedam em casa de parentes e amigos, entre outras opções. De acordo com a pesquisa, em 1997, cerca de 54,4% dos turistas de Salvador, incluindo nacionais e estrangeiros, se hospedaram em casa de parentes e amigos contra uma média era de 62,1%, em 1993. Adicionalmente, para agravar ainda mais a situação, os atuais pacotes turísticos incluem incursões por outras regiões do Estado, fato esse que, contribui para uma maior dispersão espacial do fluxo de visitantes no Estado, reduzindo a taxa de permanência e de ocupação média dos turistas em Salvador e demais regiões.

³ Expressa o número de dias, em média, de permanência do turista no local.

Tabela 13

Salvador: Estabelecimentos, Vagas, Hóspedes e Indicadores da Rede Hoteleira. (1980-97)

Ano	Estabelecimentos ⁽²⁾		Leitos nos MHs e UHs Classificados e não Classificados	Hóspedes ⁽²⁾			Permanência média Taxa de ocupação por U.H.	
	Hotéis classifi- cados	Pensões, casas de Hospedagem e hotéis não classificados		Brasileiros	Estrangei- ros	Total		
1980 ⁽¹⁾	37	109	11.027	52.945	11.017	63.962	4,30	57,40
1981	38	120	11.774	189.318	19.707	209.025	3,90	55,00
1982	36	113	11.274	196.990	24.911	221.901	4,00	53,50
1983	36	105	11.232	215.834	35.226	250.660	3,60	53,20
1984	36	130	11.325	231.225	56.510	287.735	3,60	53,70
1985	41	148	14.303	240.084	65.651	305.735	3,70	53,00
1986	42	167	14.735	301.624	80.136	381.760	3,60	63,80
1987	44	168	14.982	269.875	73.557	343.432	3,60	56,40
1988	46	141	14.420	232.521	73.487	306.008	3,50	48,00
1989	47	141	14.684	256.870	69.217	326.087	3,40	50,20
1990	46	141	14.703	204.876	54.084	258.960	3,40	42,70
1991	43	141	14.563	226.967	69.695	296.662	3,50	44,00
1992	42	97	14.118	200.675	89.778	290.453	3,60	47,30
1993	44	165	18.871	211.995	105.089	317.084	3,80	53,40
1994	44	177	20.995	229.342	107.955	337.297	3,70	54,30
1995	44	189	21.925	255.932	86.931	342.863	3,60	54,10
1996	42	194	22.631	258.857	71.553	330.410	3,50	49,70
1997	41	201	22.682	277.587	61.497	339.084	3,30	50,20

Fonte: BAHIA-TURSA.

Observações: (1) Dados de junho a dezembro de 1980.

(2)- Referem-se aos hotéis classificados; incluso o Clube Mediterranée e a partir de 1991, Itaparica e Praia do Forte.

Os dados apresentados na Tabela 14, revelam a grande participação de turistas brasileiros em Salvador (acima de 80%, em média). Não obstante, a partir de 1991 observa-se um crescimento gradual de turistas estrangeiros, fluxo esse só interrompido a partir de 1996, com a implantação do Plano Real, com a valorização do câmbio. A queda do número de turistas estrangeiros em Salvador, entre 1995/96, chegou a aproximadamente 16%, agravando-se, ainda mais em 1997 e 1998.

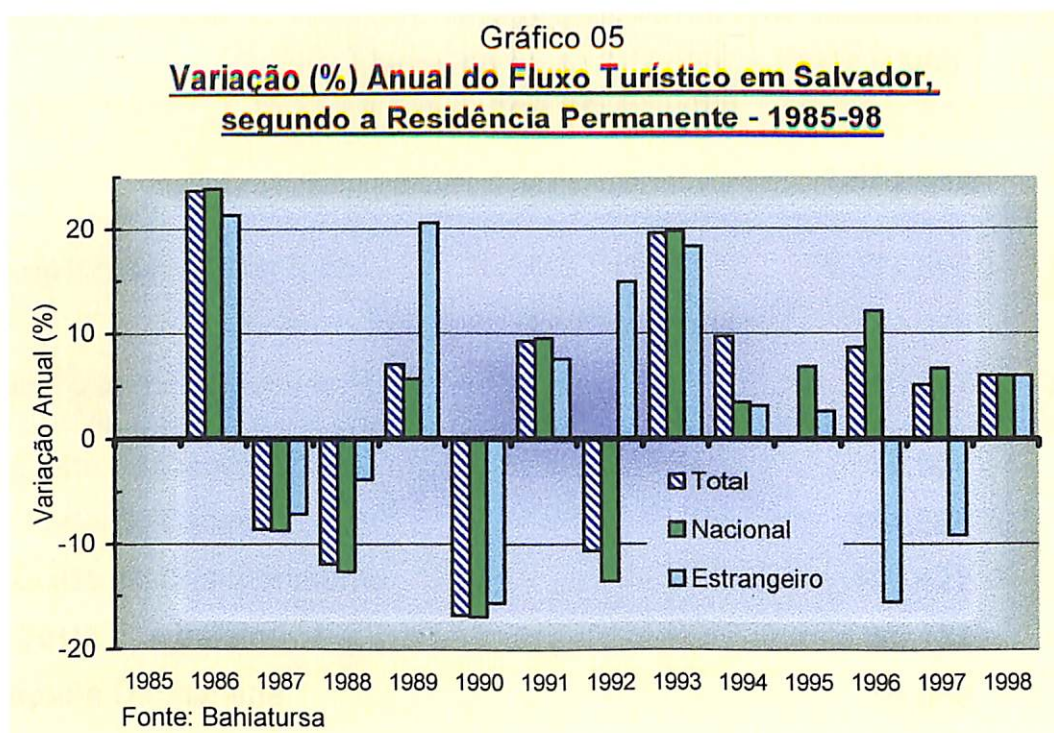
Tabela 14

Salvador: Fluxo Turístico Global Segundo a Residência Permanente. (1985-1997)

Ano	Número de Turistas			Participação (%)	
	Total	Nacional	Estrang.	Nacional	Estrang.
1985	1.083.933	993.730	90.203	91,7	8,3
1986	1.340.132	1.230.729	109.403	91,8	8,2
1987	1.224.413	1.122.912	101.501	91,7	8,3
1988	1.077.800	980.200	97.600	90,9	9,1
1989	1.152.621	1.034.998	117.623	89,8	10,2
1990	959.111	859.910	99.201	89,7	10,3
1991	1.047.699	941.075	106.624	89,8	10,2
1992	935.909	813.413	122.496	86,9	13,1
1993	1.119.030	974.185	144.845	87,1	12,9
1994	1.227.013	1.007.657	149.356	82,1	12,2
1995	1.228.980	1.075.718	153.262	87,5	12,5
1996	1.334.414	1.204.906	129.508	90,3	9,7
1997	1.402.408	1.284.814	117.594	91,6	8,4
1998	1.486.580	1.361.930	124.650	91,6	8,4

Fontes: Até 1997, (QUEIROZ e HURST, 1998); Dados de 1998 - BAHIATURSA.

Observando-se o fluxo turístico por grupo de origem, nacional ou estrangeira, no período 1985-98, constata-se que o desempenho dessa atividade é altamente susceptível às oscilações da política macroeconômica (ver Gráfico 05). Com a crise econômica brasileira dos anos 80, cujos reflexos sobre a Bahia foram sentidos mais intensamente a partir de 1985, o fluxo turístico em direção à Salvador apresentou grande instabilidade. A conjuntura econômica desfavorável no país, entre 1985 e 1992 levou as atividades turísticas a registrarem grandes oscilações no número de visitantes, tanto na Bahia quanto em Salvador. Com a implantação do Plano Cruzado em 1986 - que proporcionou um aumento real da massa salarial - Salvador recebeu cerca de 1,3 milhões de turistas, representando um crescimento de 23,6%, comparativamente ao ano anterior. Em 1990 entretanto, registrava-se o menor fluxo global do período, 959 mil turistas, correspondendo a uma queda anual de aproximadamente 17%, em relação a 1989, e a menor taxa média geral de ocupação da hotelaria classificada.



Apesar do quadro recessivo, a partir de 1991 o setor turístico da Bahia receberia maior atenção por parte do Estado. Objetivando atrair novos empreendimentos o governo estadual começou a investir no turismo doméstico realizando obras de infra-estrutura física, meio-ambiente e campanhas de *marketing* divulgando o “Produto Bahia”. Paralelamente, em parceria com os demais estados do Nordeste, criou o Programa de Desenvolvimento Turístico Integrado do Nordeste (PRODETUR), que identificava sete regiões do Estado aptas a receberem os investimentos necessários ao desenvolvimento do potencial turístico regional, conforme demonstram os dados expostos na Tabela 15 a seguir. Ressalta-se, nesse contexto, a participação da Macrorregião de Salvador, incluindo o litoral norte e o recôncavo, com aproximadamente 67% dos recursos recebidos.

Tabela 15
Bahia: Investimentos Públicos no Turismo Baiano. (1991-1996)

Região Turística	Valor R\$mil	(%)
Litoral	1.473.889	91,5
Macroregião de Salvador	1.077.805	66,9
Litoral Norte (Costa dos Coqueiros)	137.078	8,5
Salvador e Recôncavo (Baía de Todos os Santos)	940.727	58,4
Costa do Dendê	74.024	4,6
Costa do Cacau	164.506	10,2
Costa do Descobrimento	122.422	7,6
Costa das baleias	55.132	3,4
Chapada Diamantina	56.668	3,5
Outras	60.986	3,8
Total	1.611.543	100,0

Fonte: CODETUR, *apud* (QUEIROZ e HURST, 1997)

Os primeiros resultados da implantação desse programa aconteceram a partir de 1993 quando se observou uma tendência positiva na variação do fluxo turístico em Salvador (Gráfico 05). Analisando-se a questão sob o ângulo da receita gerada com o turismo na Bahia e especialmente em Salvador, também se constata, a partir de 1991, uma variação anual positiva ao longo do período 1991-96. Somente a partir de 1997 com o recrudescimento da atividade econômica é que houve uma inversão dessa tendência. Mesmo assim, Salvador, que também contabiliza um resultado negativo em 1997 comparativamente ao ano de 1996, recuperou-se, de imediato, no ano seguinte. A valorização cambial foi a principal causa dessa redução no caso da receita gerada com o turismo internacional. As medidas restritivas e as elevadas taxas de juros explicam, em parte, o fraco desempenho da receita gerada com o turismo nacional.

Tabela 16

Receita Turística* Total, segundo a Residência Permanente

Em US\$ 1.000

Ano	Bahia			Salvador		
	Total	Nacional	Estrangeiros	Total	Nacional	Estrangeiros
1990	322.301	276.583	45.718	179,06		
1991	321.257	267.953	53.304	178,48	137,47	41,00
1992	404.411	331.546	72.865	224,67	168,62	56,05
1993	468.497	356.143	112.354	260,28	173,85	86,43
1994	590.670	487.215	103.455	328,15	248,57	79,58
1995	869.810	726.554	143.256	483,28	373,08	110,20
1996	891.097	766.638	124.459	495,05	399,32	95,74
1997	856.586	745.934	110.652	475,88	390,76	85,12
1998	794.610	696.280	98.330	513,99	0,00	0,00

Fonte: Bahiatursa

Observação: * -Receita Hoteleira e Extra-Hoteleira

Tabela 17

Variação Anual da Receita Turística* Total, Segundo a Residência Permanente

(Em %)

Ano	Bahia			Salvador		
	Total	Nacional	Estrangeira	Total	Nacional	Estrangeira
1990	0,0	0,0	0,0			
1991	-0,3	-3,1	16,6	-0,3		
1992	25,9	23,7	36,7	25,9	22,7	36,7
1993	15,8	7,4	54,2	15,8	3,1	54,2
1994	26,1	36,8	-7,9	26,1	43,0	-7,9
1995	47,3	49,1	38,5	47,3	50,1	38,5
1996	2,4	5,5	-13,1	2,4	7,0	-13,1
1997	-3,9	-2,7	-11,1	-3,9	-2,1	-11,1
1998	-7,2	-6,7	-11,1	8,0		

Fonte: Bahiatursa. Apud "O Desempenho do Turismo Baiano 1990-1997"

Observação: * Receita Hoteleira e Extra-Hoteleira

A partir de 1994, a atividade turística recebeu um grande impulso do governo federal para o seu desenvolvimento. Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

- a) implementação da Política Nacional de Turismo (1996/99), elaborada junto com as entidades integrantes da Câmara Setorial do Turismo, ampliando as linhas de financiamento à disposição da “indústria” do turismo;
- b) a abertura da costa brasileira aos navios de turismo de qualquer bandeira estimulando a realização de cruzeiros e outras atividades;
- c) a prorrogação dos vistos de permanência para os estrangeiros que desembarcam no país;
- d) a inclusão do turismo no Plano Plurianual de Governo; e
- e) a inclusão no Orçamento de 1996, do montante de US\$ 7 milhões para as ações de marketing da Embratur, na promoção da imagem do Brasil. Esse valor foi ampliado para US\$ 24 milhões em 1997.

Em 1995, o PRODETUR passou a ser inserido no plano governamental Brasil em Ação. Agregando recursos no valor de US\$ 800 milhões, esse programa destinava-se, basicamente ao desenvolvimento do turismo nos estados nordestinos. As prioridades do PRODETUR são as obras de infra-estrutura e recuperação do patrimônio histórico e ambiental. Os investimentos do PRODETUR para a Bahia somam recursos da ordem de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 200 milhões deverão ser gastos no Complexo Turístico de Sauípe.

As medidas adotadas pelo governo federal para reverter o fluxo de turistas para o exterior não tiveram, de imediato, a repercussão esperada. De acordo com a Bahiatursa enquanto o número de passageiros, em transporte aéreo, saindo do país cresceu a uma taxa anual de 10%, o número de passageiros entrando no Brasil cresceu apenas 9,7%. Esse saldo negativo da movimentação de passageiros, acumulado no período, representou uma saída de divisas do país de US\$ 4,377 bilhões, em 1997, conforme as informações divulgadas pelo Banco Central.

Ainda com relação a estratégia de fomento do turismo doméstico, destaca-se a

abertura do mercado de aviação comercial, a partir de 1997, expondo-a à maior competição, o que provocou redução de preços e juros nas passagens aéreas nacionais e, por conseguinte, ao crescimento do número de viagens domésticas e do turismo doméstico. O fim do parcelamento das compras com o cartão de crédito no exterior também teve como fim inibir a saída de turistas brasileiros para o exterior, contendo a evasão de divisas fundamental para a estabilidade do Plano Real.

5. A Economia de Salvador, sob a Ótica da Ocupação Formal dos Trabalhadores

A análise do trabalho formal da economia municipal de Salvador está baseada nos aspectos relativos a sua distribuição por atividades econômica, grupos de ocupação e níveis de escolaridade, para o período de 1986 a 1997. Na medida do possível, será destacada sua contextualização na região metropolitana e no conjunto do estado. O trabalho formal aqui considerado é aquele cujo contrato foi registrado e cujos registros foram objeto de declaração na “Relação Anual de Informações Sociais”, doravante denominada RAIS.

A base de dados resultante da RAIS é consolidada pelo Ministério do Trabalho, registrando todos os vínculos empregatícios (estatutários, celetistas, temporários e avulsos do mercado de trabalho formal) nos dias 31 de dezembro de cada ano-base. Assim, pois, a RAIS tem características similares às de um censo no tocante à desagregação das informações aqui selecionadas. Para os propósitos desta análise, desagregou-se geograficamente a base de dados (Salvador, Região Metropolitana e Bahia), por atividades econômicas do IBGE, grandes grupos ocupacionais e remunerações (em salários mínimos) no mês de dezembro dos referidos anos.

Uma vez que esse banco de dados é constituído a partir de declarações dos próprios empregadores, algumas limitações se apresentam quanto à omissão ou sonegação de resposta por parte dos declarantes ou ainda, desinformação ou erro no preenchimento do

formulário. Pode-se afirmar que os registros da RAIS tendem a superestimar a realidade do emprego formal em Salvador, frente aos demais cortes geográficos. Na medida em que, Salvador é o principal centro econômico-financeiro do estado, sediando as empresas, ainda que localizadas em outras regiões, mas com sede nesse município, haveria uma tendência para nele centralizar seus registros de empregados ainda que os mesmos exerçam suas atividades fora dele.

Diante disso, os resultados aqui apresentados não podem ser confrontados sem as devidas ressalvas, como o reverso do Perfil Sócio-Econômico do Trabalhador Informal de Salvador, cujas informações advêm da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador – PED/RMS. De acordo com esse perfil (página 3), “(...) em 1996-1998, 43% dos ocupados de Salvador estariam na informalidade, o que correspondia a cerca de 380 mil trabalhadores nesta condição”. Desse modo, os demais 57% de ocupados, no mercado formal, corresponderiam a pouco mais de 500 mil trabalhadores – número bastante inferior aos quase 690 mil registrados pela RAIS em 31 de dezembro no biênio 1996-1997 em Salvador.

Por sua vez, outras conclusões do referido estudo parecem ser corroboradas pela análise aqui efetuada. Dado que os efetivos formais foram mais elevados na segunda metade da década de 80, deduz-se que, de fato, a informalidade aumentou significativamente nos anos 90 diante do crescimento da população economicamente ativa de Salvador. Além disso, a acentuada melhoria da qualificação educacional da força de trabalho, conforme os indicadores de grau de instrução aqui também demonstraram, não foi capaz de reduzir o desemprego e nem tampouco assegurar para o conjunto dos trabalhadores formais aumentos de rendimentos em relação aos salários mínimos vigentes ao final de cada ano.

Os dados da RAIS permitem afirmar-se, sem embargo, que entre 1986 e 1997 o estoque de empregos formais permaneceu praticamente estável em Salvador e na sua Região Metropolitana (queda tão somente de 2,92% e 0,35%, respectivamente), crescendo, no entanto, para o conjunto do estado, em 9,13%. No período considerado, os menores valores absolutos tanto para Salvador quanto para Região Metropolitana e Bahia são observados em 1992, auge do período recessivo que então castigava a economia brasileira. Tomado o ano de 1986 como base, a maior queda relativa acontece no ano de 1992 e, a

partir de então, verificou-se tendência ascendente do emprego formal (exceto no ano de 1996) sem atingir, contudo, o patamar registrado em 1986.

O município de Salvador era responsável por 85% dos empregos formais da Região Metropolitana (ver Tabela 18). Essa participação foi reduzida para 82% em 1992, observando-se crescimento nos anos seguintes. Porém, apesar da recuperação econômica dos anos seguintes, a tendência de perda de participação foi mantida. Quando comparado

Tabela 18

**Salvador: Participação (%) no Estoque de Empregos Metropolitano e Estadual,
Segundo o Grau de Instrução (1986 -1997)**

GRAU DE INSTRUÇÃO	Relação	ANOS											
		1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Analfabeto	SSA/RMS	91,4	92,0	89,4	91,7	89,2	89,6	78,8	76,5	85,4	86,4	87,0	77,0
	SSA/BA	54,8	52,3	48,5	51,4	52,8	45,1	35,0	34,9	36,1	27,0	33,0	24,1
4ª Série Incompleta	SSA/RMS	82,6	83,5	82,6	82,0	84,1	82,3	79,1	80,9	78,4	83,3	81,3	74,7
	SSA/BA	47,9	46,8	47,4	45,3	48,4	43,1	38,9	38,5	31,9	33,6	29,9	27,9
4ª Série Completa	SSA/RMS	78,1	77,8	78,1	79,3	78,8	76,7	78,9	81,3	77,0	78,2	73,5	75,7
	SSA/BA	52,0	50,1	49,8	51,5	50,7	47,1	48,6	48,0	42,0	39,9	38,9	40,1
8ª Série Incompleta	SSA/RMS	80,3	80,9	81,0	80,5	80,9	75,2	75,6	80,3	82,2	81,3	77,7	77,2
	SSA/BA	53,0	52,4	51,2	50,8	51,4	47,7	45,7	48,6	50,9	49,5	48,0	46,8
8ª Série Completa	SSA/RMS	85,4	83,7	84,4	84,2	81,9	81,7	81,7	83,4	81,9	79,1	80,0	77,7
	SSA/BA	62,8	61,5	61,0	61,4	60,5	58,3	56,9	58,7	57,1	55,3	56,9	53,2
2º Grau Incompleto	SSA/RMS	84,4	84,3	85,0	83,9	84,3	84,2	81,5	86,6	85,2	87,6	83,5	80,8
	SSA/BA	57,8	57,4	58,7	59,2	59,4	58,5	56,2	61,0	58,3	56,1	53,8	51,9
2º Grau Completo	SSA/RMS	88,0	87,0	87,4	86,9	86,3	86,8	84,9	85,8	86,9	87,9	87,3	86,8
	SSA/BA	63,9	61,6	62,4	62,5	61,7	60,6	57,8	59,3	61,1	62,1	60,5	60,1
Superior Incompleto	SSA/RMS	90,0	89,0	89,4	88,5	88,8	89,5	86,7	90,3	86,8	90,9	85,0	88,7
	SSA/BA	71,1	69,9	70,9	71,5	71,0	72,9	68,8	73,4	69,7	72,1	65,5	69,4
Superior Completo	SSA/RMS	90,3	90,2	90,6	89,9	89,9	90,5	89,9	90,8	91,5	93,8	92,3	92,8
	SSA/BA	78,7	79,0	79,2	79,1	78,4	78,2	76,9	79,1	81,6	83,0	80,8	81,4
Escolaridade Ignorada	SSA/RMS	87,7	85,3	76,6	81,5	86,1	86,7	74,4	84,9	84,6	87,9	77,6	77,7
	SSA/BA	43,4	41,4	40,2	31,2	31,2	25,4	34,3	37,0	31,1	36,2	33,0	34,8
Total	SSA/RMS	84,6	84,3	84,4	84,3	84,2	83,2	81,8	84,1	84,3	85,4	83,4	82,5
	SSA/BA	57,0	55,7	55,7	55,9	56,2	53,4	51,6	53,6	53,1	52,1	51,0	50,7

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

ao estado da Bahia, o município apresenta uma tendência declinante ainda mais notável: de 57%, em 1986, para 51% em 1997.

A mão-de-obra mais qualificada, com seria de esperar, está proporcionalmente mais concentrada na capital. E esses níveis são crescentes ao longo do tempo, para o caso do emprego de nível superior, como se vê na Tabela 18. Neste caso, Salvador, que possuía

90% dos empregos formais da RMS (e 79% da Bahia) em 1986, passaria a ter 93% dos empregos metropolitanos em 1997 (e 81% dos baianos no mesmo ano). Nos demais níveis de instrução, o município reduziu sua participação e essa participação ficou proporcionalmente menor na medida em que era mais baixo o nível educacional da mão-de-obra empregada. O emprego formal de analfabetos, por exemplo, perdeu participação nos contextos metropolitano e estadual: passando, respectivamente, de 91% para 77% e de 55% para 24% no período 1986-1997.

Pode-se afirmar que o maior grau de formalização das relações de trabalho de Salvador frente, particularmente, ao conjunto do estado, bem como o comportamento nitidamente cíclico dessas relações tanto em Salvador quanto na RMS e na Bahia, vem acompanhando as principais variáveis da economia nacional num período caracterizado pela recessão e pela reestruturação produtiva.

As atividades que mais empregavam em Salvador no ano de 1997, de acordo com a Tabela 19, eram as de Administração Pública (31%); Comércio Varejista (14%); Comércio e Administração de Imóveis e Serviços Técnicos e Profissionais (11%). Em dezembro de 1997, quase 88% do estoque de empregos formais de Salvador eram mantidos por estes e mais outros cinco subsetores: Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparação, etc (8%); Construção Civil (8%); Transportes e Comunicações (7%); Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários (5%); e Ensino (4%).

A elevada participação de Salvador nos totais da RMS e da Bahia contribui para que a distribuição do emprego formal por setores econômicos seja bastante similar nos três espaços considerados, exceto nas atividades agrícolas, inexpressivas em Salvador.

Destaca-se a elevada participação da Administração Pública (Direta e Autárquica) no município, cujo total municipal representava quase 64% do total da Administração Pública estadual em 1997 (Tabela 20). Sua importância em Salvador confirma-se em todo o período considerado, ainda que os dados disponíveis não permitam assegurar nenhum comportamento anticíclico por parte desse setor que compensasse, no auge do período recessivo, uma retração da oferta de emprego dos demais. Em 1992, ano com menor estoque de empregos formais em Salvador, registra-se a menor participação da Administração Pública (20,96%), no efetivo municipal. Em números absolutos, esta queda

era responsável por 56% da redução verificada no total de empregos municipais em relação ao ano anterior.

Tabela 19

Salvador: Distribuição Estoque de Empregos, Segundo o Subsetor de Atividade. (1986-1997)

SUBSETOR DE ATIVIDADE	ANO											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Extração de Minerais	0,15	0,46	0,42	0,08	0,49	0,06	0,09	0,05	1,06	0,85	0,69	0,09
Minerais Não Metálicos	0,78	0,90	0,95	0,90	0,81	0,44	0,58	0,48	0,29	0,28	0,24	0,22
Metalurgia	0,48	0,33	0,43	0,46	0,30	0,30	0,36	0,24	0,17	0,19	0,22	0,19
Mecânica	0,18	0,17	0,14	0,08	0,09	0,09	0,12	0,09	0,13	0,11	0,12	0,10
Mat. Elétr. e de Com.	0,08	0,08	0,07	0,06	0,05	0,05	0,08	0,09	0,06	0,04	0,05	0,07
Material de Transporte	0,20	0,18	0,16	0,14	0,07	0,06	0,05	0,09	0,08	0,06	0,07	0,06
Madeira e Mobiliário	0,43	0,48	0,40	0,33	0,46	0,34	0,26	0,25	0,19	0,24	0,27	0,25
Papel e Gráfica	0,59	0,72	0,75	0,72	0,70	0,73	0,73	0,60	0,62	0,68	0,67	0,66
Borracha, Fumo e Couro	0,39	0,31	0,37	0,38	0,33	0,31	0,25	0,20	0,11	0,12	0,11	0,10
Química	0,57	0,63	0,52	0,57	0,52	0,37	0,41	0,37	0,43	0,66	0,53	0,52
Têxtil	0,82	0,93	0,98	0,85	0,81	0,87	0,85	0,77	0,88	1,02	0,93	0,86
Calçados	0,03	0,03	0,02	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02	0,01
Alimentos e Bebidas	1,24	1,15	1,21	1,12	1,13	0,98	1,15	1,06	1,16	2,18	1,33	1,42
Serv. Utilidade Pública	2,08	2,36	1,24	1,31	1,19	1,28	1,46	1,29	2,28	1,98	1,46	2,36
Construção Civil	13,50	12,64	14,62	13,52	14,98	13,25	11,92	10,27	8,01	8,72	8,35	7,89
Comércio Varejista	11,68	12,04	11,81	11,63	11,42	11,18	11,74	9,37	11,83	13,46	13,10	13,54
Comércio Atacadista	1,60	1,53	1,63	1,59	1,78	1,73	1,69	1,53	2,34	2,51	3,28	2,13
Instituições Financeiras	3,42	3,21	3,06	3,43	3,14	3,64	3,00	3,10	3,10	2,79	3,17	2,63
Serv. Adm. Téc. Prof.	10,20	10,99	11,22	11,03	11,55	10,77	11,62	11,14	9,52	10,30	10,04	11,37
Transportes e Comunic.	6,41	6,73	6,15	6,02	4,94	4,87	5,08	4,65	6,78	6,53	6,80	6,90
Alojamento Comunit.	11,75	12,06	11,70	11,13	10,92	10,84	11,64	10,40	6,55	6,61	7,26	8,39
Med. Odont. Vet.	1,48	1,57	1,64	1,69	1,84	2,08	2,48	2,46	3,30	4,68	4,71	4,64
Ensino	2,42	2,56	2,58	2,47	2,45	2,48	2,89	2,44	1,40	2,79	3,91	3,83
Adm. Pública	29,13	27,38	26,72	28,01	24,90	26,16	20,96	25,64	31,80	31,27	31,46	31,06
Agricultura	0,24	0,27	0,24	0,32	0,34	0,55	0,62	0,24	0,74	0,55	0,54	0,47
Outros	0,16	0,29	0,95	2,13	4,78	6,55	9,94	13,15	7,14	1,37	0,68	0,23
Ignorado	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

Tabela 20
Salvador: Participação (%) no Estoque de Empregos da Região Metropolitana de Salvador e da Bahia Segundo o Subsetor de Atividade (1986 -1997)

SUBSETOR DE ATIVIDADE	Relação	ANOS											
		1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Extrativa Mineral	SSA/RMS	64,8	88,3	84,4	45,4	85,6	41,7	21,7	17,1	95,2	95,5	93,5	65,9
	SSA/BA	6,9	21,5	16,8	4,9	33,0	4,2	5,0	3,6	47,5	43,1	40,6	8,2
Minerais Não Metálicos	SSA/RMS	64,1	63,9	68,5	71,2	65,0	62,6	65,2	65,1	47,4	51,5	44,6	39,0
	SSA/BA	34,8	38,1	41,9	42,0	37,7	28,5	34,4	30,8	19,4	19,9	17,2	14,5
Indústria Metalúrgica	SSA/RMS	23,1	14,3	20,6	30,0	27,8	23,2	29,7	24,2	17,4	21,4	23,7	24,3
	SSA/BA	17,9	11,0	15,8	20,5	18,3	17,6	21,4	17,9	12,8	14,9	16,1	15,8
Indústria Mecânica	SSA/RMS	21,0	19,8	21,7	13,0	15,6	14,9	13,5	11,5	84,4	74,4	74,5	62,6
	SSA/BA	16,2	15,9	17,3	11,0	13,4	12,6	12,0	9,4	52,7	39,3	39,0	30,9
Eletricidade e Comunicações	SSA/RMS	36,4	32,7	30,2	23,7	24,7	25,5	32,6	40,9	32,0	30,0	37,4	42,4
	SSA/BA	26,7	23,2	22,1	17,7	17,4	19,0	28,9	36,6	31,7	27,1	35,9	40,3
Material de Transporte	SSA/RMS	100,0	95,8	91,6	28,8	21,8	17,6	11,4	47,1	90,5	86,6	86,3	38,6
	SSA/BA	75,8	77,0	80,9	27,1	19,2	15,3	10,5	39,6	54,4	48,4	47,1	26,3
Madeira e Mobiliário	SSA/RMS	82,0	78,3	68,4	47,0	55,2	53,6	56,3	68,4	64,7	68,7	69,0	66,5
	SSA/BA	22,4	22,9	18,6	16,6	23,5	21,5	21,0	24,9	20,9	23,4	24,8	22,8
Papel e Gráfica	SSA/RMS	82,5	85,7	93,5	90,2	88,0	89,4	95,2	94,0	93,9	92,1	89,5	87,3
	SSA/BA	39,1	46,0	54,8	53,7	50,8	50,2	49,0	48,0	61,4	53,0	52,4	54,1
Borracha, Fumo e Couro	SSA/RMS	68,8	65,6	72,6	75,8	74,7	73,7	74,4	64,9	80,2	53,5	71,9	74,4
	SSA/BA	19,6	16,3	18,4	21,8	22,6	21,6	17,4	13,9	11,0	10,3	10,4	8,8
Indústria Química	SSA/RMS	14,9	14,6	12,4	12,4	11,8	9,3	9,6	10,8	14,8	22,8	19,9	18,7
	SSA/BA	13,0	13,1	11,1	11,2	10,7	8,5	8,7	9,8	13,3	19,9	17,2	16,2
Indústria Têxtil	SSA/RMS	64,9	62,9	66,7	70,5	71,9	73,5	71,3	69,5	59,9	63,6	61,4	70,0
	SSA/BA	41,8	41,6	46,9	42,1	41,6	41,4	43,4	43,5	39,7	43,2	41,5	42,3
Indústria de Calçados	SSA/RMS	17,9	21,1	26,6	44,1	64,6	15,7	41,4	87,0	55,8	72,2	67,0	98,5
	SSA/BA	16,0	16,1	21,5	31,5	37,2	13,0	24,1	30,6	23,8	41,5	40,6	19,8
Alimentos e Bebidas	SSA/RMS	73,3	66,1	67,9	64,5	65,5	58,2	59,4	54,2	55,0	71,1	56,0	58,8
	SSA/BA	26,1	22,7	24,4	22,4	21,7	18,8	18,9	18,9	18,0	28,1	18,7	21,1
Serviços de Utilidade Pública	SSA/RMS	94,3	93,4	87,7	88,7	89,6	89,1	89,2	89,8	75,4	84,4	78,7	81,7
	SSA/BA	75,2	76,4	63,6	65,0	64,5	62,3	64,4	65,5	57,5	63,1	49,2	59,1
Construção Civil	SSA/RMS	89,0	88,9	87,8	84,8	83,6	76,5	76,0	83,0	74,0	78,9	76,9	69,4
	SSA/BA	74,4	72,4	74,6	72,1	72,9	60,8	59,6	65,2	57,3	61,2	59,7	51,5
Comércio Varejista	SSA/RMS	93,5	93,0	92,3	92,0	91,6	91,4	90,7	91,0	92,1	93,1	91,3	91,2
	SSA/BA	53,0	53,0	52,8	53,0	52,5	50,8	50,7	48,1	51,8	53,5	50,9	49,6
Comércio Atacadista	SSA/RMS	90,7	88,2	89,3	88,5	86,5	85,8	83,1	82,8	82,0	84,9	86,3	81,0
	SSA/BA	37,8	36,4	36,9	35,6	38,6	36,7	34,6	35,4	43,0	46,0	52,8	41,6
Instituições Financeiras	SSA/RMS	94,3	93,6	93,5	94,7	93,7	95,4	93,4	94,2	94,2	95,0	95,3	95,3
	SSA/BA	53,8	52,2	50,9	59,4	54,9	62,7	52,5	56,3	60,2	59,1	65,2	63,9
Adm. Tec. Profissional	SSA/RMS	79,5	85,2	86,1	87,3	86,9	85,2	79,7	81,3	77,5	74,0	69,5	68,9
	SSA/BA	64,7	69,6	69,9	68,9	69,8	65,4	64,1	65,5	65,1	59,3	53,6	56,1
Transportes e Comunicações	SSA/RMS	92,3	92,9	89,5	91,5	92,4	92,0	91,8	92,8	86,7	88,7	88,6	89,3
	SSA/BA	63,8	62,2	60,3	60,8	59,9	57,2	57,3	60,7	60,1	59,7	59,6	60,3
Alojamento Comunitário	SSA/RMS	83,3	84,1	82,4	86,5	86,0	88,1	87,6	87,7	86,7	87,1	84,4	83,0
	SSA/BA	63,8	62,8	59,9	63,5	61,6	60,3	60,7	59,3	59,7	55,5	54,9	52,7
Medicina, Odontologia e Veterinária	SSA/RMS	97,9	97,8	97,3	93,6	93,7	94,1	93,1	93,5	95,0	97,7	97,4	95,5
	SSA/BA	64,2	62,7	63,8	63,4	62,1	60,7	59,2	57,8	56,7	64,2	63,9	61,7
Ensino	SSA/RMS	99,3	98,9	98,6	98,2	98,0	97,7	97,6	97,3	91,7	95,5	95,8	95,9
	SSA/BA	83,9	82,3	81,3	81,0	79,6	77,7	78,6	77,8	60,6	62,7	66,3	66,6
Adm. Pública	SSA/RMS	93,7	93,4	94,5	93,7	92,9	92,5	92,2	91,6	94,4	95,0	92,0	93,7
	SSA/BA	66,4	62,7	62,9	63,9	63,2	61,0	55,0	58,1	63,8	62,8	61,3	63,6
Agricultura	SSA/RMS	98,4	91,8	93,6	91,1	92,7	94,9	85,0	76,0	85,6	91,4	91,5	90,8
	SSA/BA	8,5	8,1	7,1	8,4	8,9	13,1	12,0	5,2	7,8	4,6	4,5	4,2
Outras	SSA/RMS	86,6	86,4	88,2	83,4	89,5	90,1	89,5	90,2	91,5	79,9	77,7	80,7
	SSA/BA	41,4	48,5	60,9	50,2	58,4	54,5	60,0	63,5	59,9	39,6	46,2	53,7
Igonarada	SSA/RMS							100,0	93,8				
	SSA/BA							5,6	3,5				
Total	SSA/RMS	84,6	84,3	84,4	84,3	84,2	83,2	81,8	84,1	84,3	85,4	83,4	82,5
	SSA/BA	57,0	55,7	55,7	55,9	56,2	53,4	51,6	53,6	53,1	52,1	51,0	50,7

Fonte: MTB - RAIS - FAT - CODEFAT.

A Construção Civil vem reduzindo seus estoques formais de emprego desde 1986. Esta tendência só seria contrariada no subperíodo 1988-1990, quando o setor empregava entre 72% e 75% do total setorial da Bahia (ver Tabela 20). A partir de então, foram fechadas 54.719 vagas até 1997. Este fenômeno deve-se a reestruturação setorial, quando as empresas passaram a utilizar processos e técnicas mais avançados, economizadores de mão-de-obra. Por outro lado e para além do crescente uso de novas tecnologias e materiais, a crescente informalidade do setor deve ter contribuído em grande parte para a redução do emprego formal. Assim, em 1997, havia quase metade dos empregos de 1990 (ver Tabela 19). Jamais o setor formal da Construção Civil conseguiria repetir o desempenho empregador verificado até meados dos anos 80.

As atividades comerciais soteropolitanas criaram mais empregos ao longo do período em análise: aproximadamente mais de 10 mil novas vagas no varejo e mais de 3 mil no atacado. Juntas, passaram a alocar quase 16% do emprego formal do município, contra 13% observados em 1986. Muito desse crescimento, contudo, verifica-se a partir de 1994, período que coincide com o processo de estabilização monetária e de desvalorização relativa do dólar nos primeiros anos do Plano Real. Apesar disto, no contexto estadual, o comércio varejista reduziria sua participação, de 53% para 50%, enquanto o atacadista crescería de 38% para 42%, entre 1986 e 1997 (ver Tabela 20).

Quanto aos demais setores, merecem referência o de Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários e o de Ensino pelo acentuado crescimento verificado entre 1986 e 1997. Por sua vez, a Indústria apresentou uma leve tendência declinante em termos percentuais, porém, com acentuado comportamento cíclico como revelam os dados para o triênio 1991-1993. A retomada observada em 1994-1995 deveu-se ao crescimento da Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Alcool Etílico e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública. Dos setores industriais, apenas Papel, Papelão, Editorial e Gráfica, Têxtil, Vestuário e Artefatos de Tecidos, Alimentos e Bebidas e Serviços Industriais aumentaram seus postos de trabalho, porém, de forma não significativa. Ao final do período considerado, o setor secundário, inclusive Extração Mineral e Serviços Industriais, respondia por menos de 7% do emprego formal em Salvador.

A análise do emprego formal, sob a ótica dos Grupos de Ocupação⁴, mostra que em Salvador há preponderância das profissões ligadas aos serviços administrativos (Grupo 3), aos Serviços, inclusive de turismo (Grupo 5), de condutores de veículos e assemelhados (Grupo 9) e de profissões científicas, técnicas e artísticas (Grupo 1), conforme se vê na Tabela 21.

As transformações e o desempenho econômico municipal estimularam o aumento do emprego formal nos Grupos 0/1 e 5 (cuja participação no emprego local aumentou 70% no período) e nas profissões ligadas ao comércio (do Grupo 4 – cuja participação no emprego soteropolitano cresceu de 5% para 8%). Porém, as ocupações relativas aos trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas e condutores de veículos e assemelhados – Grupos 7, 8 e 9, respectivamente – também diminuíram seus efetivos tanto em termos absolutos quanto percentuais (vide Tabelas 21 e 22), confirmando as observações anteriores quanto à redução da importância das atividades industriais enquanto empregadoras (de emprego formal) na capital.

No período em questão, são justamente as ocupações Técnicas e Científicas, do Comércio e de Serviços que aumentaram suas respectivas participações frente aos referidos Grupos 7, 8 e 9 que concentram as ocupações, por assim dizer, especificamente industriais. Isto também se observa, quando se compara o emprego municipal com o estadual.

Ainda que, em termos absolutos, o Grupo 5 (de ocupações relacionadas a Serviços, inclusive turismo) tenha registrado um importante aumento dentro da estrutura do emprego municipal, principalmente a partir de 1994, é provável que tal desempenho se deva não só ao crescimento das atividades turísticas no âmbito do município, mas também decorra dos relativamente maiores investimentos setoriais em outros municípios do estado (como Porto Seguro, Ilhéus, Litoral Norte e, mais recentemente, na Chapada, etc).

⁴ - Resumidamente, os Grandes Grupos de Ocupação, para efeito de registro na RAIS, estão assim distribuídos: a) **Grupos 0 e 1** (devido aos tipos de ocupações desses grupos, torna-se difícil uma denominação específica para cada um deles) - trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhados; b) **Grupo 2** – Membros do poder legislativo, executivo e judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e assemelhados; c) **Grupo 3** – Trabalhadores em serviços administrativos; d) **Grupo 4** – Trabalhadores comércio e assemelhados; e) **Grupo 5** – Trabalhadores em Serviços, inclusive turismo; f) **Grupo 6** – Ocupações agropecuárias, florestais, de pesca e assemelhadas;

Tabela 21

**SALVADOR: ESTRUTURA DO EMPREGO, SEGUNDO GRANDE GRUPO DE
OCUPAÇÃO (1986-1997)**

Grande Grupo de Ocupação	ANOS											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
0	3,9	4,4	4,6	4,4	4,9	5,1	5,1	14,8	7,1	6,9	7,5	7,6
1	12,7	10,8	12,1	12,0	11,4	11,4	8,8	2,9	12,9	12,6	13,1	12,7
2	0,9	0,9	0,9	1,1	1,2	1,5	2,3	2,4	2,4	2,2	2,0	2,2
3	31,0	31,5	30,9	31,0	28,9	30,4	33,8	34,9	29,2	27,6	27,5	26,7
4	5,4	5,3	5,7	6,7	6,9	6,8	7,7	8,1	7,7	8,2	8,1	8,1
5	10,8	10,8	9,4	11,5	11,3	11,8	12,7	12,0	15,1	16,4	17,2	18,2
6	0,2	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2
7	2,7	2,8	2,7	2,4	2,5	2,5	2,7	2,5	2,6	2,9	2,8	2,4
8	4,1	4,3	4,6	3,8	4,1	4,0	4,1	4,0	3,6	3,8	3,3	3,5
9	20,1	19,5	21,5	19,7	20,9	19,4	18,5	15,6	13,9	14,2	13,8	13,2
Ignorado	8,2	9,4	7,5	7,1	7,6	6,9	4,1	2,8	5,4	4,8	4,6	5,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

Salvador possuía em 1997 mais da metade do total estadual dos trabalhadores de profissões científicas, técnicas, artísticas e assemelhadas (Grupos 0 e 1). Isto também ocorria com os membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e assemelhados (Grupo 2). A expansão relativa econômica do interior, aliada a crise que afetou mais intensamente a capital, muito deve ter contribuído para o processo de redução do peso soteropolitano no emprego estadual. Com efeito, em todas ocupações (exceto as dos Grupos 0 e 2), houve perda de participação do emprego municipal no contexto estadual.

Observa-se sensível melhoria no nível de escolaridade dos trabalhadores formais

g) Grupo 7 – Ocupações na produção industrial; h) Grupo 8 - Operadores de máquina; e i) Grupo 9 – Condutores de veículos e assemelhados.

de Salvador. Houve redução, em números absolutos, dos estoques daqueles com menor grau de instrução (analfabetos e com até 4ª série incompleta) e aumento do emprego nos estratos mais qualificados. Vale dizer que se trata de um fenômeno extensivo à Região Metropolitana e ao estado da Bahia no período de análise. Em 1997, mais da metade dos trabalhadores formais de Salvador possuía pelo menos o segundo grau completo, diante de 32% em 1986, embora daí não se possa afirmar que a melhoria do nível de escolaridade tenha melhorado as condições de emprego para esses trabalhadores.

Tabela 22

**Salvador: Participação (%) do Emprego Formal de Salvador no Emprego Estadual,
Segundo Grande Grupo de Ocupação (1986 -1997)**

GRANDE GRUPO DE OCUPAÇÃO	ANO											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
0	56,7	55,9	56,1	54,4	57,8	57,8	57,3	82,4	65,9	69,8	70,5	72,9
1	78,0	72,0	73,8	72,8	71,3	68,5	58,4	28,5	61,5	60,3	58,9	59,7
2	53,9	52,6	50,6	53,7	58,6	63,8	65,7	68,2	66,3	51,4	62,6	60,4
3	69,9	68,7	68,7	70,1	68,2	67,3	65,4	67,4	63,8	65,9	62,5	62,8
4	51,5	50,8	51,8	54,5	54,9	52,5	53,3	57,2	54,6	54,5	51,1	50,1
5	59,5	57,4	50,7	57,5	57,3	55,2	50,2	48,1	50,4	49,4	48,5	48,4
6	4,7	4,5	4,5	4,1	7,3	3,6	3,3	2,0	2,0	2,0	2,3	2,1
7	31,1	31,4	31,1	29,7	31,6	30,4	28,8	30,4	32,2	33,8	33,0	29,9
8	43,5	45,4	47,3	44,8	46,4	38,6	36,3	43,2	41,6	42,3	38,3	37,7
9	53,2	51,2	54,2	52,4	53,6	50,4	48,7	48,1	46,8	46,2	45,0	42,1
Ignorado	48,0	51,6	47,7	44,7	49,4	39,9	44,9	37,2	80,3	84,8	91,3	95,0
TOTAL	57,0	55,7	55,7	55,9	56,2	53,4	51,6	53,6	53,1	52,1	51,0	50,7

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

Comparando-se os dados do estoque de empregos por grau de instrução com os subsetores econômicos de Salvador, no ano de 1997, vê-se a importância da Administração Pública na absorção de trabalhadores com maior grau de instrução. Do total de trabalhadores formais com nível superior completo, 62% estavam na Administração Pública. Por sua vez, nesta atividade, 25% dos empregados possuíam diploma universitário e 70%, pelo menos o segundo grau completo (vide Tabela 23).

Tabela 23
Salvador: Distribuição (%) do Estoque de Empregos por Grau de Instrução.
Segundo o Subsetor de Atividade (1997)

SUBSETOR DE ATIVIDADE	GRAU DE INSTRUÇÃO										Total
	ANALFA-BETO	4.SER INCOMP	4.SER COMP	8.SER INCOMP	8.SER COMP	2.GR INCOMP	2.GR COMP	SUP. INCOMP	SUP. COMP	IGNORADO	
Extrativa Mineral	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Min. Não Metálicos	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2
Metalúrgica	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	2,5	0,2
Mecânica	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Mat. Elétrico e de Com.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Mat. De Transporte	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Madeira de Mobiliário	0,3	0,3	0,5	0,4	0,4	0,5	0,1	0,1	0,0	0,9	0,3
Papel e Gráfica	0,5	0,3	0,5	0,7	0,6	1,2	0,7	1,0	0,5	2,8	0,7
Borracha, Fujo e Couro	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1
Química	0,5	0,4	0,9	0,6	0,7	0,5	0,4	0,8	0,4	0,2	0,5
Têxtil	0,6	0,9	1,0	1,7	1,8	1,4	0,5	0,1	0,0	1,2	0,9
Calçados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alimentos e Bebidas	1,9	1,2	2,4	2,4	2,7	1,7	0,8	0,9	0,4	2,2	1,4
Serv. Utilidade Pública	4,2	9,6	3,0	3,1	1,3	1,4	1,1	1,4	2,0	0,8	2,4
Construção Civil	12,1	36,0	21,8	9,7	6,0	3,9	2,1	2,1	1,7	13,1	7,9
Comércio Varejista	8,2	9,1	9,4	13,5	16,5	22,8	16,9	10,5	2,2	16,0	13,5
Comércio Atacadista	3,5	1,4	2,2	2,2	2,6	3,3	2,3	2,2	0,5	2,5	2,1
Instituições Financeiras	0,9	0,2	0,2	1,4	2,0	1,6	3,1	16,7	4,3	0,6	2,6
Adm. Tec. Prof.	11,1	13,0	15,7	13,5	13,8	14,0	10,3	13,3	4,1	23,9	11,4
Transporte e Comunicações	2,0	3,7	9,2	9,0	9,8	8,9	6,8	4,8	2,9	2,4	6,9
Alojamento	10,1	9,6	12,8	10,8	11,4	11,4	6,6	6,2	2,8	13,8	8,4
Med. Odont. Vet.	2,1	2,2	4,0	3,6	4,5	4,8	5,9	2,4	4,7	6,2	4,6
Ensino	1,7	1,7	2,7	1,8	2,1	1,9	3,8	8,2	10,1	3,5	3,8
Adm. Pública	37,7	7,5	11,8	23,8	22,3	19,4	37,3	28,3	62,1	0,1	31,1
Agricultura	1,5	1,1	0,4	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3	0,8	0,2	0,5
Outros/Ignorado	0,4	0,6	0,3	0,2	0,3	0,3	0,1	0,1	0,0	6,1	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

Curiosamente, o maior contingente dos analfabetos empregados no setor formal estava na Administração Pública, que reunia 37% do total municipal em 1997, ainda que em 1986 esse percentual tenha sido mais significativo (52%). Essa magnitude deve-se, provavelmente, a dois fatores: a) estabilidade no emprego, garantida pelo Estado; e b) redução do contingente de empregados analfabetos na iniciativa privada, formalmente estabelecida, o que torna crescente a participação desses trabalhadores empregados naquele setor. Também nas atividades comerciais (varejista e atacadista) e de serviços, observou-

se o crescimento da participação dos trabalhadores com pelo menos o 2º grau completo, indicando, desse modo, que uma melhor instrução torna-se cada vez mais uma exigência na manutenção do emprego.

A massa salarial paga aos trabalhadores formais de Salvador cresceu no período, relativamente ao espaço metropolitano e estadual. O total de salários pagos correspondeu a 85% da massa salarial paga na RMS e a 65% da paga em todo o estado, no ano de 1997. A menor participação salarial está nos segmentos de trabalhadores com menor escolaridade. Salvador concentra o maior volume de salários pagos aos empregados dos níveis superior completo e incompleto (conforme Tabela 24).

Tabela 24
Salvador: Participação (%) da Massa Salarial Municipal na Massa Salarial Metropolitana e Baiana Segundo o Grau de Instrução (1986-1997)

Grau de Instrução	Relação	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Analfabeto	SSA/RMS	96,0	96,1	93,4	93,8	96,5	93,0	89,1	87,2	91,4	90,4	88,6	83,3
	SSA/BA	78,6	76,1	70,2	71,9	83,8	73,3	54,3	53,5	53,1	49,4	53,8	45,6
4ª Série Incompleta	SSA/RMS	77,7	80,1	78,6	79,4	81,9	78,0	85,1	81,3	80,5	82,4	79,0	78,1
	SSA/BA	49,9	50,4	47,5	48,0	55,6	49,0	51,9	45,7	40,9	44,0	36,7	38,0
4ª Série Completa	SSA/RMS	74,9	78,1	74,3	77,1	78,8	75,0	81,5	80,4	77,4	78,8	75,8	78,1
	SSA/BA	52,2	55,5	51,1	52,9	57,3	52,7	55,7	55,4	47,8	49,3	48,1	50,4
8ª Série Incompleta	SSA/RMS	76,7	77,9	73,7	73,8	79,5	72,0	77,6	76,3	77,0	80,1	72,8	80,0
	SSA/BA	57,6	60,9	56,6	54,0	60,2	53,6	54,8	51,6	50,5	55,1	51,0	54,5
8ª Série Completa	SSA/RMS	76,4	80,0	72,5	78,8	79,6	76,8	79,3	80,0	78,7	80,7	82,5	80,4
	SSA/BA	60,9	66,5	56,9	58,4	63,9	60,4	60,9	59,0	58,4	60,4	65,9	61,6
2º Grau Incompleto	SSA/RMS	75,4	76,1	71,9	76,1	79,1	78,0	75,3	81,1	78,8	86,1	82,9	83,1
	SSA/BA	58,4	62,0	58,6	59,8	65,9	64,2	59,8	62,0	60,3	54,6	60,8	61,2
2º Grau Completo	SSA/RMS	80,8	79,4	71,3	81,3	82,7	79,9	77,5	80,1	75,6	79,0	84,2	82,0
	SSA/BA	61,9	60,7	54,8	63,0	65,0	64,5	58,5	58,8	57,7	62,1	63,3	63,0
Superior Incompleto	SSA/RMS	85,3	84,6	78,7	84,7	88,3	87,3	83,0	87,2	83,0	90,4	87,8	87,7
	SSA/BA	69,7	69,8	63,5	67,2	73,4	76,8	67,6	68,9	67,2	77,3	68,4	71,5
Superior Completo	SSA/RMS	86,2	86,0	80,4	86,4	87,2	84,8	84,9	86,1	83,5	89,7	91,3	90,8
	SSA/BA	76,3	76,9	71,8	76,9	78,2	76,0	75,4	75,6	74,0	80,9	81,7	81,5
Escolaridade Ignorada	SSA/RMS	90,4	90,1	83,2	89,3	83,6	88,1	83,6	86,5	86,6	89,9	83,4	76,6
	SSA/BA	48,2	50,5	45,9	45,6	31,1	36,5	48,6	55,9	38,2	44,1	41,5	41,9
TOTAL	SSA/RMS	81,4	82,1	75,7	81,8	83,9	80,6	80,6	82,2	79,7	84,0	84,9	84,5
	SSA/BA	63,6	65,4	59,3	63,6	67,7	64,6	61,7	61,6	59,8	64,3	64,5	65,2

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

Quando se analisam as massas salariais pagas por atividades econômicas (Tabelas 25 e 26), vê-se que há mais concentração em Salvador na Administração Pública (85% da atividade estadual e 97% da metropolitana), no Ensino (83% do estadual e 98% do metropolitana), dos Serviços médicos, odontológicos e veterinários (81% e 98%, respectivamente) e de transportes e comunicações (72% e 92%, respectivamente). A participação municipal é menor nas atividades que têm perdido importância no município, com a extrativa mineral, a metalurgia e outras indústrias. Curiosamente, contudo, Salvador detém 22% da massa salarial paga na Agricultura baiana e 98% da metropolitana. Tal fato deve resultar da concentração do emprego de técnicos de nível médio e de nível superior, em geral com salários unitários mais altos, contratados pelos escritórios centrais das empresas agropecuárias, de pesca e de silvicultura, em geral sediados na capital.

Como seria de se esperar diante do seu elevado estoque de empregados, inclusive com maior qualificação, a Administração Pública responde pelo maior volume da remuneração do trabalho formal, medida em salários mínimos, variando de uma participação de um mínimo de 25% em 1992 até 45% em 1990.

Tabela 25

**Salvador: Participação (%) da Massa Salarial Municipal na Massa Salarial Baiana,
Segundo o Subsetor de Atividade (1986 -1997)**

SUBSETOR DE ATIVIDADE	ANOS											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Extrativa Mineral	5,5	38,9	38,1	5,4	50,0	3,7	4,8	4,4	47,1	8,5	66,4	7,5
Minerais Não Metálicos	49,2	50,0	46,8	46,1	46,4	47,4	49,4	42,3	25,6	19,2	20,4	18,6
Indústria Metalúrgica	11,1	4,8	11,3	5,3	5,3	5,8	9,4	6,6	4,4	5,5	9,2	8,4
Indústria Mecânica	15,2	17,4	17,7	6,5	5,7	5,3	5,7	5,4	82,2	66,8	61,2	37,5
Eleticidade e Comunicações	30,3	21,3	23,5	19,9	17,8	24,0	26,5	25,7	27,0	30,8	31,0	27,9
Material de Transporte	94,1	94,7	94,3	65,7	39,9	20,2	18,0	53,6	48,2	55,8	58,5	13,7
Madeira e Mobiliário	32,2	27,8	20,8	20,1	29,5	39,4	37,3	37,5	38,6	34,0	37,1	33,3
Papel e Gráfica	50,1	61,1	63,8	58,2	56,3	38,7	34,3	36,5	70,9	40,9	46,7	47,7
Borracha, Fumo e Couro	27,0	29,0	28,2	35,6	30,6	22,8	20,5	18,1	18,0	17,9	12,2	14,0
Indústria Química	4,8	3,1	2,0	3,5	2,9	3,1	3,6	3,3	4,5	10,5	8,8	10,2
Indústria Têxtil	38,5	37,1	49,4	35,9	38,4	33,0	36,7	43,6	28,5	30,7	30,2	37,5
Indústria de Calçados	15,3	22,5	13,4	35,4	53,7	7,4	20,8	25,6	35,8	49,2	44,5	17,3
Alimentos e Bebidas	36,3	34,7	34,4	29,6	26,4	22,2	20,8	22,0	18,2	30,9	21,3	23,2
Serviços de Utilidade Pública	71,9	76,4	65,0	73,5	73,1	67,0	70,8	62,2	42,3	75,6	50,5	57,7
Construção Civil	74,5	77,7	79,4	75,0	72,0	54,8	71,7	77,6	56,2	61,5	61,3	56,7
Comércio Varejista	62,6	63,6	62,6	63,0	63,5	62,3	65,3	55,4	62,0	61,1	59,5	59,6
Comércio Atacadista	53,3	50,8	50,7	51,1	49,7	50,3	50,1	45,2	57,7	61,3	65,9	54,9
Instituições Financeiras	51,4	49,3	45,9	55,6	52,7	76,4	51,5	53,9	56,7	57,7	62,4	62,5
Adm. Tec. Profissional	84,2	87,4	86,9	84,6	84,4	78,1	77,0	80,6	66,7	61,4	60,0	62,9
Transportes e Comunicações	72,4	70,9	65,4	70,0	67,9	69,8	70,0	69,9	70,0	66,8	65,5	72,1
Alojamento Comunitário	67,0	68,2	67,0	69,6	68,2	68,9	72,9	70,3	65,7	66,6	67,4	61,1
Medicina, Odontologia e Veterinária	69,6	66,9	69,0	65,4	66,2	68,7	72,2	69,9	73,0	85,4	82,5	80,6
Ensino	92,0	92,4	92,4	93,0	90,6	89,5	85,5	70,3	71,8	77,8	82,2	83,2
Adm. Pública	83,4	86,4	84,2	82,7	88,9	87,8	80,8	83,2	75,9	84,8	82,3	84,9
Agricultura	24,9	24,3	22,7	19,2	19,8	40,6	41,4	13,5	29,5	23,6	21,8	21,9
Outras	74,5	63,3	72,4	61,5	75,6	71,7	77,1	70,7	85,0	42,8	53,6	63,5
Igonarada							9,7	3,1				
Total	63,6	65,4	59,3	63,6	67,7	64,6	61,7	61,6	59,8	64,3	64,5	65,2

Fonte: MTB - RAIS - FAT - CODEFAT.

Tabela 26

**Salvador: Participação (%) da Massa Salarial Municipal na Massa Salarial Metropolitana
Segundo o Subsetor de Atividade (1986 -1997)**

SUBSETOR DE ATIVIDADE	ANOS											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Extrativa Mineral	79,8	96,7	96,1	65,3	94,8	55,6	10,2	8,1	97,6	83,4	99,0	67,4
Minerais Não Metálicos	70,7	73,0	70,8	73,4	69,1	77,5	77,3	71,8	54,7	47,3	47,7	44,4
Indústria Metalúrgica	13,7	6,2	14,5	7,1	6,8	7,3	11,7	8,1	5,0	6,7	11,0	10,1
Indústria Mecânica	16,8	19,3	19,1	7,0	6,0	5,5	6,0	5,7	89,3	78,4	74,2	47,6
Eletricidade e Comunicações	36,9	27,1	30,4	24,4	21,0	25,0	27,4	26,9	27,0	30,9	31,2	28,1
Material de Transporte	100,0	98,8	96,7	68,7	47,7	21,9	19,7	77,4	86,6	91,5	85,0	14,8
Madeira e Mobiliário	82,2	68,0	53,9	45,7	66,8	69,0	76,7	74,3	70,0	65,9	70,7	69,6
Papel e Gráfica	72,4	88,2	90,7	91,3	85,5	93,4	94,5	93,8	97,2	75,8	81,8	83,4
Borracha, Fumo e Couro	75,2	77,7	79,2	85,3	78,2	76,1	70,7	60,1	92,5	63,3	81,8	85,7
Indústria Química	4,9	3,1	2,0	3,6	2,9	3,2	3,6	3,4	4,6	10,9	9,2	10,4
Indústria Têxtil	50,0	49,9	62,0	51,7	59,2	52,3	52,5	61,5	33,3	35,5	36,4	51,7
Indústria de Calçados	17,7	33,6	16,4	44,3	78,6	7,8	40,6	95,5	62,6	70,2	74,3	100,0
Alimentos e Bebidas	70,6	67,2	64,2	60,7	57,3	49,5	43,8	43,4	41,7	59,8	45,9	52,1
Serviços de Utilidade Pública	94,0	94,9	90,9	93,8	93,3	91,9	93,5	92,1	56,9	93,8	86,8	88,5
Construção Civil	91,6	89,0	91,6	86,0	80,8	66,1	90,3	89,1	70,9	72,5	72,3	68,6
Comércio Varejista	94,7	92,8	90,1	91,3	91,5	90,8	91,7	89,7	92,6	93,1	92,6	93,1
Comércio Atacadista	87,4	83,8	80,4	83,7	80,9	80,5	79,2	76,4	84,7	87,0	87,7	83,6
Instituições Financeiras	94,9	94,5	94,0	95,5	94,4	97,5	93,5	94,6	95,0	95,3	95,8	95,3
Adm. Tec. Profissional	93,2	95,0	94,7	94,1	93,0	88,9	86,8	91,0	76,4	74,5	73,5	73,8
Transportes e Comunicações	93,5	94,1	90,5	93,7	93,4	94,4	95,8	95,6	90,5	88,3	90,0	92,5
Alojamento Comunitário	84,2	87,8	85,3	89,2	90,6	88,2	91,1	91,6	82,6	90,2	89,8	88,6
Medicina, Odontologia e Veterinária	98,9	98,8	98,6	94,8	93,0	95,0	94,7	96,2	98,4	99,3	98,9	98,3
Ensino	99,9	99,9	99,7	99,7	99,5	99,2	98,7	97,1	94,4	97,1	98,0	98,1
Adm. Pública	96,1	97,5	97,8	96,7	97,9	97,8	96,5	95,9	96,3	97,2	95,1	96,6
Agricultura	99,7	98,7	98,9	97,3	95,8	98,6	97,0	87,2	95,5	98,0	98,1	98,2
Outras	97,2	92,7	94,0	88,2	93,9	94,2	93,2	92,4	98,1	80,2	82,8	85,8
Ignorada							100,0	93,2				
Total	81,4	82,1	75,7	81,8	83,9	80,6	80,6	82,2	79,7	84,0	84,9	84,5

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

Tabela 27

**Salvador: Remuneração Média do Trabalhador em Dezembro, em Salários Mínimos,
Segundo o Subsetor de Atividade (1986 -1997)**

SUBSETOR DE ATIVIDADE	ANOS											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Extrativa Mineral	4,41	9,47	10,61	4,64	6,98	5,43	7,17	5,16	6,41	0,79	18,84	5,07
Minerais Não Metálicos	3,43	2,46	1,91	1,62	2,11	4,01	3,88	3,20	3,33	2,14	2,75	2,61
Indústria Metalúrgica	3,53	1,33	2,29	1,07	1,58	2,02	2,45	1,85	3,10	2,12	2,81	2,92
Indústria Mecânica	8,21	5,96	6,08	3,30	3,56	4,27	3,91	3,53	6,34	7,69	6,66	6,14
Eletricidade e Comunicações	6,81	4,50	5,53	6,23	6,90	10,34	8,29	4,72	8,30	11,30	8,71	5,46
Material de Transporte	9,25	7,95	5,39	4,10	2,11	2,66	2,81	1,02	1,15	1,77	2,42	2,21
Madeira e Mobiliário	2,30	1,34	1,28	1,39	1,21	2,11	2,34	1,62	2,50	1,71	1,89	1,79
Papel e Gráfica	4,80	3,13	3,34	3,01	4,40	3,99	4,14	3,94	5,08	4,42	5,02	5,29
Borracha, Fumo e Couro	2,85	2,86	2,52	2,94	3,02	2,83	3,35	2,81	4,48	3,88	2,55	3,11
Indústria Química	4,83	2,74	3,10	3,11	2,78	4,65	4,69	3,36	4,34	5,93	4,30	6,13
Indústria Têxtil	2,04	1,32	1,52	1,24	1,53	1,40	1,54	1,54	1,83	1,45	1,35	1,32
Indústria de Calçados	0,98	0,67	0,32	1,08	1,34	1,37	1,38	1,25	1,32	1,03	0,80	1,17
Alimentos e Bebidas	3,55	2,91	2,58	2,46	2,31	3,19	2,89	2,46	2,50	2,11	2,13	2,03
Serviços de Utilidade Pública	9,80	10,08	11,75	12,87	16,59	15,30	18,31	13,50	6,17	11,69	10,23	6,71
Construção Civil	1,75	1,33	1,34	1,38	1,52	1,69	2,35	2,04	1,73	1,56	1,82	1,79
Comércio Varejista	2,74	2,06	2,00	1,97	2,30	2,52	3,13	2,09	2,66	1,92	2,08	2,08
Comércio Atacadista	4,28	3,02	3,00	2,93	3,06	3,89	4,56	3,06	3,74	3,26	3,26	3,10
Instituições Financeiras	10,76	10,50	10,83	13,77	13,18	14,20	13,12	16,05	13,26	14,69	11,41	12,37
Adm. Tec. Profissional	5,84	4,73	4,58	3,80	3,77	4,18	4,43	3,77	2,81	2,26	2,58	2,43
Transportes e Comunicações	4,24	3,27	2,96	3,82	4,13	5,77	6,77	5,11	4,45	4,57	4,23	5,33
Alojamento Comunitário	2,75	2,07	1,86	1,99	2,21	2,68	3,01	2,51	2,60	2,23	2,33	2,12
Medicina, Odontologia e Veterinária	2,97	2,04	2,13	1,92	2,63	3,52	4,19	3,77	4,31	5,44	5,05	4,93
Ensino	6,16	6,28	6,80	7,07	6,02	7,64	5,14	2,32	3,55	4,22	5,01	4,98
Adm. Pública	6,35	6,18	4,78	5,26	8,77	6,23	5,78	4,31	4,19	5,51	5,18	5,71
Agricultura	5,37	3,73	3,92	2,58	2,50	5,75	5,97	2,58	4,93	5,70	5,39	5,88
Outras	25,44	6,36	3,71	3,02	4,72	4,74	5,39	2,60	6,77	1,40	1,49	1,80
Igonarada	-	-	-	-	-	-	1,34	0,92	-	-	-	-
Total	4,71	4,14	3,60	3,86	4,81	4,69	4,79	3,76	4,08	4,11	4,12	4,16

Fonte: MTB - RAIS - FAT - CODEFAT.

Tabela 28
Salvador: Remuneração Média do Trabalhador em Dezembro, em Salários
Mínimos, Segundo o Grande Grupo de Ocupação. (1986-1997)

GRANDE GRUPO	ANOS											
	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
0	11,65	10,81	9,73	10,55	10,01	10,23	12,74	5,98	8,03	9,33	10,00	9,89
1	7,04	5,72	4,62	5,70	7,60	5,60	4,88	5,15	4,03	5,19	5,44	5,20
2	17,32	16,46	13,80	15,76	17,13	14,70	16,95	8,93	16,22	17,77	16,09	16,57
3	5,79	5,58	4,43	5,16	6,72	6,18	5,61	4,46	4,81	4,64	4,26	4,39
4	3,73	2,58	2,48	2,46	2,81	3,10	3,82	2,41	3,08	2,25	2,51	2,25
5	2,24	2,31	1,45	1,08	2,41	2,65	2,08	1,83	1,78	1,71	1,73	1,74
6	2,48	1,85	2,01	1,87	1,16	1,35	1,27	1,52	1,19	0,99	1,10	1,19
7	5,62	4,70	4,72	3,53	4,03	3,25	3,18	3,09	2,83	1,95	3,15	3,31
8	4,00	3,41	2,87	2,90	3,26	3,97	4,84	3,50	2,61	3,38	3,35	2,89
9	1,86	1,45	1,30	1,33	1,51	2,08	2,57	1,73	2,18	1,92	2,03	2,10
Ignorado	3,31	1,94	3,77	2,63	3,86	3,72	2,55	1,97	4,14	4,33	4,20	5,02
Total	4,71	4,14	3,60	3,86	4,81	4,69	4,79	3,76	4,08	4,11	4,12	4,16

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

As maiores médias salariais são observadas nas instituições financeiras (ver Tabela 27), embora esta atividade tenha apresentado melhor desempenho tanto nesse indicador quanto no total da massa salarial na primeira metade da década de 90. Por sua vez, segmentos de elevada participação no estoque total de empregos tais como o comércio varejista e a construção civil apresentavam em 1997 remunerações médias bastante baixas relativamente àquelas praticadas pelo conjunto das atividades econômicas da capital. Numa comparação intra-setorial, enquanto as instituições financeiras apresentaram percentuais mais elevados de remuneração nos maiores graus de instrução, o comércio varejista o fez nos níveis mais baixos e intermediários e a construção civil ocupou os extremos (significativa até 4ª série completa e a partir do 2º grau completo).

Em situação diversa, alguns setores industriais, em particular a Mecânica, a Química e os Serviços de Utilidade Pública, apresentaram médias superiores às da Bahia, o que pode também ser atribuído ao fato de Salvador localizar sedes e departamentos administrativos de empresas industriais não necessariamente em seu território instaladas.

Tabela 29

**Salvador: Remuneração Média do Trabalhador em Dezembro, em
Salários Mínimos, por Grau de Instrução, Segundo
os Empregados em 31/12. (1986 - 1997)**

GRAU DE INSTRUÇÃO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Analfabeto	4,31	4,46	2,80	2,83	5,14	3,95	2,40	2,19	4,09	2,31	2,61	2,69
4ª Série Incompleta	1,69	1,25	1,16	1,28	1,49	1,65	2,08	1,43	2,15	1,62	1,55	1,72
4ª Série Completa	2,48	2,02	1,79	1,80	2,33	2,59	2,69	1,97	2,56	2,30	2,27	2,26
8ª Série Incompleta	3,24	2,66	2,37	2,07	2,65	2,80	2,93	1,96	2,12	2,07	2,19	2,12
8ª Série Completa	3,63	3,40	2,96	2,86	3,64	3,59	3,65	2,59	3,03	2,82	3,22	2,67
2º Grau Incompleto	5,24	4,41	4,11	3,71	4,68	4,20	4,01	2,85	3,19	3,73	2,92	2,97
2º Grau Completo	5,86	4,80	4,31	4,95	5,77	5,36	5,39	4,44	3,80	3,88	4,07	3,91
Superior Incompleto	9,11	8,35	7,23	7,58	10,27	9,67	8,90	7,34	7,69	8,35	7,87	8,04
Superior Completo	14,37	13,31	11,35	12,38	15,40	13,61	13,15	9,61	9,72	10,73	10,95	11,13
Escolaridade Ignorada	1,11	1,33	1,21	1,29	1,38	1,66	5,91	5,23	1,52	1,70	1,54	1,54
TOTAL	4,71	4,14	3,60	3,86	4,81	4,69	4,79	3,76	4,08	4,11	4,12	4,16

Fonte: MTb - RAIS - FAT - CODEFAT.

Do ponto de vista ocupacional (conforme Tabela 28), no intervalo coberto pelo estudo, decresce a remuneração média das profissões do Grupo 3 (Serviços Administrativos) quando comparada às dos Grupos 0 e 1 (Técnicas e Científicas), 2 (Funcionários Públicos Superiores e Dirigentes de Empresas) e 5 (Serviços). Nos Grupos 0, 1, 2 e 3 foram sistematicamente observadas as maiores médias salariais. Por sua vez, os Grupos 4 e, principalmente o 5, que concentram as profissões relativas ao Comércio e aos Serviços, respectivamente, remuneraram, em média, pior os seus empregados.

Junto com a redução do analfabetismo e a melhoria da qualificação educacional, reduzem-se as participações daqueles com menor grau de instrução na remuneração dos trabalhadores de tal forma que, em dezembro de 1997, 72% da massa salarial de Salvador destinava-se àqueles com pelo menos 2º grau completo. O baixo percentual do extrato superior incompleto no que se refere ao seu estoque e à massa de salários parece indicar ser essa uma situação transitória já que as empresas tendem a buscar empregados melhor qualificados, resultando elevação da massa salarial nesse nível de escolaridade.

Por fim, ainda que a referida qualificação seja uma necessidade cada vez maior numa economia submetida a novos padrões de competitividade, ela tem demonstrado capacidade de assegurar um incremento da remuneração média como se depreende da análise da trajetória da mesma no período aqui considerado.

A presente seção fez um breve diagnóstico da economia soteropolitana durante o período 1986-1998. As estimativas que levaram a construção do Produto Municipal foram, com as devidas restrições, suficientes para dar ao leitor uma visão ampla do comportamento das diversas atividades econômicas. Informações complementares foram necessárias para um maior aprofundamento do conhecimento da realidade local e para sua contextualização no espaço econômico metropolitano e baiano. Finalmente, a seção fez uma análise resumida dos principais dados obtidos do sistema RAIS, sobre o mercado formal de trabalho no município.

Na seção seguinte, aprofundar-se-á a análise da economia local, a partir das trajetórias específicas de crescimento dos seus principais indicadores. Complementarmente ao que foi feito na presente seção, serão realizadas projeções para um horizonte temporal até 2010.

II. CENÁRIOS, PERSPECTIVAS E SUGESTÕES PARA A FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS LOCAIS

Na presente seção, serão mostradas as possíveis trajetórias da economia soteropolitana, à luz das principais tendências projetadas para as economias mundial, brasileira e baiana. O cenário, “básico”, mantém a trajetórias de crescimento das atividades de acordo com o comportamento da economia local no período 1986-1998. A partir das trajetórias projetadas, considera-se a possibilidade de ingresso de novos investimentos na economia baiana, metropolitana e mesmo brasileira para os próximos anos.

Foram Consideradas inicialmente as mesmas taxas de crescimento, verificadas no período 1986-1998. Dependendo das inflexões em suas trajetórias particulares e dadas as perspectivas apontadas pelas atuais condições da economia baiana e nacional, adotou-se uma taxa diferente, coincidente com a de algum subperíodo.

As taxas de crescimento foram obtidas a partir do coeficiente angular da equação linear ajustada, obtida pela regressão dos índices anuais de cada atividade, com relação ao tempo. Para as projeções do emprego formal, adotou-se o mesmo procedimento.

A presente seção está organizada em duas subseções. Na primeira, faz-se uma apresentação e discussão das perspectivas para o Produto Municipal e para as atividades econômicas locais, inclusive sobre as atividades relacionadas ao turismo. A segunda apresenta as projeções e perspectivas para o emprego formal em Salvador.

1. PERSPECTIVA PARA O PRODUTO MUNICIPAL DE SALVADOR

O atual panorama econômico mundial vigente em 1999 foi caracterizado pela continuidade do longo ciclo de crescimento da economia americana, pelo declínio do desemprego na Europa e pela lenta e segura recuperação da economia japonesa. Ou seja, o

desempenho da Tríade tem acenado para uma possível expansão da economia mundial, na medida em que seus principais problemas tendem a ser contornados. Projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgadas em novembro de 1999, davam conta de que “os níveis de produção em todas as regiões majoritárias da OCDE estão se aproximando de seu potencial no período de 2000 a 2001 – embora de maneira marginal no Japão.”¹ De acordo com o relatório da OCDE, os países do G7 (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Grã-Bretanha e Canadá) deverão ter crescimento médio de 2,7% em 1999, de 2,6% em 2000 e de 2,2% em 2001.

A OCDE prevê que as economias de tamanho médio e pequeno² crescerão 3,4% em 1999 e 3,8% nos dois anos seguintes. A taxa média geral de crescimento dos países membros da OCDE seria de 2,9% para o ano de 2000 e de 2,6% para 2001. Tal prognóstico está baseado na performance dos países do G7, assim como na recuperação dos países emergentes. De acordo com esta perspectiva, entretanto, a economia mundial, apesar dessas taxas de crescimento, estaria em processo de desaceleração econômica, quando comparados seus índices aos do ano de 1999.

O longo ciclo de crescimento da economia americana tende a esgotar-se no curto prazo. A economia americana está operando acima de seu potencial e isto se reflete na sobrevalorização das ações de suas principais empresas – estima-se que haja uma valorização nos índices acima de 40%, apontando para a necessidade de desvalorização em torno de até 30% para uma correção adequada da economia americana. Por outro lado, com inflação crescente, está cada vez mais difícil a economia americana sustentar o déficit em conta corrente, deixando antever dificuldades para um processo “seguro” de aterrissagem de sua economia.

Os parceiros europeus e o Japão tendem a ajustarem-se às principais ações defensivas que, porventura, sejam tomadas pelos americanos. Em consequência, à periferia capitalista mundial caberão os custos dos prejuízos americanos, europeus e japoneses. Isto porque, entre outros aspectos, essa periferia encontra-se fragilizada perante

¹ - *Apud* Gazeta Mercantil, edição de 17/11/99, página A-15, matéria sob título: “OCDE prevê expansão global de 3% em 2000”.

² - A saber: Austrália, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia.

os processos de ajustes e reformas econômicas impostos pelos principais organismos e corporações internacionais. Os “*emerging markets*”, como Brasil, Rússia, Argentina, México e outros, não conseguem definir modelos próprios de crescimento e desenvolvimento, nem tampouco se adequaram aos receituários do FMI, do Consenso de Washington, etc.

Nesse contexto, o governo brasileiro vem assinando acordos com o FMI que, em média fazem uma previsão de crescimento do PIB da ordem de 4% para o ano 2000. Na mesma onda de otimismo, a Datamétrica, empresa de consultoria pernambucana, divulgou estimativas para o BNB, apontando para um crescimento de 1,7% do PIB nordestino em 1999 e de 4,5% para 2000.

Na Bahia, as estimativas da SEI indicavam um crescimento do PIB baiano da ordem de 1,5% a 2% para 1999. E a imprensa tem divulgado números relativos a intenções de investimentos e projetos públicos que poderiam provocar um novo ciclo virtuoso para a economia baiana até 2005³. Os números divulgados pelo Centro de Informação da Gazeta Mercantil (Vide Tabela 30), por exemplo, dão conta de que uma nova onda de investimentos estaria aportando no estado da Bahia entre 1998 e 2005. Apesar de diferirem na intensidade, os prognósticos são enfáticos quanto a possibilidade de crescimento econômico acima da média dos últimos anos. Uma das versões aponta um patamar médio anual de investimentos acima de R\$8 bilhões (aproximadamente 22% do PIB baiano atual), suficientes para promover um crescimento anual médio de 5% no PIB estadual⁴.

³ - A propósito, ver páginas 10 a 14, do Balanço Anual – Bahia, da Gazeta Mercantil, divulgado em setembro de 1999. Ver, também, colunas assinadas pelo economista Armando Avena no jornal A Tarde, particularmente a edição de 28/11/99, página 22.

⁴ Ver, novamente, AVENA (1999), Op. Cit.

Tabela 30

INVESTIMENTOS – 1998-2005 – BAHIA

SETOR	Investimento	
	(U\$S milhões)	%
Serviços Públicos	3.650,60	21,67
Madeira/Móveis/Papel	2.861,30	16,98
Autopeças e Material de Transporte	2.840,00	16,86
Química e Petroquímica	2.802,40	16,63
Alimentos	1.986,20	11,79
Serviços Gerais	583,20	3,46
Construção	446,10	2,65
Transporte e Armazenagem	336,10	1,99
Plásticos e Borracha	278,80	1,65
Têxtil e Couro	244,27	1,45
Metalurgia	150,10	0,89
Comércio Varejista	141,70	0,84
Bebidas e Fumo	138,00	0,82
Não Metálicos	110,10	0,65
Informática e Telecomunicações	85,90	0,51
Farmacêuticos/Higiene	60,50	0,36
Mineração	36,70	0,22
Mecânica	34,00	0,20
Eletrônica	24,80	0,15
Financeiro	17,00	0,10
Distribuidoras de Veículos e Peças	16,00	0,09
Comunicação	3,50	0,02
Comércio Atacadista	1,50	0,01
TOTAL	16.848,77	100,00

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil. *Apud* Balanço Anual – Bahia, 1999.

O cenário divulgado pelo Governo do Estado para a próxima década estima que o crescimento da Bahia estará baseado nos efeitos de encadeamentos, diretos e indiretos, a jusante e montante, induzidos pela instalação de montadoras de veículos, fábricas de computadores, irrigação de lavoura de café, indústrias do setor calçadista, privatização de serviços de água e esgoto, clonagem de semente de cacau, despoluição da Baía de Todos os Santos, implantação do metrô, pólo moveleiro e de celulose.

As estimativas do governo do estado da Bahia derivam das seguintes premissas: a) contas públicas ajustadas; b) possibilidade da concessão de incentivos fiscais; e c) recursos originários dos programas de privatizações. Os recursos engendrados pelo Governo do Estado, serão destinados à realização de investimentos públicos para a modernização da infra-estrutura, e para a melhoria das condições de saúde e educação da sua população. Tudo isso serviria de ancoradouro para novos investimentos privados complementares da ordem de 16,8 bilhões de dólares. O efeito multiplicador desses investimentos sobre a produção dos demais setores da economia baiana provocaria um aumento substancial da renda e do emprego, fechando um círculo virtuoso de crescimento e modernização do estado que culminaria, em dez anos, com a duplicação do Produto Interno da Bahia. Para atingir esta meta, **a economia baiana precisaria crescer a uma taxa média anual superior a sete por cento!**

O otimismo derivado das projeções (extra)oficiais é explicado, em parte, pelo compromisso da montadora de automóveis Ford e do complexo automotivo que será instalado em Camaçari. Os impactos diretos e indiretos desse complexo sobre a Bahia exerceriam efeitos semelhantes ao da introdução do Pólo Petroquímico (!). Nas projeções do presente trabalho, contudo, supõe-se que o efeito Ford não será capaz de alterar significativamente o perfil das estruturas produtivas do estado.

Quais são as verdadeiras possibilidades desses números serem alcançados? Quais os efeitos sobre o desenvolvimento sócio-econômico da Região Metropolitana de Salvador? Supondo que as taxas de crescimento induzidas pela realização dos investimentos diretos se efetivem, quais os efeitos sobre a qualidade de vida na cidade de Salvador? Quais os efeitos sobre a demanda de serviços públicos (segurança, saneamento, educação, transporte, etc)?

Uma rápida análise do perfil locacional dos investimentos previstos para a Bahia mostra que haverá reconcentração das atividades econômicas na Região Metropolitana de Salvador, revertendo o movimento de desconcentração econômica iniciado nos anos 90 com os investimentos na indústria de celulose, no extremo sul do estado. Os números divulgados pela SICM para o período 1998-2002 prevêem que a RMS concentrará pouco mais de 47% dos novos investimentos industriais, conforme mostra a Tabela 31.

Tabela 31

Investimentos Industriais Programados por Região
Entrada em Operação 1998/2002

Nome	Empreendimentos	Investimentos	
		(US\$ mil)	(%)
Metropolitana de Salvador	116	3.450.199,00	47,39
Litoral Norte	8	39.599,91	0,54
Extremo Sul	17	2.078.793,01	28,56
Paraguaçu	31	549.157,53	7,54
Recôncavo sul	9	353911,96	4,86
Sudoeste	12	243.364,47	3,34
Litoral Sul	28	202.041,54	2,78
Oeste	5	98.568,06	1,35
Nordeste	17	91.754,00	1,26
Baixo Médio São Francisco	6	83.998,00	1,15
Piemonte da Diamantina	6	34.657,00	0,48
Serra Geral	4	29.243,00	0,40
Irecê	2	2.672,94	0,04
Outros	9	21.800,00	0,30
Total	270	7.279.760,42	100,00

Fontes: SICM e BNDES. *Apud* PETITINGA, L. (1999:78-97)

A concentração de novos empreendimentos industriais na RMS promoverá, necessariamente, mudanças estruturais na economia soteropolitana. Para além da demanda por habitação, pavimentação de ruas, serviços de água e saneamento, energia, etc, serão beneficiadas as atividades comerciais e de serviços. A cidade de Salvador, enquanto centro administrativo, financeiro, de serviços e de lazer do Estado, também se beneficiaria diretamente pelos impactos positivos desse novo *boom* de crescimento da Bahia. Conseqüentemente, o Produto Municipal deverá sofrer impacto positivo, induzido pelo acréscimo da demanda metropolitana e estadual.

Examinando mais de perto o perfil de atividades dos novos investimentos (conforme Tabela 32), pode-se constatar a liderança do gênero Papel e Papelão, com quase 28% dos novos recursos. A maioria destes investimentos estará aplicada na região Extremo Sul do estado. A Química baiana será responsável por outros 27,6% dos investimentos e, neste caso, a maioria deverá concentrar-se na área metropolitana. O

terceiro maior volume setorial de investimentos (9% do total) será executado pelo gênero de Produtos Alimentares, cujas plantas estarão distribuídas em todo o território baiano. Já o quarto maior volume será do gênero Material de Transporte, que será implantado em Camaçari, com poder de encadeamento sobre a economia soteropolitana.

Tabela 32

Bahia - Investimentos Programados por Gênero Industrial
(Entrada em Operação 1998/2002)

Nome	Empreendimentos	Investimentos	
		(US\$ mil)	%
Papel e Papelão	8	2.022.837,00	27,38
Química	43	2.006.845,95	27,17
Produtos Alimentares	59	681.483,87	9,23
Mat. Transporte (Automotivo)	2	501.980,00	6,80
Vest., Calç. e Artef. Tecidos	29	409.778,40	5,55
Extração de Minerais	16	376.972,81	5,10
Serv. de Utilidade Industriais	1	300.000,00	4,06
Bebidas	15	240.676,36	3,26
Metalurgia	16	200.723,00	2,72
Prod. de Mat. Plásticas	18	139.718,00	1,89
Couros e peles e Prod. Simil.	- *	106.933,70	1,45
Mecânica	6	83.578,33	1,13
Mat. Elétrico e Comunicação	1	70.191,21	0,95
Têxtil	11	67.338,00	0,91
Mobiliário	4	55.600,00	0,75
Transf. Prod. Min. N-Met.	8	46.134,18	0,62
Prod. Farm. e Veterinários	4	36.349,85	0,49
Diversos	2	25.623,89	0,35
Borracha	2	6.850,00	0,09
Madeira	2	5.302,21	0,07
Perfum., Sabões e Velas	2	996,35	0,01
Fumo	1	781,00	0,01
TOTAL	250 *	7.386.694,11	100,00

Fontes: SICM (Probahia, Sudic, CBPM e SGM) e BNDES.

Observação: * - Os dados relativos ao setor de couros e peles foram estimados, pelo autor, a partir dos anúncios dos investimentos das empresas do setor veiculados pela imprensa local (jornais A Tarde e Gazeta Mercantil, diversas edições).

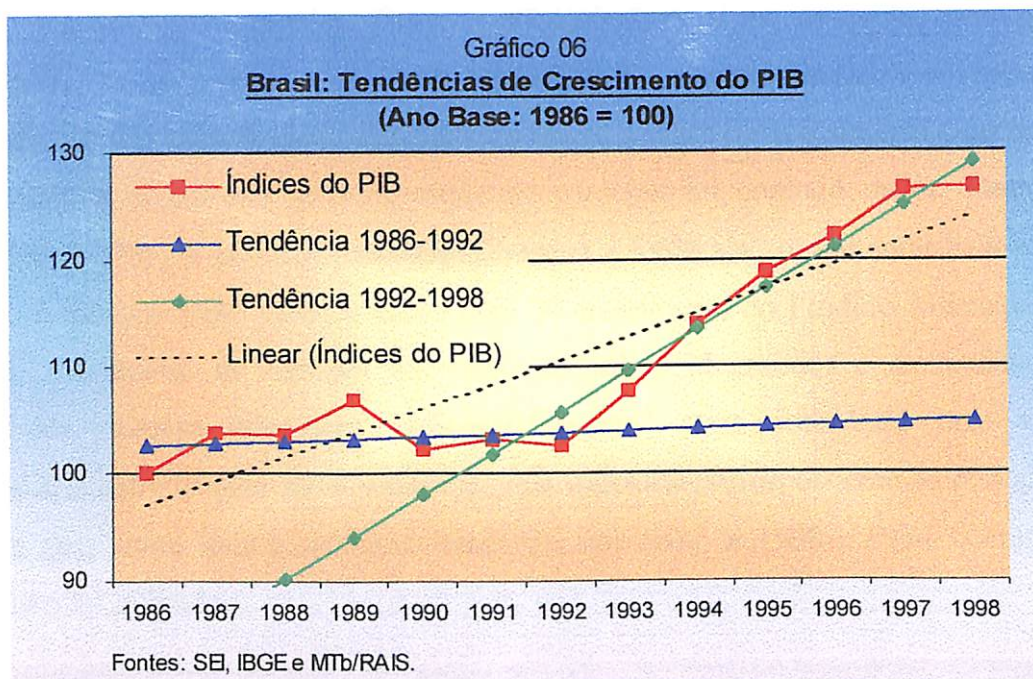
Ainda que todas as inversões industriais, previstas para a RMS, provocassem impactos totais sobre a economia de Salvador, mesmo assim, as taxas de crescimento não seriam tão alvissarciras como aquelas que se projetam para o estado. São investimentos anuais médios da ordem de R\$1,6 bilhões, equivalente a quase 10% do Produto Municipal de Salvador, em 1998. Tomando-se uma relação capital/produto incremental igual a 4 (estimada pelo IPEA para a economia brasileira), e aplicando-se o volume de recursos previstos, pode-se chegar a uma taxa anual média de crescimento igual a 2%, induzida apenas pelos investimentos industriais. Mas, deve-se levar em conta que tais investimentos terão seus impactos diluídos no âmbito da RMS. Quanto caberia para Salvador? E qual seria o impacto das outras atividades? Difícil estimar, porém fácil de antever que taxas acima de 3% seriam difíceis de ocorrer.

Qual seria, portanto, a taxa de crescimento provável do Produto Municipal compatível com as expectativas brasileiras e baianas? Inicialmente, é preciso lembrar que a continuidade do modelo de estabilização macroeconômica vem seguidamente frustrando expectativas quanto à retomada do crescimento econômico brasileiro. O governo privatizou, desregulamentou, abriu a economia, adotou taxas de juros altas e câmbio valorizado, promoveu reformas constitucionais no sentido de conter o déficit público, etc. Mas, apesar de todo o “esforço” governamental, a economia cresceu aquém do preconizado. Para os otimistas, a fase recessiva passou e as bases para uma nova fase de crescimento já estariam construídas. Para os céticos, ainda há espaço para novas medidas recessivas, já que o déficit público e previdenciário não foram contidos. Além do mais, o jogo político tem aumentado as incertezas quanto a real potencialidade da economia para os próximos anos.

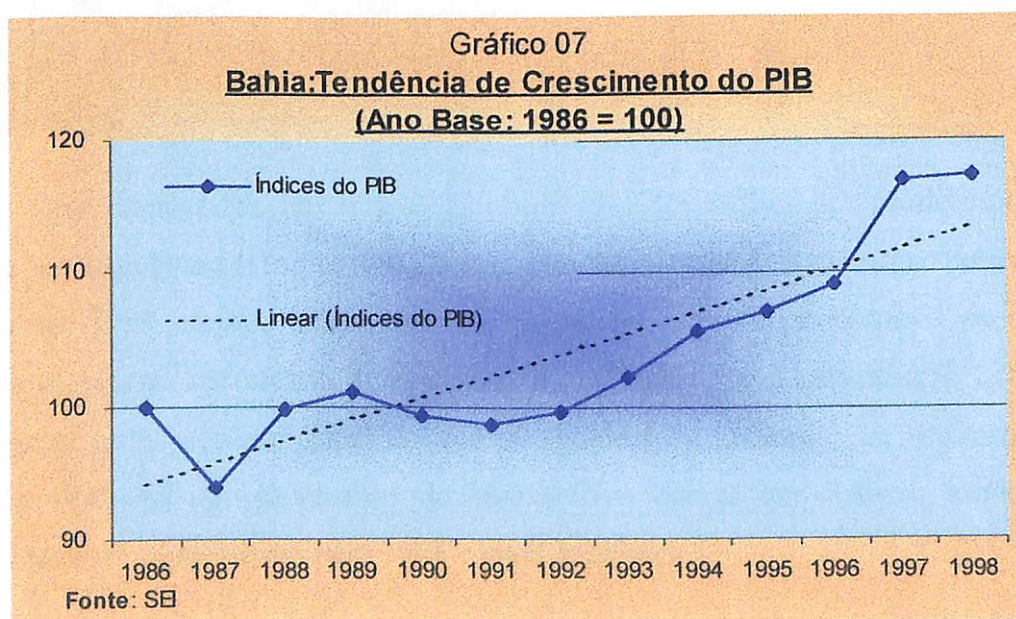
O cenário mais provável, nesse contexto, é o de um crescimento em bases menores. Uma taxa média anual de 3,7% (historicamente observada no período 1992-1998), para os primeiros anos da próxima década, poderia ser considerada “otimista”, dadas a debilidade dos “fundamentos” macroeconômicos brasileiros, e as incertezas econômicas quanto ao desempenho da periferia e do centro econômico mundial. Uma taxa de 2,03% (relativa ao período 1986-1998) seria insuportável para as necessidades econômicas e sociais do país.

Abstraindo a definição da taxa adequada de crescimento para o país nos próximos anos, o presente estudo manteve a hipótese de que a economia soteropolitana deverá crescer a taxas superiores às verificadas no país e na economia baiana. Esse diferencial, contudo, tende a diminuir, na medida em que o processo de desconcentração econômica nacional sofre inflexão e São Paulo mantém sua participação no PIB nacional. Deve-se considerar, também, que os anos 90 passaram a privilegiar investimentos em outras regiões do país, como o Centro-Oeste, de acordo com os números recentes do IPEA e do IBGE. Por outro lado, na Bahia, o governo precisará empreender políticas no sentido de aumentar a atratividade para os investimentos fora do perímetro da RMS, sob pena de inviabilizar o planejamento urbano de Salvador e demais cidades da metrópole. Assim, mesmo partindo-se da constatação de que os investimentos estarão concentrados na RMS, pressupõe-se que a diferença nas taxas de crescimento tenderá a ser menor ao longo da década, implicando taxa anual média ligeiramente superior à baiana.

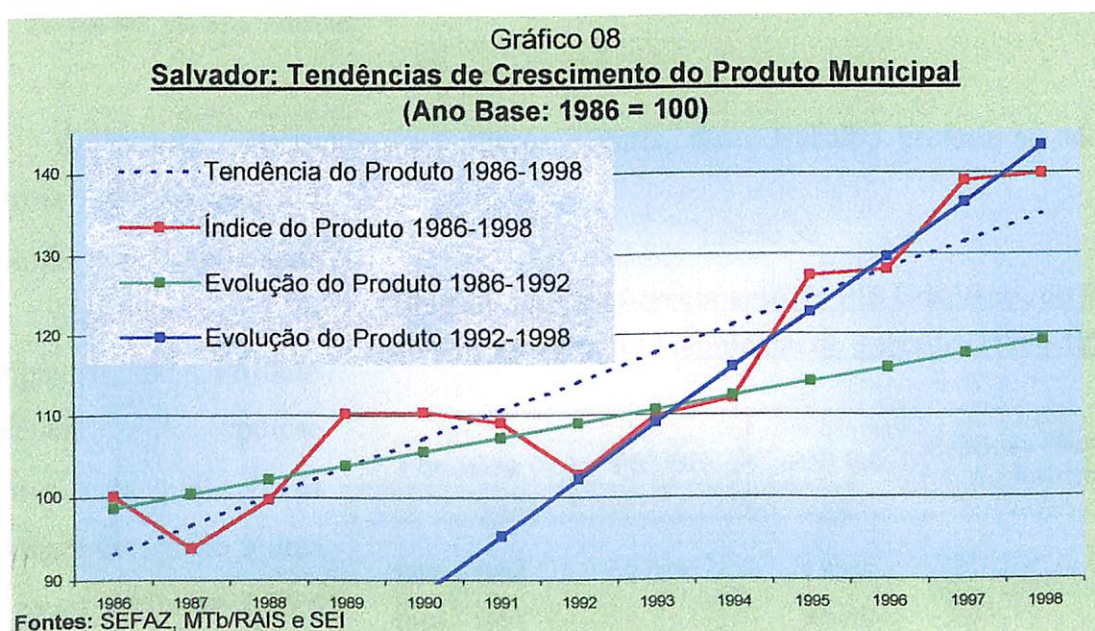
O Brasil experimentou, pelo menos, dois momentos distintos durante o período 1986-1998: Um primeiro, até 1992, quando a taxa média anual de crescimento era quase nula. Obviamente, o país não poderia suportar, por longo tempo, uma taxa de 0,2% a.a., ainda mais quando essa taxa se assemelhava àquela de toda a década de 1980. O segundo momento, foi o da recuperação que começa em 1992 e sofre inflexão no ano de 1997. O subperíodo 1992-1998 mostra uma taxa anual de crescimento médio da ordem de 3,7% que, se continuada, poderia fazer o país recuperar parte da “década perdida”, não fosse a inflexão desse ritmo nos anos de 1998 e 1999. No Gráfico 06, apresentam-se as três tendências de crescimento do PIB: A simples comparação gráfica das três tendências, mostra que uma perspectiva razoável seria considerar como possível a situação intermediária.



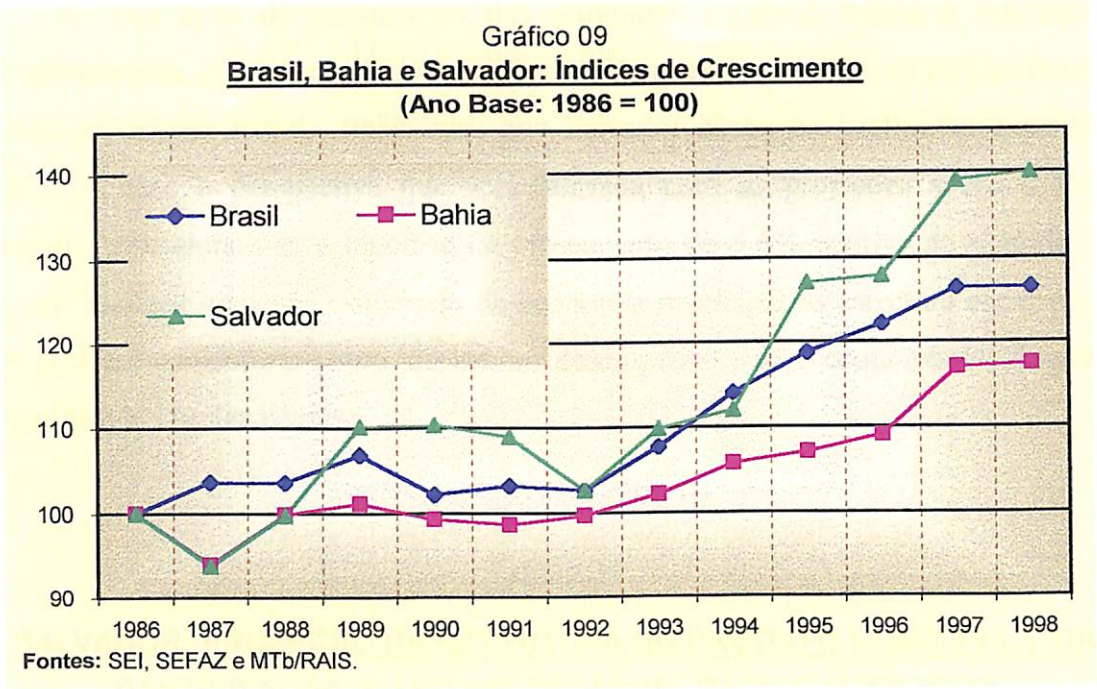
Da mesma forma, a Bahia passaria por dois momentos, durante o período considerado. O primeiro, que vai até 1992, quando o índice do PIB estadual ainda era menor do que o registrado em 1986. Desde 1991, todavia, a economia estadual apresentava sinais de reação e passaria a crescer em ritmo cada vez maior. Assim, no subperíodo que vai de 1993 a 1998, o estado alcançaria uma taxa anual de crescimento de quase 3%, apesar desse ritmo ter sofrido redução em 1998 e, de acordo com as primeiras estimativas da SEI, em 1999 (ver Gráfico 07).



No que se refere ao Produto Municipal, também se pode distinguir dois subperíodos. O ano recessivo de 1992 afetou toda a economia brasileira, em quase todos os setores e quadrantes do país. Salvador não fugiu à regra e sua economia cresceu apenas a 1,7% a.a., até aquele ano. A recuperação do município foi, contudo, maior. Desta forma, entre 1992 e 1998, a economia municipal cresceu a 5,6% a.a., o que contribuiu para que, em todo o período 1986-1998, a taxa média de crescimento do Produto Municipal ficasse em 3%. A análise do Gráfico 08, com os índices observados e as tendências dos subperíodos, mostra que uma hipótese “sensata” seria considerar uma trajetória intermediária entre as duas fases – ou seja, a da trajetória correspondente ao período 1986-1998, já que, como toda a economia brasileira, nos anos de 1998 e 1999, o crescimento econômico foi refreado.



Uma comparação das trajetórias observadas dos índices dos produtos brasileiro, baiano e soteropolitano (Gráfico 09), faz-se necessária para mostrar primeiramente que a recessão de 1992 afetou, indistintamente, todos os espaços econômicos do país. A diferença esteve na intensidade de seus efeitos. Depois, que a recuperação ocorre mais intensamente no espaço municipal do que no estadual ou nacional. E, finalmente, que a partir de 1997, há um movimento de inflexão nas curvas dos índices, resultando em menores taxas de crescimento para 1998 e anos seguintes.



Otimismos, ceticismos ou exageros à parte, neste trabalho preferiu-se adotar a trajetória de crescimento verificada nos últimos anos para projetar-se o crescimento do Produto Municipal. A hipótese básica é a de que a Bahia continuará crescendo a uma taxa anual média de 2,96% – historicamente observada no período 1993-1998 (conforme Tabela 33). Para Salvador, entretanto, preferiu-se adotar a taxa média de crescimento anual observada no período 1986-1998 – de 3,04%.

Tabela 33

Taxas Anuais de Crescimento do PIB Brasileiro, do PIB Baiano e do Produto Municipal de Salvador (1986-1998)

Períodos	PIB BR	PIB BA	Produto Municipal de Salvador
1986 - 1998	2,03%	1,52%	3,04%
1986 - 1991		0,31%	
1986 - 1992	0,20%	1,72%	1,72%
1991 - 1998		2,69%	
1992 - 1998	3,72%	2,88%	5,63%
1993 - 1998		2,96%	

Observação: As Taxas realçadas em azul foram as consideradas para as projeções.

As trajetórias de crescimento das economias nacional, baiana e soteropolitana estão apresentadas no Gráfico 09. Vê-se claramente que, desde 1986, os índices brasileiros têm sido superiores aos da Bahia mas que Salvador consegue performance melhor no período. É esta a perspectiva que será adotada para as projeções sobre o Produto Municipal. Abandonou-se a hipótese de crescimento de 5,6% relativa ao período 1992-1998, por implicar aumento exagerado da economia municipal na estrutura estadual, ainda que se pudesse conjecturar sobre um melhor desempenho para a economia local, além dos 3,04% utilizados nestas páginas.

Tabela 34

SALVADOR: PROJEÇÃO DA ESTRUTURA DO PRODUTO MUNICIPAL E DA PARTICIPAÇÃO (%) NO PIB ESTADUAL BAIANO (1986-2010)

PIB (BR e BA) e Produto Municipal Total e Setorial	1986	1992	1996	1998	2002	2005	2007	2010
PIB Bahia / PIB BR	3,96	3,93	4,29	4,61	3,61	3,53	3,48	3,40
Produto Municipal / PIB BA	31,56	32,49	37,03	37,61	38,39	38,47	38,53	38,62
Agricultura, Silvicultura e Pesca	5,88	2,74	1,13	0,93	0,47	0,38	0,33	0,27
Extrativa Mineral	0,09	0,08	0,04	0,04	0,02	0,02	0,02	0,01
Indústria de Transformação	3,57	3,37	2,85	2,82	2,48	2,39	2,33	2,24
Serviços Industr. de Util. Pública	7,62	6,54	4,12	5,52	3,97	3,57	3,34	3,03
Construção Civil	19,81	10,01	13,19	14,09	9,21	9,31	9,39	9,50
Alojamento e Alimentação	1,84	2,53	2,54	2,94	2,94	3,19	3,37	3,66
Comércio	16,22	15,86	14,12	12,10	11,32	10,63	10,19	9,56
Transp. Armaz. e Comunicações	6,47	8,29	11,42	10,32	11,30	12,47	13,32	14,70
Estabelecimentos Financeiros	6,13	7,60	12,51	11,54	6,67	6,86	7,00	7,20
Serv. Aluguéis de Imóveis	9,70	12,04	11,12	10,59	10,58	10,75	10,86	11,02
Serv. Prestados à Empresas	4,10	5,52	4,92	5,64	6,37	6,90	7,28	7,90
Administração Pública	15,15	9,82	14,56	14,89	14,14	13,97	13,86	12,03
Outros Serviços	3,41	15,60	7,48	8,58	5,83	6,41	6,83	7,51

Fonte: Tabelas 05 a 09.

Desta forma, adotando-se o ano de 1996 como base, a economia brasileira quase duplicaria seu produto, enquanto a economia baiana aumentaria 58% até 2010. O Produto Municipal cresceria pouco mais de 65%. Estas serão as hipóteses básicas adotadas, doravante, para as projeções dos produtos das atividades que compõem o Produto Municipal, como será visto nas seções seguintes. A projeção do Produto Municipal está em consonância com as trajetórias prospectivas, estimadas para as diversas atividades que o compõem. As estimativas resultaram nos índices, valores e percentuais constantes nas Tabelas 34, acima, e 35.

Tabela 35

**SALVADOR: PROJEÇÃO DE INDICES E VALORES, DO PRODUTO MUNICIPAL
SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS (1986-2010)**

PIB (BR e BA) e Produto Municipal Total e Setorial	Ano	1986	1992	1996	1998	2002	2005	2007	2010
	Índice* e Valor								
PIB Brasil	81,9	84,0	100,0	103,8	149,1	166,4	179,0	199,7	
	862.053	864.657	866.393	867.262	1.292.085	1.441.676	1.550.905	1.730.461	
PIB Bahia	91,7	91,4	100,0	107,6	125,4	136,9	145,1	158,4	
	34.095	33.988	37.180	40.022	46.615	50.881	53.940	58.877	
Produto Municipal de Salvador	55,0	56,4	100,0	109,3	130,0	142,2	150,9	165,1	
	10.761	11.043	13.769	15.053	17.896	19.576	20.784	22.736	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	852,2	408,0	100,0	90,3	53,9	47,7	43,9	38,8	
	633	303	156	141	98	86	78	68	
Extrativa Mineral	269,9	243,5	100,0	93,1	73,5	58,7	64,2	51,2	
	9	8	6	5	5	4	4	3	
Indústria de Transformação	82,3	79,6	100,0	108,1	112,9	119,0	123,2	129,8	
	384	372	393	424	520	538	549	575	
Serviços Industr. de Util. Pública	117,4	103,4	100,0	146,6	125,3	123,3	122,6	121,5	
	820	722	567	831	833	804	788	777	
Construção Civil	116,9	60,6	100,0	116,8	90,7	100,4	107,4	118,9	
	2.132	1.106	1.816	2.121	1.932	2.100	2.214	2.436	
Alojamento e Alimentação	31,7	44,7	100,0	126,7	150,5	178,8	200,6	238,3	
	198	279	349	442	616	719	795	939	
Comércio	83,9	84,2	100,0	93,7	104,3	107,0	108,9	111,9	
	1.745	1.752	1.944	1.821	2.376	2.396	2.403	2.453	
Transp. Armaz. e Comunicações	28	37	100	99	129	155	176	212	
	696	915	1.573	1.554	2.371	2.811	3.141	3.770	
Estabelecimentos Financeiros	49,1	62,5	100,0	100,9	69,3	78,0	84,4	95,1	
	660	839	1.722	1.738	1.399	1.547	1.650	1.847	
Serv. Aluguéis de Imóveis	49,6	63,2	100,0	104,1	123,7	137,4	147,3	163,7	
	1.044	1.329	1.532	1.594	2.220	2.422	2.561	2.828	
Serv. Prestados à Empresas	32,6	45,1	100,0	125,3	168,3	199,5	223,6	265,1	
	441	610	677	848	1.336	1.556	1.718	2.026	
Administração Pública	59,6	39,6	100,0	111,8	126,2	136,4	143,6	136,4	
	1.630	1.084	2.005	2.241	2.967	3.149	3.269	3.086	
Outros Serviços	29,2	137,2	100,0	125,4	101,4	121,9	137,9	165,8	
	367	1.723	1.030	1.292	1.224	1.446	1.612	1.927	

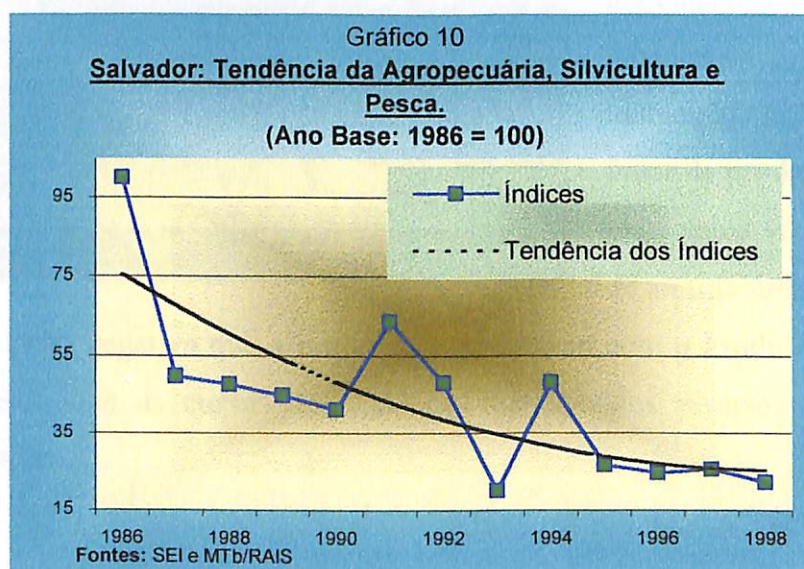
Fontes: SEI, SEFAZ, MTb/RAIS.

Observação: * Ano Base 1996 = 100; e Valores em R\$1milhão, de 1998.

Nas páginas seguintes, serão analisadas as trajetórias específicas de cada atividade, com as justificativas e explicações pertinentes, que culminaram com a adoção de cenários específicos.

1.1. Cenários para a Agricultura, Silvicultura e Pesca e para a Extrativa Mineral

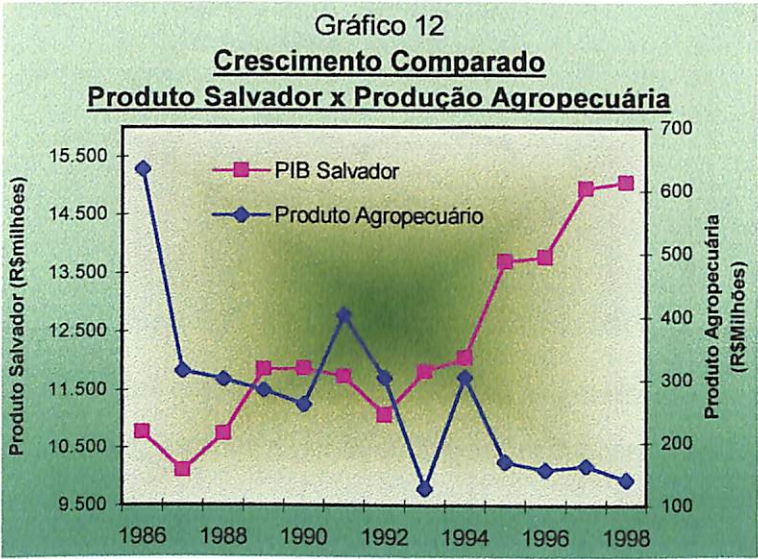
A agropecuária, a silvicultura e a pesca são atividades que vem perdendo participação na economia municipal. Os índices da produção setorial, como mostra o Gráfico 10, foram decrescentes em todo o período, apresentando uma tendência de produção nula num horizonte temporal não muito distante. A participação setorial no Produto Municipal, que era de quase 6% em 1986, foi reduzida para quase 1% em 1998 (Gráfico 11).



A partir da tendência dos últimos anos, projeta-se para a próxima década uma taxa de redução do produto setorial da ordem de 4% anuais – o que vai implicar uma participação ainda menor o Produto Municipal. No ano de 2010, o produto setorial terá um valor correspondente a 39% daquele observado no ano base, isto é 1986, e sua contribuição para o Produto Municipal será de 0,27%.



A hipótese de uma taxa negativa para a próxima década encontra respaldo no movimento de crescimento das atividades eminentemente urbanas de Salvador. Além do

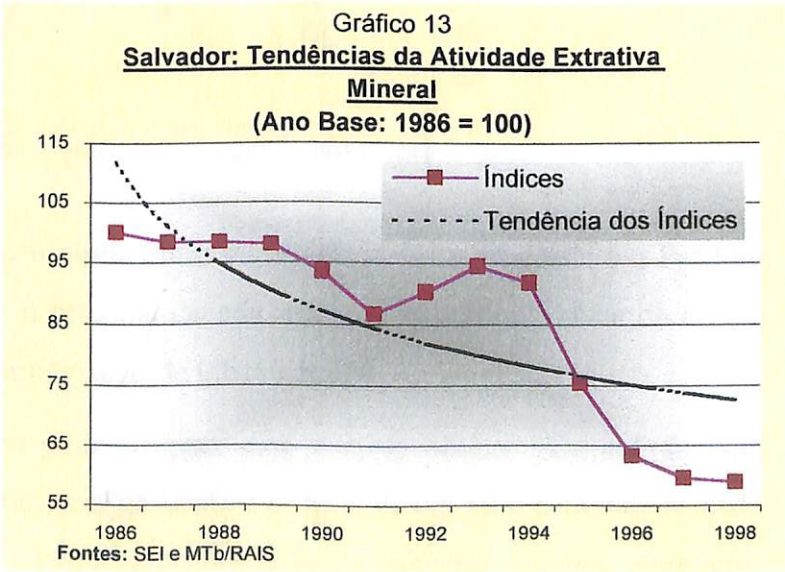


mais, as áreas rurais do município vão sendo agregadas para novos loteamentos e áreas de lazer. O alto preço das terras e a especulação imobiliária tendem a expulsar atividades primárias do município e preteri-las em favor da produção realizada em municípios vizinhos ou mesmo de outras áreas do estado. É

notória a correlação negativa que a produção setorial tem com o Produto Municipal – no Gráfico 12, vê-se que as curvas de tendência têm sentidos inversos – reforçando as projeções adotadas.

No que se refere à extrativa mineral, seu produto é ainda menor, em termos absolutos, e sua trajetória nos últimos anos foi, também, de queda (conforme Gráfico 13).

A participação setorial na produção municipal é a menor entre todas as atividades consideradas nesta seção. Ao longo do período, esta participação diminuta ficou ainda menor: de 0,09% em 1986 sua participação reduziu-se para pouco mais de 0,03%, conforme se vê no Gráfico 14

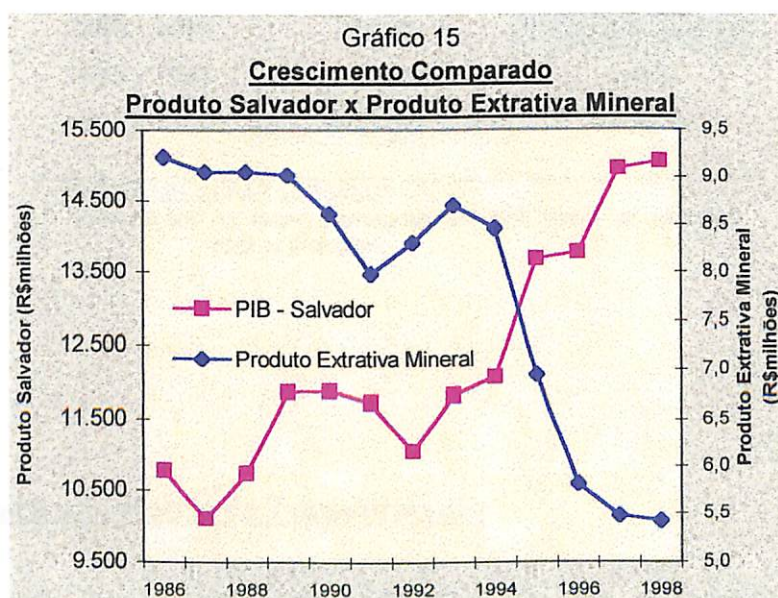


As trajetórias do produto setorial e do Produto Municipal foram, portanto, bastante distintas: enquanto a primeira é de queda, a segunda é de crescimento (ver Gráfico



15) – o que reforçaria uma hipótese de redução da produção setorial na próxima década, até alcançar uma produção nula. Novamente, o avanço do processo de urbanização e a crescente ocupação de glebas rurais, para uso residencial ou de

lazer, assim como a inadequação e o esgotamento de reservas minerais para exploração econômica, justifica a perda de importância dessa atividade no âmbito municipal.



Não há, portanto, correlação direta entre os produtos dessa atividade e o Produto Municipal. Assim, projeta-se para a próxima década uma redução anual média da ordem de 4,4%, o que representará uma participação de 0,01% em 2010.

Há, todavia, um fator que pode reverter esse cenário básico. De acordo com anúncios do governo do estado, estaria em gestação a criação de um pólo cerâmico sediado em Salvador, que visaria estimular a pequena produção nessa indústria, gerando empregos, fomentando a atividade turística etc. Como resultado indireto, o estímulo a essa atividade

provocaria impacto na extração mineral municipal, já que parte considerável da matéria-prima utilizada ainda está potencialmente disponível em reservas municipais. A confirmar-se tais investimentos, dificilmente, contudo, haveria condições de alavancagem da atividade para torna-la mais importante do que já é, do ponto de vista da sua contribuição para o Produto Municipal.

O resumo das taxas de crescimento observadas, tanto para a atividade agropecuária quanto para a extrativa mineral, está na Tabela 36.

Tabela 36

**Salvador: Taxas de Crescimento do Produto da
Agricultura, Silvicultura e Pesca e da Extrativa Mineral**

Períodos	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Extrativa Mineral
1986 - 1998	-9,09%	-4,41%
1986 - 1993	-11,93%	-1,48%
1993 - 1998	-4,02%	-10,41%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS

Observação: As taxas assinaladas em azul foram as adotadas para as projeções.

1.2. Cenários para a Indústria de Transformação

A indústria de transformação encontra-se na fase ascendente de um ciclo de recuperação, iniciado em 1992, após ter obtido sua pior performance em 1991 (conforme Tabela 37). Em todo o período, contudo, a atividade vem perdendo participação na economia municipal. Os índices da produção setorial, como mostra o Gráfico 16, foram decrescentes até 1991 e voltaram a crescer a partir de então, revertendo a tendência anteriormente registrada. Com isto, de uma taxa negativa de 1,2% entre 1986 e 1991, a indústria passaria para um crescimento médio anual de 1,8% entre 1991 e 1998.

Tabela 37

**Salvador: Taxas de Crescimento do Produto da
Indústria de Transformação**

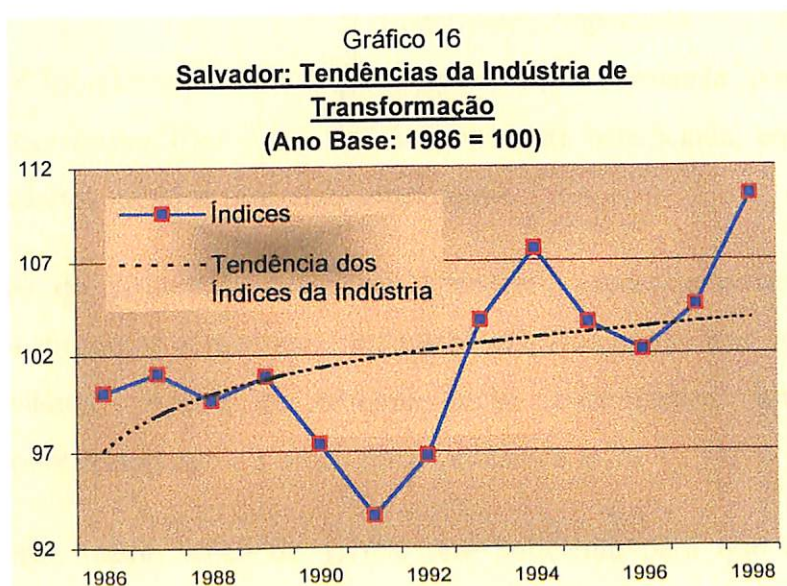
Períodos	Taxas de Crescimento
1986 - 1998	0,69%
1986-1991	-1,22%
1991- 1998	1,76%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS

Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

Projetar-se para o horizonte temporal de 2010 uma trajetória de crescimento correspondente àquela verificada em todo o período, seria desconsiderar todas as perspectivas de investimentos industriais que tendem a aportar na RMS até o ano 2005. Lembrando que o volume de recursos previstos para inversões na indústria de

transformação é da ordem de R\$1,6 bilhões anuais e que tal montante poderia induzir um crescimento médio de 2% ao ano na economia metropolitana e que Salvador seria, certamente, um desaguadouro natural desses impactos, pode-se aceitar como razoável um cenário de crescimento da atividade no município compatível com aquela observada no segundo subperíodo, de 1991 a 1998, isto é, de 1,76% anuais.



Não restam dúvidas acerca da possibilidade do pólo automotivo ampliar a matriz industrial do Estado, exercendo efeitos diretos e indiretos sobre as demais atividades econômicas do Estado, e consequentemente, sobre o emprego e a renda. Diretamente, os



setores mais beneficiados pela implantação da indústria automobilística na RMS serão as Indústrias de Plástico e Metal-Mecânica.

Indiretamente, os impactos da indústria automobilística se distribuirão principalmente pelas Indústrias de Serviços (manutenção/reparação e serviços gerais) e Construção Civil (investimentos em infraestrutura e demanda por moradias). Além do mais, a demanda por bens finais será indiretamente beneficiada, em função dos empregos diretos e indiretos gerados pelo empreendimento.

Além dos investimentos do pólo automotivo em Camaçari, espera-se novas inversões nos gêneros de química, produtos alimentares, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, couros e produtos similares. Apesar de menores, serão investimentos com impactos relativamente maiores sobre o emprego e a renda metropolitana e local.

O cenário de crescimento médio anual de 1,76% será suficiente para que a indústria de transformação mantenha índices crescentes, porém insuficientes para aumentar sua contribuição para o Produto Municipal. Desta forma, a indústria evoluirá, reduzindo sua participação dos 2,8% registrados em 1998, para 2,2% no ano de 2010. Isto representará um índice 30% superior àquele registrado em 1996

Apesar da perda de participação e diferentemente das atividades primárias, nota-se que a produção industrial tem correlação direta com o Produto Municipal. Isto é, este último acompanha as oscilações cíclicas da indústria – no Gráfico 18, vê-se que as curvas de tendência têm



sentidos semelhantes. Vale dizer que, se a atividade é incentivada e cresce, haverá crescimento econômico municipal. Raciocínio análogo pode ser utilizado para afirmar-se que um movimento recíproco de crescimento será benéfico para a atividade e para a economia local.

1.3. Cenários para os Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os serviços industriais de utilidade pública passaram por um ciclo de redução dos seus índices de “produção”, traduzidos em taxas negativas em todo o período 1986-1998 (conforme Tabela 38). Em todo o período, a atividade apresentou uma tendência a reduzir sua participação na economia municipal.

Tabela 38

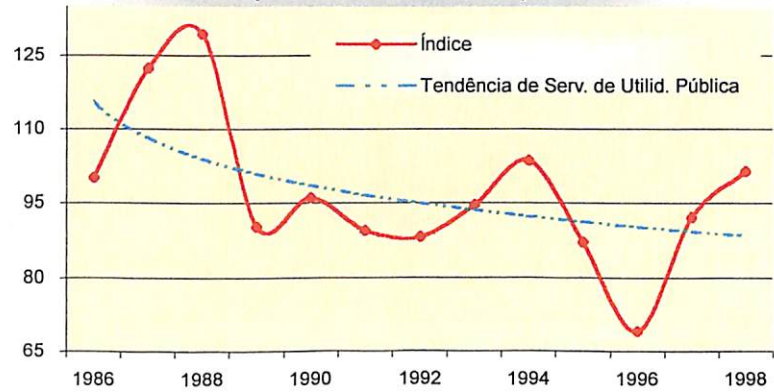
Salvador: Taxas de Crescimento do Produto de Serviços Industriais de Utilidade Pública

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 - 1998	-2,04%
1989 - 1998	-0,28%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS
Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

A sistemática desmontagem do setor público, cujo processo se inicia na segunda metade dos anos 80, foi a grande responsável pela redução dos serviços de saneamento, eletricidade, por exemplo. A queda do investimento nesses setores resultaria no desgaste das empresas públicas e levaria ao processo de privatização, como alternativa para o soerguimento da produção setorial. Efetivamente, isto começa a ocorrer a partir de 1997, quando os índices setoriais começam a recuperar-se (como se vê no Gráfico 19).

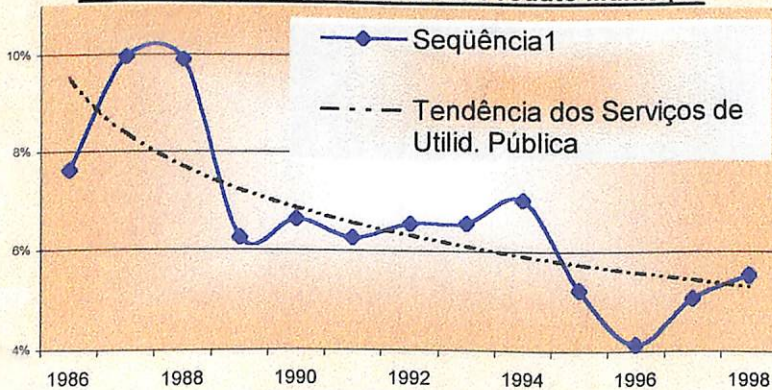
Gráfico 19
Salvador: Tendências de Serviços de Utilidade Pública
(Ano Base: 1986 = 100)



A singularidade das características desse setor dificulta o estabelecimento de um cenário seguro, baseado na simples projeção do comportamento anterior da atividade. Esta

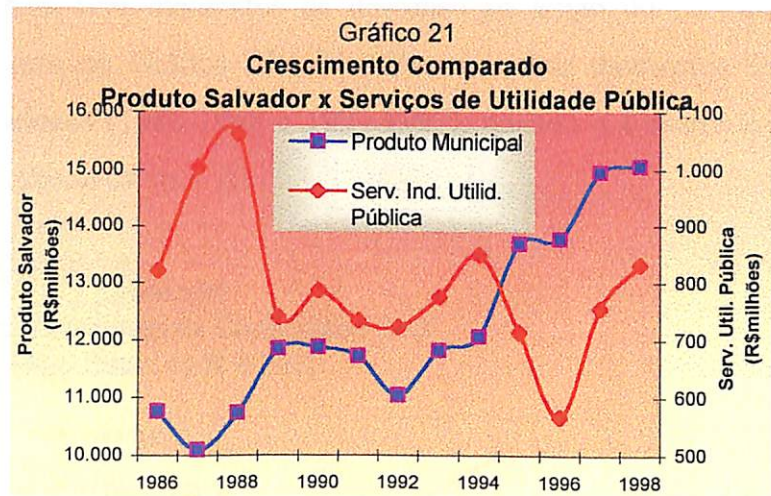
tarefa torna-se ainda mais arriscada quando se esperam investimentos de porte na produção e distribuição de energia e no saneamento básico. No entanto, a indefinição e a incerteza quanto aos novos rumos a serem adotados pelas empresas públicas

Gráfico 20
Salvador: Evolução da Participação do Produto de Serviços de Utilidade Pública no Produto Municipal



que foram privatizadas não nos autoriza a priori concluir por uma reversão da tendência observada que aponta para decréscimo médio anual da ordem de 0,28%, seguindo a tendência observada no Gráfico 20.

Ainda que pareça paradoxal, o comportamento do produto setorial oscilou em direção contrária à variação do Produto Municipal, em alguns anos da série 1986-1998 (ver Gráfico 21). No subperíodo 1986-1989, enquanto a economia local encolhia, o produto setorial aumentava. Já no subperíodo 1994-1996, enquanto a economia local crescia, o produto setorial encolhia. Estes comportamentos mostram uma característica

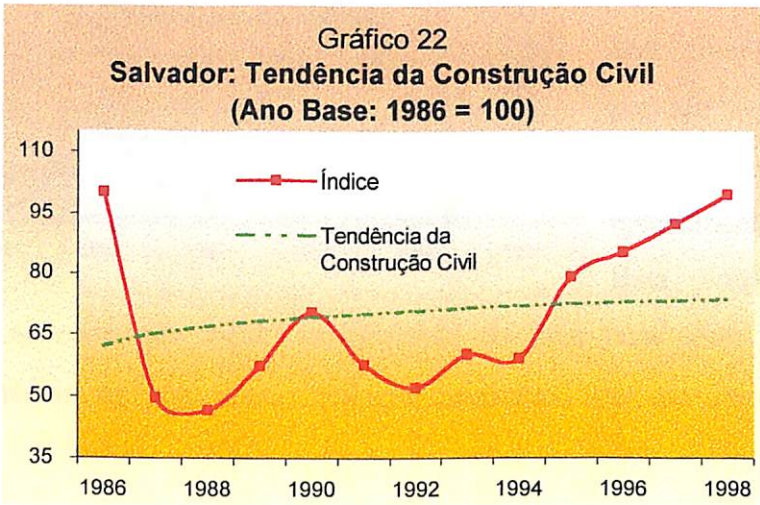


anticíclica que, em alguns momentos, fez a produção de serviços de utilidade pública aumentar em função da tentativa do estado em reduzir os efeitos da redução dos níveis da atividade econômica. Ao contrário, quando a economia volta a crescer o estado, ao menos no que concerne a oferta de serviços de utilidade pública, reduz sua participação na economia.

Na ausência de elementos esclarecedores sobre o futuro dessa atividade, manteve-se o cenário apontado pelas trajetórias vistas nos gráficos e tabela anteriores.

1.4. Cenários para a Construção Civil

A construção civil, também teve momentos de descenso ao longo do período 1986-1998, conforme pode ser visto no Gráfico 22. Identificam-se dois momentos de queda dos índices da produção setorial (1986-1998 e 1990-1992), quando a Construção Civil atingia seus piores momentos desde os anos 70.



Na Tabela 39, estão discriminadas as taxas de crescimento dos diversos subperíodos, que caracterizam a trajetória desta atividade. O produto setorial cresceu, em média, 3,43% ao ano. Mas houve momentos de taxas negativas (4,37% anuais) e de altas taxas, como as verificadas no período 1992-1998 (12%). Com toda a oscilação do período, a construção civil viu reduzir sua contribuição para o Produto Municipal (como pode ser visto no Gráfico 23), caindo de pouco mais de 19% para quase 14%.

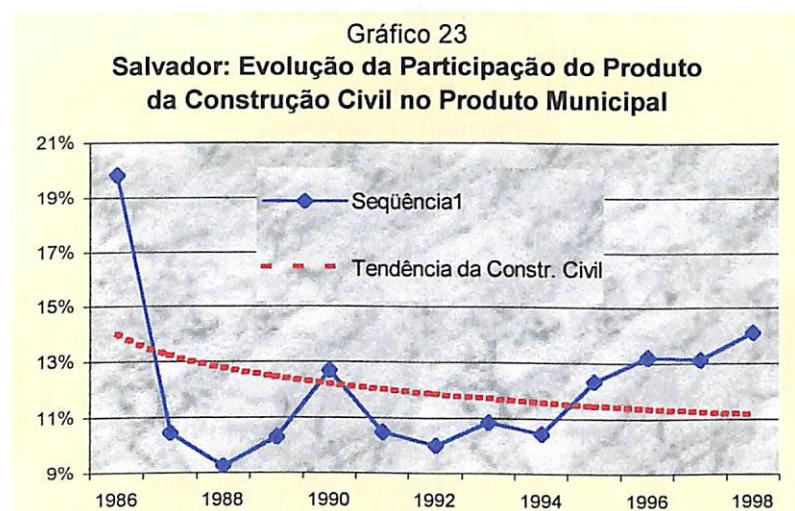
Tabela 39

Salvador: Taxas de Crescimento do Produto da Construção Civil

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 - 1998	3,43%
1986 - 1992	-4,37%
1989 - 1998	6,60%
1992 - 1998	12,02%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS
Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

A simples observação da trajetória setorial nos gráficos 22 e 23 mostra que, apesar da recuperação, a construção civil não deverá passar por momentos de grande



crescimento e de recuperação do seu peso na economia soteropolitana. Desde logo, descarta-se a hipótese de uma taxa igual à dos últimos 7 anos do período – 12% anuais só foram possíveis graças aos investimentos do Projeto Baía Azul, que injetaram

quase 6 bilhões na economia local. A projeção de uma taxa nesse patamar só seria possível na iminência de um novo “milagre brasileiro” ou um improvável “milagre baiano”.

Uma taxa média anual de crescimento da ordem de 6,6%, como ocorreu no período 1988-1998, dificilmente voltaria a ocorrer. Aplicada ao produto setorial de 1998, implicaria na sua duplicação até 2008 – o que parece exagerado.

Obviamente, não há como se pensar em possibilidade de redução da atividade nos próximos anos. A simples menção de um novo fluxo de inversões na RMS traria, necessariamente, incentivo à atividade. Basta lembrar que o Projeto Baía Azul ainda deve render obras até 2001 ou 2002. Por outro lado, estão previstas obras de construção civil na implantação do metrô, a partir de 2001, assim como são esperados investimentos, ainda que em menor monta, na área de construção de imóveis para habitação, seja por incorporadoras, seja por iniciativa informal.

Destarte, o cenário escolhido é o de continuidade da tendência setorial, cuja taxa média anual de crescimento vem sendo de 3,43% sobre o ano base (1986), implicando redução da atividade nos primeiros anos da década, relativamente ao período 1996-1998, numa contínua recuperação dos índices, até alcançar-se, em 2005, o mesmo patamar de 1996 e, finalmente, em 2010, uma produção 19% superior.

Há uma relação bastante estreita entre o comportamento da construção civil e o desempenho da economia soteropolitana. As curvas do Gráfico 24 mostram que toda vez



em que o setor sofreu redução, a economia local também encolheu. Por outro lado, sempre que o Produto Municipal crescia, a construção civil acompanhava a trajetória. Assim, nada mais “natural” do que se esperar que ambas permanecessem

crescendo. Apenas, para efeito deste estudo, considera-se que a economia local deverá crescer mais do que a produção setorial.

1.5. Cenários para a Atividade de Alojamento e Alimentação

A atividade de Alojamento e Alimentação quase não observou momento de descenso. Impulsionada pelo ritmo de crescimento urbano do centro e da periferia da metrópole, a atividade tem relação estreita com o crescimento das atividades turísticas, com a mudança de hábitos de alimentação (é cada vez maior o número de pessoas que fazem refeições em lanchonetes, restaurantes e assemelhados) e o

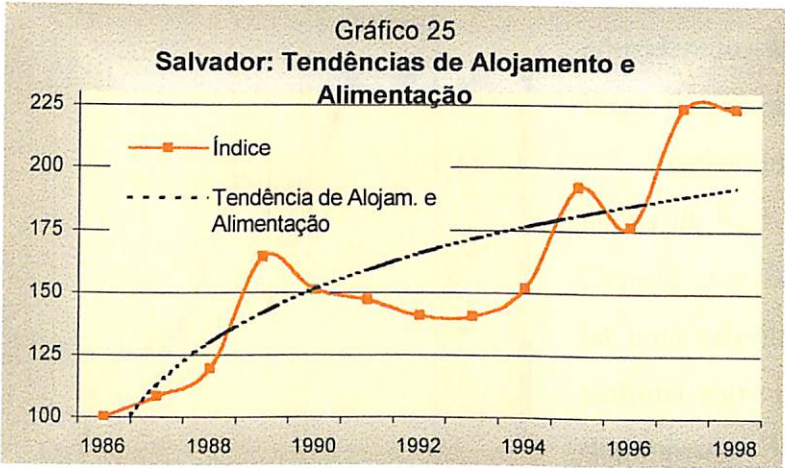
Tabela 40

Salvador: Taxas de Crescimento do Produto da Atividade de Alojamento e Alimentação

Períodos	Taxas Anuais de Crescimento
1986 - 1998	5,91%
1986 – 1992	5,20%
1993 - 1998	10,15%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS
Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

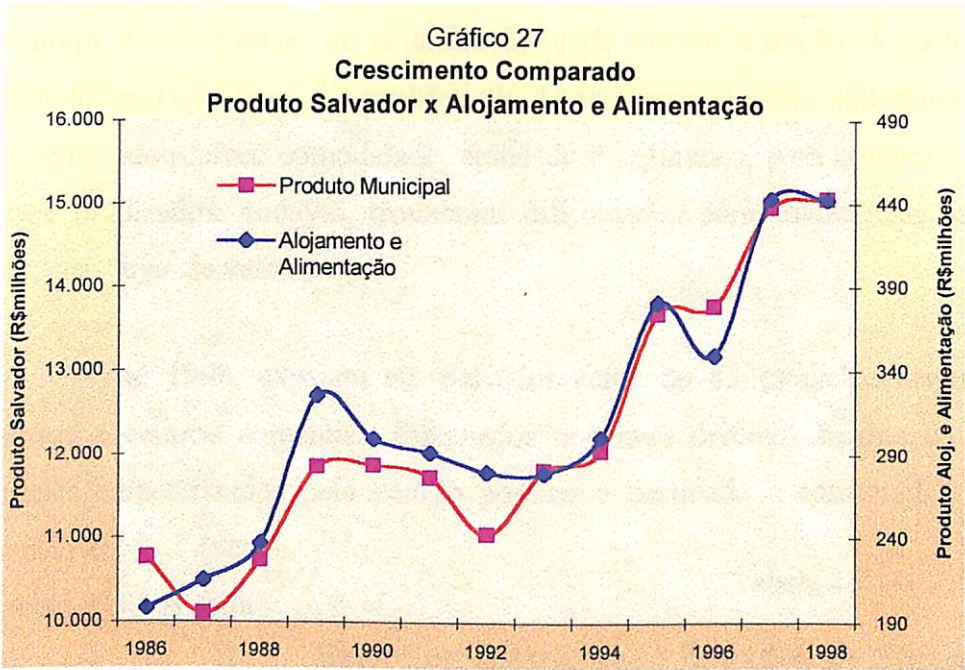
crescimento das atividades de lazer, que demandam hospedagem e alimentação. De acordo com a Tabela 40, entre 1986 e 1992, a atividade experimentou um crescimento da ordem de 5,2% anuais. A partir de 1993 e até 1998, a “produção” setorial cresceu num ritmo ainda maior, apesar das inflexões observadas em 1996 e 1998 (ver Gráfico 25).



Com essas taxas de crescimento, a atividade passou a contribuir em maior proporção para o Produto Municipal. De uma contribuição de 1,8%, a atividade passa a gerar 2,9% daquele agregado local. O Gráfico 26 mostra a trajetória ascendente ao longo do período, reforçando a hipótese adotada neste estudo, de que o “produto” setorial deverá crescer acima da taxa média da economia soteropolitana.



A observação da trajetória setorial nos gráficos 25 a 27 sustenta a argumentação de que haverá crescimento sustentado por uma taxa superior à da economia soteropolitana.



Primeiro, porque em todo o período considerado, as taxas médias estiveram acima de 5,2%. Depois, porque há uma estreita sintonia entre o desempenho da atividade e da economia local,

conforme se vê no Gráfico 27: há forte correlação entre o desempenho da atividade e o desempenho do Produto Municipal.

Mesmo assim, deve-se ter cuidado na definição de uma taxa média de crescimento da atividade. Parece claro que uma taxa igual a observada no período 1993-1998 está fora de cogitação para o horizonte temporal da próxima década. Um cenário plausível seria aquele que considerasse a taxa média vigente até 1993, de 5,2% anuais.

Crescendo neste ritmo, a atividade alcançaria um índice, em 2010, 2,4 vezes maior do que o observado em 1996, com uma participação de 3,7% no Produto Municipal, contra 2,5% em 1996.

1.6. Cenários para as Atividades Comerciais

As transformações econômicas dos anos 90 levaram a profundas alterações na estrutura e nas formas de organização e de comercialização do setor terciário. Um exemplo desse processo é a proliferação de *shopping centers* – um complexo de compras e serviços, que oferece comodidade, agilidade e segurança, para compradores e vendedores. Esses predicados, todavia, trouxeram dificuldades para tradicionais áreas comerciais e pequenas lojas de varejo.

Até 1998, existiam em Salvador cerca de 83 estabelecimentos entre *shopping centers* e centros comerciais espalhados nos mais diversos bairros da cidade, incluindo aqueles caracterizados pelo padrão popular e destinado à consumidores de baixo poder aquisitivo (ver

Tabela 41). A falta de tradição do comércio de rua em algumas áreas da cidade, a falta de segurança e a precariedade dos espaços públicos, como alternativa de lazer, contribuem para o sucesso de tais empreendimentos e para a atração da população para os *shoppings*. O surgimento das

Tabela 41

Salvador: Distribuição Espacial de Shopping Centers e Centros Comerciais (1998)

Zonas Urbanas	Estabelecimentos	Lojas Ocupadas
Pituba	22	1.344
Itapoan	22	546
Cabula/Pau da Lima	10	217
Barra	10	393
Brotas	05	143
Calçada	04	234
Centro	03	81
Campo Grande	02	354
Baixa dos Sapateiros	02	96
Liberdade	02	44
Comércio	01	30
Total	83	3.650

Fonte: Pesquisa direta – SICM/COMEC; *Apud* GOTTSCHALL, C. (1998). “*Shopping Center: Espaço de Comércio, Serviço e Lazer. Análise e Dados*, Salvador SEI: (08): 96-104, jun.

grandes redes de supermercados substituindo, gradativamente, as antigas “mercearias e mercadinhos de bairro”, oferecendo produtos de melhor qualidade e preços acessíveis, também são apontados como fatores responsáveis pela maior concentração espacial do

comércio.

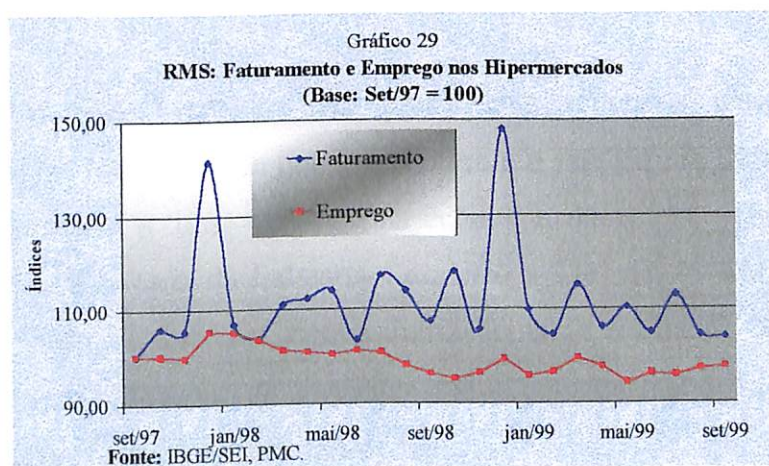
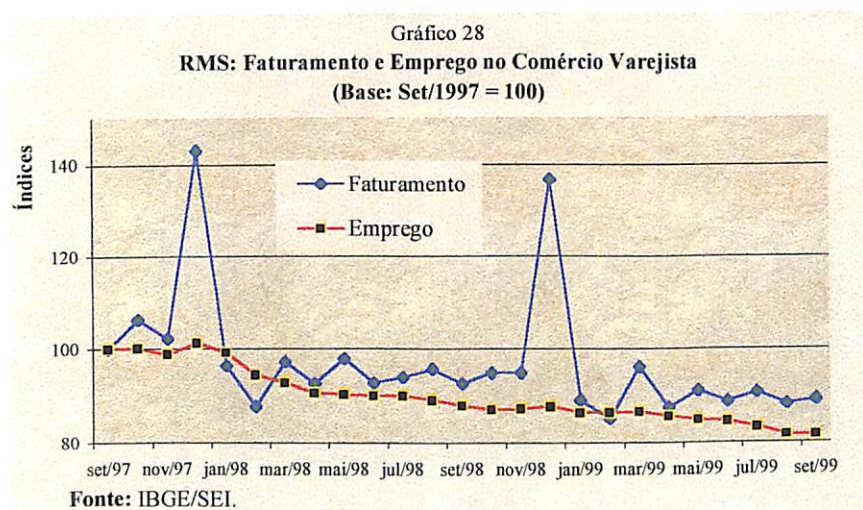
Dados da SICM e Federação do Comércio do Estado da Bahia (FCBA) mostram que, em 1993, 87,5% dos estabelecimentos comerciais de Salvador eram voltados para as atividades de varejo, destinados ao atendimento da população urbana local. Apesar de sua significativa participação na estrutura do comércio de Salvador, a taxa de crescimento dos estabelecimentos varejistas diminuiu substancialmente, cerca de 24,6% entre 1983 e 1995.

Na segunda metade dos anos 90, com o fim do imposto inflacionário e a elevação da renda real – que liberou uma demanda reprimida – o comércio cresceu. Os dois primeiros anos do Plano Real possibilitaram um crescimento da demanda por bens de consumo duráveis. Com isto, revendedoras de veículos e lojas de eletroeletrônicos, por exemplo, tiveram seu auge expansivo em 1995. Aos desdobramentos do mesmo Plano Real é creditada a responsabilidade pelo fraco desempenho do ramo varejista nos últimos três anos. A política de juros altos que visava atrair o capital externo e as medidas para obtenção de saldos positivos na balança comercial do país com a opção de manutenção do câmbio sobrevalorizado, não surtiram o efeito desejado pela equipe econômica e, o que é pior, o que se observou foi um agravamento da crise econômica com a elevação dos juros e aumento do desemprego.

Com efeito, os resultados negativos da crise econômica atingindo todos os setores e particularmente os segmentos de comércio e serviços podem ser vistos analisando-se o comportamento do comércio comparativamente ao Produto Municipal de Salvador (PMS) verifica-se que depois de permanecer por quase uma década apresentando crescimento – em determinados períodos, (1986-88 e 1993-96) superior ao do Produto Municipal, o comércio de Salvador, começou a registrar, a partir de 1996 os primeiros sintomas de desaceleração, o que indica o início de uma reversão na trajetória de crescimento mantida entre 1986/94.

Essa tendência é confirmada pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE e SEI, para Região Metropolitana de Salvador. Considerando-se que o município de Salvador representa mais de 90% do comércio da RMS, é lícito afirmar-se, com base na citada pesquisa, que o comércio varejista municipal teve queda no

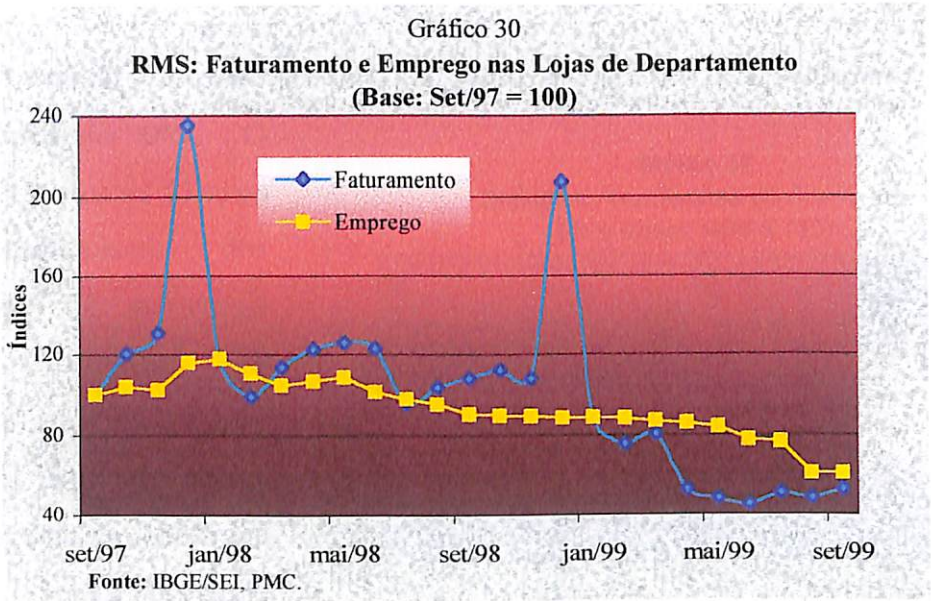
faturamento acumulado entre setembro/98 a setembro/99, de aproximadamente 4,7%. (vide Gráfico 28).



O baixo nível de crescimento do comércio soteropolitano pode estar refletindo o desempenho de atividades que passam por intenso processo de concentração regional e mesmo nacional, como o de lojas de departamentos, super e hiper-mercados, por exemplo. Depois do dinamismo conseguido em razão dos incrementos de renda da população e da estabilidade dos preços, proporcionados pela primeira fase do Plano Real, os supermercados passaram a contabilizar perdas no faturamento desde 1996. De acordo com os dados da PMC, no acumulado janeiro a setembro/99, a queda registrada chegava a 1,6% (Gráfico 29).

As lojas de departamento vêm apresentando taxas negativas ao longo dos dois últimos anos. O gráfico 30 mostra a evolução do faturamento e do nível de emprego

contabilizados pelas lojas de departamento do comércio da RMS.



Por outro lado, embora com resultados não muito bem refletidos pelas estatísticas, em razão do estágio ainda incipiente em que se encontra e o público reduzido que consegue atingir, o comércio virtual já uma realidade na economia municipal. Um levantamento recente realizado pela Secretaria da Indústria Comércio e Turismo (SICM) revela as novas tendências do comércio em Salvador, com a utilização, cada vez maior, de pesquisas de mercado e marketing nas decisões de investimentos e comercialização do setor; e com o crescimento do comércio virtual através da Internet.

Na Tabela 42, estão discriminadas as taxas de crescimento e três subperíodos, que caracterizam a trajetória desta atividade. O produto setorial cresceu, em média, 0,88% ao ano, entre 1986 e 1998. Mas houve um momento quase sem crescimento, entre 1986 e 1993. O Comércio viu reduzir sua contribuição para o Produto Municipal cair de pouco mais de

Tabela 42

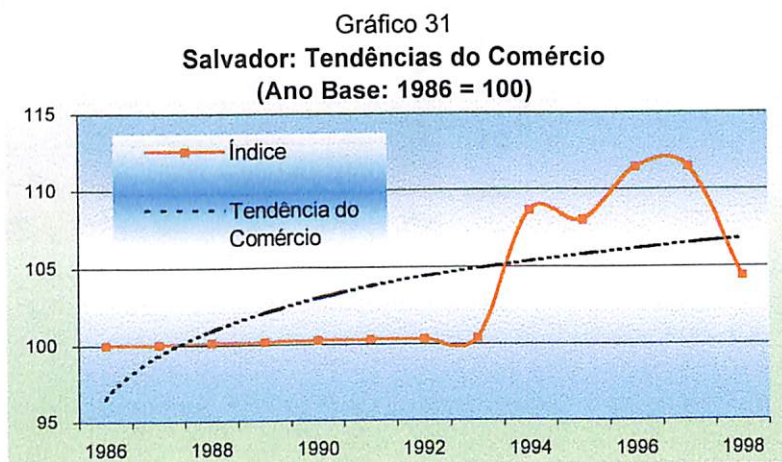
Salvador: Taxas de Crescimento do Comércio

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 - 1998	0,88%
1986 - 1993	0,06%
1993- 1998	0,87%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS
Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

16%, em 1986, para 12% em 1998.

A trajetória setorial mostrada no gráfico 31 indica a possibilidade de crescimento para os próximos anos. O histórico dos últimos 13 anos e a continuidade dos parâmetros estruturais vigentes, sustentam a hipótese de que o Comércio crescerá a uma taxa média anual da ordem de 0,88% até o final da primeira década do século XXI.



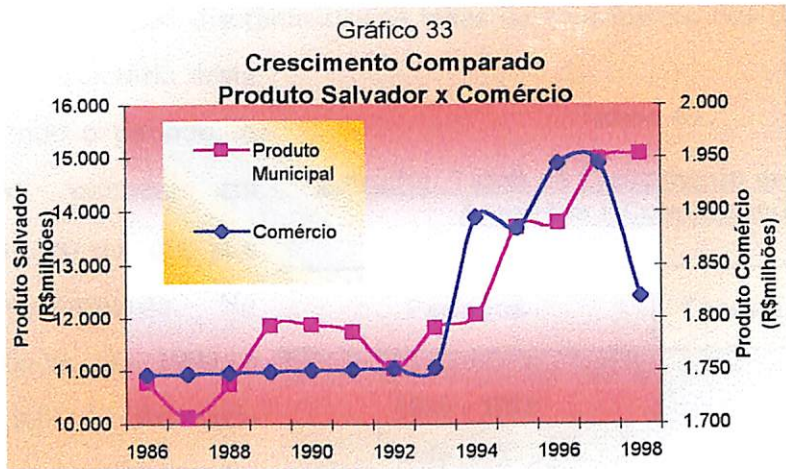
Assim, o cenário escolhido é o de continuidade da tendência setorial, implicando uma redução de sua participação na economia soteropolitana, apesar da recuperação



contínua dos seus índices.

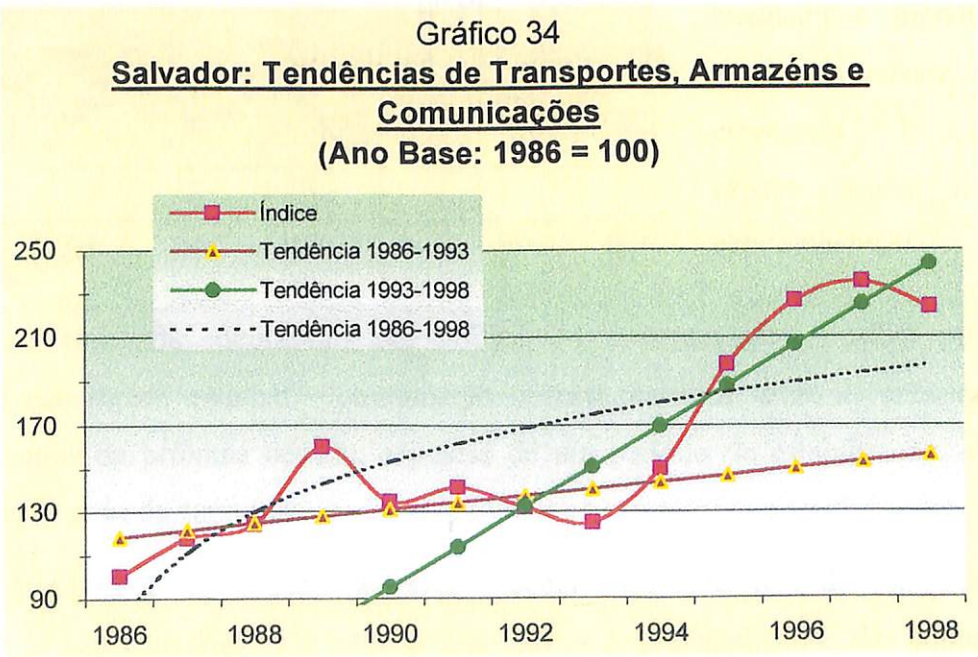
A participação do comércio, que era de 16%, em 1986, e passou para 12% em 1998 (Gráfico 32), deverá reduzir mais ainda: espera-se que até 2010, esteja contribuindo com 9,6% do Produto Municipal. A hipótese de

crescimento baixo e constante no tempo deriva da correlação observada entre o comportamento setorial e o desempenho da economia local (conforme pode ser visto no Gráfico 33).



1.7 Cenários para a Atividade de Transportes, Armazéns e Comunicações

O produto das atividades de transportes, armazéns e comunicações, ao longo do período 1986-1998, apresenta pelo menos duas tendências distintas. A primeira, correspondente ao período 1986-1993, quando o setor cresce a 2,8% a.a., e seu índice reduz-se a 125, após ter alcançado 160 (ver Gráfico 34). A segunda fase é caracterizada por uma alta taxa de crescimento, suficiente para mais do que duplicar o “produto” setorial.



Na Tabela 43, estão discriminadas as taxas de crescimento dos dois subperíodos, que caracterizam a trajetória desta atividade. Em todo o período, o produto setorial cresceu, em média, 6,48% ao ano – o que já é uma excelente performance. No segundo subperíodo, de 1993 a 1998, apesar da inflexão observada no último ano, o crescimento foi ainda mais espetacular. A taxa média anual observada foi de 13,46%, prenunciando uma fase de expansão compatível com os melhores cenários da economia brasileira.

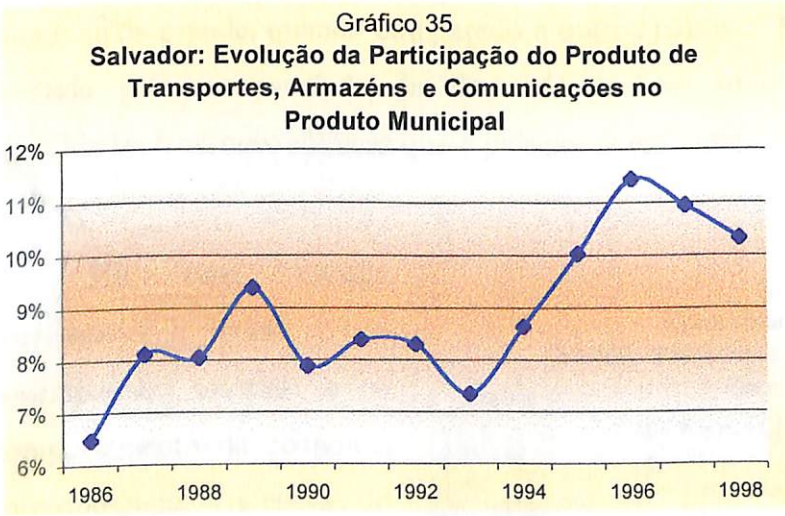
Tabela 43

Salvador: Taxas de Crescimento de Transportes, Armazéns e Comunicações

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 - 1998	6,48%
1986 - 1993	2,80%
1993- 1998	13,46%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS
Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

O crescimento setorial contribuiu decisivamente para torna-lo um dos seis maiores no Produto Municipal de Salvador. Sua contribuição para a economia local, que era de



6,5% em 1986, cresceu até alcançar 10,3% em 1998 (ver Gráfico 35). E, a permanecerem as atuais perspectivas da economia brasileira e mundial, essas atividades devem continuar crescendo e ocupando espaço ainda maior na economia local.

As trajetórias delineadas no Gráfico 34 mostram que – salvo por alguma catástrofe econômica mundial – continuarão observadas altas taxas de crescimento nos primeiros anos da próxima década, seguidas de um período de estabilização, ainda com taxas superiores às da economia.

A hipótese básica para tal cenário decorre da atual fase de expansão, com a utilização de alta tecnologia, no setor de transportes e, principalmente, das comunicações.

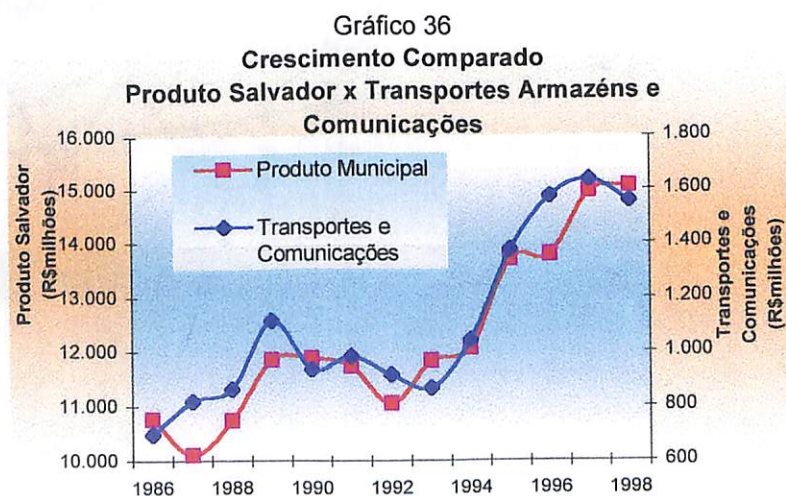
Com o advento da assim chamada “Terceira Revolução Industrial”, estes setores passaram a desempenhar papéis chave para a alavancagem econômica de qualquer país. No Brasil, a incapacidade de investir no setor deteriorou serviços e provocou atrasos que tendem, com o retorno dos investimentos no setor, a impulsionar a maioria das atividades econômicas.

Uma das características da nova economia é a “deslocalização” de algumas atividades. Isto é particularmente verdadeiro nas comunicações e nos transportes. Nesse sentido, a grande maioria dos investimentos a serem realizados na RMS e no interior do estado tenderá a promover impactos na cidade de Salvador, que centralizará as principais atividades.

Mesmo com toda a perspectiva otimista para Transportes e Comunicações, deve-se descartar a hipótese de um crescimento médio equivalente ao observado nos últimos 6 anos (13,5% a.a.). Por outro lado, o desempenho observado entre 1986 e 1993 não deve se repetir até, pelo menos, uma fase de estabilização, fora do horizonte temporal considerado. Assim, adotou-se a taxa média anual de 6,48% prevista até 2010. Dependendo da performance econômica nacional e mesmo mundial, poderá se observar, nos primeiros anos do século XXI, uma expansão mais acelerada, mesmo porque o atraso relativo nessa área é ainda grande, quando comparado a outros países. Todavia, essa expansão pode ser limitada pela incapacidade da demanda realizar toda a produção ou ainda pelas dificuldades macroeconômicas que o país possa enfrentar.

Há uma estreita correlação entre o desempenho setorial e o comportamento da economia soteropolitana. As curvas do Gráfico 36 mostram que toda vez em que o setor sofreu redução, a economia local também encolheu. Por outro lado, sempre que o Produto

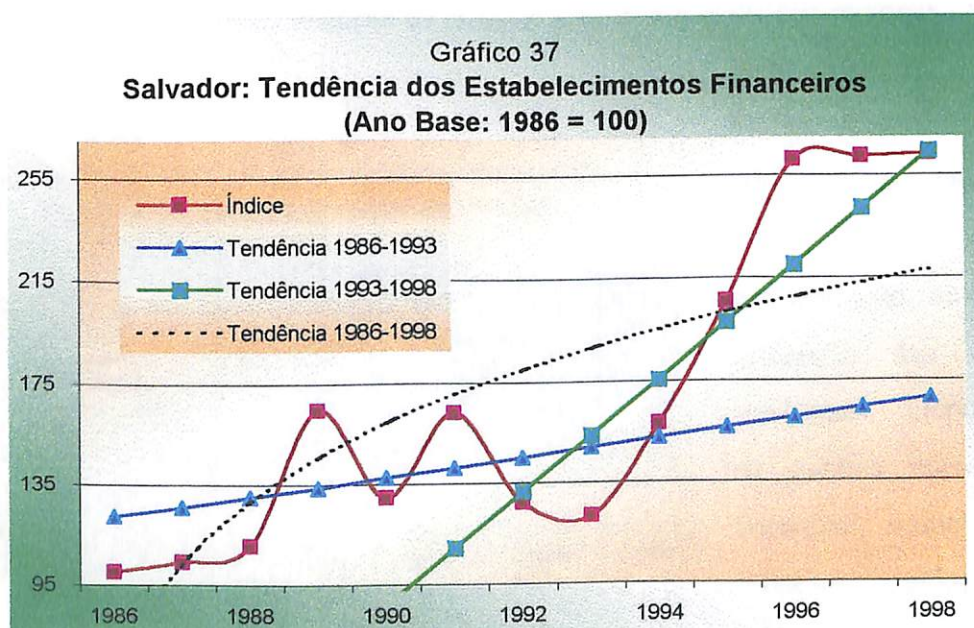
Municipal crescia, a construção civil acompanhava a trajetória. Assim, nada mais



“natural” do que se esperar que ambas permaneçam crescendo. Apenas, para efeito deste estudo, considera-se que a economia local deverá crescer mais do que a produção setorial.

1.8. Cenários para a Atividade Financeira

As atividades financeiras na capital baiana cresceram significativamente ao longo do período 1986-1998, conforme pode ser visto no Gráfico 37, abaixo. Duas trajetórias se apresentam para a análise. A primeira, correspondente ao período 1986-1993, quando o setor cresceu a 4,04% a.a. A segunda trajetória é caracterizada por uma espetacular taxa de crescimento, de 17,4% anuais, suficiente para tornar seu índice 2,6 vezes superior àquele observado em 1986.



Na Tabela 44, estão discriminadas as taxas de crescimento dos dois subperíodos acima citados. Em todo o período 1986-1998, o “produto” setorial cresceu, em média, 8,4% ao ano – o que já é uma excelente performance – acompanhando a tendência das metrópoles brasileiras.

Tabela 44

Salvador: Taxas de Crescimento de Estabelecimentos Financeiros

O desempenho dos estabelecimentos financeiros contribuiu decisivamente para guindá-lo do 7º para o 4º maior produto setorial da economia soteropolitana. Sua contribuição, que era de 6,1% em 1986, cresceu

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 - 1998	8,40%
1986 - 1993	4,04%
1993- 1998	17,43%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS

Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

até alcançar 11,5% em 1998, depois de ter chegado a 12,5% em 1996 (ver Gráfico 38). Os atuais movimentos do capital financeiro, no âmbito nacional e principalmente internacional, indicam que as chances de manutenção dessa taxas são mínimas para a praça

financeira de Salvador.

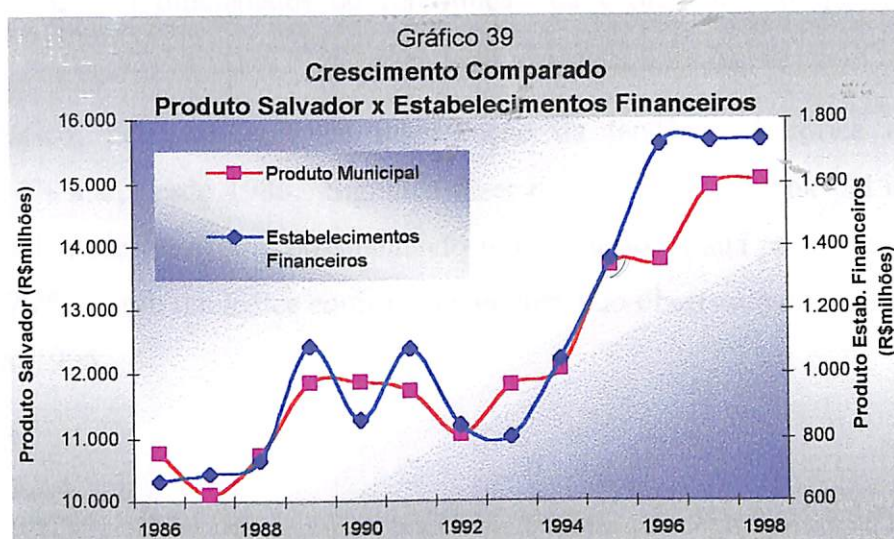
Primeiramente, porque a atividade vem passando por um processo acelerado de concentração, auxiliado pela utilização das tecnologias modernas. Depois, porque os ganhos iniciais com a correção monetária e a inflação galopante se



estancaram. E, principalmente, porque a possibilidade de ganhos com as altas taxas de juros, impostas pelo governo como medida para conter os capitais especulativos, tendem a reduzir-se. Assim, para além dos ganhos extraordinários com as taxas de juros, só restará ao setor a possibilidade de crescer com os ganhos do financiamento da atividade econômica.

As trajetórias da atividade e do Produto Municipal mostram estreita correlação.

As curvas do Gráfico 39 mostram que o crescimento dos estabelecimentos financeiros influenciou e foi influenciado pelo desempenho global da economia municipal – seja nos



seus momentos de auge (1989, 1991 e 1996), seja nos seus momentos de baixa (1990 e 1993). O peso de sua participação foi fundamental para que o Produto Municipal pudesse crescer. Todavia, esta constatação esconde o fato de que o setor financeiro vem se alimentando, há muito tempo, das distorções econômicas mantidas pelos sucessivos governos do país, seja por sua fragilidade fiscal e financeira, seja pelas sucessivas políticas de estabilização.

Em que pese toda essa performance, espera-se que a atividade financeira mantenha uma trajetória decrescente a partir dos próximos anos. Aliás, os dois últimos anos da série, já apontam para uma possível inflexão dos ganhos do setor, compatível com um cenário de baixa inflação e de novos investimentos produtivos, com ganhos relativamente menores com a especulação financeira sustentada pelos títulos de dívida pública.

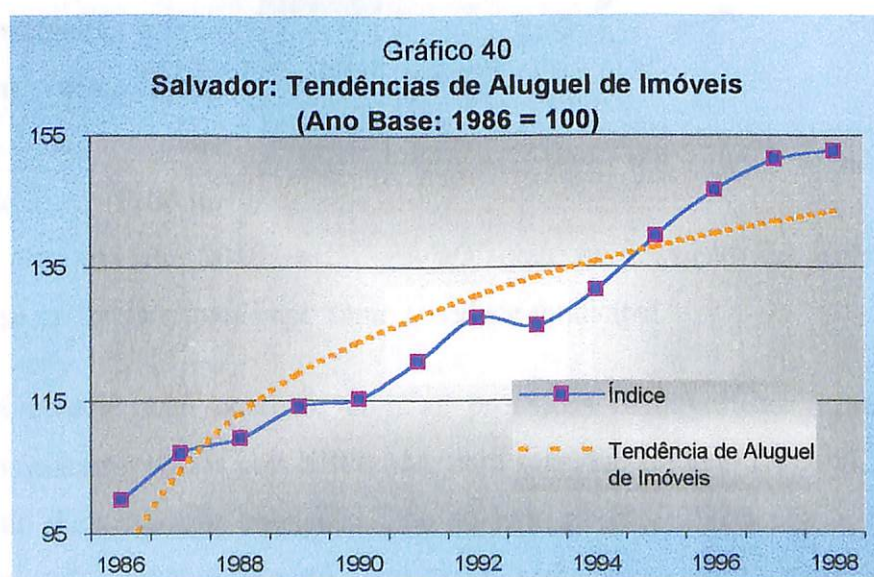
Evidentemente, um cenário alternativo, com aumento da especulação financeira causada por instabilidades cambiais em países periféricos, apesar de plausível, está fora de cogitação neste estudo. Abstraindo a incerteza que radica o sistema financeiro internacional e as dificuldades que o Brasil vem enfrentando para atender as exigências do FMI, para o controle do déficit público e das contas externas, a alternativa que resta é de estabilização ou redução do setor financeiro. Em outras palavras, um crescimento consistente da economia, implicará redução da atividade ou crescimento a taxas mais

baixas do que a da média da economia. Contrariamente, em situação de crise ou de manutenção dos empecilhos para o crescimento, a atividade financeira tende a crescer mais, ampliando ainda mais as dificuldades de reprodução da economia – o que foi desconsiderado.

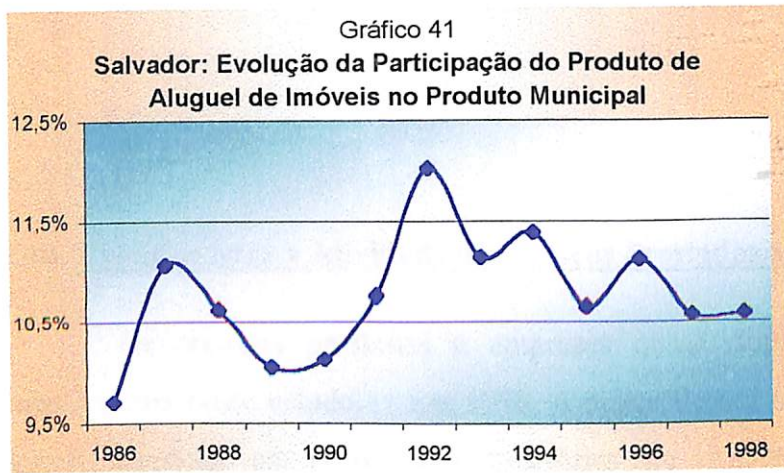
O cenário básico, portanto, será de manutenção da tendência histórica de crescimento médio de 4% a.a., desde 1986. Significa dizer que o Produto Municipal irá crescer mais do que a atividade financeira, possibilitando uma redução de sua participação que, em 2010, será de 7,2% e com um índice equivalente ao dobro do observado em 1986 e a 95% do observado em 1996.

1.9. Cenários para a Atividade de Aluguel de Imóveis

A atividade de aluguel de imóveis teve desempenho crescente ao longo do período 1986-1998, conforme pode ser visto no Gráfico 40, a seguir. Uma trajetória de comportamento crescente durante todo o período, permitiu que a sua taxa média anual de crescimento fosse de 3,56% e seu produto, ao longo de 13 anos fosse 52% maior.



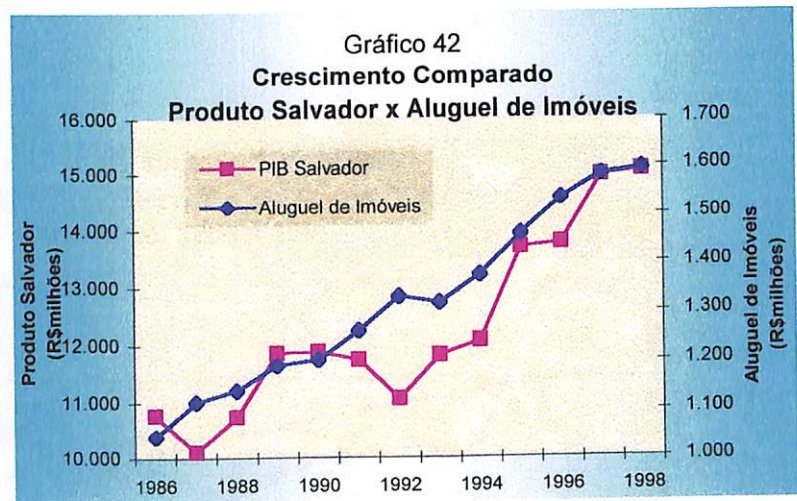
Apesar do crescimento contínuo, a participação da atividade aluguel de imóveis na economia municipal oscilou durante todo o período de análise. Cruzando a intensidade



destas oscilações com as previsões de crescimento do PIB baiano pode-se concluir, conforme pode se intuir também a partir da leitura do Gráfico 4, que as atividades do setor tendem a se estabilizar em torno de 11% do produto interno

proto da capital baiana.

As expectativas de crescimento do Produto Municipal influenciam bastante desempenho da atividade. As curvas do Gráfico 42 mostram que o ritmo de crescimento da economia de Salvador foi muito importante para a manutenção do crescimento dessa atividade. O cenário prospectivo para este setor é de continuidade da trajetória até então observada, o que resultara em um ligeiro aumento da sua participação no Produto



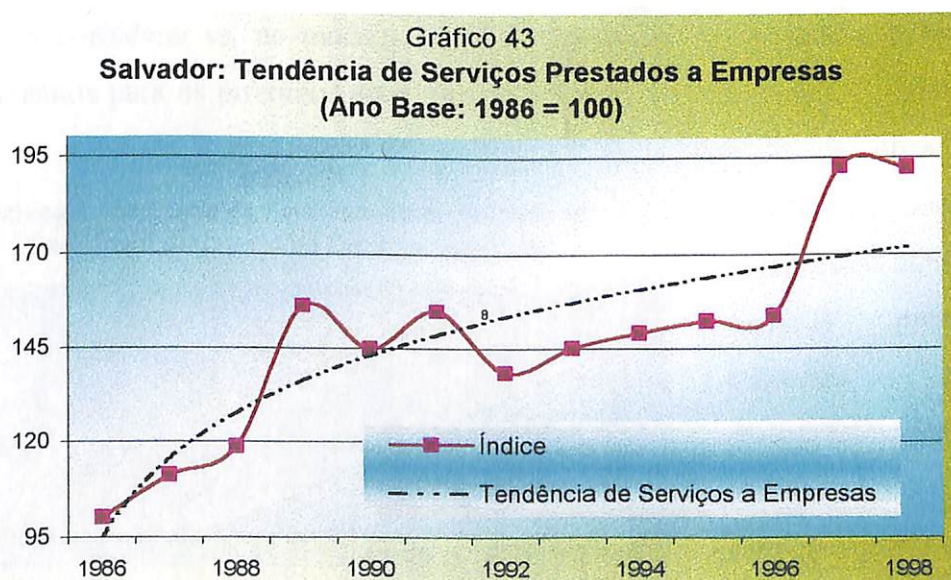
Municipal. No ano de 2010, está prevista uma participação da ordem de 11%, constituindo-se na terceira mais importante atividade municipal.

Este cenário está coerente com as projeções demográficas (apresentadas em outros estudos encomendados pela SEPLAM, para subsidiar o Plano Diretor), que mostram crescimento da demanda por habitação, não só pelo perfil de faixa etária predominante, como também, pela mudança no perfil familiar. O crescimento da atividade econômica em geral, no município e no estado, também fará aumentar a demanda por aluguéis de novas

edificações para uso industrial, comercial e de serviços, garantindo uma taxa de crescimento compatível com o período até então observado.

1.10. Cenários para a Atividade de Serviços Prestados a Empresas

Os serviços prestados a empresas quase duplicaram durante os treze anos considerados neste estudo. Em 1998, o índice desses serviços era quase 93% superior àquele observado em 1986. Duas trajetórias são vislumbradas na leitura do Gráfico 43. Uma primeira, correspondente ao período 1986-1992, quando o setor cresceu a uma taxa média de 6,76% a.a., e seu índice, após ter chegado a 156 reduziu-se para 138. A segunda trajetória mostra um desempenho crescente porém num ritmo menor, quando a atividade cresceu a uma taxa anual média de 5,85%, a qual fez o índice setorial alcançar 192, quando comparado a 1986.



Em todo o período 1986-1998, o “produto” setorial cresceu, em média, 4,28% ao ano – uma performance superior à da economia soteropolitana – acompanhando o crescimento do setor terciário local e o crescimento das atividades industriais na RMS e no

estado.

Seu desempenho resultou em maior participação da atividade na estrutura econômica municipal. A atividade que contribuía com 4,1% do Produto Municipal, passou a participar com 5,6% (ver Gráfico 44).

Tabela 45

Salvador: Taxas de Crescimento de Serviços Prestado a Empresas

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 – 1998	4,28%
1986 – 1992	6,76%
1993- 1998	5,85%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS
Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

As trajetórias da atividade e do Produto Municipal mostram forte correlação. Essa constatação é importante para que o planejador busque incentivar a atividade pois de seu crescimento depende ainda mais a economia local. As curvas do Gráfico 45 comprovam tal argumentação: A economia soteropolitana cresce quando o “produto” setorial cresce.

Ao considerar-se, no modelo, as potencia-lidades representadas pelas intenções de investimentos para os próximos anos, não se pode deixar de antever a continuidade das



taxas de crescimento do último subperíodo. Assim, continuarão aumentando os serviços prestados à empresas – aliás uma característica marcante, nos últimos anos, em toda as cidades centrais metropolitanas – baseados

no aumento da demanda induzida pelos empreendimentos nas diversas atividades do município, sejam rurais ou urbanas, industriais, agropecuárias ou mesmo de outros serviços.

O cenário básico da atividade, portanto, será de manutenção da tendência de crescimento médio a 5,86% a.a.. Significa dizer que o Produto Municipal irá crescer menos do que esses serviços, que o produto setorial “puxará” os indicadores da

economia local, podendo aumentar sua participação, na estrutura local, dos atuais 5,6% para até 7,9%, atingindo um índice 4 vezes maior do que o observado em 1986.



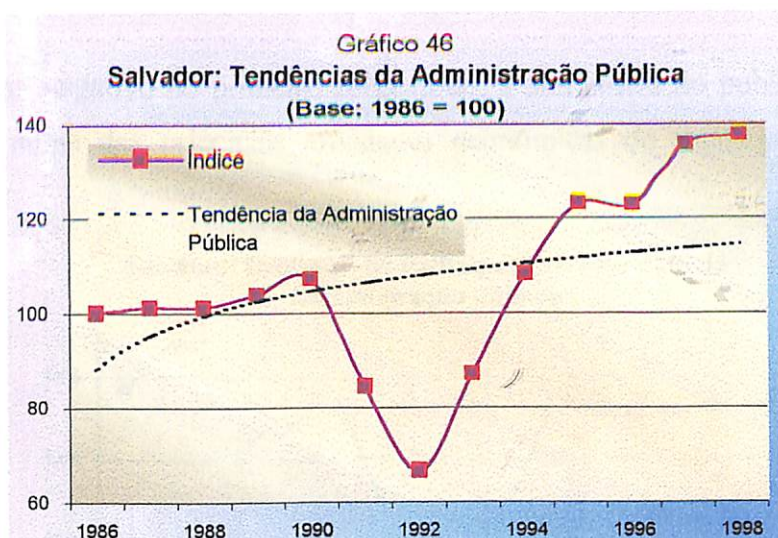
1.11. Cenários para a Administração Pública

As duas últimas décadas do século XX trouxeram, com as transformações tecnológicas, organizacionais e institucionais, novas formas de articulação do setor público com a iniciativa privada. O aparelho de Estado teve que se adequar aos novos tempos, focalizando sua atuação em áreas consideradas essenciais e transferindo responsabilidades para a iniciativa privada. Na periferia capitalista, a reestruturação do aparelho de Estado resultou, em geral, na deterioração dos serviços prestados à comunidade – mesmo porque, envolvidos com a crise da dívida e, depois, com seus planos de estabilização e políticas de inserção nos mercados regionais e na globalização financeira, não possuíam recursos suficientes para enfrentar suas respectivas dívidas sociais.

O Brasil não fugiu a regra e na Bahia e em Salvador o governo tomou iniciativas que lograram controlar os gastos de acordo com a receita. Esta é, aliás, uma das peças promocionais do governo estadual para conseguir novos investimentos para a Bahia. O mesmo, porém, não ocorreu com as finanças municipais, já que o padrão de financiamento

e custeio da administração pública municipal, em Salvador como em todo o Brasil, tem se deparado com grandes dificuldades a partir da implantação da Constituição de 1988. Também o governo federal, com a nova Constituição, perdeu importantes fontes de receita, o que contribuiu

para deterioração de seus serviços em todo o país. Nesses termos, foi implementado, até o ano de 1992, um intenso processo de contenção de despesas, inclusive via arrocho salarial e reescalonamento da dívida, provocando uma significativa redução do peso da administração pública em toda a economia brasileira. Na Bahia e, particularmente em Salvador, essa política exerceu forte impacto que, aliás, pode ser visto no Gráfico 46.



Salvador, como principal centro administrativo da máquina burocrático-estatal da Bahia, experimentou uma forte retração na administração pública até 1992, quando os

índices da atividade foram reduzidos a quase 60%. A partir de então, observa-se nova fase de crescimento das despesas públicas, resultando na recuperação dos seus índices

Tabela 46

Salvador: Taxas de Crescimento da Administração Pública

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 – 1998	2,62%
1986 – 1992	-5,31%
1992 – 1998	12,06%

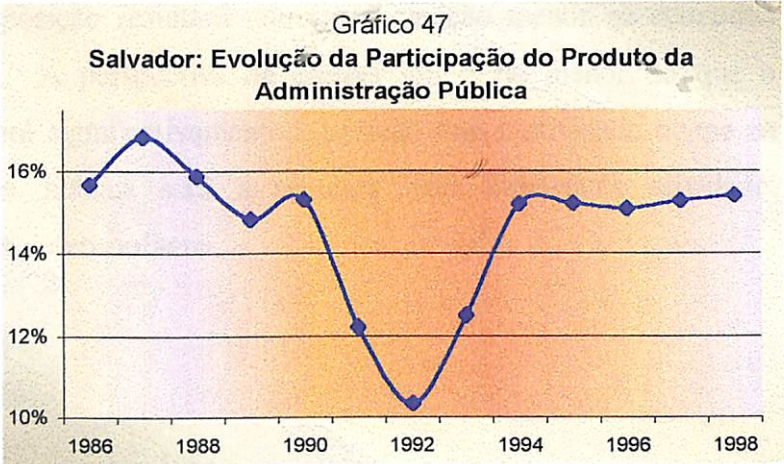
Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS

Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

As duas trajetórias representam taxas em sentidos contrários: no primeiro sub-período, uma taxa negativa de 5,3%; e no segundo, 12% anuais

(conforme Tabela 46) Em todo o período, 1986-1998, no entanto, o saldo foi positivo, correspondendo a um crescimento anual da ordem de 2,6%.

Apesar do desempenho negativo no primeiro subperíodo, a administração pública não deixou de se constituir numa das principais atividades econômicas do município. Aliás, sua participação, comparando-se o início e o fim da série, excluindo o período de ajustamento às mudanças constitucionais e ao Plano Collor, manteve-se próxima aos 15%, na estrutura do Produto Municipal (ver Gráfico 47).



No momento de baixa, a administração pública contribuía era responsável por quase 10% daquele agregado. Ao final do período, a atividade que, antes, era a terceira principal, passou a ser a principal na estrutura econômica local.

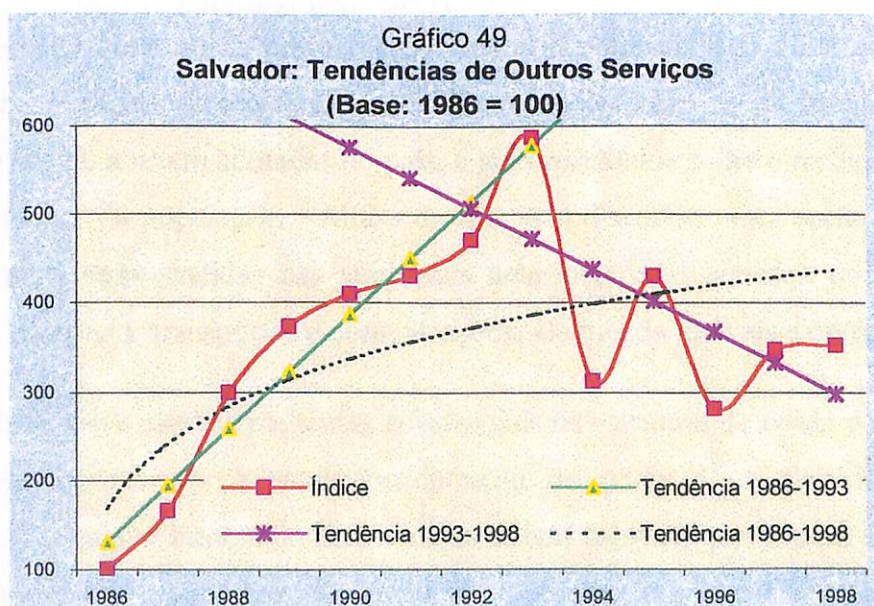
As trajetórias da administração pública e do Produto Municipal mostram que a performance setorial pode explicar o comportamento da economia local. A importância do desempenho do setor público pode ser comprovada pelas curvas do Gráfico 48.



Ao considerar a importância do planejamento indicativo e dos gastos do governo como indutores do desenvolvimento, o presente estudo, contrariando certas posições políticas liberais, mantém a hipótese de que as atividades da administração pública deverão continuar crescendo de acordo com a taxa historicamente observada em todo o período, isto é, 2,6%. Esta suposição resultará numa participação menor na economia local, porém ainda significativa. A perspectiva de crescer em ritmo menor do que o conjunto da economia, não afetará significativamente a posição que a atividade ocupa na estrutura local: a administração pública será a segunda mais importante atividade, responsável por 12% da economia soteropolitana.

1.12. Outros Serviços

Outros serviços compreendem as demais atividades do terciário soteropolitano, não contempladas na classificação anterior. Mesmo assim, a somatória dessa “produção residual” é significativa na estrutura econômica local. Sua trajetória, ao longo do período 1986-1998 foi inversa à das demais atividades até aqui analisadas. Até 1993, houve um momento de auge e, depois, de desaceleração, conforme pode ser visto no Gráfico 49, abaixo.



Dado seu caráter residual, não há condições para uma análise mais detalhada do seu comportamento ao longo do tempo.

Tabela 47

Salvador: Taxas de Crescimento de Outros Serviços

Períodos	Taxas de Crescimento
1986 - 1998	6,35%
1986 - 1993	25,07%
1993- 1998	-7,31%

Fontes: SEI; SEFAZ e MTb/RAIS
Observação: A taxa assinalada em azul foi a adotada para as projeções.

Apenas registrar-se que em todo o período 1986-1998, o “produto” setorial cresceu, em média, 6,4% ao ano –uma performance superior à da economia local. Por outro lado, no mini-ciclo de auge, essa taxa foi de 25%, enquanto no de descenso, observou-se taxa negativa de 7,3%, conforme

Tabela 47. Desta forma, o cenário para esse conjunto de atividades, englobadas em Outros Serviços, será de crescimento moderado até o horizonte temporal de 2010, quando seu índice deverá ser 65% superior ao observado em 1996. Além do mais, sua participação será mantida num patamar próximo aos 7% do Produto Municipal.

1.13. Cenários para as Atividades Turísticas em Salvador

A análise apresentada nesse estudo mostra o potencial e as dificuldades do setor de turismo no Estado. O seu desempenho está condicionado as estratégias de política econômica e social, a serem adotadas no país, e seus resultados sobre a melhoria da renda e qualidade de vida da população. Muito do que está discutido nesta seção, foi visto nas análises setoriais empreendidas nas subseções anteriores, nos serviços de alojamento e alimentação, comércio, transportes e comunicações, aluguel de imóveis e outros serviços.

Não se deve esperar melhorias substanciais na estrutura de renda e emprego, que sejam capazes de reverter à atual concentração de renda e os elevados índices de desemprego. Estes são fatores limitantes da demanda turística que podem se traduzir em fraco desempenho ou mesmo redução do turismo interno. Por outro lado, a continuidade

da atual política cambial, em comparação com a vigente até 1998, que sobrevalorizou a moeda nacional, tende a incrementar o turismo internacional. Entretanto, apesar dos esforços empreendidos na divulgação do “produto Bahia”, da política de diversificação espacial dos pólos turísticos internos, a participação do turista de origem internacional, tanto em termos de receita quanto de fluxo turístico ainda é pequena na Bahia, conforme demonstraram os números apresentados ao longo do trabalho.

As estimativas de fluxo de turistas e de receita gerada com essa atividade para a cidade de Salvador, para um horizonte temporal até o ano de 2005, indicam três cenários alternativos: a) crescimento médio anual de 2% nos fluxos e nas receitas: b) crescimento de 4%; e, finalmente, c) um crescimento de 6% anuais. A última alternativa só poderia realizar-se na hipótese de expansão acelerada da economia nacional nos primeiros anos da próxima década – o que é bastante improvável, dada a intencional continuidade revelada nos protocolos firmados entre o governo nacional e o FMI. A segunda ainda é uma taxa compatível com um cenário de crescimento econômico nacional da ordem de 4% nos primeiros anos da década, porém condicionado a uma melhoria na distribuição de renda no país e ganhos para a demanda na faixa de renda relevante (“classe média”) para o turismo doméstico.

A primeira hipótese, talvez seja a mais factível, dado que absorve o impacto da atual política cambial e resume as principais tendências econômicas nacionais. Um “fraco” crescimento (na perspectiva da Bahiatursa) é o cenário mais provável no contexto

Tabela 48

Metas de Crescimento Anual do Turismo em Salvador - 1998-2005

Ano	N de Turistas (em mil)			Receita Gerada (US\$ milhões)		
	Fraca (2%)	Média (4%)	Forte (6%)	Fraca (2%)	Média (4%)	Forte (6%)
1998	1.430,5	1.458,5	1.486,6	495,0	504,5	514,0
1999	1.459,1	1.516,9	1.575,8	514,8	534,7	555,1
2000	1.488,3	1.577,6	1.670,3	535,3	566,8	599,5
2001	1.518,0	1.640,7	1.770,6	556,8	600,8	647,5
2002	1.548,4	1.706,3	1.876,8	579,0	636,9	699,3
2003	1.579,4	1.774,5	1.989,4	602,2	675,1	755,2
2004	1.611,0	1.845,5	2.108,8	626,3	715,6	815,6
2005	1.643,2	1.919,3	2.235,3	651,3	758,5	880,9

Fonte: Bahiatursa

estadual e municipal, na medida em que o fluxo e a receita turística não estão diretamente correlacionados com o desempenho econômico do município, apesar de poderem ser induzidos pelas inversões e pelo *marketing* públicos. A hipótese “média”, pode vir a concretizar-se, na medida em que sejam alteradas as premissas básicas da socioeconomia nacional.

A hipótese “forte”, prevê que Salvador terá um acréscimo de 50% no fluxo de turistas e de 71% na receita gerada com o turismo no ano de 2005, tomando-se como ano base 1998. Mesmo que as economias baiana e soteropolitana tenham desempenho superior ao apresentado no cenário básico deste estudo, dificilmente haveria condições de se concretizarem tais previsões. Por outro lado, em que pese estimar-se que a economia nacional crescerá a uma taxa de 3,7% (resultando num PIB 60% maior em 2005, relativamente a 1998), não se divisa proporcionais perspectivas no aumento do emprego e na distribuição da renda.

2. PERSPECTIVAS PARA O MERCADO FORMAL DE TRABALHO

A construção de cenários para o futuro do emprego tem sido um desafio cada vez mais difícil de se enfrentar. As rápidas transformações dos anos pós-80, nos ambientes produtivo, organizacional e institucional, têm prescindido cada vez mais da força de trabalho, principalmente daquela menos especializada ou voltada para a execução de tarefas rotineiras, repetitivas e simples.

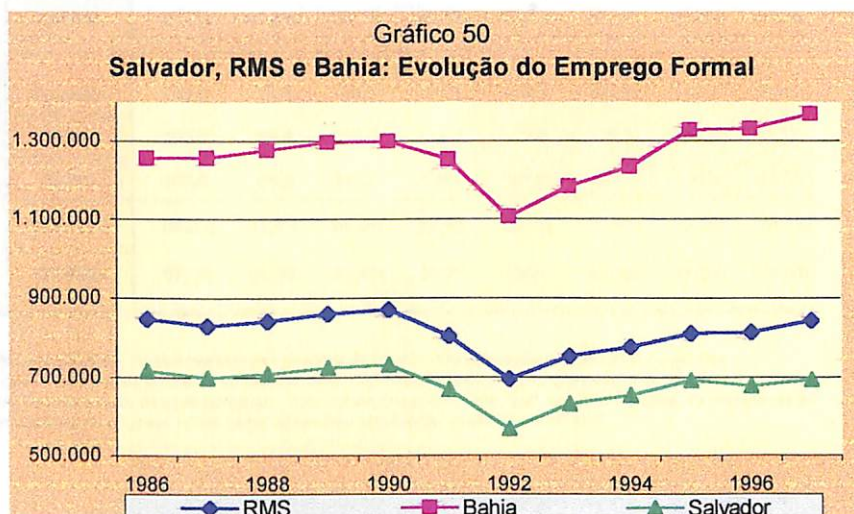
A redundância da força de trabalho tem se acelerado, fazendo com que ocorra crescimento econômico sem criação de empregos.¹ Com isso, foram fragilizados os sindicatos e tornou-se possível a flexibilização das relações de emprego e trabalho, aumentando o grau de informalidade e a precarização desses vínculos.

¹ - A propósito, ver SUAREZ (1999).

Crescem os vínculos empregatícios informais, mesmo naquelas atividades mais exigentes em nível de escolaridade e especialização. O crescimento da empresa informal é uma consequência disto. Nesse contexto, não há perspectiva de crescimento do emprego formal. O crescimento da economia não implica aumento proporcional de oportunidades.

As intenções de investimentos, catalogadas pelos organismos oficiais do estado, resultarão em alguns milhares de emprego, certamente. Entretanto, o estoque líquido de empregos formais não deverá sofrer grande impacto, no médio e longo prazos. As novas inversões, certamente, incorporarão processos e tecnologias *up to date*, economizadoras de trabalho.

O intenso processo de reestruturação econômica desse final de século, vem reduzindo o emprego



formal em Salvador e na região metropolitana. O Gráfico 50 mostra que o comportamento do emprego foi semelhante nos espaços estadual, metropolitano e municipal, tanto nos momentos de declínio, quanto nos de crescimento. Todavia, esses movimentos guardam nuances que podem ser observadas na Tabela 49:

- no auge da recessão, em 1992, Salvador perdia relativamente mais empregos do que a RMS e esta região mais do que o estado; e
- nos momentos de crescimento, Salvador empregava proporcionalmente menos do que a RMS e esta menos do que o estado.

Por conta dessa diferença, reduziu-se a participação municipal no emprego metropolitano e baiano. Salvador, que possuía 84,6% do emprego metropolitano em 1986, passou a ter 82,5%. Sua participação no emprego estadual caiu ainda mais: de 57% para 51% do emprego formal na Bahia.

Tabela 49

**Salvador, Região Metropolitana e Bahia: Índices de Emprego e Participação Municipal no Emprego
Metropolitano e Estadual**

A N O S			1986	1992	1995	1997	2002	2005	2007	2010
Projeção Tendencial	Índices	Salvador	100,0	79,6	96,7	97,1	89,5	87,8	86,6	84,9
		RMS	100,0	82,3	95,8	99,7	91,2	89,8	88,8	87,4
		Bahia	100,0	88,0	105,8	109,1	106,8	108,1	108,9	110,2
	Participação Municipal (%)	SSA/RMS	84,6%	81,8%	85,4%	82,5%	83,0%	82,7%	82,5%	82,3%
		SSA/BA	57,0%	51,6%	52,1%	50,7%	47,7%	46,3%	45,3%	43,9%
Projeção "Otimista" (*)	Índices	Salvador	100,0	79,6	96,7	97,1	103,1	109,6	114,7	123,7
		RMS	100,0	82,3	95,8	99,7	125,5	130,9	132,0	133,5
		Bahia	100,0	88,0	105,8	109,1	147,4	155,1	156,3	158,1
	Participação Municipal (%)	SSA/RMS	84,6%	81,8%	85,4%	82,5%	69,6%	70,8%	73,6%	78,4%
		SSA/BA	57,0%	51,6%	52,1%	50,7%	39,9%	40,3%	41,8%	44,6%

Fonte: MTb / RAIS

Observação: (*) - Considera-se "Otimista" esta projeção, porque mantém as trajetórias de crescimento do emprego observadas no período 1992-1997, que foram maiores do que as do período 1986-1997, consideradas na projeção tendencial. Supõe-se continuidade das trajetórias de crescimento de cada subespaço, observadas no período 1992-1997, até 2003. Depois, as respectivas taxas anuais de crescimento do emprego foram as historicamente observadas no período 1986-1997.

Um cenário tendencial prevê redução dos índices de emprego, tanto no âmbito municipal (em 2010, o estoque de empregos será equivalente a 85% do observado em 1986), quanto no metropolitano (cujo índice equivalerá a 87%). Para a Bahia, deve acontecer uma pequena oscilação, que culminará com um índice 10% superior àquele observado em 1986 (ver Tabela 49).

De acordo com este cenário, apesar da redução dos postos de trabalho, o município manterá estável sua participação (em torno de 82,5%) nos estoques de emprego da região metropolitana e reduzirá sua participação no estoque da Bahia (passando de 50,7%, em 1997, para 43,9% em 2010).

Um cenário "otimista" prevê que Salvador terá maior estoque de empregos e que na Bahia o crescimento será maior do que na RMS e nesta será maior do que na capital baiana (ver Tabela 49). Em que pese ocorrer crescimento do emprego formal, a participação do município no estoque baiano e metropolitano será reduzida até 2002,

passando a aumentar, gradativamente, até alcançar, em 2010, 78% do emprego metropolitano (contra 82,5%, em 1997) e 44,6% do emprego estadual (quando, em 1997, era de 50,7%).

Na hipótese tendencial, está previsto que o estoque total de empregos será reduzido. Entretanto, para dois níveis de escolaridade haverá aumento de postos de trabalho: a) para trabalhadores com 2º grau completo, cuja oferta será aumentada em 58,1 mil novos postos, até 2010, aumentando 23% em relação a 1997; e b) para nível superior completo, que terá, até 2010, 21,4 mil novos empregos (pouco mais de 23% em relação a 1997, conforme Tabelas 50 e 51).

Por outro lado, para os níveis de escolaridade iguais ou inferiores a 4ª série sofrerão as maiores reduções nos estoques de emprego: até 2010, restarão pouco mais de 1/3 dos empregos existentes em 1997.

Tabela 50

CENÁRIO TENDENCIAL
SALVADOR: PROJEÇÕES PARA O EMPREGO FORMAL, SEGUNDO NÍVEL
DE INSTRUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (1986-2010)

Anos	Analfabeto	4ª Série Incompl	4ª Série compl..	8ª Série Incompl	8ª Série compl..	2º Grau Incompl	2º Grau Compl.	Sup. Incompl	Sup. Compl.	Escolarid Ignorada	Emprego Total
1986	51.406	121.685	104.776	67.528	81.297	46.599	151.224	18.643	59.624	12.743	715.525
1992	23.172	70.137	74.962	55.693	69.753	45.634	151.998	16.807	54.472	6.735	569.363
1995	20.285	69.529	55.897	73.374	84.159	55.212	217.137	21.515	85.919	8.660	691.687
1997	15.499	52.308	54.145	76.543	90.677	51.009	247.163	17.041	87.554	2.716	694.655
2002	10.764	32.566	29.265	54.167	79.292	43.015	273.126	14.612	100.657	2.891	640.355
2005	8.377	25.340	21.720	51.003	74.698	40.131	286.853	13.244	104.464	2.106	627.935
2007	7.051	21.327	17.713	48.744	71.413	38.118	294.857	12.341	106.529	1.696	619.789
2010	5.408	16.357	12.958	45.238	66.309	35.052	305.231	11.025	108.972	1.217	607.767

Tabela 51

CENÁRIO TENDENCIAL
SALVADOR: PROJEÇÕES DOS ÍNDICES DE EMPREGO FORMAL, SEGUNDO
NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
(ANO BASE: 1986 = 100)

Anos	Analfa- beto	4ª Série Incompl	4ª Serie compl..	8ª Série Incompl	8ª Serie compl..	2º Grau Incompl	2º Grau Compl.	Sup. Incompl	Sup Compl.	Escolarid Ignorada	Emprego Total
1986	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1992	45	58	72	82	86	98	101	90	91	53	80
1995	39	57	53	109	104	118	144	115	144	68	97
1997	30	43	52	113	112	109	163	91	147	21	97
2002	21	27	28	80	98	92	181	78	169	23	89
2005	16	21	21	76	92	86	190	71	175	17	88
2007	14	18	17	72	88	82	195	66	179	13	87
2010	11	13	12	67	82	75	202	59	183	10	85

Fonte: MTb/RAIS.

Do estoque de empregos do município, o nível de escolaridade de maior frequência em 1997 era o 2º grau completo. De acordo com o cenário tendencial, essa predominância aumentará, com o emprego de 2º grau ocupando a metade dos postos de trabalho em 2010. O emprego de nível superior que, em 1997, correspondia a 12,7%, deve aumentar essa participação para 17,9% do estoque municipal.

O cenário otimista (ver Tabelas 52 e 53) prevê, também, que haverá redução absoluta de postos de trabalho no mercado formal, nos níveis de escolaridade mais baixa, porém com menor intensidade do que a prevista no cenário tendencial. Por outro lado, haverá crescimento dos empregos nos níveis que vão da 8ª série completa até o 2º grau completo e no de nível superior. E, no caso dos empregos com 2º grau completo e com nível superior, os índices de crescimento serão ainda maiores sem que isto represente mudança na participação desses níveis, comparativamente ao cenário anterior.

Tabela 52

CENÁRIO OTIMISTA DAS TENDÊNCIAS DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE

SALVADOR: PROJEÇÕES PARA O EMPREGO FORMAL, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (1986-2010)

Anos	Analfabeto	4ª Série Incompl	4ª Série compl..	8ª Série Incompl	8ª Série compl..	2º Grau Incompl	2º Grau Compl.	Sup. Incompl	Sup. Compl.	Escolarid Ignorada	Emprego Total
1986	51.406	121.685	104.776	67.528	81.297	46.599	151.224	18.643	59.624	12.743	715.525
1992	23.172	70.137	74.962	55.693	69.753	45.634	151.998	16.807	54.472	6.735	569.363
1995	20.285	69.529	55.897	73.374	84.159	55.212	217.137	21.515	85.919	8.660	691.687
1997	15.499	52.308	54.145	76.543	90.677	51.009	247.163	17.041	87.554	2.716	694.655
2002	12.404	37.530	33.726	62.423	91.378	49.572	314.756	16.839	115.999	3.332	737.960
2005	10.461	31.645	27.124	63.693	93.283	50.116	358.224	16.540	130.455	2.629	784.170
2007	9.337	28.245	23.458	64.553	94.575	50.482	390.488	16.343	141.080	2.246	820.806
2010	7.874	23.816	18.866	65.866	96.546	51.035	444.415	16.052	158.662	1.772	884.905

Tabela 53

CENÁRIO OTIMISTA DAS TENDÊNCIAS DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE

SALVADOR: PROJEÇÕES PARA OS ÍNDICES DE EMPREGO FORMAL, SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
(ANO BASE: 1986 = 100)

Anos	Analfabeto	4ª Série Incompl	4ª Série Completa	8ª Série Incompl	8ª Série Completa	2º Grau Incompl	2º Grau Completo	Sup. Incompl	Sup. Completo	Escolarid Ignorada	Emprego Total
1986	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1992	45	58	72	82	86	98	101	90	91	53	80
1995	39	57	53	109	104	118	144	115	144	68	97
1997	30	43	52	113	112	109	163	91	147	21	97
2002	24	31	32	92	112	106	208	90	195	26	103
2005	20	26	26	94	115	108	237	89	219	21	110
2007	18	23	22	96	116	108	258	88	237	18	115
2010	15	20	18	98	119	110	294	86	266	14	124

Na maioria das atividades haverá perda de postos formais de trabalho. No cenário tendencial, serão fechadas, a cada ano, 6,7 mil vagas no mercado formal de trabalho, até o horizonte de 2010. No cenário “otimista”, ao contrário, serão acrescentados 14,6 mil novos empregos por ano, em Salvador. Qualquer que seja o cenário escolhido, contudo, está claro que a agropecuária e as atividades industriais tendem a empregar cada vez menos. No primeiro caso, por conta da tendência à produção residual da agricultura no

município. No caso das atividades industriais, ainda que se espere algum crescimento no emprego formal, nos primeiros anos do século XXI, somente poderá ocorrer crescimento do emprego nas atividades tradicionalmente mais intensivas em trabalho, como as de alimentos e bebidas, de calçados e têxteis – mesmo assim, caso haja modernização generalizada nestas atividades, poderá haver queda na oferta de empregos formais.

O crescimento do emprego formal acontecerá nas atividades terciárias do município. Mesmo sofrendo um alto e crescente grau de informalização, as atividades terciárias aumentarão ainda mais suas participações no emprego formal na próxima década. O comércio, mesmo crescendo a taxas anuais baixas, deverá continuar sendo responsável pelo segundo maior contingente de empregos formais do município – ainda que tenha perdido grandes contingentes de trabalhadores e empresas para a informalidade.

O setor público, apesar do aprofundamento das políticas de redução do papel do estado na economia, deve continuar garantindo a maioria dos empregos formais no município, apesar de se antever pouca margem de expansão do quadro de funcionários para a próxima década.

A formalização de mais empresas nas atividades de serviços técnicos especializados, de comunicações, de ensino, de atendimento médico, odontológico e veterinário, bem como de outros serviços ainda não classificados na RAIS tende a expandir a oferta de emprego formal.

Difícil é prever qual a intensidade e direção exata desse crescimento. Igualmente difícil é saber-se se o aumento do emprego formal nestas atividades compensará a redução de vagas na indústria local. No cenário “otimista”, certamente haverá saldo positivo e, para isto, muitas vagas poderão ser criadas pelo terciário soteropolitano.

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi suscitar discussões acerca dos efeitos da evolução recente da economia mundial, brasileira, nordestina e baiana, sobre as atividades econômicas na cidade de Salvador, com vistas a contribuir para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

No decorrer das seções, fez-se menção à fragmentação, incompatibilidade, inexistência séries anuais mais longas e dispersão das informações disponíveis sobre a dinâmica econômica recente, bem como dos limites que um estudo deste tipo teria. A diversidade de fontes e de metodologias utilizadas na construção das informações secundárias, requereu maior atenção crítica e ressalva quanto aos resultados obtidos.

Este documento tentou, dentro de seus limites, apresentar informações da dinâmica da economia municipal. O quadro traçado buscou fornecer uma visão geral da importância do município no sub-sistemas de cidades que polariza, particularmente da RMS, assim como no conjunto do estado da Bahia, a partir da análise das tendências econômicas recentes.

Foram analisadas as transformações estruturais da economia municipal, particularmente no que se refere a suas características e principais modificações. Nesse sentido, se examinou a evolução recente na indústria e no setor terciário local, inclusive sobre as atividades relacionadas ao turismo, e nas mudanças recentes sobre o emprego formal. Depois da caracterização geral da economia local, foi apresentado um cenário prospectivo sobre as trajetórias possíveis da economia local, partindo das trajetórias de crescimento observadas no período 1986-1998. Na medida do possível, foram consideradas intenções de investimento ou projetos já iniciados, que pudessem representar impactos setoriais relevantes para a economia local.

Mesmo com todo o risco da crítica e restrições metodológicas, foi possível construir séries desagregadas por atividades, compatíveis com as divulgadas pela SEI, para o PIB baiano. Este exercício resultou nas tabelas e gráficos que apresentaram a estrutura

do Produto municipal e sua participação no PIB baiano. O exercício de “aproximação” realizado mostrou que a economia de Salvador aumentou sua participação no estado da Bahia. Seja por conta do seu próprio crescimento econômico – representado pela pujança da sua estrutura terciária – seja pela relativa redução do ritmo de crescimento das economias localizadas no interior do estado, ao longo do período 1986-1998. Em todo o período, o Produto Municipal oscilou entre 32% e 38% do PIB estadual.

No mesmo período, algumas atividades perderam a importância que possuíam e outras aumentaram sua participação na “produção” municipal. No primeiro caso estão a Construção Civil e a Indústria de Transformação. No segundo, as atividades de Transportes, Armazéns e Comunicações, de Estabelecimentos Financeiros e de Aluguel de Imóveis.

Em termos prospectivos, o estudo tentou captar os sinais emitidos pelas intenções de investimento no estado em comparação com as trajetórias de crescimento observadas ao longo dos últimos 13 anos.

De início, verificou-se que o perfil locacional dos futuros investimentos destinados à Bahia tendem à reconcentração das atividades econômicas no espaço metropolitano, revertendo o movimento de interiorização do desenvolvimento econômico, iniciado nos anos 90. A cidade de Salvador, enquanto centro administrativo, financeiro, de serviços e de lazer, seria beneficiada direta e indiretamente pelos impactos positivos desse novo *boom* de crescimento da Bahia. Conseqüentemente, o Produto Municipal deveria sofrer impacto positivo, induzido pelo acréscimo da demanda metropolitana e estadual.

Ainda que todas as inversões industriais, previstas para a RMS, provocassem impactos totais sobre a economia de Salvador, mesmo assim, as taxas de crescimento econômico do município não seriam tão altas as projetadas pelos organismos do Estado e pela imprensa para a Bahia. Investimentos anuais da ordem de R\$1,6 bilhões aportariam na RMS, podendo promover um crescimento do PIB metropolitano da ordem de 2% anuais. Difícil se saber quanto desse crescimento seria absorvido pela economia soteropolitana.

Ora, Salvador cresceu apenas a 1,7% a.a., entre 1992 e 1998. A recuperação de sua economia se deu a uma taxa de 5,6% a.a., entre 1992 e 1998, o que contribuiu para que, em todo o período 1986-1998, a taxa média de crescimento do Produto Municipal ficasse em 3%. Para os anos posteriores até o fim da primeira década do século XXI, preferiu-se adotar a hipótese básica de que a Bahia continuará crescendo a uma taxa anual média de 2,96% – historicamente observada no período 1993-1998, e que Salvador deverá ter uma taxa média de crescimento anual de 3,04% - igual àquela observada no período 1986-1998.

No que se refere ao mercado de trabalho formal em Salvador, o estudo constatou que a tendência para a próxima década é de redução dos índices de emprego, tanto no âmbito municipal (em 2010, o estoque de empregos será equivalente a 85% do observado em 1986), quanto no metropolitano (cujo índice equivalerá a 87%). Para a Bahia, deve acontecer uma pequena oscilação, que culminará com um índice 10% superior àquele observado em 1986.

De acordo com este cenário, apesar da redução dos postos de trabalho, o município manterá estável sua participação (em torno de 82,5%) nos estoques de emprego da região metropolitana e reduzirá sua participação no estoque da Bahia (passando de 50,7%, em 1997, para 43,9% em 2010).

Um cenário alternativamente “otimista” prevê que Salvador terá maior estoque de empregos e que na Bahia o crescimento será maior do que na RMS e nesta será maior do que na capital baiana (ver Tabela 49). Em que pese ocorrer crescimento do emprego formal, a participação do município no estoque baiano e metropolitano será reduzida até 2002, passando a aumentar, gradativamente, até alcançar, em 2010, 78% do emprego metropolitano (contra 82,5%, em 1997) e 44,6% do emprego estadual (quando, em 1997, era de 50,7%).

O cenário otimista prevê que a escolaridade do trabalhador será fundamental para sua seleção pelo mercado formal. Quaisquer que sejam os cenários, haverá redução absoluta de postos de trabalho, nos níveis de escolaridade mais baixa, até a 4ª série completa. Por outro lado, aumentará a oferta de empregos para trabalhadores nos níveis

que vão da 8ª série completa até o 2º grau completo e no de nível superior. E, no caso dos empregos com 2º grau completo e com nível superior, os índices de crescimento serão ainda maiores sem que isto represente mudança na participação desses níveis, comparativamente ao cenário anterior.

Quanto às atividades turísticas, manteve-se a hipótese de crescimento da atividade no município, porém condicionada à melhoria das condições de vida e de crescimento da renda da população, para além dos investimentos que possam ser realizados em infraestrutura e treinamento de mão-de-obra. A hipótese básica é de que o nível da atividade deverá crescer entre 2% e 4% ao ano, dentro do horizonte temporal dos primeiros cinco anos da década.

Finalmente, cabe registrar que o caráter amplo e quase exploratório desse estudo contribuiu para a obtenção de resultados limitados, mormente no que se refere ao seu poder prospectivo. Todavia, o que poderia ser, apressadamente, considerado um empecilho para a pesquisa, apresenta-se como mais um desafio, mais agendas investigativas, na busca da compreensão das complexas redes causais que determinam o desenvolvimento da socioeconomia municipal. Espera-se que a problematização suscitada por suas conclusões e método sejam, antes de tudo, um convite para o debate e para a busca de mais explicações.

ANEXOS

TABELAS

Tabela A. 01

Bahia: Estrutura do PIB a Custo de Fatores, Segundo Atividades Econômicas

Atividades	1985	1988	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Agropecuária	16,4%	15,4%	14,3%	13,7%	13,6%	10,7%	14,9%	14,5%	13,8%	13,0%
Indústria Total	48,8%	45,7%	35,2%	33,0%	34,9%	41,0%	37,7%	34,2%	33,0%	34,0%
Indústria Geral (Extrativa e Transformação)	31,9%	26,5%	14,6%	14,0%	14,3%	16,2%	13,1%	11,7%	10,9%	11,0%
Construção Civil	12,9%	14,9%	16,7%	15,2%	16,3%	19,9%	20,4%	18,8%	18,5%	19,9%
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4,1%	4,4%	3,9%	3,9%	4,3%	4,9%	4,2%	3,6%	3,6%	3,2%
Comércio	10,2%	10,4%	12,8%	12,0%	11,1%	11,8%	11,6%	11,3%	9,9%	9,7%
Total dos Serviços	46,3%	48,9%	66,7%	64,6%	71,3%	72,6%	61,9%	57,0%	58,0%	57,6%
Transportes	2,6%	3,0%	3,0%	3,0%	2,6%	2,2%	1,9%	1,9%	1,6%	1,6%
Comunicações	0,9%	0,6%	1,3%	1,2%	1,5%	1,3%	1,4%	1,6%	2,0%	2,0%
Instituições Financeiras	11,4%	9,9%	16,4%	12,0%	20,8%	25,1%	15,8%	8,8%	5,8%	5,6%
Administração Pública	7,1%	8,9%	16,0%	13,4%	13,0%	12,8%	13,4%	14,7%	15,0%	14,3%
Outros Serviços	10,5%	12,2%	11,4%	12,8%	13,2%	13,4%	11,9%	12,4%	13,3%	13,5%
Aluguéis	3,8%	4,0%	5,9%	10,1%	9,1%	5,9%	6,0%	8,4%	10,4%	10,8%
Dummy Financeiro	-11,6%	-10,0%	-18,2%	-11,3%	-19,6%	-24,3%	-14,5%	-5,7%	-4,8%	-4,6%

Fonte: IPEA

Tabela A.02
Agregados Econômicos Regionais
Estado da Bahia
Produto Interno Bruto, em US\$1 milhão - 1970-1998

Anos	PIB a Preços de Mercado		Variação Anual	
	Preços Correntes	Preços de 1998	Base 1998 = 100	(%)
1970	1.789,59	9.275,92	23,7	-
1971	2.098,93	11.143,99	28,5	20,1
1972	2.484,73	11.959,93	30,6	7,3
1973	3.578,04	13.269,72	33,9	11,0
1974	4.673,05	14.278,91	36,5	7,6
1975	5.690,56	17.478,24	44,7	22,4
1976	6.869,12	17.027,33	43,5	-2,6
1977	8.080,95	17.199,11	44,0	1,0
1978	9.555,64	19.861,64	50,8	15,5
1979	11.023,71	21.429,10	54,8	7,9
1980	11.214,91	21.472,04	54,9	0,2
1981	12.417,33	20.978,18	53,6	-2,3
1982	13.980,63	23.404,53	59,9	11,6
1983	11.145,46	24.263,41	62,0	3,7
1984	11.516,46	24.198,99	61,9	-0,3
1985	12.185,36	27.441,27	70,2	13,4
1986	14.288,42	30.468,83	77,9	11,0
1987	15.222,72	30.876,80	79,0	1,3
1988	17.701,03	31.048,57	79,4	0,6
1989	26.376,58	31.563,90	80,7	1,7
1990	25.754,08	31.005,63	79,3	-1,8
1991	20.594,83	30.490,30	78,0	-1,7
1992	19.083,87	31.370,65	80,2	2,9
1993	21.046,56	31.778,62	81,3	1,3
1994	27.575,98	33.303,14	85,2	4,8
1995	32.248,69	34.505,57	88,2	3,6
1996(1)	36.945,14	35.686,53	91,3	3,4
1997(1)	40.374,06	38.563,79	98,6	8,1
1998(1)	39.103,68	39.103,68	100,0	1,4

Fonte: SUDENE/ Contas Regionais
 Obs.: (1) Dados Preliminares

Tabela A.03

Taxas Anuais de Crescimento do PIB Brasileiro e Baiano e dos Produtos Soteropolitano e Setoriais, Segundo Períodos Seleccionados

Períodos	PIB BR	PIB BA	Produto Municipal de Salvador	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industr. de Utilidade Pública	Construção	Alojam. e Alimentação	Comércio	Transp. Armazens e Comunicações	Estabelecimentos Financeiros	Aluguel de Imóveis	Serviços Prestados a Empresas	Admin. Pública
1986 - 1998	2,03%	1,52%	3,04%	-9,09%	-4,41%	0,69%	-2,04%	3,43%	5,91%	0,88%	6,48%	8,40%	3,56%	4,28%	2,82%
1986 - 1991		0,31%				-1,22%									
1986 - 1992	0,20%	1,72%	1,72%					-4,37%						6,76%	-5,31%
1986 - 1993				-11,93%	-1,48%				5,20%	0,06%	2,80%	4,04%			
1988 - 1998								6,60%							
1989 - 1998							-0,28%								
1991 - 1998		2,69%				1,76%									
1992 - 1998	3,72%	2,88%	5,63%					12,02%						5,85%	12,06%
1993 - 1998		2,96%		-4,02%	-10,41%				10,15%	0,87%	13,46%	17,43%			

Observação: As Taxas realçadas em azul foram as consideradas para as projeções.

Tabela A.04

SALVADOR: PROJEÇÕES PARA O EMPREGO FORMAL, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA EMPREGADORA (1986-2010)

(Em Número de Empregos)

Ano	Agricultura	Extração de Minerais	Indústria de Transformação	Minerais Não Metálicos	Indústria Metalúrgica	Indústria Mecânica	Eletricidade e Comunicações	Material de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borracha, Fumo e Couro	Indústria Química	Indústria Têxtil	Indústria de Calçados	Alimentos e Bebidas
1986	1.723	1.040	41.448	5.583	3.427	1.302	581	1.435	3.091	4.233	2.774	4.096	5.847	183	8.896
1992	3.504	534	27.696	3.296	2.070	657	452	310	1.491	4.130	1.404	2.352	4.851	128	6.555
1995	3.799	5.873	38.703	1.911	1.323	750	276	425	1.669	4.709	805	4.565	7.069	153	15.048
1997	3.279	627	30.985	1.530	1.345	682	471	419	1.770	4.605	691	3.588	5.985	65	9.834
2002	1.542	931	25.777	1.291	1.050	679	335	416	1.736	3.536	219	3.014	5.515	57	10.758
2005	1.512	913	25.277	1.166	873	605	303	414	1.568	3.425	140	2.855	5.458	46	11.353
2007	1.492	901	24.949	1.090	771	561	284	413	1.465	3.353	104	2.754	5.421	40	11.768
2010	1.464	883	24.465	984	641	500	258	412	1.323	3.248	66	2.609	5.365	33	12.419

Continua na Página Seguinte

Tabela A.04
CENÁRIO DAS TENDÊNCIAS SETORIAIS

SALVADOR: PROJEÇÕES PARA O EMPREGO FORMAL, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA EMPREGADORA (1986-2010)

(Conclusão)

Ano	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Total do Comércio	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituições Financeiras	Serviços de Administração e Assist. Técnica Profissional	Transportes e Comunicações	Alojamento Comunitário	Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	Ensino	Administração Pública	Outros Serviços	TOTAL
1986	14.858	96.597	95.003	83.583	11.420	24.456	73.017	45.831	84.058	10.573	17.310	208.431	1.723	715.525
1992	8.324	67.872	76.459	66.850	9.609	17.108	66.159	28.897	66.291	14.127	16.444	119.334	3.504	569.347
1995	13.674	60.314	110.455	93.120	17.335	19.287	71.267	45.133	45.748	32.364	19.280	216.291	3.799	691.687
1997	16.418	54.778	108.800	94.033	14.767	18.290	78.979	47.950	58.303	32.225	26.626	215.772	3.279	694.655
2002	13.297	44.406	111.277	88.545	13.376	16.925	61.609	45.607	42.028	42.365	73.633	230.460	1.542	707.596
2005	13.039	39.554	114.425	89.451	13.755	15.860	59.789	45.568	37.116	49.923	77.472	234.582	1.512	712.094
2007	12.870	36.618	116.574	90.060	14.013	15.188	58.606	45.541	34.165	55.697	80.141	237.371	1.492	716.914
2010	12.620	32.617	119.872	90.981	14.409	14.233	56.875	45.502	30.172	65.633	84.319	241.617	1.464	726.995

Tabela A.05

SALVADOR: PROJEÇÕES PARA OS ÍNDICES DE EMPREGO FORMAL, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA EMPREGADORA

(Ano Base: 1986 = 100)

Ano	Agricultura	Extração de Minerais	Indústria de Transformação	Minerais Não Metálicos	Indústria Metalúrgica	Indústria Mecânica	Eletricidade e Comunicações	Material de Transporte	Madeira e Mobiliário	Papel e Gráfica	Borracha Fumo e Couro	Indústria Química	Indústria Têxtil	Indústria de Calçados	Alimentos e Bebidas
1986	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1992	203,4	51,3	66,8	59,0	60,4	50,5	77,8	21,6	48,2	97,6	50,6	57,4	83,0	69,9	73,7
1995	220,5	564,7	93,4	34,2	38,6	57,6	47,5	29,6	54,0	111,2	29,0	111,5	120,9	83,6	169,2
1997	190,3	60,3	74,8	27,4	39,2	52,4	81,1	29,2	57,3	108,8	24,9	87,6	102,4	35,5	110,5
2002	89,5	89,5	62,2	23,1	30,6	52,2	57,6	29,0	56,2	83,5	7,9	73,6	94,3	31,1	120,9
2005	87,8	87,8	61,0	20,9	25,5	46,5	52,2	28,9	50,7	80,9	5,0	69,7	93,3	25,3	127,6
2007	86,6	86,6	60,2	19,5	22,5	43,1	48,9	28,8	47,4	79,2	3,7	67,2	92,7	22,1	132,3
2010	84,9	84,9	59,0	17,6	18,7	38,4	44,4	28,7	42,8	76,7	2,4	63,7	91,8	17,9	139,6

Continua na Página Seguinte

Tabela A.05

SALVADOR: PROJEÇÕES PARA OS ÍNDICES DE EMPREGO FORMAL, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA EMPREGADORA
(Ano Base: 1986 = 100)

(Conclusão)

A	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Total do Comércio	Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Instituições Financeiras	Serviços de Administração e Assist. Técnica Profissional	Transportes e Comunicações	Alojamento Comunitário	Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	Ensino	Administração Pública	Outros Serviços	TOTAL
1986	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1992	56,0	70,3	80,5	80,0	84,1	70,0	90,6	63,1	78,9	133,6	95,0	57,3	203,4	79,6
1995	92,0	62,4	116,3	111,4	151,8	78,9	97,6	98,5	54,4	306,1	111,4	103,8	220,5	96,7
1997	110,5	56,7	114,5	112,5	129,3	74,8	108,2	104,6	69,4	304,8	153,8	103,5	190,3	97,1
2002	89,5	46,0	117,1	105,9	117,1	69,2	84,4	99,5	50,0	400,7	425,4	110,6	89,5	98,9
2005	87,8	40,9	120,4	107,0	120,4	64,9	81,9	99,4	44,2	472,2	447,6	112,5	87,8	99,5
2007	86,6	37,9	122,7	107,7	122,7	62,1	80,3	99,4	40,6	526,8	463,0	113,9	86,6	100,2
2010	84,9	33,8	126,2	108,9	126,2	58,2	77,9	99,3	35,9	620,8	487,1	115,9	84,9	101,6

GRÁFICOS

Gráfico A.01

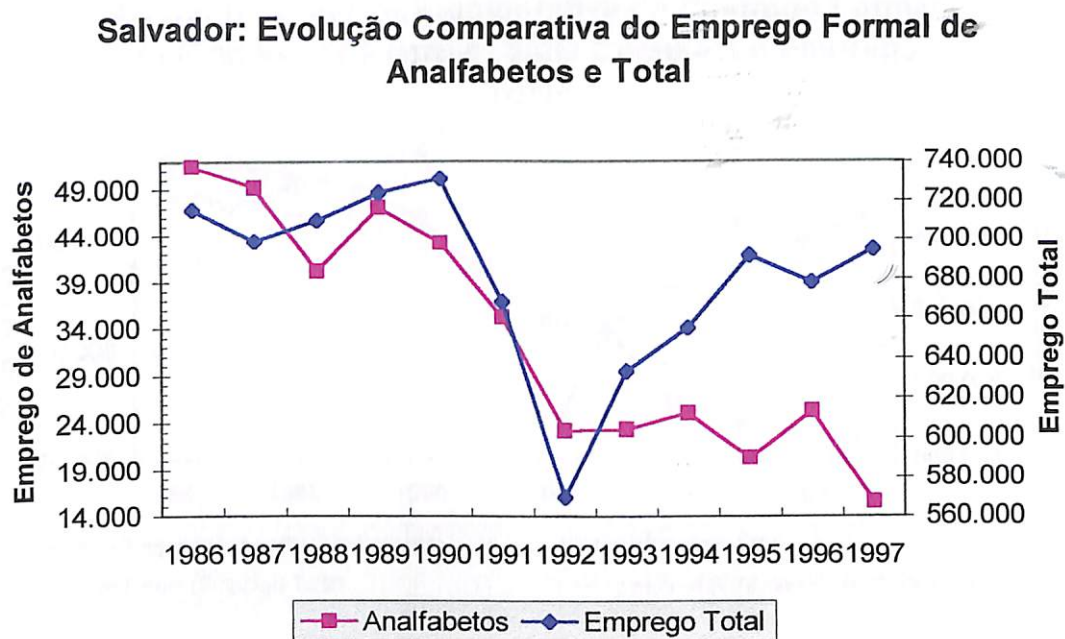


Gráfico A.02

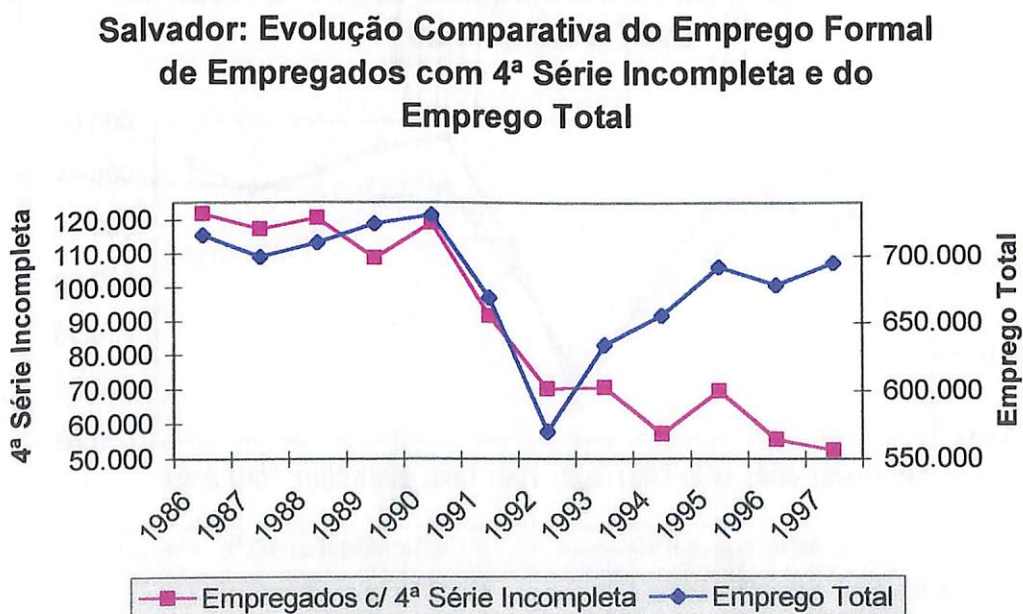


Gráfico A.03

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego Formal de Empregados com 4ª Série Completa e Emprego Total

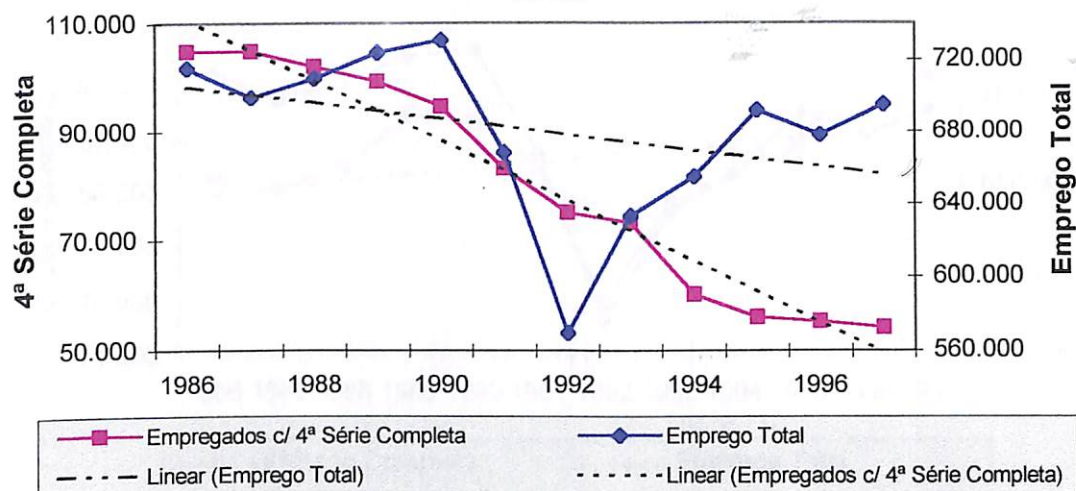


Gráfico A.04

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego de 8ª Série Incompleta e Total

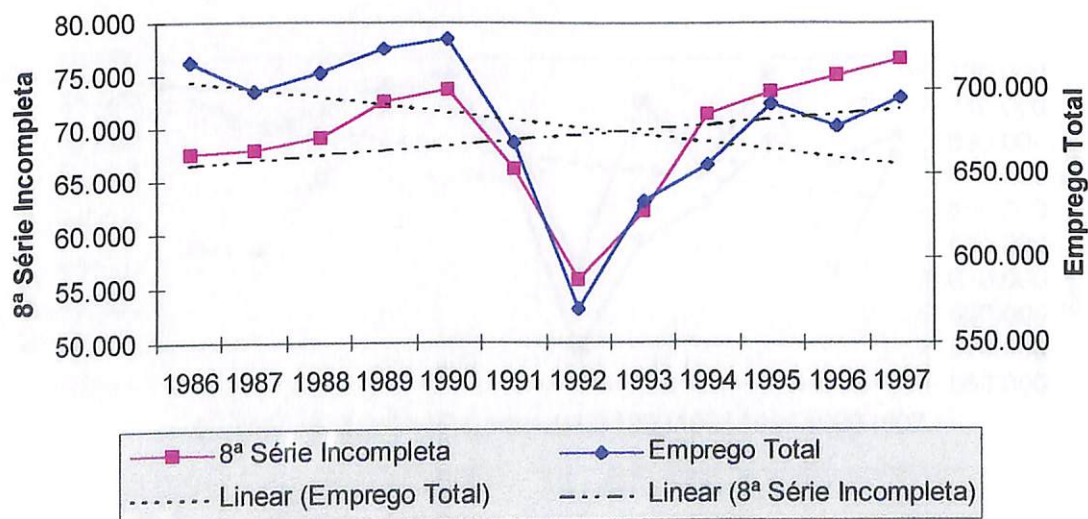


Gráfico A.05

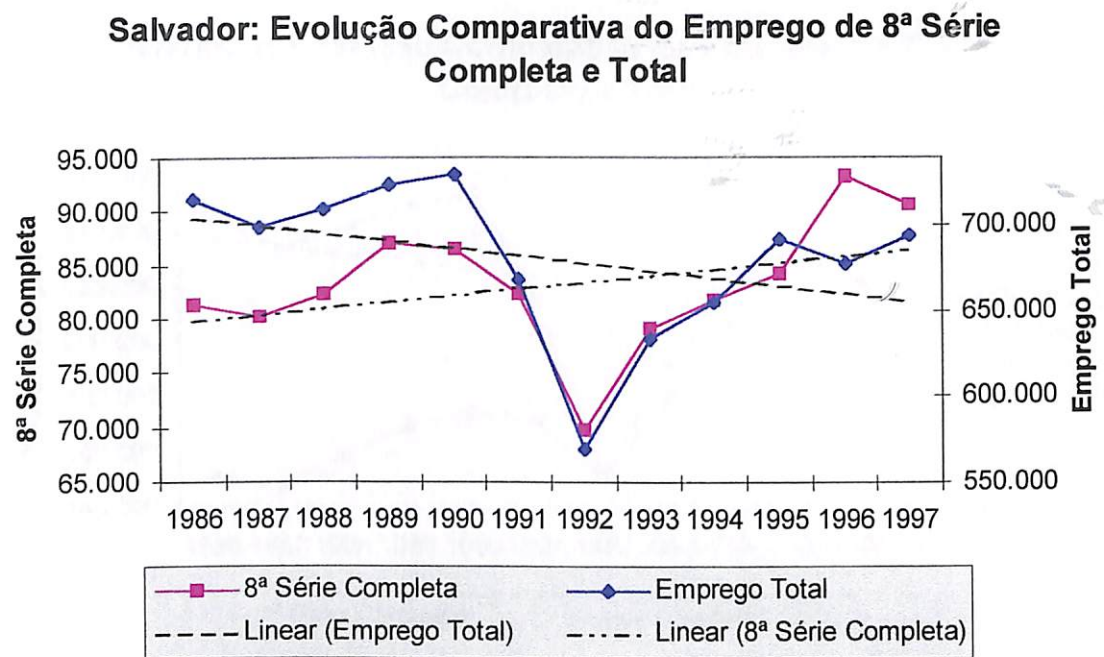


Gráfico A.06

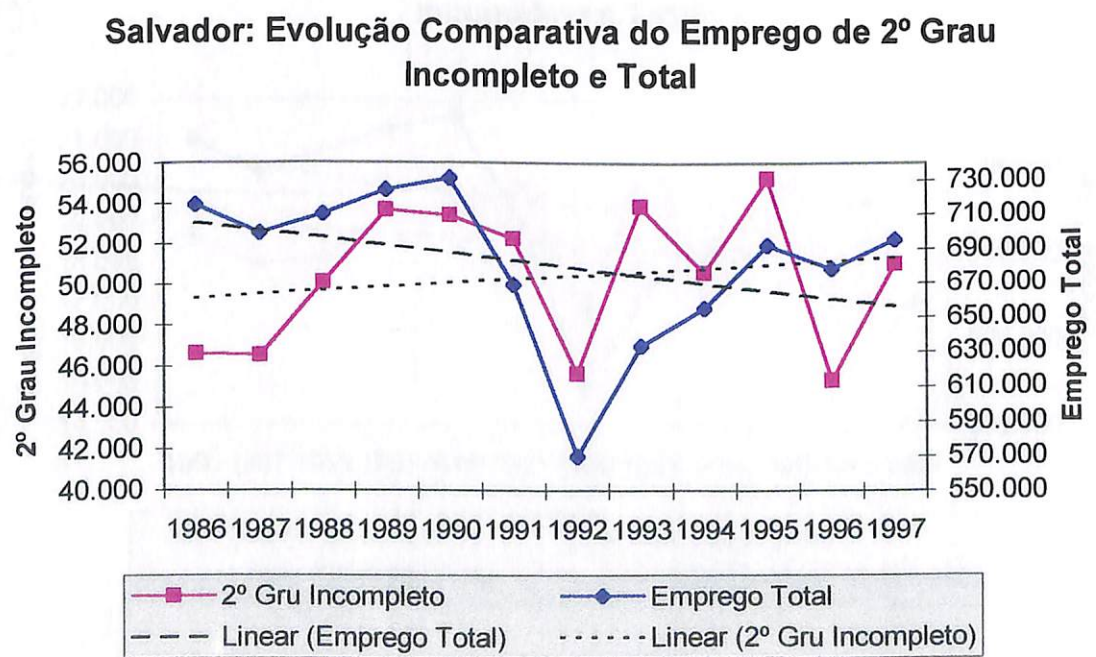


Gráfico A.07

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego de 2º Grau Completo e Total

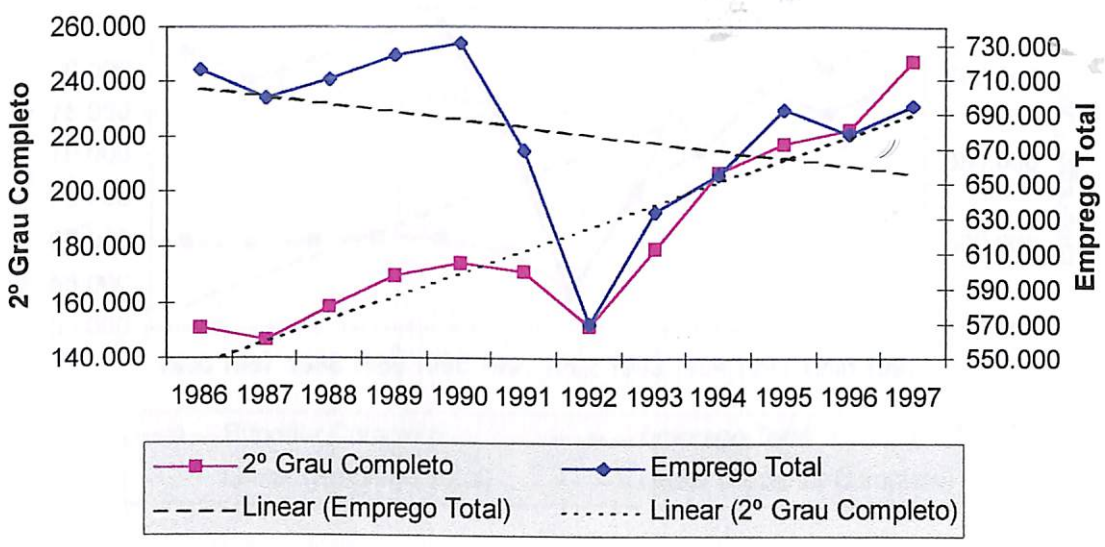


Gráfico A.08

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego de Superior Incompleto e Total

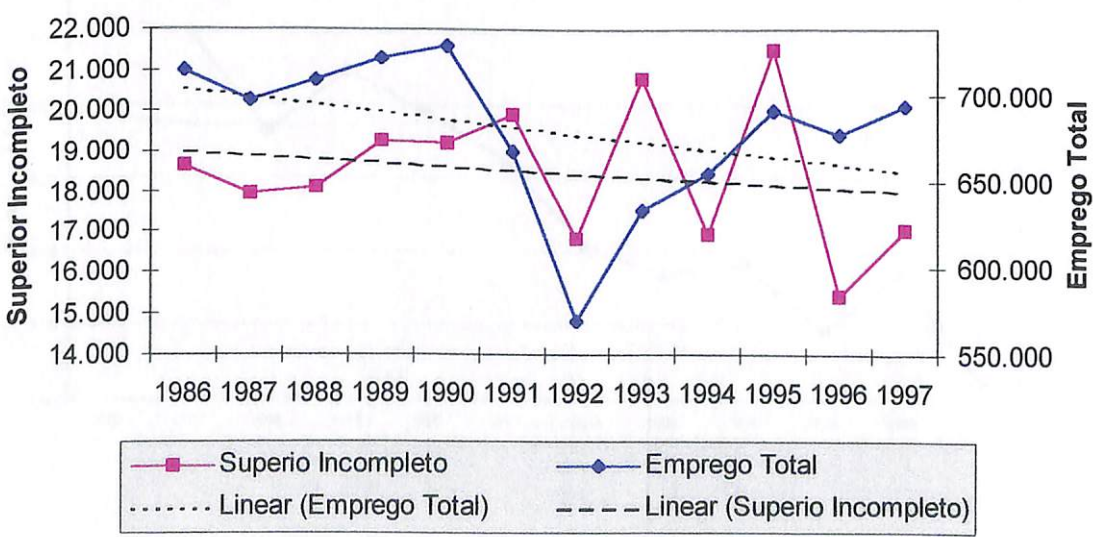


Gráfico A.09

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego de Nível Superior Completo e Total

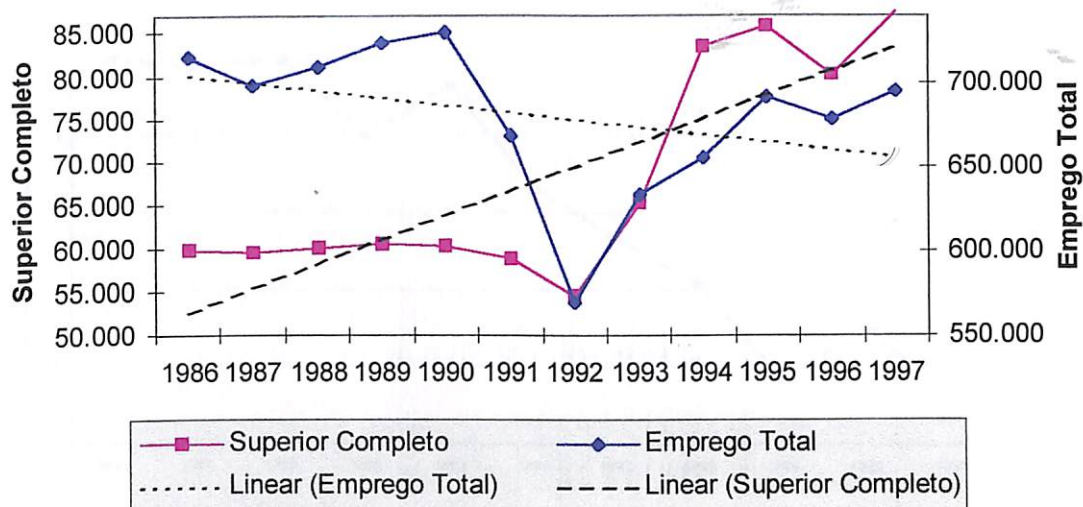


Gráfico A.10

Salvador: Evolução da Participação do Emprego de Analfabetos no Emprego Municipal

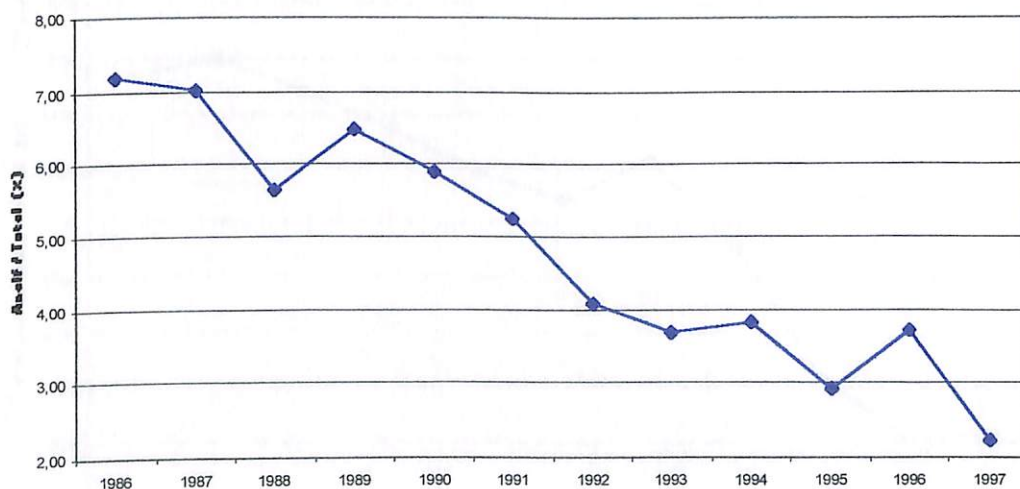


Gráfico A.11

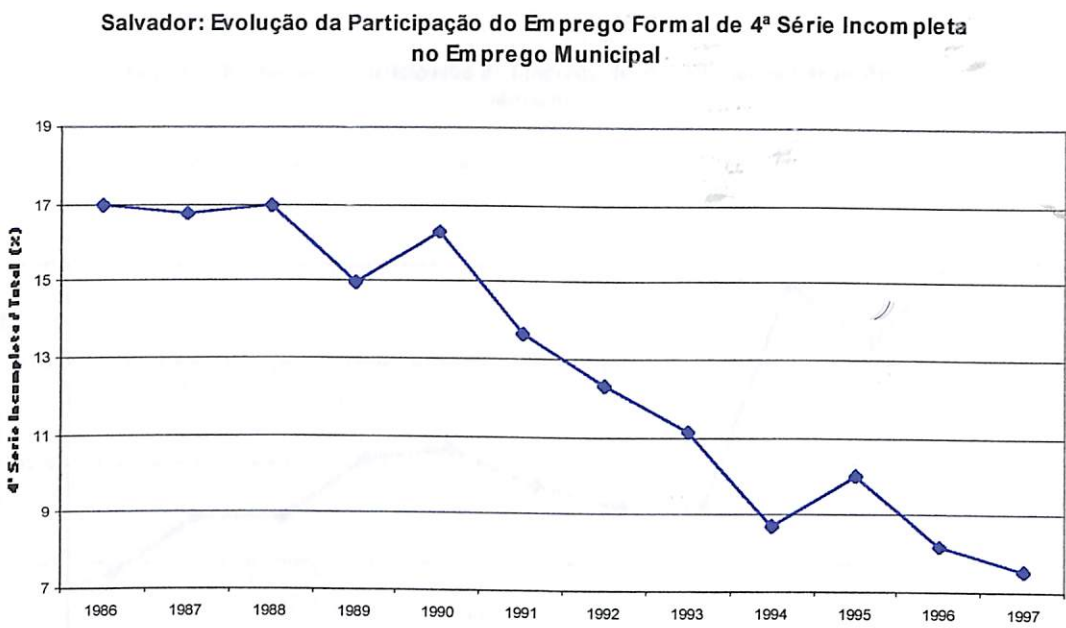


Gráfico A.12

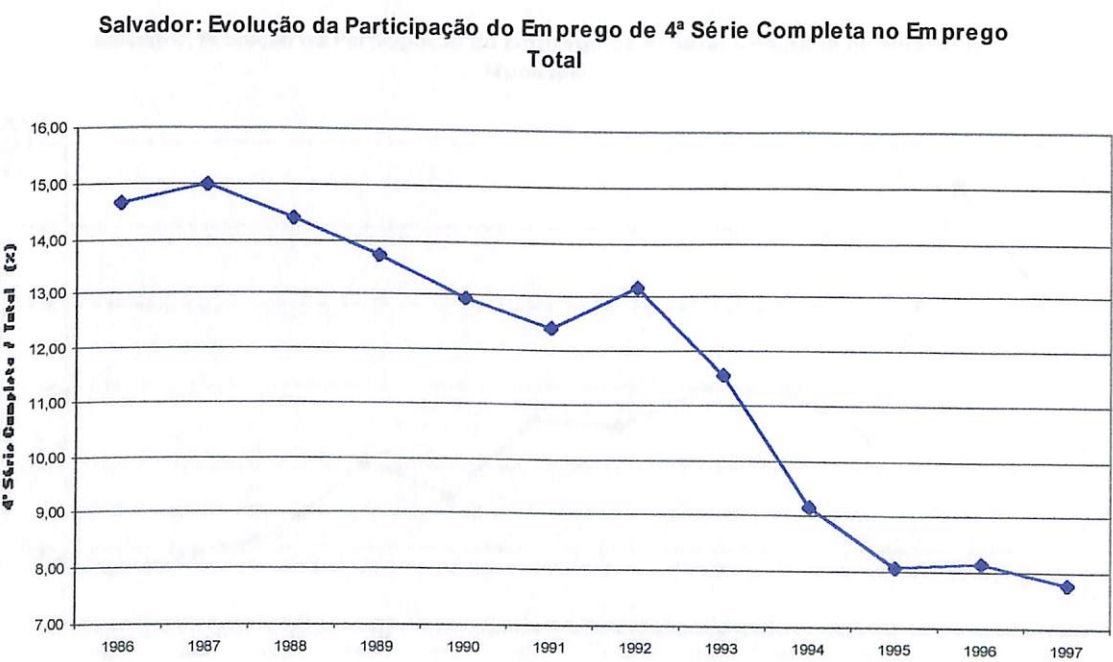


Gráfico A.13

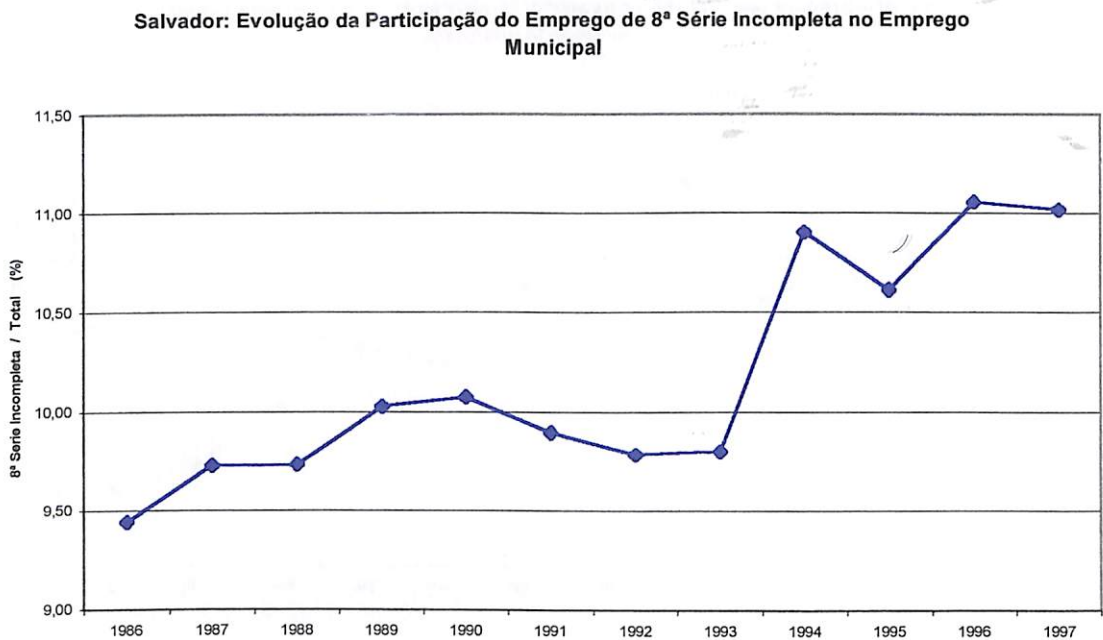


Gráfico A.14

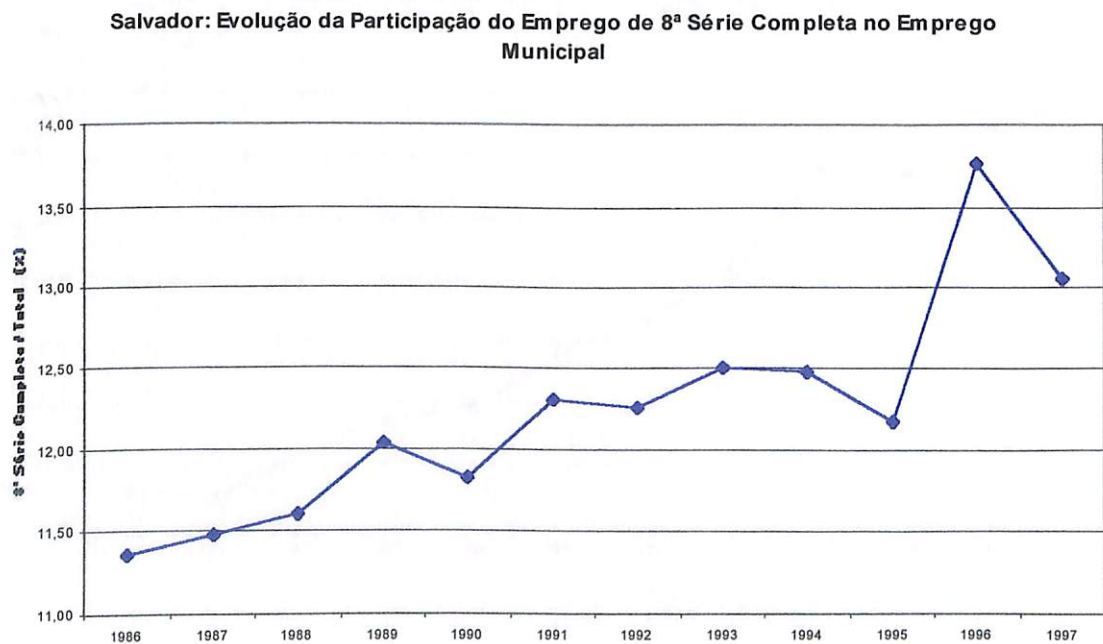


Gráfico A.15

Salvador: Evolução da Participação do Emprego com 2ª Grau Incompleto no Emprego Municipal

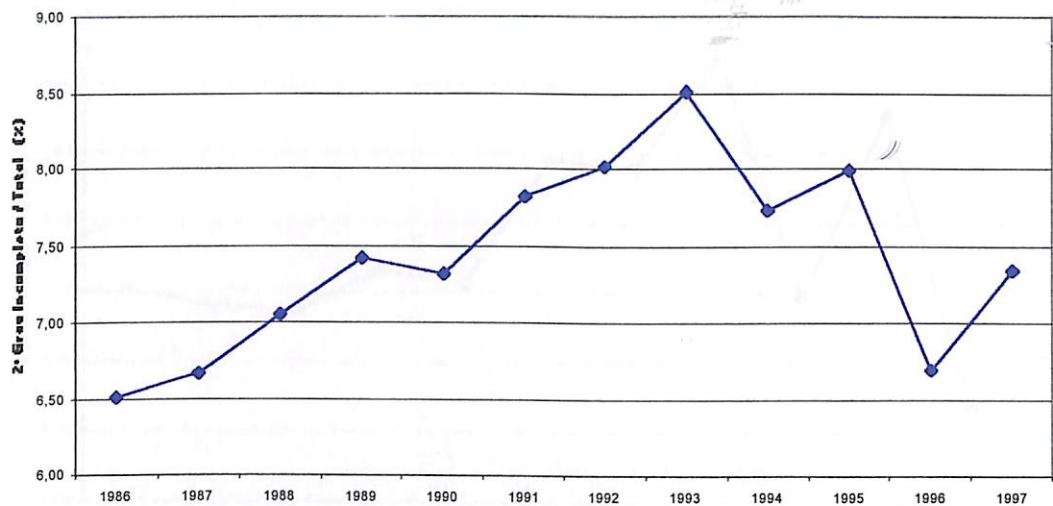


Gráfico A.16

Salvador: Evolução do Emprego de 2º Grau Completo no Emprego Municipal

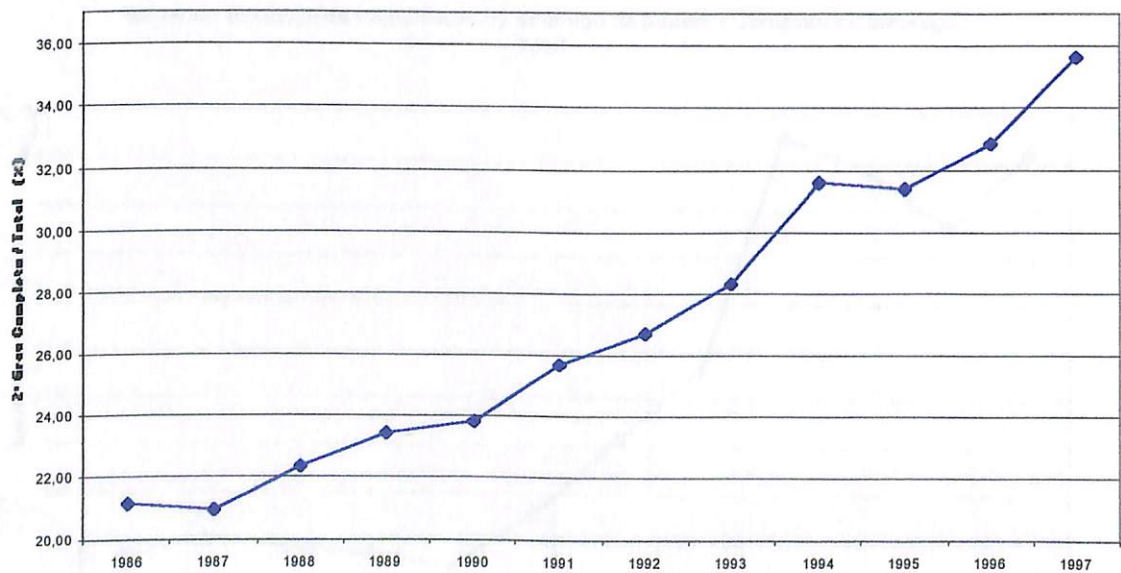


Gráfico A.17

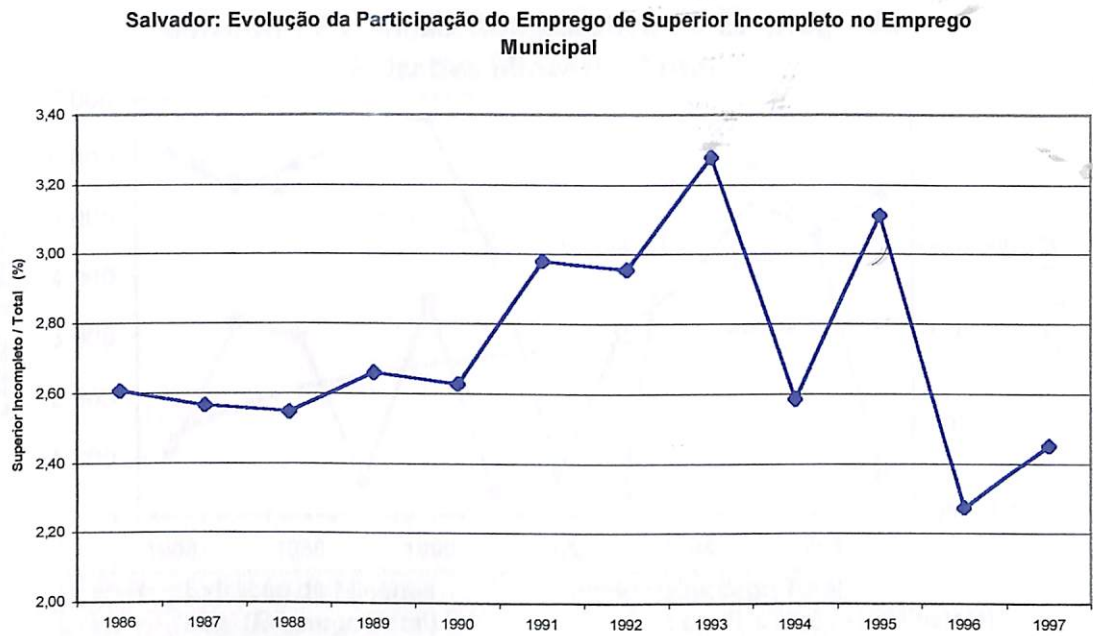


Gráfico A.18

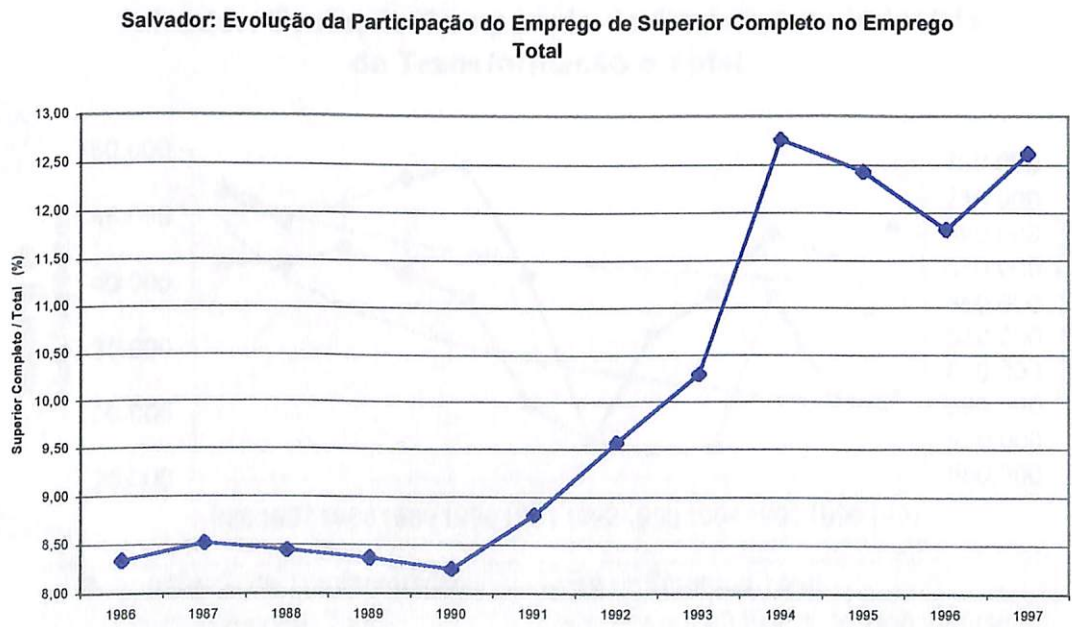


Gráfico A.19

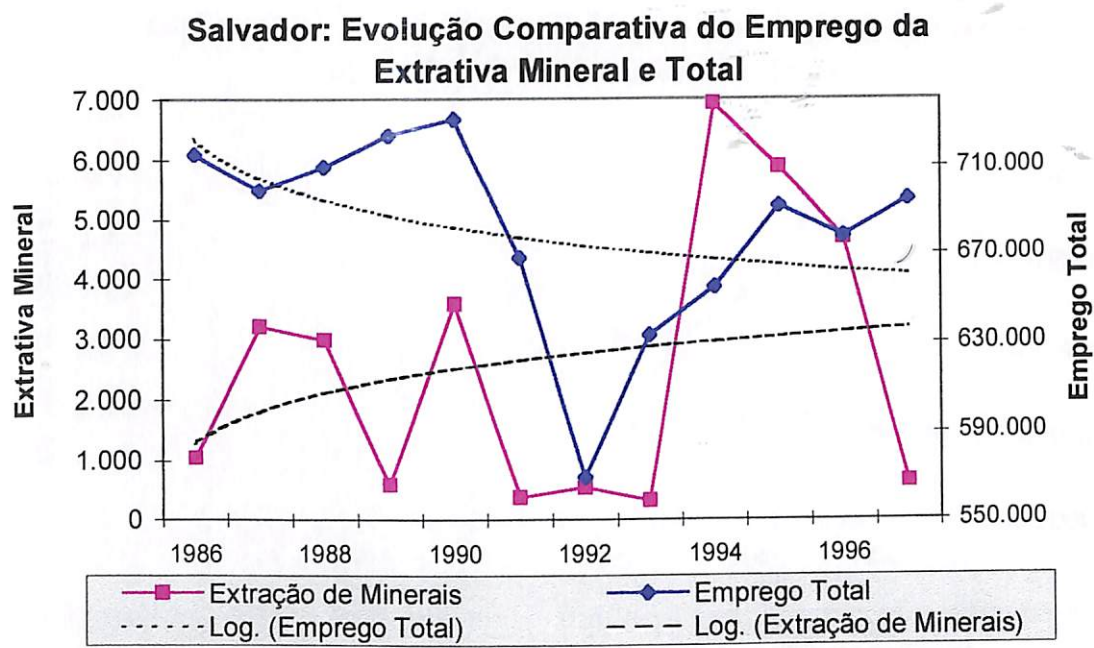


Gráfico A.20

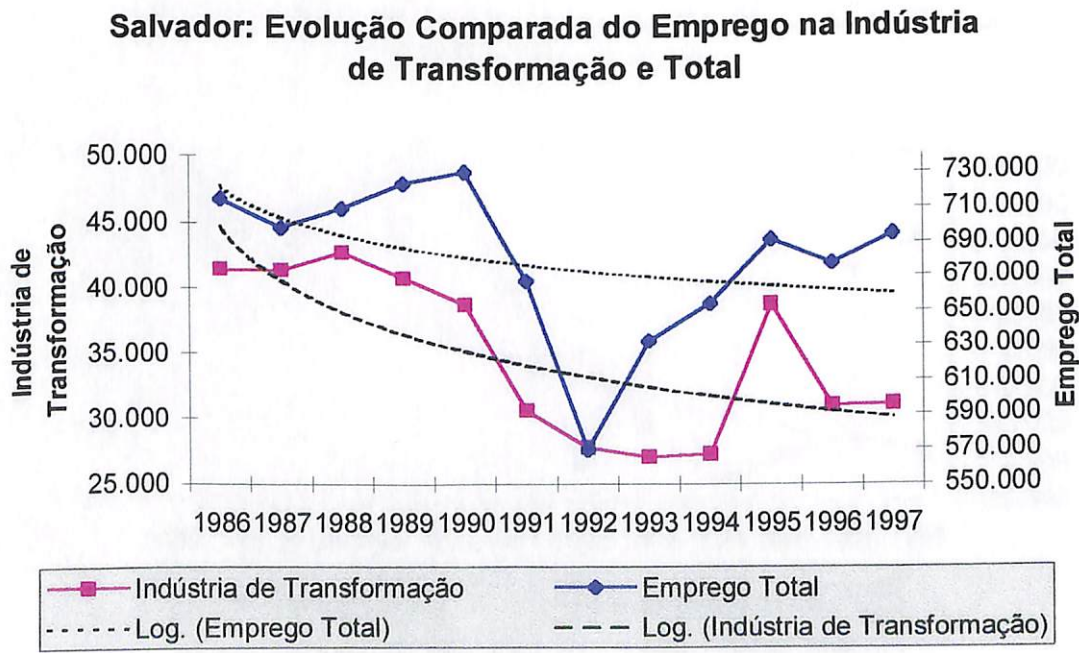


Gráfico A.21

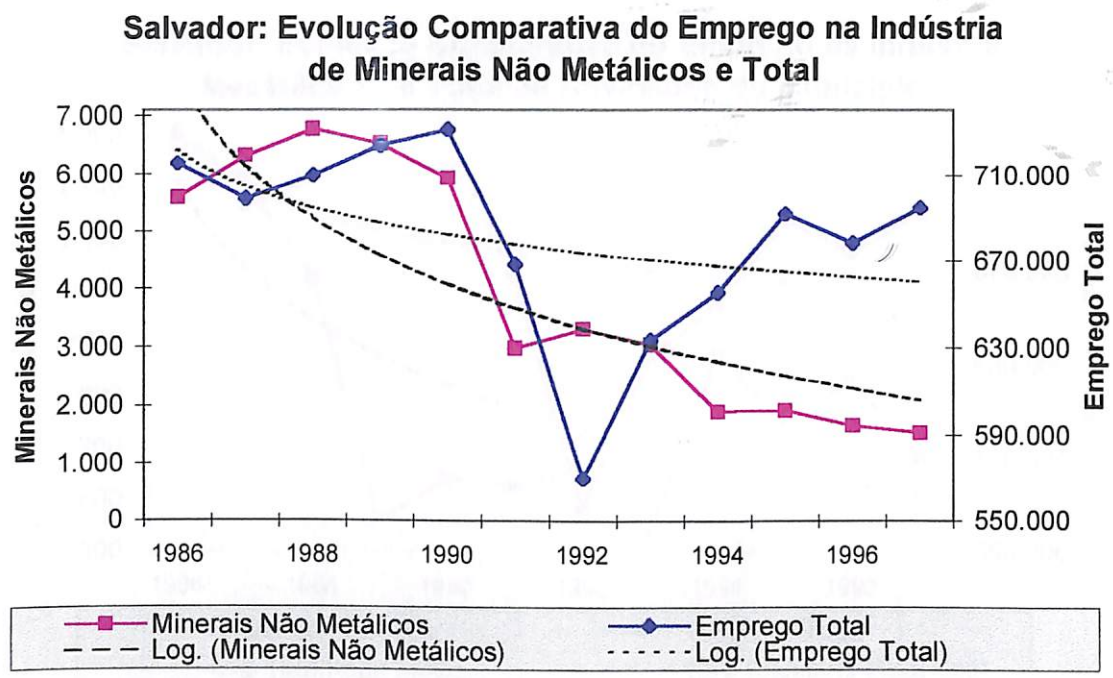


Gráfico A.22

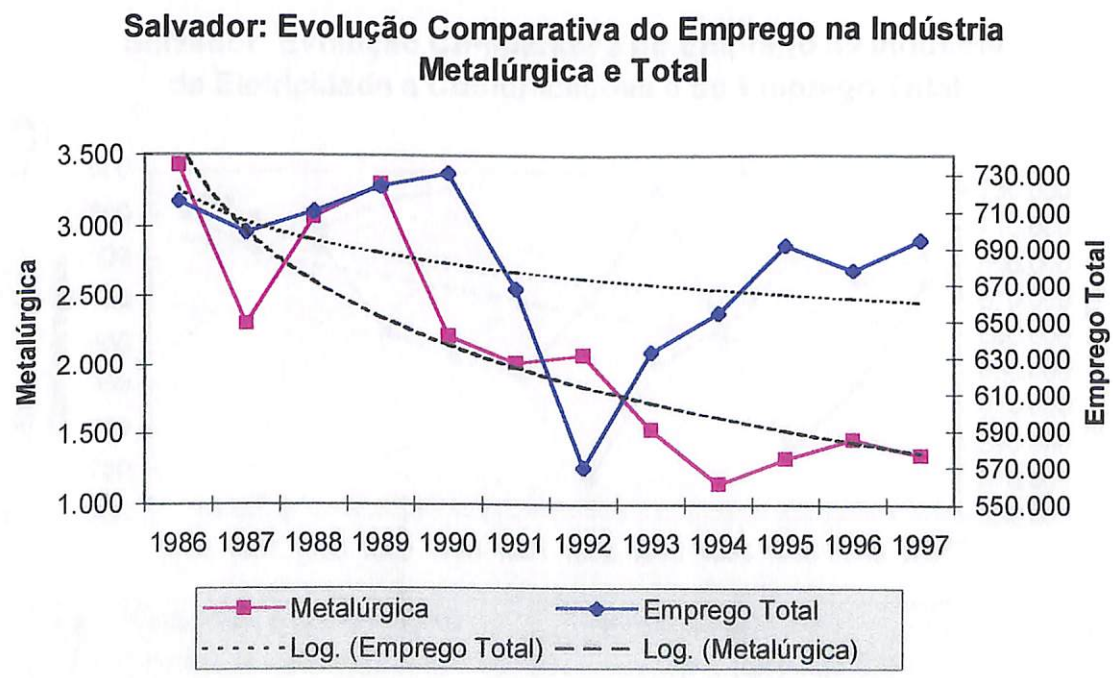


Gráfico A.23

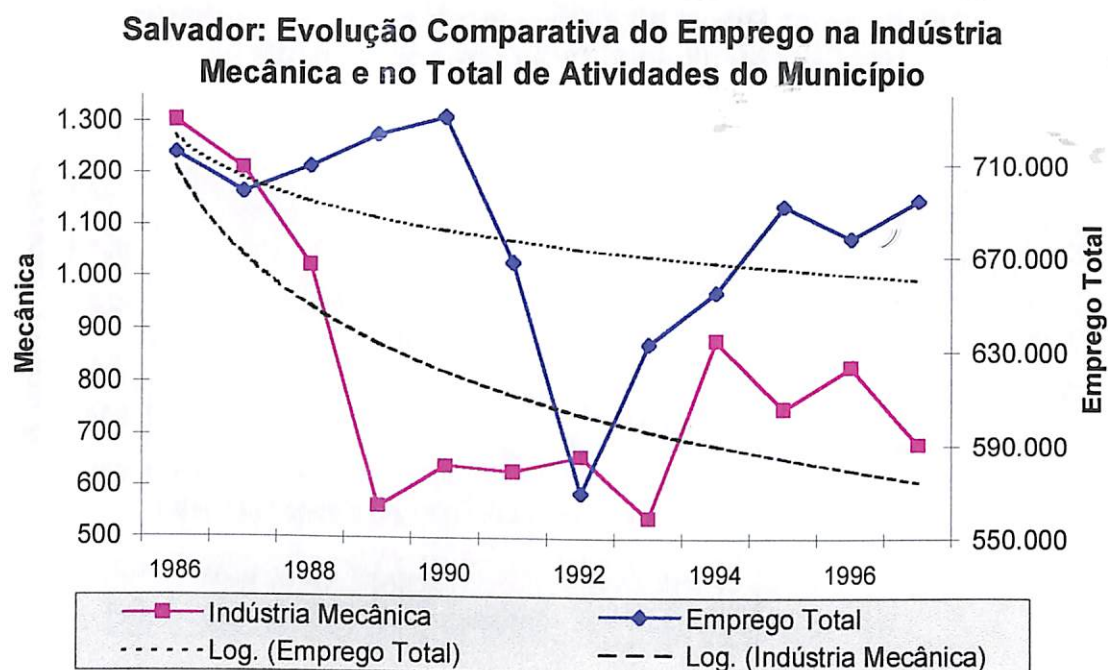


Gráfico A.24

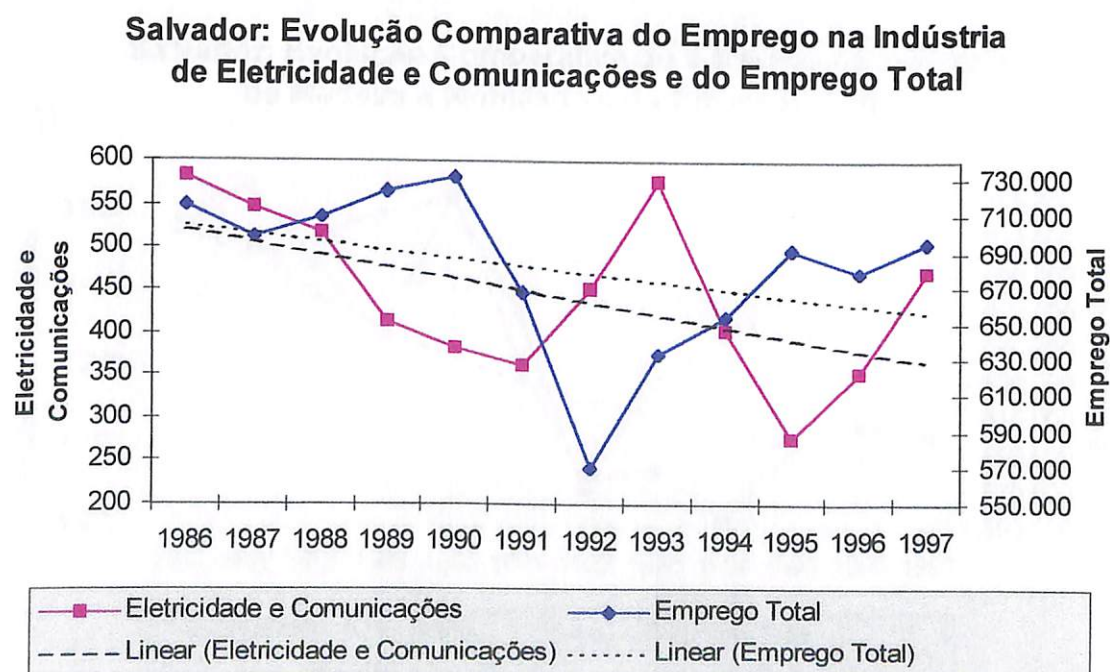


Gráfico A.25

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego da Indústria de Material de Transporte e do Emprego Total

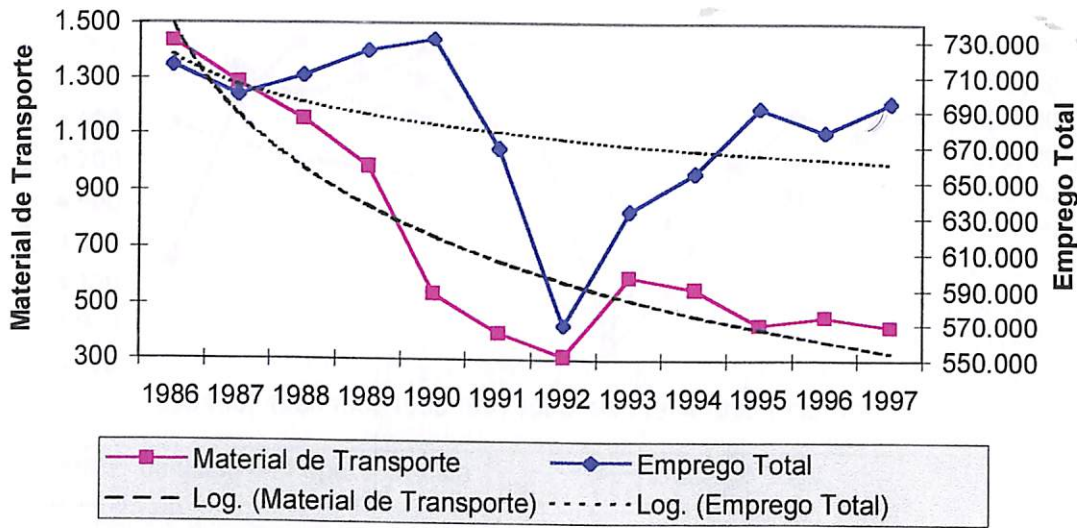


Gráfico A.26

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego na Indústria de Madeira e Mobiliário e do Emprego Total

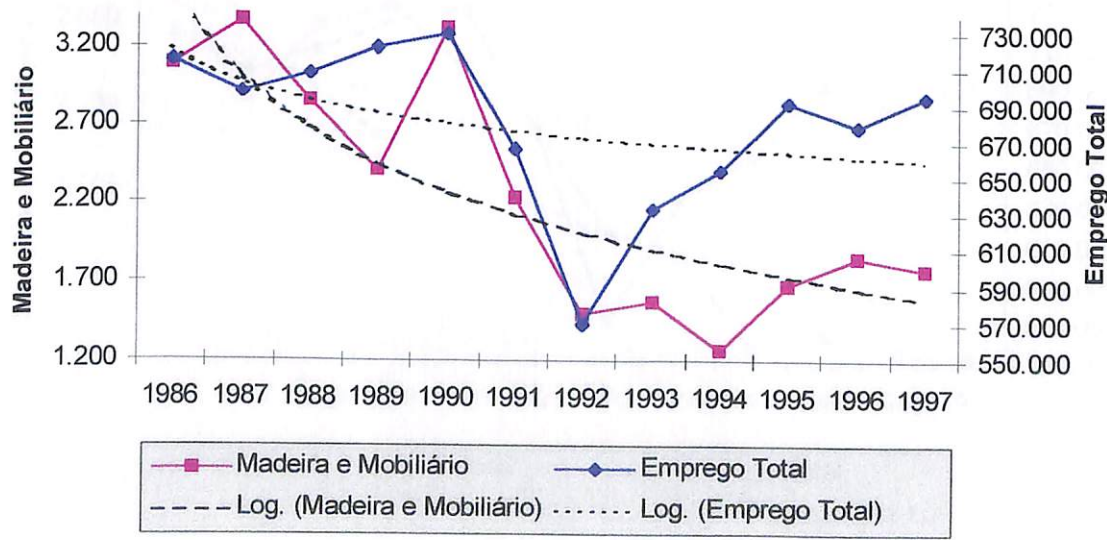


Gráfico A.27

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego da Indústria de Papel e Gráfica e do Emprego Total

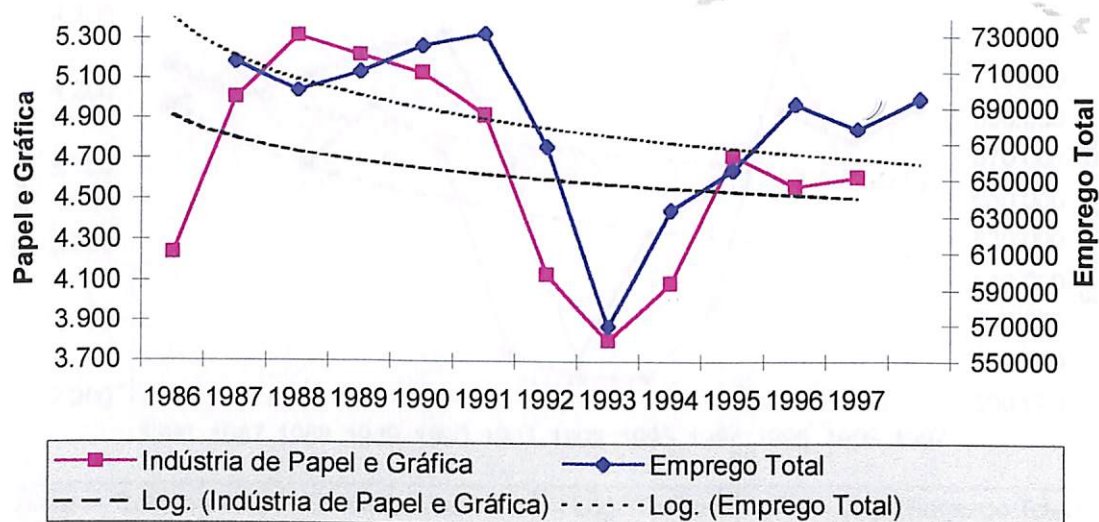


Gráfico A.28

Salvador: Evolução Comparada do Emprego da Indústria de Borracha, Fumo e Couro e do Emprego Total

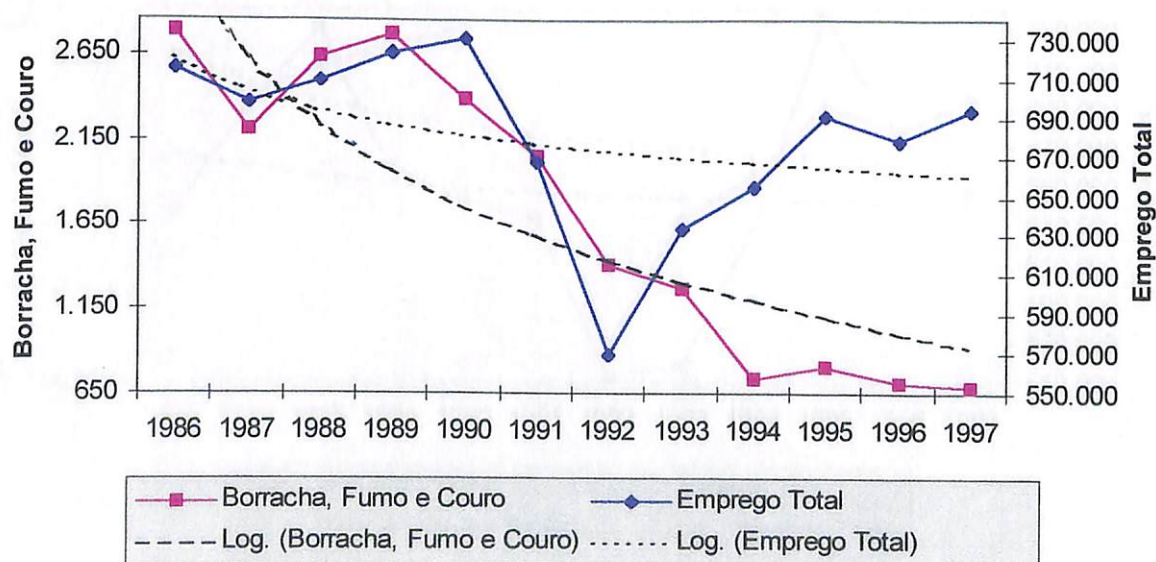


Gráfico A.29

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego da Indústria Química e do Emprego Total

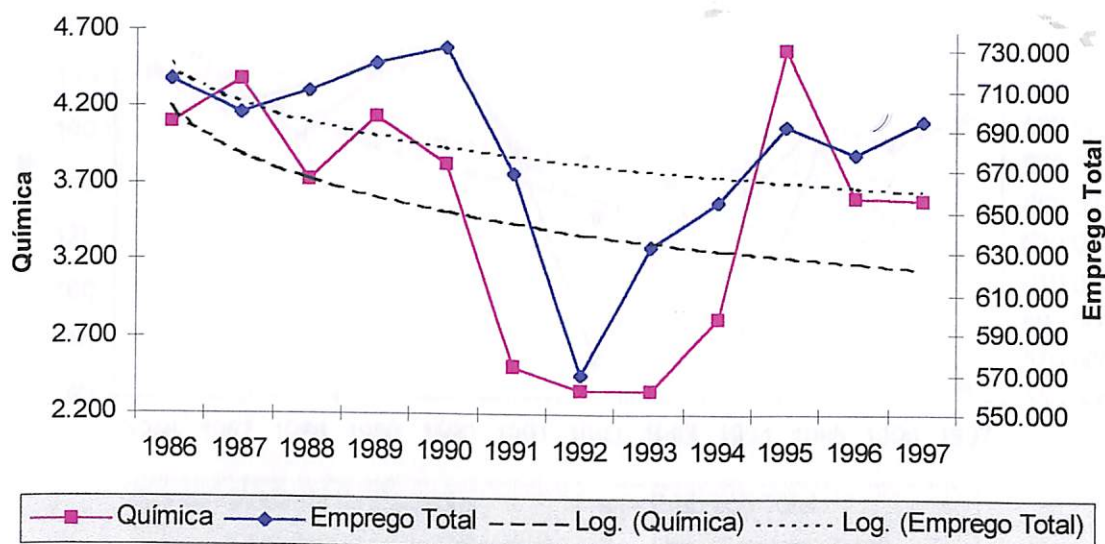


Gráfico A.30

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego na Indústria Têxtil e do Emprego Total

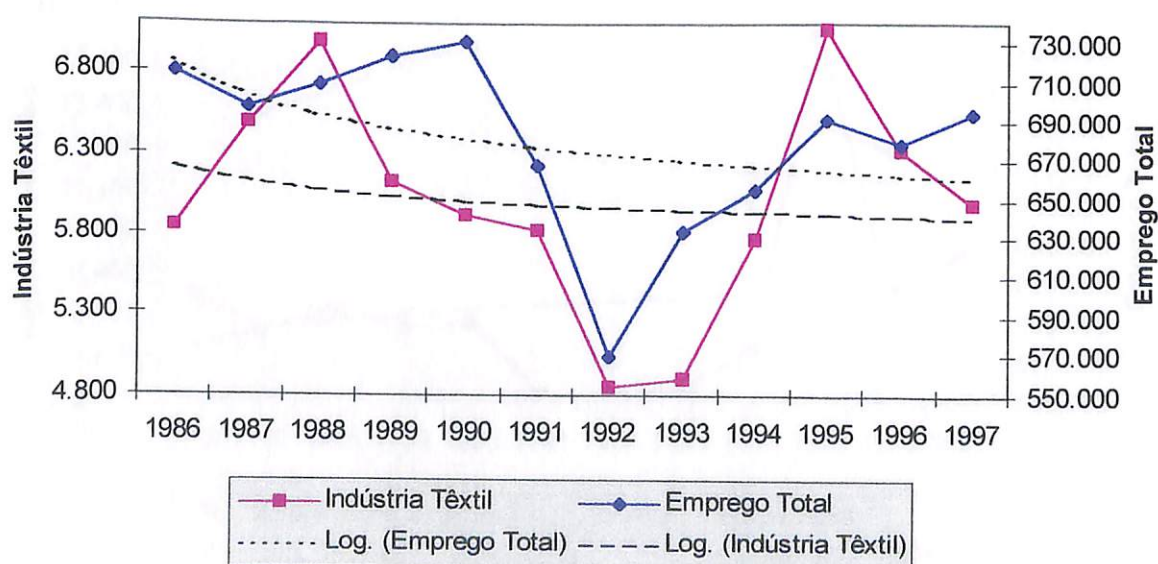


Gráfico A.31

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego na Indústria de Calçados e no Emprego Total

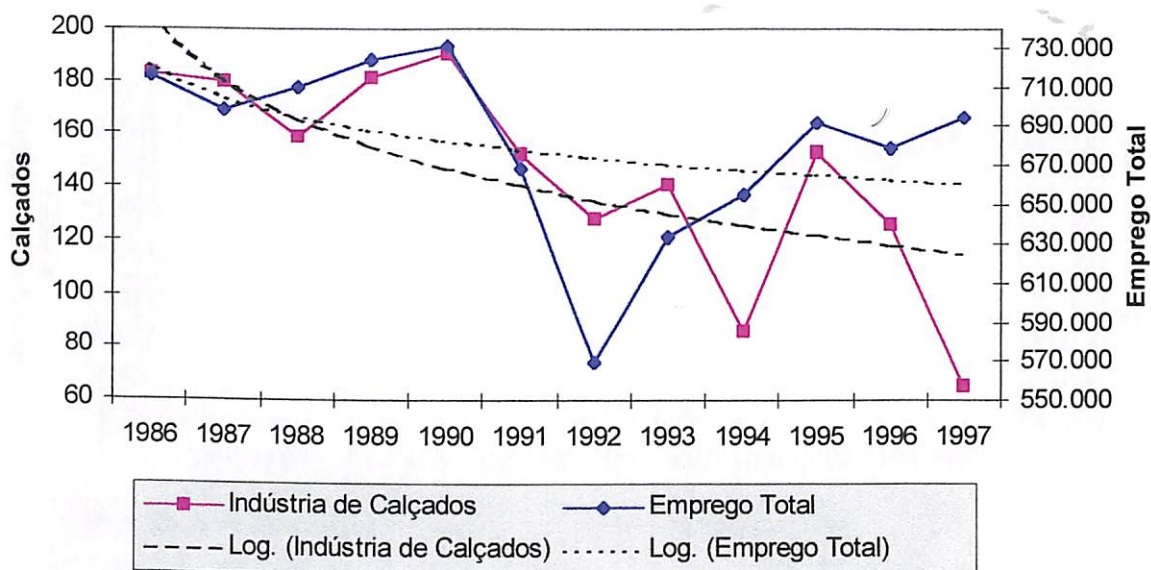


Gráfico A.32

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego na Indústria de Alimentos e Bebidas e no Emprego Total

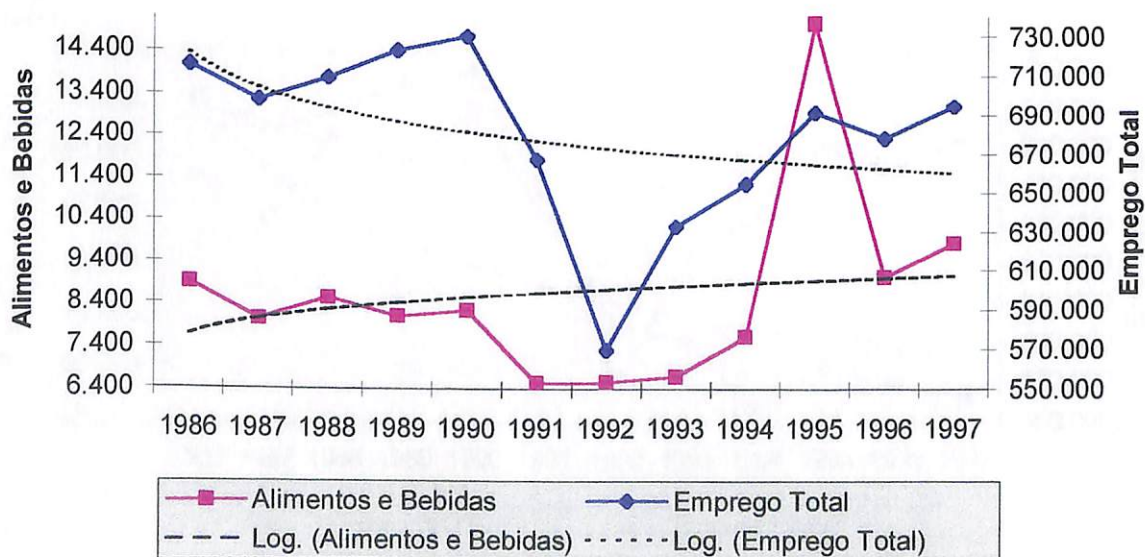


Gráfico A.33

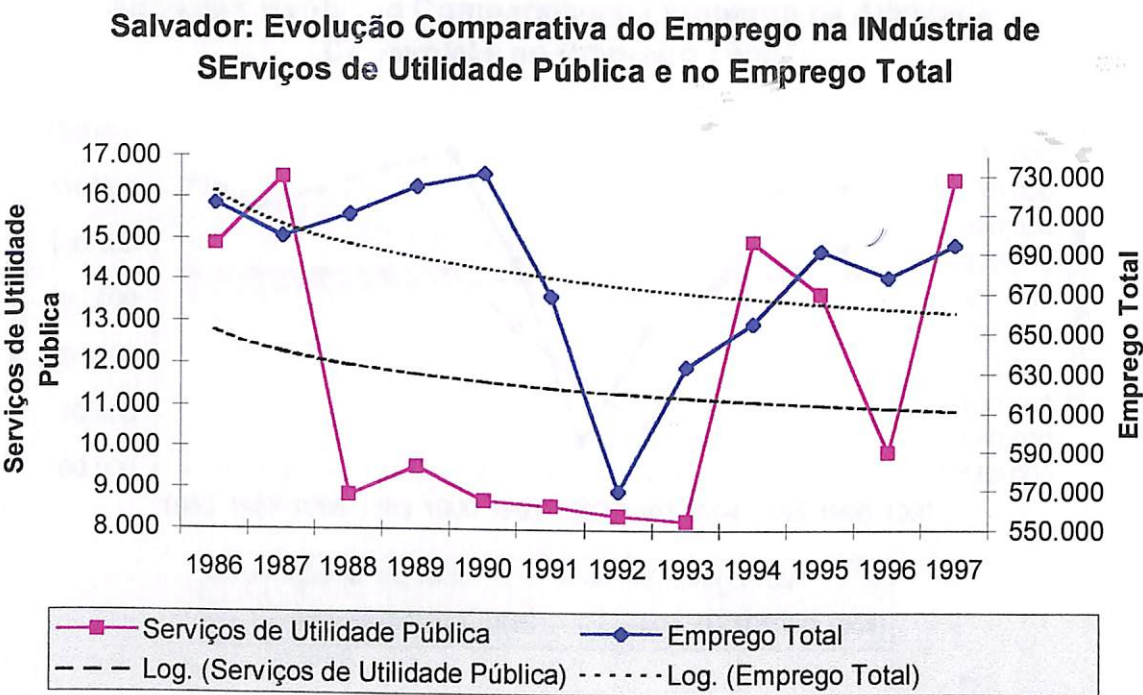


Gráfico A.34

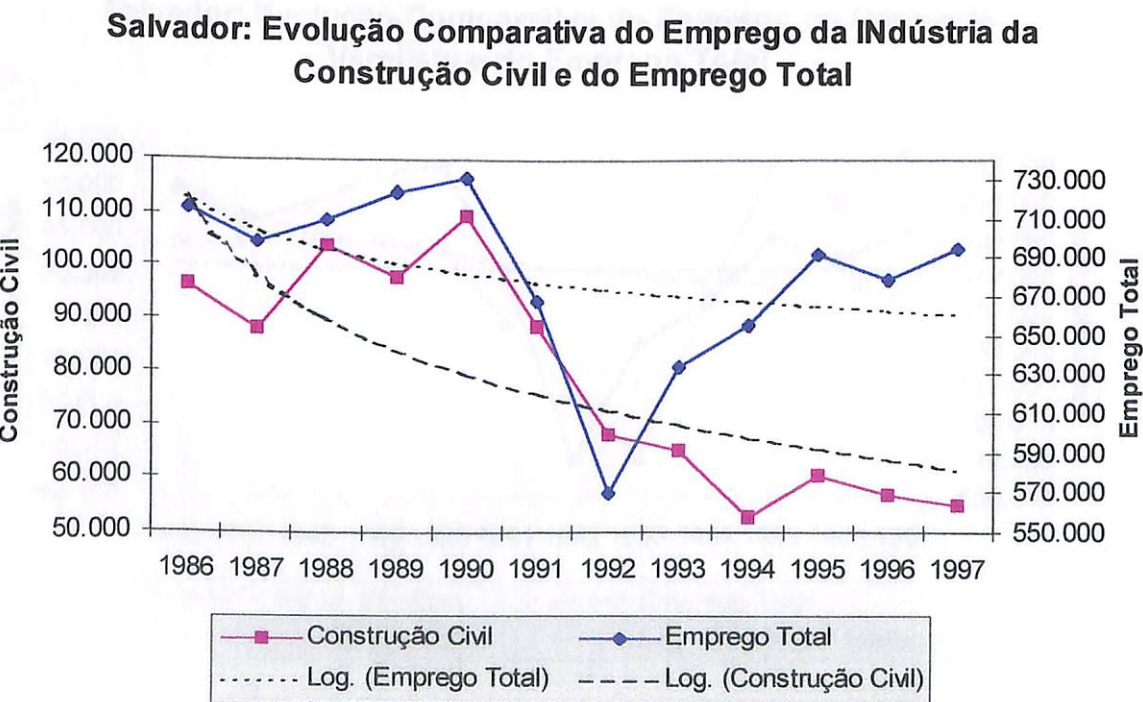


Gráfico A.35

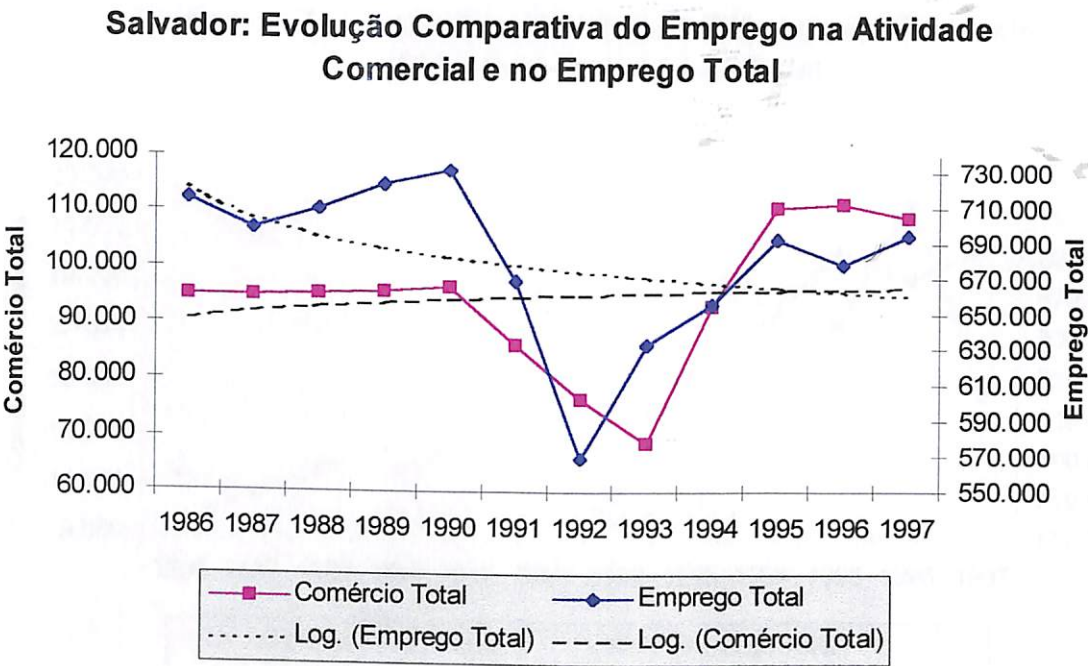


Gráfico A.36

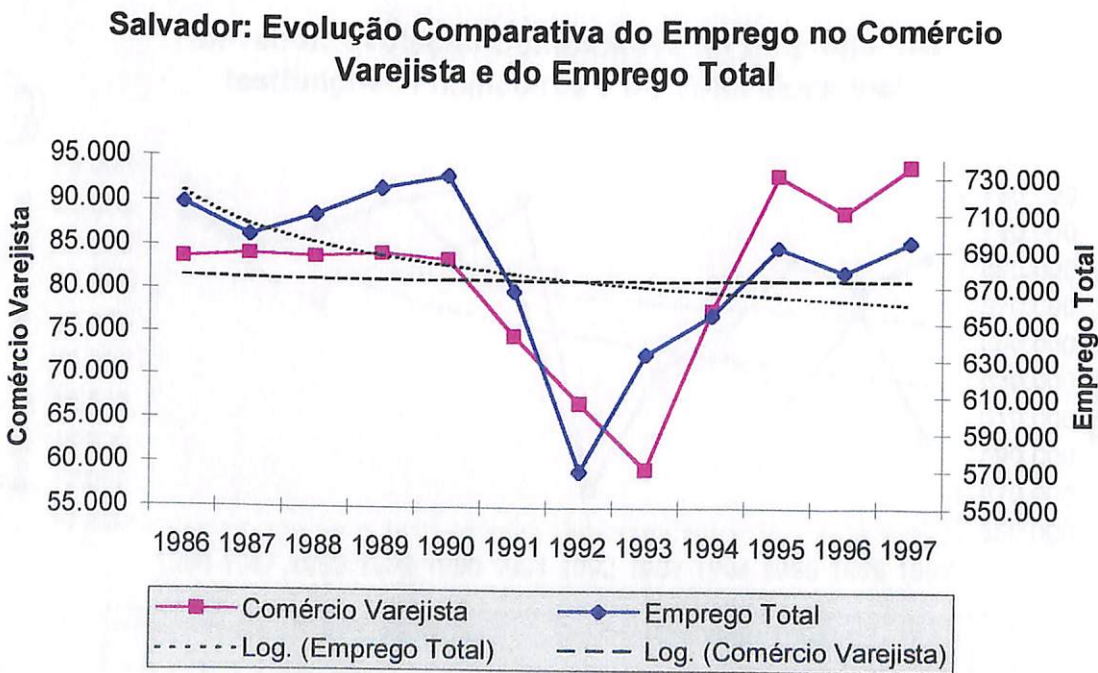


Gráfico A.37

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego no Comércio Atacadista e do Emprego Total

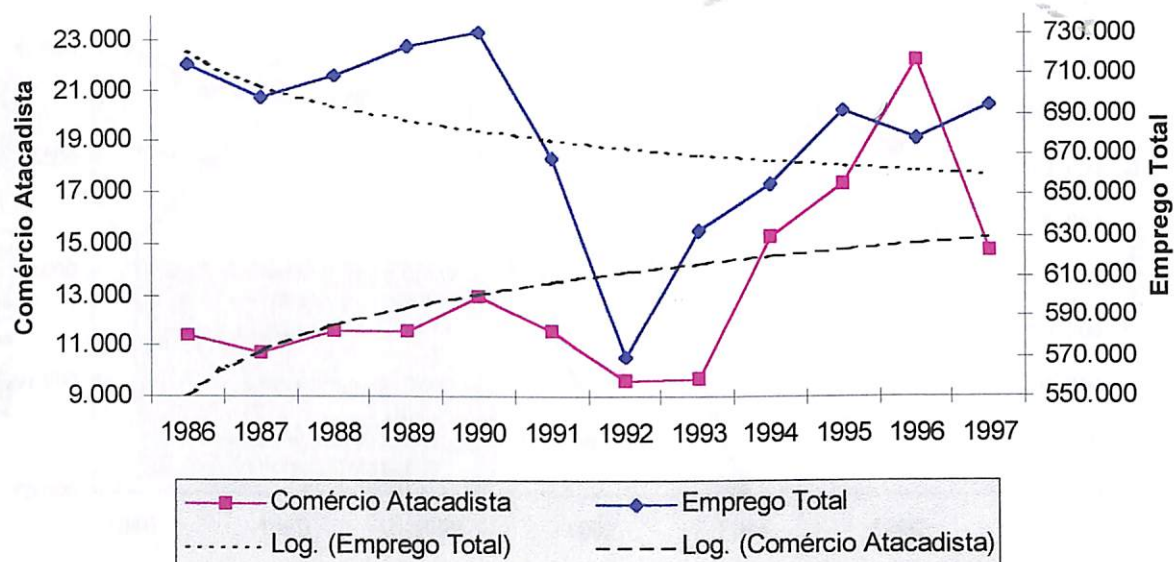


Gráfico A.38

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego nas Instituições Financeiras e no Total Municipal

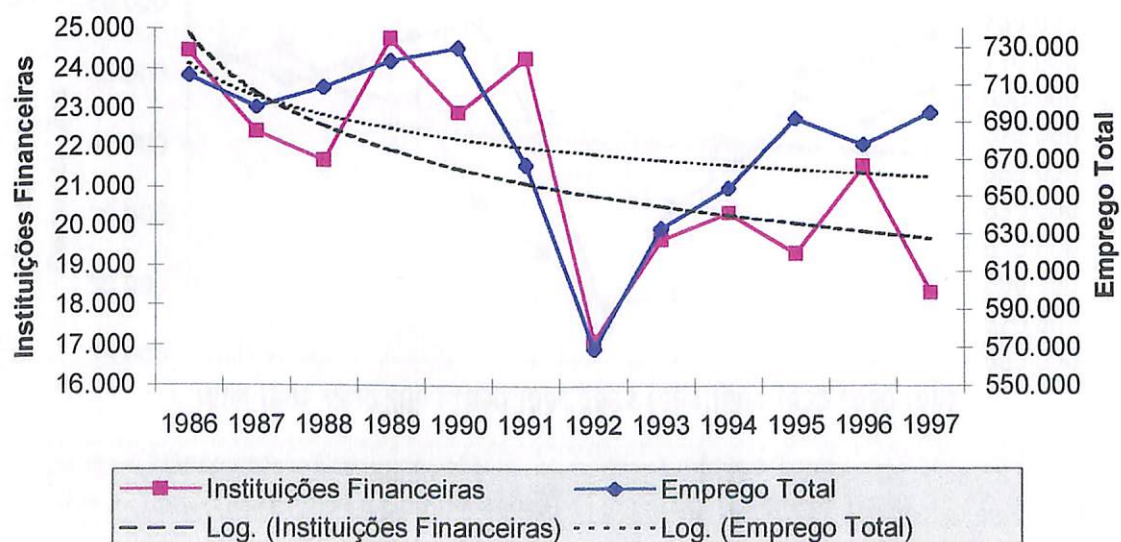


Gráfico A.39

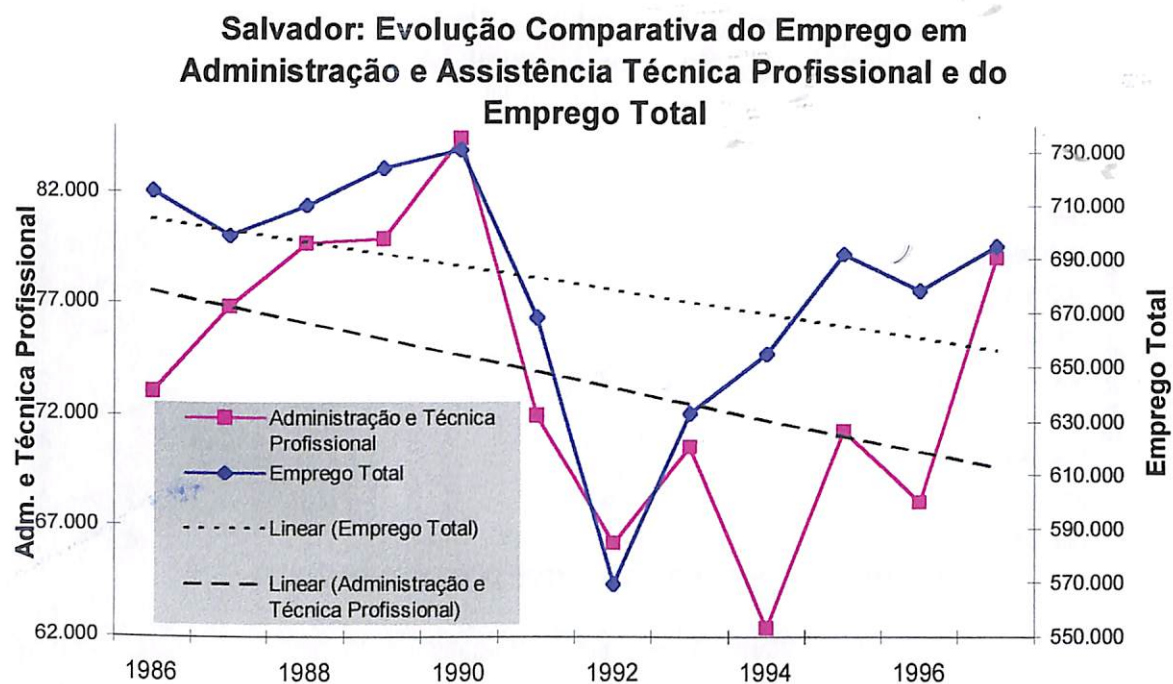


Gráfico A.40

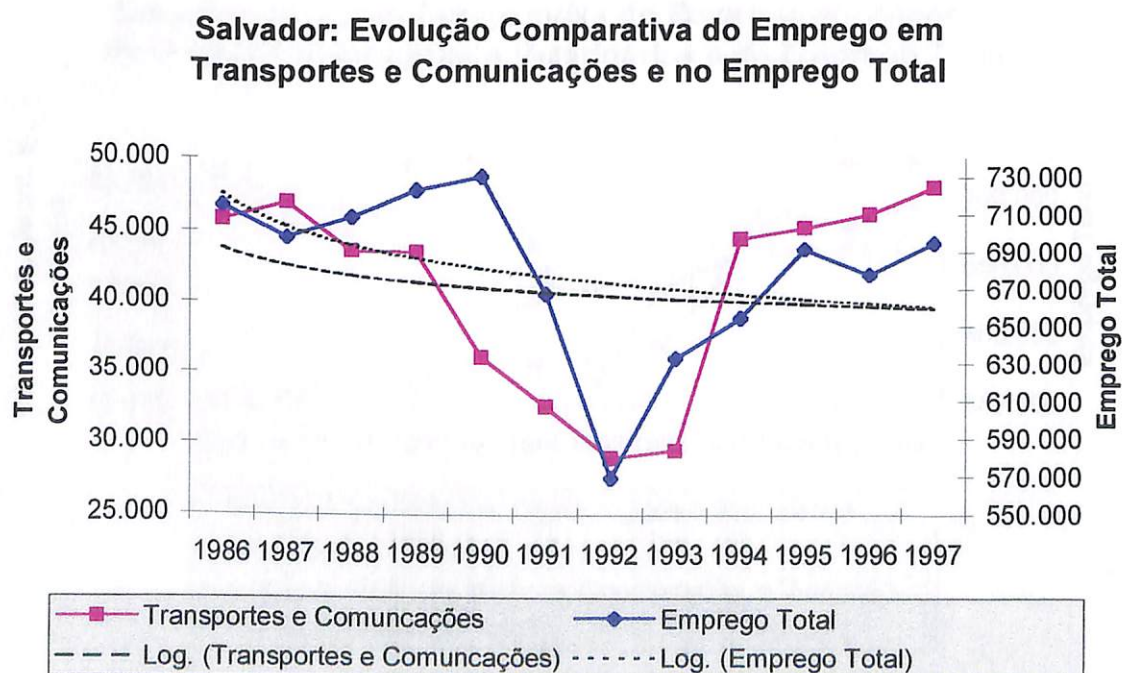


Gráfico A.41

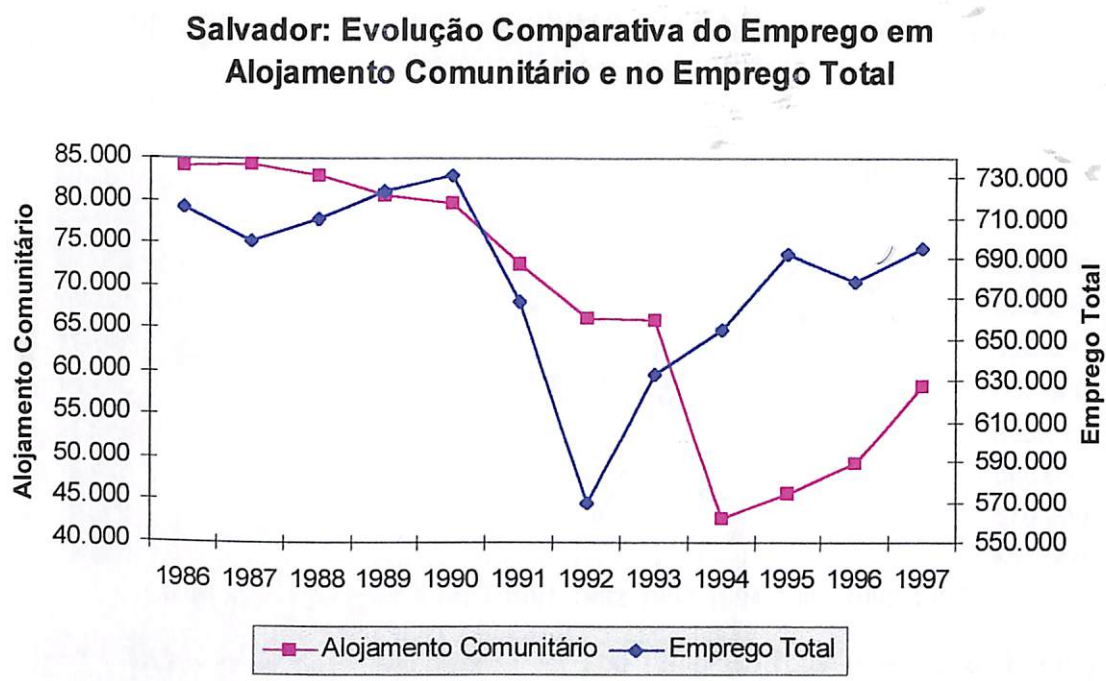


Gráfico A.42

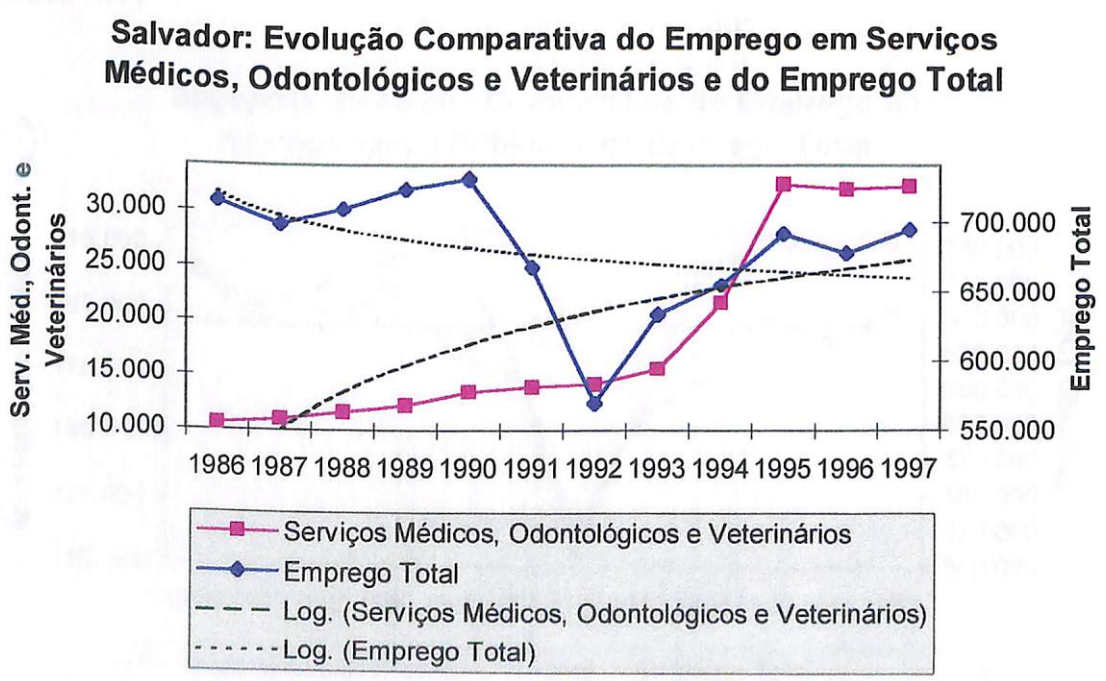


Gráfico A.43

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego na Atividade de Ensino e do Emprego Total

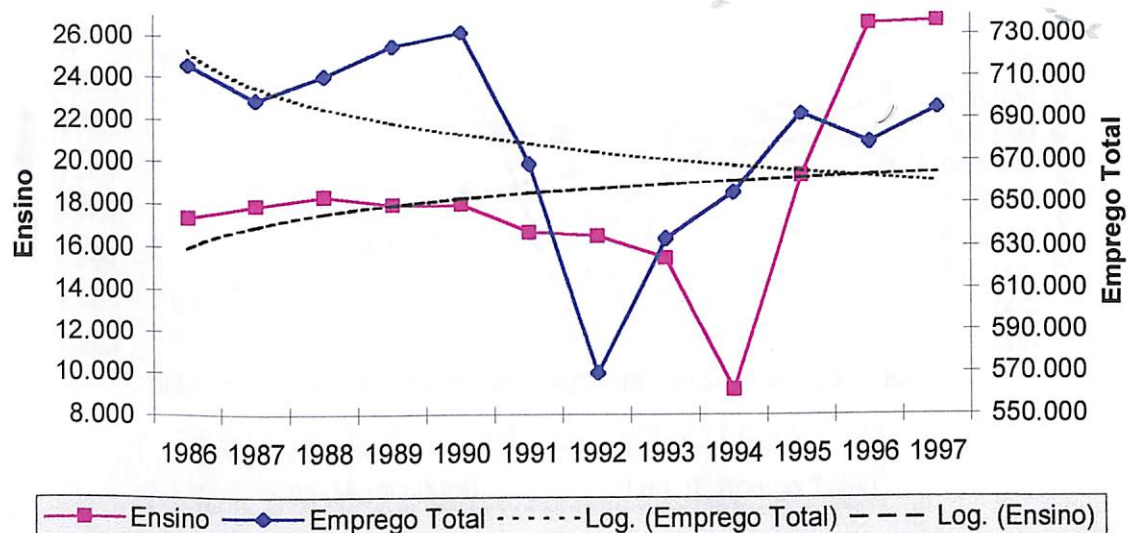


Gráfico A.44

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego na Administração Pública e no Emprego Total

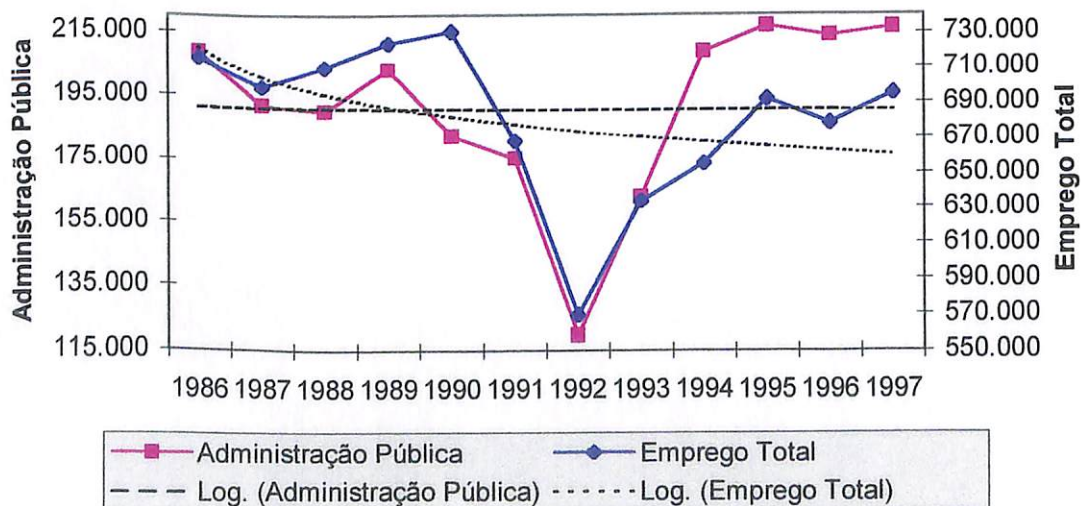
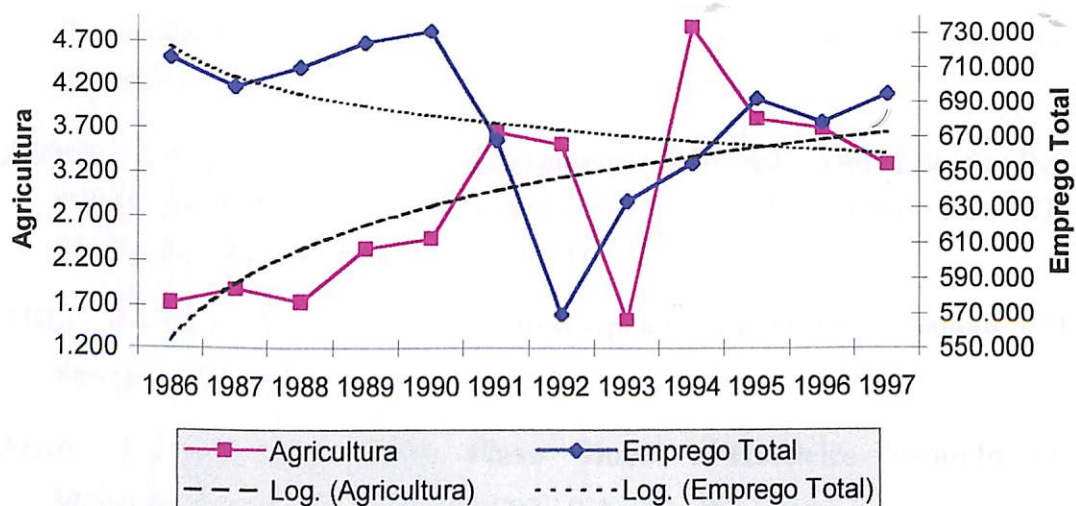


Gráfico A.45

Salvador: Evolução Comparativa do Emprego na Agricultura e do Emprego Total



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- ALMEIDA, Paulo Henrique (Coord.) (1999) **Salvador Dinâmica. A Economia Soteropolitana pela Ótica da Ocupação.** Salvador, FCE/UFBA.
- AFFONSO, Rui de Britto Álvares; e SILVA, Pedro Luiz Barros. (Orgs) (1995) **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.** São Paulo, FUNDAP/EDUNESP. (Coleção Federalismo no Brasil).
- AZZONI, Carlos Roberto. (1997) "Concentração Regional e Dispersão das Rendas Per Capita Estaduais: Análise a Partir de Séries Históricas Estaduais de PIB, 1929-1995". São Paulo, **Estudos Econômicos**, 27(2)341-393, set/dez.
- BAHIA. BAHIATURSA. (1998) **O Desempenho do Turismo Baiano – 1990/97.** Salvador, Bahiatursa.
- BAHIA. BAHIATURSA. (1999) **Fluxo Global e Hoteleiro Segundo Principais Mercados Emissores – jan a mai/99.** Salvador, Bahiatursa,.
- BAHIA. SECRETARIA DA FAZENDA. (1990a) **Comportamento das Atividades Econômicas e seus Reflexos na Arrecadação do ICMS.** Salvador, Secretaria da Fazenda/ASTEC, 1990. V.1 Indústria; V.2 Comércio; V.3 Agropecuária , V.4 Diversos.
- BAHIA. SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (1997) **Cidades da Bahia.** Salvador, SEI. (Série Estudos e Pesquisas, nº 35)
- . ———. (1996a). **A Bahia no Mercosul.** Salvador, SEI. (Série Estudos e Pesquisas, nº 30)
- . ———. (1995) "Retrospectiva 1995 e Perspectivas". Salvador, SEI, **Bahia Análise & Dados**, 5(3), dez.
- . ———. (1994) **Informações Básicas dos Municípios Baianos.** Salvador, Centro de Estatística e Informações. Vol. 7, 11 e 14.
- BENKO, Georges. (1996) **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI.** São Paulo, Hucitec.
- CANO, Wilson. (1997a) **Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970-1995.** Campinas, mimeo.

- . (1994) “Concentración, Desconcentración y Descentralización en Brasil”. in: **FEDER. Territórios en Transformación**. Madrid, Fondo Europeo de Desarrollo Regional.
- CANO, Wilson; e CRUZ, Rossine. (1997) “Ribeirão Pires: Evolução Sócio-Econômica Recente, Impasses e Perspectivas”. Ribeirão Pires, Campinas, CEDE/UNICAMP e Prefeitura Municipal de R. Pires. **Fórum de Desenvolvimento Sustentado**. (01):39-67.
- . (1996) “Diadema: Evolução Sócio-Econômica Recente e Impasses Diante da Terceira Revolução Industrial”. Diadema, Prefeitura Municipal, **Cadernos de Habitação**, (1):59-76
- FIEB (1995). **Industrialização na Bahia: Construindo uma Nova Estratégia**. Salvador, Federação das Indústrias do Estado da Bahia.
- FURTADO, Celso. (1992a) **Brasil: A Construção Interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed.
- GAROFOLI, Gioacchino. (1993) “Economic Development, Organization of Production and Territory”. Paris, **Revue d'Économie Industrielle**, (64):22-37, 2ª Trim.
- GOTTDIENER, Mark. (1985) **A produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo, EDUSP, 1993.
- GOTTSCHALL, Carlota. (1998) “Shopping Centers: espaço de comércio, serviço e lazer”. Salvador, SEI, **Análise e Dados**, (8):96-104, jun
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. (1996) “Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil.” In: **Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia**. Campinas, ANPEC. p. 480-518.
- IPEA/IBGE/NESUR (IE-UNICAMP). (1999) **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**. Campinas, UNICAMP-IE. (Coleção Pesquisas, nº 3), 2v.
- PETITINGA, Luis. (1998) “A. A Indústria Baiana na Década de 90”. In: SEI (1999), **Bahia 2000**, Salvador, SEI.
- PORTO, Edgard.; e CARVALHO, Edmilson. (1995) **Macrorregião de Salvador**. Salvador, SEI. Série Estudos e Projetos, nº 26)
- QUEVIT, Michel.; VAN DOREN, Pascale. (1993) “Stratégies d'Innovation et Référents

- Territoriaux”. *Revue d’Économie Industrielle*, (64):38-53. 2º Trim.
- ROCHA, Sonia. (1996) “Pobreza do Brasil: Fatos Básicos e Implicações para Política Social.” Campinas, *Economia e Sociedade*, (6):141-51.
- _____; e TOLOSA, Hamilton. (1993) “Núcleo-Periferia Metropolitana: Diferenciais de Renda e Pobreza.” In: VELLOSO, J.P.R.; e ALBUQUERQUE, R.C., (Org) *Pobreza e Mobilidade Social*. Fórum Nacional: As Bases do Desenvolvimento Moderno. São Paulo, Nobel.
- SANTANA, Marivone.(1997) “Comércio perde a Liderança no Crescimento Estadual”. Salvador, SEI, *Análise e Dados*, (7):23-7, dez.
- SANTOS, Valdeci Monteiro. (1997) “Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza: Diferentes Processos Recentes de Industrialização”, Recife ANPUR, VII Encontro Nacional da ANPUR, *Anais*, Vol. 2, 853-77.
- SCOTT, Allen J.; e STORPER, Michael. (1988) “Indústria de Alta Tecnologia e Desenvolvimento”. São Paulo, *Espaço e Debates*, (25):.....
- SENAC (1999). *Diagnóstico Socioeconômico de Salvador e Entorno Metropolitano: A Ênfase no Setor Turismo*. Salvador, SENAC.
- SILVA, Antonio Braz de O.; e MEDINA, Mérida Herasme. (1999) “Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-1998”. Brasília, IPEA, *Texto para Discussão*, nº 677, out.
- STORPER, Michael.; e WALKER, Richard. (1983) “The Theory of Labor and the Theory of Location”. *International Journal of Urban & Regional Research*. (7):1-41.
- SUAREZ, Marcus Alban. (1999) *Crescimento sem Emprego*. Salvador, Casa da Qualidade.
- SUZIGAN, Wilson.; e VILLELA, Annibal V. (1997) *Industrial Policy in Brazil*. Campinas, UNICAMP/IE.
- VIEIRA, Luiz Mário V. R. (1999) “Aquisição de Bens de Consumo Duráveis na RMS”. Salvador, SEI, *Análise e Dados*, (9):57-59, set